



# Relatório e Contas 2025



# AICEP

Agência para o Investimento  
e Comércio Externo de Portugal

## **Relatório e Contas 2025**

---

Relatório de Gestão

Demonstrações Financeiras, Orçamentais e de Gestão

## Índice

Parte I – Relatório de Gestão .....	6
1 Mensagem da Presidente do Conselho de Administração .....	7
2 Enquadramento económico .....	8
3 Atividade desenvolvida .....	20
A. Áreas de Negócio.....	22
A.1 Áreas Comerciais de interação direta com as empresas.....	23
A. 1.a) Internacionalização .....	23
A. 1.b) Reinvestimento .....	23
A. 1.c) Fileiras setoriais .....	24
A. 1.d) Angariação de investimento estrangeiro .....	25
A.2 Rede Externa .....	28
A. 2.a) Ações com intervenção da Rede Externa.....	28
Ações de captação de investimento e promoção setorial .....	28
Missões comerciais e institucionais ao estrangeiro .....	40
Missões comerciais de importadores e decisores e visitas institucionais a Portugal .....	41
Multilaterais .....	42
A. 2.b) Acompanhamento de entidades externas .....	46
A. 2.c) Protocolos de cooperação, memorandos de entendimento e contratos .....	46
A.3 Projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN) e Custos de Contexto.....	47
B. Áreas de Apoio ao Negócio.....	50
B.1 Academia AICEP.....	50
Capacitação empresarial.....	50
Capacitação Interna .....	52
Programa Inov Contacto .....	52
B.2 Produção de informação.....	55
Conteúdos técnicos .....	55
Oportunidades de negócio .....	57
Conteúdos comunicacionais .....	58
Outros produtos de informação.....	58
B.3 Gestão de incentivos .....	59
B.3 a) Avaliação e seleção de projetos .....	59
B.3 b) Acompanhamento e pagamento de incentivos.....	61
B.5 Participação portuguesa em grandes eventos .....	64
4 Recursos humanos .....	72
5 A AICEP Global Parques .....	74
Unidades operativas.....	75
Situação económica e financeira .....	81

Investimentos .....	82
Responsabilidade corporativa.....	83
Perspetivas para 2026 .....	84
6 Cumprimento das orientações do Acionista e disposições legais aplicáveis .....	86
7 Análise às contas do exercício .....	98
8 Proposta de aplicação de resultados .....	102
Parte II – Demonstrações Financeiras, Orçamentais e de Gestão .....	104
Contas individuais .....	105
1 Demonstrações Financeiras.....	105
2 Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais .....	111
1. Nota introdutória – Identificação da Sociedade.....	112
2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras .....	124
3. Principais Políticas Contabilísticas .....	126
4. Informação por segmentos operacionais.....	135
5. Fluxos de Caixa .....	138
6. Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis .....	138
7. Propriedades de Investimento.....	140
8. Participações Financeiras.....	142
9. Imparidade de Ativos .....	144
10. Impostos sobre o Rendimento .....	144
11. Ativos financeiros e outras contas a receber .....	147
12. Diferimentos ativos .....	148
13. Património Líquido .....	148
14. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.....	152
15. Passivos Financeiros e outras contas a pagar .....	154
16. Estado e outros entes públicos .....	157
17. Diferimentos Passivos .....	157
18. Rédito .....	158
19. Fornecimentos e Serviços Externos .....	159
20. Gastos com o Pessoal .....	160
21. Amortizações .....	161
22. Outros Rendimentos .....	161
23. Outros Gastos.....	162
24. Juros e outros rendimentos similares .....	162
25. Juros e gastos similares suportados .....	162
26. Partes relacionadas.....	163
27. Divulgações exigidas por diplomas legais e outras .....	164
29. Acontecimentos após a data do balanço .....	165

3 Demonstrações Orçamentais.....	167
4 Contabilidade de Gestão.....	197



# AICEP

Agência para o Investimento  
e Comércio Externo de Portugal

## Relatório e Contas 2025

---

### Parte I - Relatório de Gestão

## **Parte I – Relatório de Gestão**

Mensagem da Presidente do Conselho de Administração

Enquadramento económico

Atividade desenvolvida

Recursos Humanos

A AICEP Global Parques

Cumprimento das orientações do Acionista e disposições legais aplicáveis

Análise às contas do exercício

Proposta de aplicação de resultados

# 1.

## Mensagem da Presidente do Conselho de Administração

O ano de 2025 ficou marcado por um contexto internacional exigente, caracterizado por elevados níveis de incerteza económica, geopolítica e comercial, que voltou a testar a capacidade de adaptação das economias e das empresas. Neste enquadramento desafiante, a AICEP manteve-se firmemente empenhada na sua missão de apoiar a internacionalização das empresas portuguesas e de captar investimento direto estrangeiro estruturante para o País, contribuindo para o crescimento económico, a criação de emprego qualificado e a valorização do território. Ao longo do ano, a Agência reforçou o seu papel enquanto parceiro estratégico das empresas, disponibilizando instrumentos de apoio à decisão, promovendo o acesso a mercados externos e acompanhando projetos empresariais em todas as fases do seu desenvolvimento internacional. A aposta na proximidade, no conhecimento dos mercados e na articulação com a Rede Externa revelou-se determinante para responder às necessidades concretas do tecido empresarial nacional.

No domínio da captação de investimento, 2025 foi um ano histórico. A AICEP assinou contratos de investimento que representam mais de 3.580 milhões de euros de valor de investimento total, com incentivo de 803 milhões de euros. O contributo destes contratos na economia no ano cruzeiro, ano pós projeto, é de:

- Ao nível do emprego, a criação de mais de 6.600 novos postos de trabalho, dos quais 20% empregos qualificados, ou seja, com grau de qualificação mínima ao nível do ensino superior;
- O alcance de um volume de negócios anual de 3.023 milhões de euros, correspondente a 1% do PIB atual;
- O alcance de um valor de exportações anual de 2.584 milhões de euros, representando 3,4% do valor das exportações de bens.
- O aumento da produtividade com o incremento do peso do VAB sobre o volume de negócios de 20% para 29%, particularmente relevante pela concretização de diversos contratos de investimento com impacto significativo na economia portuguesa.

Estes projetos refletem a confiança continuada dos investidores internacionais em Portugal, no seu talento,

nas suas competências tecnológicas e na estabilidade das suas instituições. São investimentos que contribuem para o reforço da base industrial, para a transição verde e digital e para o aumento do valor acrescentado da economia nacional, em linha com as prioridades estratégicas do País.

Já, a título de exemplo, ao nível da capacitação das empresas para a internacionalização, em 2025, a AICEP, através da sua Academia, capacitou 7.238 empresas, registando o maior número de participantes dos últimos quatro anos e um crescimento de 177% face ao ano anterior. O programa de capacitação em *Environmental, Social and Governance (ESG)* foi o mais participado, com sete sessões que mobilizaram 1.912 empresas, representando 26% do total das empresas envolvidas nas iniciativas de capacitação empresarial promovidas pela Agência.



A AICEP prosseguiu igualmente o seu trabalho em estreita articulação com o Governo, as entidades do sistema de incentivos e os parceiros institucionais, assegurando uma atuação coordenada e orientada para resultados. Esta cooperação foi essencial para potenciar o impacto das políticas públicas de apoio ao investimento e à internacionalização, num esforço conjunto ao serviço do desenvolvimento económico.

Os resultados alcançados em 2025 são fruto do empenho das equipas da AICEP, em Portugal e no exterior, e da colaboração permanente com as empresas, associações empresariais e demais *stakeholders*. A todos deixo uma palavra de reconhecimento e agradecimento.

Com uma visão de longo prazo e um forte compromisso com a competitividade da economia portuguesa, a AICEP continuará a trabalhar para afirmar Portugal como um destino de referência para investir, exportar e crescer de forma sustentável.

### **Madalena Oliveira e Silva**

Presidente do Conselho de Administração da AICEP

## 2.

### Enquadramento económico

#### Introdução

Apesar das tensões comerciais e do impacto inicial das tarifas norte-americanas, em 2025 a economia mundial conseguiu absorver grande parte dos choques, apoiada por mercados de trabalho robustos, inflação em desaceleração e políticas económicas mais acomodáticas, registando um crescimento estimado de 2,8%, ligeiramente inferior ao observado no ano anterior.

Entretanto, em 2026, após vários anos de choques sucessivos, a economia global entrou no ano com um traço inesperado: uma elevada capacidade de resiliência. Embora as disrupções globais não tenham desaparecido, a economia mundial parece ter desenvolvido mecanismos de adaptação mais graduais, criando condições para um crescimento moderado e oportunidades de investimento estratégico, antecipando-se a continuação desse crescimento resiliente, impulsionado pela flexibilização financeira e pelo forte ciclo de investimento em inteligência artificial, com o início do ano a apresentar mercados menos turbulentos do que no ano anterior, embora num contexto ainda complexo, marcado por tensões geopolíticas persistentes.

Neste cenário, as Nações Unidas esperam em 2026 a manutenção do crescimento económico em torno dos 2,7%, com os países em desenvolvimento a crescerem mais do dobro dos desenvolvidos, num contexto em que o comércio mundial deverá desacelerar fortemente para 2,2%, após o crescimento de 3,8% em 2025.

Em Portugal, segundo o INE<sup>1</sup>, o PIB cresceu 1,9% em volume em 2025, após aumento de 2,2% em 2024. A procura interna apresentou um contributo positivo para a variação anual do PIB, superior ao observado no ano anterior, verificando-se uma aceleração das despesas de consumo final. O contributo da procura externa líquida foi mais negativo em 2025, tendo as exportações de bens e serviços em volume (+0,4%) desacelerado mais intensamente que as importações de bens e serviços

(+4,2%). De acordo com as projeções económicas do Banco de Portugal<sup>2</sup>, o PIB e as exportações deverão crescer 1,8% e 1,4%, respetivamente, em 2026.

Em síntese, a economia mundial entrou num novo regime estrutural com tarifas mais altas, a geopolítica a influenciar os fluxos de comerciais e de capital e as tecnologias disruptivas (IA) a redefinir a produtividade e o emprego. Depois dos choques e tensões de 2025, com guerras, tensões geopolíticas entre EUA e China e a política comercial dos EUA.

2026 será mais um ano de teste de resiliência económica global, mas do qual não se voltará à normalidade.

#### Enquadramento Internacional

##### Crescimento moderado num contexto de elevada incerteza global

De acordo com o relatório *World Economic Situation and Prospects 2026*, das Nações Unidas, embora a economia global tenha demonstrado alguma resiliência em 2025, continua a enfrentar uma elevada incerteza em termos macroeconómicos, desafios estruturais persistentes e riscos geopolíticos, que limitam o crescimento e dificultam o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Em 2025, o crescimento económico mundial ter-se-á reduzido ligeiramente, de 2,9% em 2024 para 2,8%, perspetivando-se nova diminuição em 2026 (2,7%), antes de subir para 2,9% em 2027, ainda abaixo, contudo, da média pré-pandemia de 3,2%.

Em linhas gerais, em 2025, a economia global beneficiou da antecipação de fluxos, acumulação de stocks, mercados laborais robustos e políticas monetárias mais flexíveis, apesar do aumento acentuado de tarifas nos EUA.

No horizonte de projeção, o investimento e a produtividade permanecerão modestos, limitando as perspetivas de crescimento a médio prazo. Os avanços em inteligência

<sup>1</sup> Contas Nacionais Trimestrais (INE, Fevereiro de 2026)

<sup>2</sup> Boletim Económico de Dezembro de 2025 (Banco de Portugal, Dezembro 2025)

artificial podem impulsionar a produtividade, mas os ganhos serão incertos e desiguais, aumentando o risco de desigualdades entre e dentro dos países.

O crescimento lento, o espaço fiscal limitado e a diminuição da cooperação multilateral comprometem o progresso em direção aos ODS. A redução da pobreza é lenta, concentrando-se cada vez mais na África Subsaariana e em países afetados por conflitos e fragilidades institucionais.

Embora a inflação global esteja a diminuir, os preços elevados continuam a pressionar os orçamentos familiares e a agravar desigualdades. Choques de oferta, alterações climáticas, tarifas e restrições comerciais aumentam os riscos de instabilidade de preços a curto prazo.

Ao nível das políticas monetárias globais, que se mantiveram flexíveis em 2025, apoiadas por fluxos de capital robustos e estabilidade cambial, embora as taxas de juro permaneçam acima dos níveis pré-pandémicos, as políticas fiscais continuam desafiantes, com dívidas elevadas e crescentes necessidades de despesa, particularmente em países de baixo rendimento.

Em termos de perspetivas regionais, os EUA deverão apresentar um crescimento estimado de 2,0% em 2026, apoiado por políticas monetárias e fiscais, com moderação gradual da inflação.

Para a União Europeia o crescimento projetado é de 1,3% em 2026, com o consumo privado a sustentar a economia, apesar de desafios externos.

A China deverá observar uma expansão de 4,6% em 2026, beneficiando de medidas temporárias de alívio das tensões comerciais com os EUA e para o Japão prevê-se um crescimento do PIB de 0,9% em 2026, com o consumo privado a recuperar lentamente e exportações limitadas pela política tarifária dos EUA.

No resto do mundo, em África o desempenho económico deverá ser de 4,0%, limitado pelo espaço fiscal reduzido, dívida elevada e incerteza comercial enquanto para a América Latina e Caraíbas se projeta um aumento do PIB de

2,3%, apoiado pelo consumo e pela recuperação gradual do investimento, embora afetado por elevados custos de transporte e tarifários.

O comércio internacional, que mostrou resiliência em 2025, impulsionado por antecipação de fluxos e crescimento da componente dos serviços, deverá desacelerar em 2026 devido ao aumento de medidas protecionistas, incerteza geopolítica e fragmentação das cadeias de valor.

### IDE mundial

	Produto Interno Bruto, em volume (taxa de variação anual %)			
	2024	2025e	2026p	2027p
<b>Mundo</b>	<b>2,9</b>	<b>2,8</b>	<b>2,7</b>	<b>2,9</b>
<b>Países Desenvolvidas</b>	<b>1,7</b>	<b>1,6</b>	<b>1,6</b>	<b>1,8</b>
EUA	2,8	1,9	2,0	2,2
Japão	-0,2	1,2	0,9	1,0
União Europeia	1,1	1,5	1,3	1,6
Zona Euro	0,9	1,4	1,1	1,4
Reino Unido	1,1	1,4	1,1	1,3
Outras	1,5	1,3	1,6	1,9
<b>Economias em Transição</b>	<b>4,5</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,5</b>
Sudeste da Europa	3,5	2,4	3,4	3,4
Comunidade Estados Independentes e Geórgia	4,6	2,2	2,1	2,5
Rússia	4,3	0,8	1,0	1,5
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>4,2</b>	<b>4,4</b>	<b>4,2</b>	<b>4,3</b>
África	3,5	3,9	4,0	4,1
Norte de África	3,3	4,3	4,1	4,0
África Oriental	5,6	5,4	5,8	5,7
África Central	2,9	2,8	3,0	3,3
África Ocidental	4,2	4,6	4,4	4,7
África Austral	1,6	1,6	2,0	2,2
Ásia do Sul e Oriental	5,1	5,1	4,6	4,7
Ásia Oriental	4,9	4,9	4,4	4,4
China	5,0	4,9	4,6	4,5
Sul da Ásia	6,1	5,9	5,6	5,9
Índia	7,1	7,4	6,6	6,7
Ásia Ocidental	2,2	3,4	4,1	4,0
América Latina e Caraíbas	2,3	2,4	2,3	2,5
América do Sul	2,3	3,0	2,5	2,5
Brasil	3,4	2,5	2,0	2,3
México e América Central	1,8	1,0	1,8	2,5
Caraíbas	2,2	1,8	1,6	1,7
<b>Países Menos Desenvolvidos</b>	<b>2,9</b>	<b>3,9</b>	<b>4,6</b>	<b>5,0</b>
<b>Comércio Mundial</b>	<b>3,5</b>	<b>3,8</b>	<b>2,2</b>	<b>3,3</b>

Fonte: UN - World Economic Situation and Prospects 2026 (Janeiro 2026)  
Notas: e – estimativa; p – previsão

De acordo com a UNCTAD (*Global Investment Trends Monitor, January 2026*), em 2025 os fluxos líquidos de IDE mundial, embora tenham aumentado 14%, grande parte desse aumento veio de fluxos através de centros financeiros, mantendo-se frágil a atividade de investimento real. Sem esses "fluxos intermediários", o IDE global teria crescido apenas cerca de 5%.

Dum modo geral, a nível mundial, no ano passado:

- Os indicadores de confiança dos investidores permaneceram fracos;
- O valor das fusões e aquisições internacionais caiu 10%;

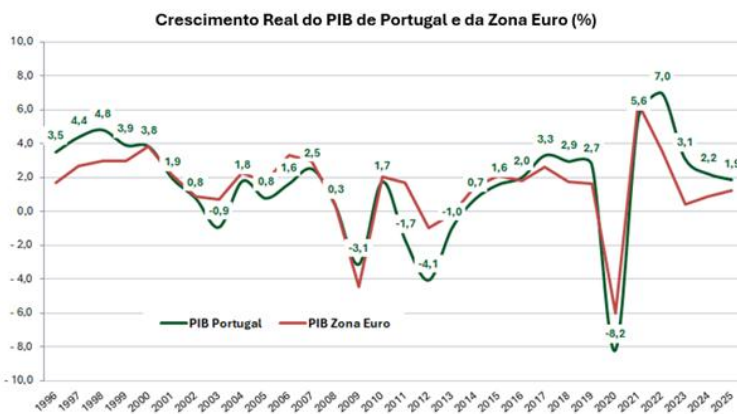
- O financiamento internacional de projetos diminuiu pelo quarto ano consecutivo (-16% em valor e -12% em número de negócios), caindo para níveis de 2019;
- O número de anúncios de projetos *greenfield* caiu 16%.
- O valor das fusões e aquisições internacionais caiu 10%;
- O financiamento internacional de projetos diminuiu pelo quarto ano consecutivo (-16% em valor e -12% em número de negócios), caindo para níveis de 2019;
- O número de anúncios de projetos *greenfield* caiu 16%.

As perspetivas para 2026 são altamente incertas; os riscos de queda estão a aumentar e a atividade real de investimento provavelmente permanecerá moderada, pressionada por tensões geopolíticas, incerteza política e fragmentação económica

## Enquadramento Nacional

### Crescimento real do PIB e das Exportações

De acordo com os resultados das Contas Nacionais Trimestrais publicados pelo INE – Instituto nacional de Estatística, em 2025 o Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento real de 1,9% face a 2024. Com base neste resultado, o crescimento da economia portuguesa encontra-se acima do crescimento previsto para a Zona Euro em 2025 (1,2%).



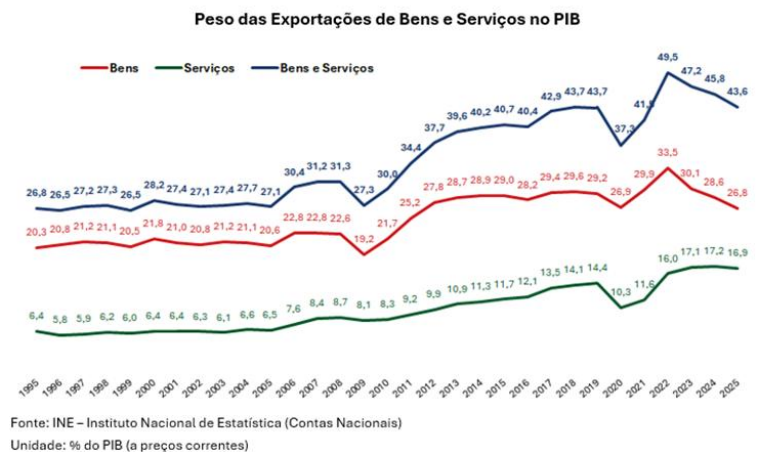
Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística (Contas Nacionais); Comissão Europeia (Ameco)  
Unidade: Taxa de Variação Homóloga em % (em volume)  
P – Projeção da Comissão Europeia para 2025 (EC Economic Forecast Autumn (17/11/2025))

Em termos nominais, o PIB aumentou 5,9%, atingindo 306,7 mil milhões de euros (mil milhões de euros).

Para o mesmo período e pela mesma ordem, as exportações observaram um crescimento real homólogo de 0,4% e as importações 4,2%. A preços correntes, as taxas de variação foram de 0,8% e 3,1%, pela mesma ordem.

### Peso das Exportações no PIB

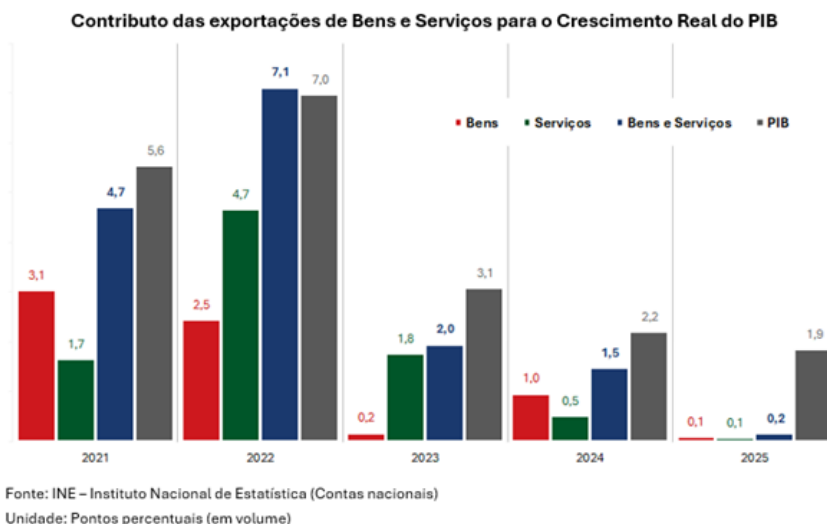
Em 2025, a preços correntes, com um valor total de exportação de 133,9 mil milhões de euros (82,1 mil milhões de euros em bens e 51,7 mil milhões de euros em serviços), as exportações atingiram um peso no PIB de 43,6% (26,8% em bens e 16,9% em serviços), uma descida de 2,2 pp face a 2024 (-1,9 pp em bens e -0,3 pp em serviços).



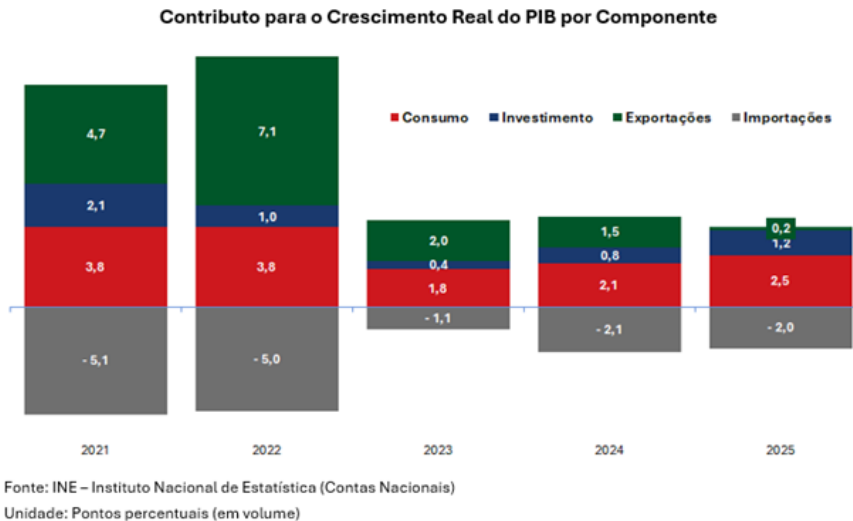
Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (Contas Nacionais)  
Unidade: % do PIB (a preços correntes)

### Contributo para o Crescimento do PIB<sup>3</sup>

Em volume, o aumento das exportações totais foi de 409 milhões de euros (233 milhões de euros em bens e 177 milhões de euros em serviços). Considerando que o crescimento do PIB foi de 4,5 mil milhões de euros, correspondente a uma taxa de variação real de 1,9%, as exportações contribuíram com 0,17 pp para o crescimento económico (0,10 pp em bens e 0,07 pp em serviços).



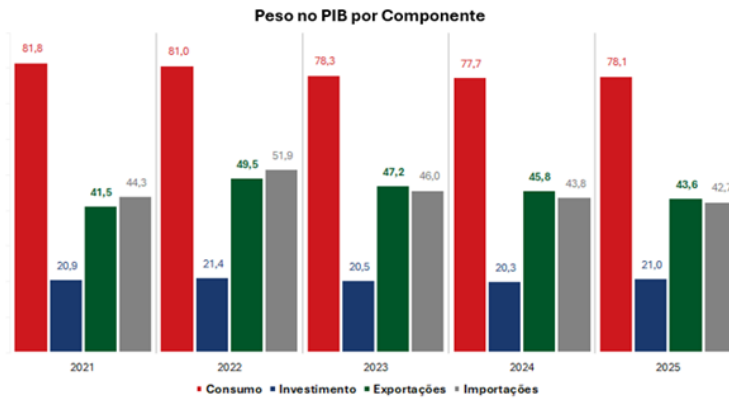
O Investimento<sup>4</sup> contribuiu com 1,2 pp, o Consumo com 2,5 pp (Consumo Privado 2,2 pp; Consumo Público 0,3 pp) e as importações com -2,0 pp.



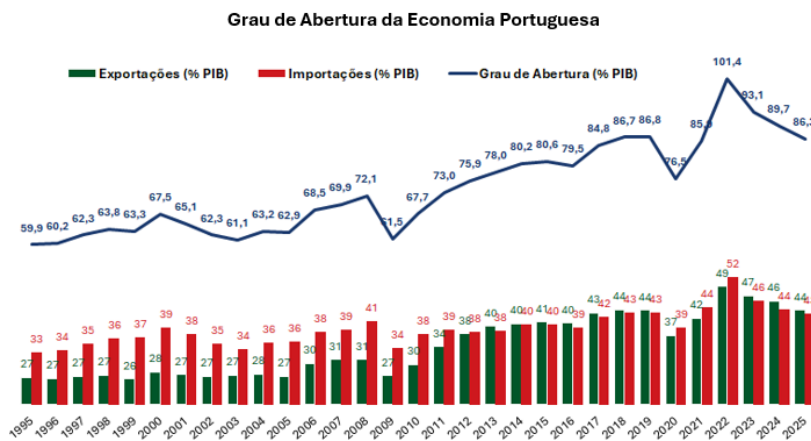
De referir que, com base em preços correntes, no período em análise o Consumo registou um peso no PIB de 78,1%, o Investimento 21,0% e as importações 42,7%. Como já referido, o peso das exportações foi de 43,6%.

<sup>3</sup> PIB = Consumo + Investimento + exportações – importações (Ótica da Despesa)

<sup>4</sup> Formação Bruta de Capital = Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) + Aquisições Líquidas de Cessões de Objetos de Valor + Variação de Existências



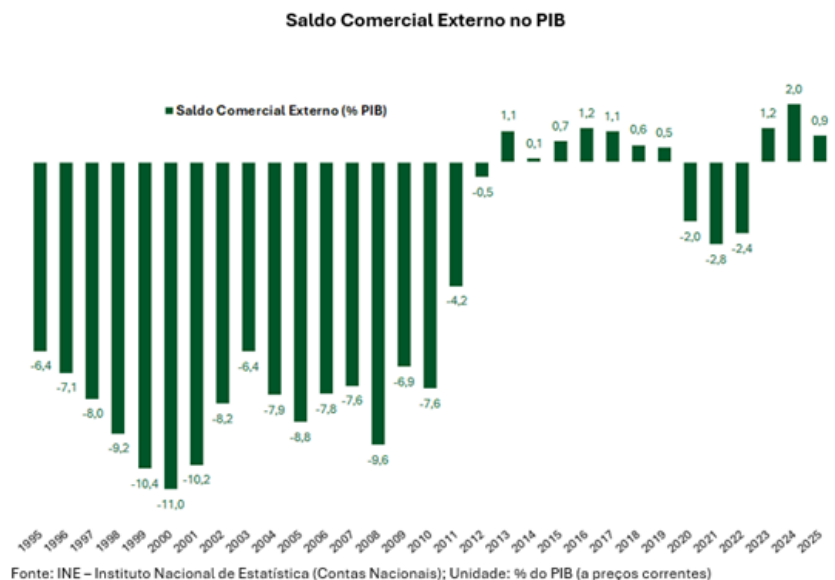
### Grau de Abertura da Economia Portuguesa<sup>5</sup>



Do ponto de vista do Grau de Abertura, em 2025, observou-se um registo de 86,3%, que significa uma diminuição de 3,3 pp comparativamente a 2024, e um aumento de 9,8 pp face à recessão de 2020.

### Saldo Comercial Externo e Termos de Troca

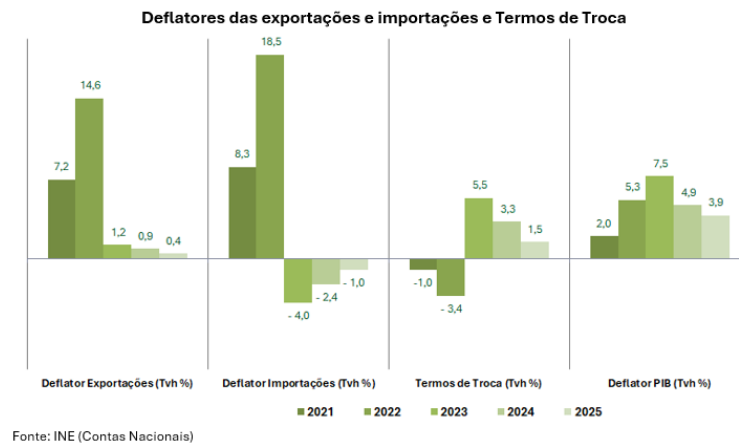
O Saldo Comercial Externo foi positivo, no montante de 2,8 mil milhões de euros, medido na ótica das Contas Nacionais, equivalente a 0,9% do PIB (2,0% em 2024).



<sup>5</sup> Grau de Abertura = (exportações + importações) / PIB x 100

No que respeita à evolução dos Deflatores<sup>6</sup>, assistiu-se a um ganho dos Termos de Troca<sup>7</sup> (tvh 1,5%), embora menos expressivo que os observados no período nos dois anos anteriores.

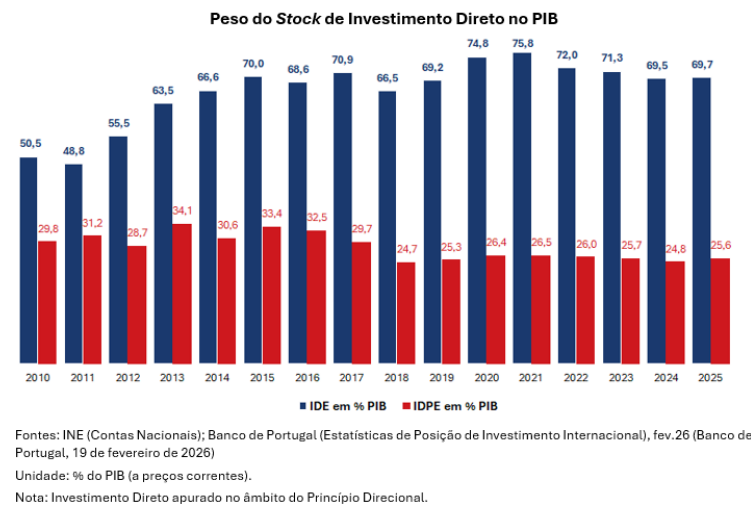
O deflator das importações registou uma taxa de variação de -1,0% e o das exportações aumentou 0,4%.



#### Posição (Stock) de Investimento Direto no PIB (Princípio Direcional)

Segundo informação do Banco de Portugal, final de dezembro de 2025, a posição (stock) de IDE era de 213,7 mil milhões de euros, uma variação de 6,1% relativamente a dezembro de 2024. Enquanto a posição (stock) de IDPE ascendia a 78,6 mil milhões de euros, +9,2% comparativamente a 2024.

Deste modo, o peso do IDE na economia<sup>8</sup> foi de 69,7% e o do IDPE de 25,6% (69,5% e 24,8% em 2024, pela mesma ordem).



<sup>6</sup> O deflator é um índice de preços implícito que mede a evolução média de preços. É obtido através da divisão entre o valor nominal (preços correntes) e o real (preços constantes).

<sup>7</sup> Termo de Troca = Deflator das exportações / Deflator das importações

<sup>8</sup> Com base no PIB anual dos últimos quatro trimestres a terminar no 3º trimestre de 2025.

## Comércio Internacional Português

Na ótica das estatísticas da balança de pagamentos publicadas pelo Banco de Portugal<sup>9</sup>, as exportações de bens e serviços atingiram 135 mil milhões de euros em 2025, que representa uma taxa de variação homóloga (tvh) de 1,0%, enquanto as importações totalizaram 131 mil milhões de euros (tvh 3,1%), do que resultou um excedente de 3,7 mil milhões de euros e uma taxa de cobertura das importações pelas exportações de 102,9%.

Por componentes, os bens representaram 55,1% da exportação total, e os serviços 44,9%. Na importação, a participação dos bens e dos serviços foi de 79,1% e 20,9%, respetivamente.

### Balança Comercial Portuguesa de Bens e Serviços

	2024 jan/dez	% Total 2024	2025 jan/dez	% Total 2025	Var. Valor	Var. %
<b>TOTAL BENS E SERVIÇOS</b>						
Exportações	133 349	100,0	134 634	100,0	1 285	1,0
Importações	126 908	100,0	130 885	100,0	3 976	3,1
Saldo	6 440	--	3 749	--	-2 691	--
Tx. Cobertura (%)	105,1	--	102,9	--	-2,2	--
<b>UNIÃO EUROPEIA</b>						
Exportações	86 252	64,7	87 840	65,2	1 588	1,8
Importações	92 649	73,0	97 782	74,7	5 132	5,5
Saldo	-6 397	--	-9 941	--	-3 544	55,4
Tx. Cobertura (%)	93,1	--	89,8	--	-3,3	--
Contribuição Exportações (p.p.)	--	--	--	--	--	1,2
<b>PAÍSES TERCEIROS</b>						
Exportações	47 096	35,3	46 794	34,8	-303	-0,6
Importações	34 259	27,0	33 103	25,3	-1 156	-3,4
Saldo	12 837	--	13 691	--	853	6,6
Tx. Cobertura (%)	137,5	--	141,4	--	3,9	--
Contribuição Exportações (p.p.)	--	--	--	--	--	-0,2
<b>BENS</b>						
Exportações	75 369	56,5	74 131	55,1	-1 237	-1,6
Importações	100 808	79,4	103 522	79,1	2 714	2,7
Saldo	-25 440	--	-29 391	--	-3 952	-15,5
Tx. Cobertura (%)	74,8	--	71,6	--	-3,2	--
Contribuição Exportações (p.p.)	--	--	--	--	--	-0,9
<b>SERVIÇOS</b>						
Exportações	57 980	43,5	60 503	44,9	2 523	4,4
Importações	26 100	20,6	27 362	20,9	1 262	4,8
Saldo	31 880	--	33 140	--	1 261	4,0
Tx. Cobertura (%)	222,1	--	221,1	--	-1,0	--
Contribuição Exportações (p.p.)	--	--	--	--	--	1,9

Fonte: Banco de Portugal

Unidade: Milhões de euros, exceto quando indicado.

Valores FOB

A União Europeia (UE) foi o principal parceiro comercial de Portugal, absorvendo 65,2% do total das nossas exportações de bens e serviços e fornecedores de 74,7% das importações. No ano passado, as exportações e importações de bens e serviços com a UE cresceram 1,8% e 5,5%, respetivamente.

Para os Países Terceiros as exportações observaram uma quebra de 0,6%, registando uma quota de 34,8% do total, enquanto as importações (25,3% do total) diminuiram 3,4%.

<sup>9</sup> Banco de Portugal - Estatísticas da Balança de Pagamentos (fevereiro de 2026).

Em relação especificamente à componente de bens, e segundo informação do INE<sup>10</sup>, em 2025, com base na metodologia de apuramento das estatísticas correntes do comércio internacional, as exportações de bens ascenderam a 79,3 mil milhões de euros, contra 78,9 mil milhões de euros no ano anterior, ou seja, um aumento de 417 milhões de euros (tvh 0,5%) (variação de 2,0% em 2024).

As importações totalizaram 111,4 mil milhões de euros e aumentaram 4,2 mil milhões de euros, apresentando uma variação de 3,9% (variação de 2,0% em 2024).

Estes resultados determinaram um défice da balança comercial de 32,1 mil milhões de euros, correspondente a um aumento de 3,8 mil milhões de euros relativamente 2024. A taxa de cobertura das importações pelas exportações situou-se em 71,2% que corresponde a uma redução de 2,4 pp em comparação com a taxa registada em 2024.

Excluindo a rubrica referente aos Combustíveis Minerais, as exportações de bens não-energéticos (75,3 mil milhões de euros; 94,9% do total) aumentaram 2,6% (1,9 mil milhões de euros) enquanto as importações de não-energéticos (102,0 mil milhões de euros; 91,5% do total) cresceram 6,6% (6,3 mil milhões de euros), respetivamente. O défice comercial dos bens não-energéticos foi de 26,7 mil milhões de euros, que significa um agravamento de 4,4 mil milhões de euros.

A taxa de cobertura das importações pelas exportações dos não-energéticos situou-se em 73,8% que corresponde a uma descida de 2,9 pp em comparação com o período homólogo de 2024.

As transações sem transferência de propriedade (TTE) tiveram um efeito positivo nas taxas de variação de ambos os fluxos. Excluindo este tipo de transações, a taxa de variação das exportações torna-se negativa (-1,6%), enquanto o crescimento das importações é atenuado (+2,3%), originando, neste caso, um défice de 32,3 mil milhões de euros (agravamento de 3,5 mil milhões de euros face a 2024).

As exportações para a União Europeia cresceram 2,4%, registando uma quota nas exportações totais de 72,3%.

Espanha foi o principal destino das nossas exportações de bens com uma quota de 26,0% no total, seguindo-se Alemanha (13,9%) e França (12,0%).

As exportações extracomunitárias registaram um crescimento de -4,0%, observando um peso no total de 27,7%.

Os EUA e o Reino Unido, com quotas de 5,8% e 4,5%, respetivamente, foram os principais clientes extracomunitários e quarto e quinto em termos globais.

A Alemanha, com um aumento de 1,4 mil milhões de euros (tvh 14,5%), apresenta o maior contributo positivo para o crescimento global das exportações, seguindo-se a Turquia (+223 milhões de euros; tvh 32,5%) e Espanha (+130,5 milhões de euros; tvh 0,6%).

As principais quebras nas vendas externas ocorreram com os EUA (-715,0 milhões de euros; tvh -13,4%), Argélia (-228,0 milhões de euros; tvh -47,7%) e Países Baixos (-195,8 milhões de euros; tvh -6,9%).

Na importação, as compras à União Europeia (76,5% do total) cresceram 6,7% enquanto as provenientes dos Países Terceiros (23,5% da importação total), observaram uma variação de -4,2%.

Espanha foi o nosso principal fornecedor, com uma quota de 32,9%, seguida da Alemanha (11,9%) e da França (7,3%). O principal fornecedor extracomunitário, e quinto no ranking global, foi a China, com um peso de 5,3%.

De notar os aumentos das importações a Espanha (+1,4 mil milhões de euros; tvh 3,9%), Irlanda (+1,2 mil milhões de euros; tvh 60,8%) e Alemanha (+1,1 mil milhões de euros; tvh 9,0%), e a diminuição das compras ao Brasil (-1,0 mil milhões de euros; tvh -27,9%), Noruega (-385,8 milhões de euros; tvh -76,7%) e Azerbaijão (-306,0 milhões de euros; tvh -44,2%).

Por grupos de produtos, as Máquinas e Aparelhos constituíram a principal exportação com uma quota de 15,6% do total, seguindo-se os Veículos e Outro Material de Transporte (13,3%) e os Químicos (9,3%).

De destacar os aumentos das exportações de Químicos (+1,5 mil milhões de euros; tvh 24,8%), de Máquinas e Aparelhos (+690,7 milhões de euros; tvh 5,9%) e de

---

<sup>10</sup> INE – Estatísticas Correntes do Comércio Internacional Português (1º apuramento; fevereiro de 2026)

Nota: Devido a diferenças metodológicas de apuramento, os resultados globais apurados pelo INE para a componente de bens são diferentes dos do Banco de Portugal.

Veículos e Outro Material de Transporte (+348,3 milhões de euros; tvh 3,4%). As principais quebras ocorreram nos Combustíveis Minerais (-1,5 mil milhões de euros; tvh -26,9%), nos Metais Comuns (-238,8 milhões de euros; tvh -3,7%) e nas Pastas Celulósicas e Papel (-221,0 milhões de euros; tvh -6,5%).

Nas importações prevaleceram também as Máquinas e Aparelhos (18,1% do total), seguindo-se os Químicos (13,6%) e os Veículos e Outro Material de Transporte (13,5%).

Assinalam-se os aumentos nos Químicos (+2,3 mil milhões de euros; tvh 18%), nos Veículos e Outro Material de Transporte (+1,2 mil milhões de euros; tvh 8,6%) e nos Agrícolas (+908,6 milhões de euros; tvh 8,1%). As principais quebras verificaram-se nos Combustíveis Minerais (-2,1 mil milhões de euros; tvh -18,4%) e nas Matérias Têxteis (-41,5 €; tvh -1,9%).

As exportações portuguesas de Produtos Industriais Transformados representaram, em 2025, 93,4% das exportações totais, apresentando um crescimento homólogo de 0,3%. Os restantes produtos, 6,6% do total, registaram uma variação de 3,4%.

Por Graus de Intensidade Tecnológica dos produtos industriais transformados, a Alta Tecnologia representou 15,6% do total (tvh 13,8%), a Média-Alta Tecnologia 30,0% do total (tvh 3,5%), a Média-Baixa tecnologia 22,0% (tvh -8,0%) e a Baixa Tecnologia 32,4% (tvh -2,0%).

Do lado das importações, os Produtos Industriais Transformados representaram 88,2% do total, apresentando um crescimento homólogo de 6,7%, enquanto os restantes produtos valeram 11,8% do total crescendo -13,3% face a 2024.

Por Graus de Intensidade Tecnológica dos Produtos Industriais Transformados, a Alta Tecnologia representou 17,4% do total (tvh 8,8%), a Média-Alta Tecnologia 39,9% do total (tvh 7,3%), a Média-Baixa tecnologia 16,9% (tvh 3,4%) e a Baixa Tecnologia 25,9% (tvh 6,6%).

Quanto à componente de serviços, de acordo com dados do Banco de Portugal <sup>11</sup>, em 2025 as exportações ascenderam a 60,5 mil milhões de euros, contra 58,0 mil

milhões de euros no ano anterior, ou seja, um aumento de 2,5 mil milhões de euros (tvh 4,4%).

No mesmo período, as importações totalizaram 27,4 mil milhões de euros e aumentaram 1,3 mil milhões de euros, apresentando uma tvh de 4,8%.

Estes resultados determinaram um excedente da balança comercial de 33,1 mil milhões de euros, correspondente a crescimento do saldo de 1,3 mil milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações situou-se em 221,1% em 2025 o que corresponde a uma diminuição de 1,0 p.p. em relação à taxa registada em igual período do ano anterior.

A União Europeia representou 56,5% das exportações totais portuguesas de serviços, apresentado um crescimento de 5,2%. Os Países Terceiros (43,5% do total) cresceram 3,2%.

Por países, o Reino Unido foi o principal destino das nossas exportações de serviços com uma quota de 12,5% no total, seguindo-se a Alemanha (11,7%) e França (11,2%).

De notar os aumentos das exportações para a Alemanha (+435,7 milhões de euros; tvh 6,5%), seguindo-se os EUA (+411,1 milhões de euros; tvh 7,3%) e Espanha (+328,2 milhões de euros; tvh 5,6%). De referir também as quebras nas exportações para Angola (-128,7 milhões de euros; tvh -8,4%), Reino Unido (-72,3 milhões de euros; tvh -0,9%) e Eslováquia (-25,2 milhões de euros; tvh -16,5%).

Na importação, a União Europeia registou uma quota de 58,6% (tvh 5,5%) e os Países Terceiros 41,4% (tvh 3,9%).

Espanha foi o nosso principal fornecedor, com uma quota de 18,5%, seguida do Reino Unido (9,3%) e Alemanha (7,9%).

De salientar os aumentos das importações provenientes de Espanha (+325,7 milhões de euros; tvh 6,9%), Irlanda (+221,1 milhões de euros; tvh 14,2%) e China (+19,4 milhões de euros; tvh 8,7%), e as quebras observadas com o Brasil (-80,9 milhões de euros; tvh -9,4%), Noruega (-54,8 milhões de euros; tvh -33,5%) e Arábia Saudita (-27,3 milhões de euros; tvh -29,3%).

Por tipos de serviços, a rubrica de Viagens e Turismo constituiu a principal exportação com uma quota de 48,1%

---

<sup>11</sup> Banco de Portugal - Estatísticas da Balança de Pagamentos (fevereiro de 2026)

no total, seguindo-se os serviços de Transportes (18,5%) e Outros Serviços Fornecidos por Empresas (16,6%).

De destacar os aumentos das exportações de Viagens e Turismo (+1,4 mil milhões de euros; tvh 5,0%) e de Telecomunicações, Informáticos e Informação (+458,9 milhões de euros; tvh 9,1%), e a quebra na rubrica da Construção.

Nas importações, prevaleceram os Outros Serviços Fornecidos por Empresas (26,6%) e os serviços de Viagens e Turismo (26,2%) e Transportes (21,5%).

O maior aumento nas importações ocorreu na rubrica de Outros Serviços Fornecidos por Empresas (+438,6 milhões de euros; tvh 6,4%) e a principal quebra ocorreu na rubrica de serviços de Manutenção e reparação (-117,4 milhões de euros; tvh -9,8%).

#### Investimento Direto de Portugal com o Exterior

Em 2025, a variação líquida total dos fluxos de Investimento Direto do Exterior em Portugal (IDE) foi de 8,5 mil milhões de euros, que representa uma variação de -4,6 mil milhões de euros (tvh -34,9%) face a igual período de 2024.

Por mercados de origem do IDE, Luxemburgo, Reino Unido e Alemanha foram os principais com 1,1 mil milhões de euros, 926,6 milhões de euros e 842,2 milhões de euros, pela mesma ordem. Com registo líquido negativo há a salientar o IDE da Irlanda (-131 milhões de euros), da Noruega (-22,1 milhões de euros), e da Austrália (-10,1 milhões de euros).

Por setor de atividade residente, o das Indústrias Transformadoras, com 1,5 mil milhões de euros, foi o principal setor recetor de IDE, seguido do da Eletricidade, Gás e Água, com 1,3 mil milhões de euros.

Por tipo de instrumento financeiro, os Títulos de Participação em Capital contribuíram com 11,9 mil milhões de euros, enquanto os Instrumentos de Dívida registaram uma variação líquida de -3,4 mil milhões de euros.

No final de dezembro de 2025, a posição (stock) de IDE era de 213,7 mil milhões de euros, uma variação de 6,1% relativamente a dezembro de 2024.

Por países investidores imediatos (países de procedência do capital) Espanha representou 20,5% do stock total de IDE, Luxemburgo 18,3% e Países Baixos 16,4%, enquanto o principal país extracomunitário em termos de stock de IDE

era o Reino Unido, com 6,9% do total. A União Europeia detinha 75,1% do stock de IDE em Portugal no final de 2025.

Do stock de IDE total procedente de Espanha, 6,7% teve origem em empresas portuguesas e 69,7% em empresas da própria Espanha.

Em termos de investidor final (país de origem do capital), Espanha detinha 14,4% do stock total de IDE, Portugal 13,3%, França 8,8%, EUA 7,8% e Reino Unido 7,5%.

Nesta perspetiva, da origem do capital, do stock de IDE total com origem em Espanha, 99,4% foi investido em Portugal através da própria Espanha, 1,1% através dos Países Baixos e 0,6% via Reino Unido.

Como referido, enquanto origem do IDE, Portugal representa 13,3% do stock de IDE enquanto investidor final, fenómeno denominado de *round tripping*, que ocorre quando o investidor final coincide com o país do investimento e que está associado à passagem do investimento com origem e destino em Portugal por entidades intermediárias residentes noutros países, em particular nos Países Baixos, Luxemburgo e Espanha. Neste contexto, do stock de IDE em Portugal com origem em empresas portuguesas, 58,8% foi investido através dos Países Baixos, 14,4% do Luxemburgo e 10,3% via Espanha.

Por setores de atividade, salientam-se as Atividades financeiras, seguros, com 20,4% do stock total de IDE e as Consultoria e administrativas (11,7% do total).

No ano passado, Lisboa era a principal região recetora de IDE, com 53,0% do stock total em Estabelecimentos e 55,3% em Sedes, seguida da região Norte, com 17,4% e 19,6%.

Quanto à variação líquida dos fluxos de Investimento Direto de Portugal no Exterior (IDPE), ascendeu a 6,7 mil milhões de euros em 2025 (janeiro a dezembro), que significa uma variação de -886,1 milhões de euros (tvh -11,7%) comparativamente a igual período do ano anterior.

Por países de destino, Países Baixos, Espanha e França observaram os maiores valores positivos, com 2,3 mil milhões de euros, 1,7 mil milhões de euros e 590,2 milhões de euros, respetivamente. Em termos negativos de referir Hungria, Angola e Nigéria, com -50,6 milhões de euros, -42,7 milhões de euros e -34,6 milhões de euros, respetivamente.

Sectorialmente (por sector da empresa residente), o setor Atividades Financeiras, seguros investiu 2,3 mil milhões de euros, seguindo-se o setor Eletricidade, Gás e Água, com 1,9 mil milhões de euros.

Por tipo de instrumento financeiro, dos 6,7 mil milhões de euros de IDPE total, 4,2 mil milhões de euros foram relativos a Títulos de Participação em Capital e 2,5 mil milhões de euros a Instrumentos de Dívida.

No final de dezembro de 2025, a posição (stock) de IDPE ascendia a 78,6 mil milhões de euros, uma variação de 9,2% comparativamente a 2024.

Por mercados de destino do IDPE, Espanha e Países Baixos registavam 25,0% e 23,3% do stock total de IDPE, respetivamente. Os principais países ExtraUE foram Brasil e Angola com 3,9% e 3,1% do total, respetivamente. A União Europeia representava 71,0% do stock de IDPE total.

Por setor de atividade residente as Atividades financeiras, seguros registaram 44,9% do stock de IDPE.

#### Fluxos e Posição de Investimento Direto com o Exterior (Princípio Direcional)

	2021	2022	2023	2024	2025
IDPE	1 045	3 995	5 749	7 590	6 704
IDE	8 852	11 341	11 202	13 071	8 510
Saldo	-7 807	-7 346	-5 453	-5 481	-1 806
IDPE (v.h.)	-298	2 950	1 754	1 841	-886
IDE (v.h.)	1 863	2 489	-139	1 869	-4 561
Saldo (v.h.)	-2 161	461	1 893	-28	3 675

#### Posições (Stock; posições em fim de período)

	2021 dez	2022 dez	2023 dez	2024 dez	2025 dez
IDPE	57 313	63 458	69 464	72 007	78 620
IDE	164 176	175 733	192 754	201 384	213 731
Saldo	-106 863	-112 275	-123 289	-129 377	-135 111
IDPE (t.v.h.)	7,8%	10,7%	9,5%	3,7%	9,2%
IDE (t.v.h.)	9,2%	7,0%	9,7%	4,5%	6,1%
Saldo (t.v.h.)	9,9%	5,1%	9,8%	4,9%	4,4%

Fonte: Banco de Portugal

Unidade: Milhões de Euros

Notas e siglas:

IDPE - Investimento Direto de Portugal no Exterior

IDE - Investimento Direto do Exterior em Portugal

t.v.h. - taxa de variação homóloga em percentagem

Ainda uma nota para realçar que o resultado do IDE líquido global de 2025 é fortemente impactado pelo IDE líquido negativo em 3,5 mil milhões de euros por via de instrumentos de dívida, como sejam, por exemplo a concessão de empréstimos ou de créditos comerciais ou a aquisição de títulos de dívida, refletindo sobretudo operações de reorganização de grupos económicos. Esta quebra ocorreu em maior grau na relação dos investidores

diretos com as empresas de investimento direto, ou seja, da entidade ou grupo de entidades relacionadas que exerce controlo ou um grau significativo de influência sobre a entidade que está sujeita ao controlo ou a um grau significativo de influência pelo investidor direto.

Contudo, é de destacar também que o IDE líquido estruturante, em Participação de Capital de Empresas, ascendeu no ano passado a 11,9 mil milhões de euros montante equiparado ao máximo observado em 2023 (12,0 mil milhões de euros).

#### Projeções Económicas para Portugal

Segundo o Banco de Portugal<sup>12</sup>, num contexto internacional de tensões geopolíticas na sequência do conflito no Médio Oriente, que implicou o aumento do preço dos bens energéticos e a expectativa de agravamento das condições de financiamento, bem como dos eventos climáticos extremos do início do ano e a evolução mais fraca da atividade no final de 2025 face à projeção anterior, o Banco de Portugal reviu em baixa as projeções económicas para 2026-2028. Este cenário adverso é, contudo, mitigado, em 2026, pela solidez do mercado de trabalho, a execução do PRR e uma política orçamental expansionista. Em 2027 e 2028, a atividade será condicionada pelo abrandamento da oferta de trabalho e pela diminuição dos fundos europeus.

No horizonte de projeção, a procura interna será o principal motor do crescimento, devendo a economia portuguesa continuar a crescer acima da média da área do euro, ainda que o diferencial diminua ao longo do horizonte.

O mercado de trabalho continuará sólido, com uma taxa de desemprego estabilizada em níveis historicamente baixos. A criação de emprego abrandará, fruto da diminuição dos fluxos migratórios e do aumento mais contido da taxa de atividade.

A inflação deverá aumentar em 2026, refletindo o aumento das pressões de origem externa. O conflito no Médio Oriente explica, em larga medida, as revisões em alta da inflação em 2026 e 2027. A dissipação do efeito do choque energético nos preços e a manutenção das expectativas de

<sup>12</sup> Boletim Económico (março 2026)

inflação de longo prazo ancoradas deverão contribuir para a redução da inflação em 2028.

Num ambiente de elevada incerteza quanto ao comércio global, as exportações deverão recuperar gradualmente, crescendo em linha com a procura externa no médio prazo. A fraqueza das exportações em 2025, face à evolução da procura externa, foi generalizada às componentes de bens e serviços, existindo fatores específicos e temporários que contribuíram para este comportamento. Por um lado, as exportações de bens energéticos — que incluem gás natural, coque e produtos petrolíferos refinados — diminuíram em 2025, refletindo, em parte, a paragem programada de unidades da refinaria nacional. Por outro lado, a evolução da procura externa beneficiou de efeitos de antecipação de transações de bens devido à subida anunciada de direitos aduaneiros, que não foram visíveis nas exportações portuguesas. No caso dos serviços, o menor dinamismo em 2025 foi extensível às exportações de turismo — num quadro de um forte aumento acumulado dos preços deste setor em Portugal — e de outros serviços — destacando-se, em termos nominais, o abrandamento dos serviços de construção, arquitetura, engenharia, consultoria e investigação e desenvolvimento.

A evolução das exportações em 2025 traduziu-se numa perda de quota de mercado, após a sequência de ganhos da última década. Uma análise preliminar da quota de bens nos mercados da UE, em termos nominais, sugere que parte desta perda de quota esteve concentrada nos bens energéticos e agroalimentares e, em menor grau, no material de transporte e produtos diversos. Em contraste, registaram-se ganhos de quota nas exportações de máquinas e de químicos, plástico e borracha. Assume-se uma virtual estabilização da quota de mercado das exportações de bens e serviços no médio prazo, uma hipótese prudente num enquadramento externo caracterizado pela incerteza elevada e aumento da concorrência, em particular da China. Neste quadro, é crucial que o setor exportador português continue a apostar na diversificação dos mercados (por produto e geográficos) e no reforço da competitividade.

Projeções para a Economia portuguesa, em volume (taxa de variação anual %)

	2025	2026p	2027p	2028p
<b>PIB</b>	1,9	1,8	1,6	1,8
<b>Consumo Privado</b>	3,5	2,0	1,8	1,6
<b>Consumo Público</b>	1,7	1,2	1,0	0,7
<b>Formação Bruta de Capital Fixo</b>	3,5	3,8	1,3	2,6
<b>Exportações</b>	0,4	1,4	2,6	3,1
<b>Importações</b>	4,2	1,9	2,4	2,8
<b>Balança Corrente e de Capital (% PIB)</b>	2,7	3,5	1,7	1,6
<b>Índice Harmonizado de Preços no Consumidor</b>	2,2	2,8	2,3	2,0
<b>Taxa de Desemprego (% população ativa)</b>	6,0	5,9	5,8	5,8
<b>Saldo Orçamental (% PIB)</b>	0,7	0,1	--	--
<b>Dívida Pública (% PIB)</b>	89,7	87,5	--	--

Fontes: INE (2026), "Procedimento dos Défices Excessivos (1ª Notificação de 2026)"; Banco de Portugal (2026), "Boletim Económico - Março de 2026".

Em termos gerais, a economia portuguesa deverá crescer 1,8% em 2026, 1,6% em 2027 e 1,8% em 2028, enquanto a inflação deverá aumentar para 2,8% em 2026 e diminuir para 2,3% em 2027 e 2,0% em 2028.

A projeção do Banco Central reflete a deterioração do enquadramento externo. A subida abrupta e significativa dos preços das matérias-primas energéticas tem um impacto negativo na atividade e positivo na inflação, sobretudo em 2026. A expectativa de agravamento das condições de financiamento condiciona também a atividade no horizonte de projeção. As hipóteses subjacentes à projeção refletem as expectativas implícitas nos mercados financeiros à data, pressupondo uma duração relativamente limitada do conflito EUA-Israel vs Irão e efeitos contidos sobre a confiança dos agentes e as cadeias de abastecimento globais. No entanto, existe uma elevada incerteza, e uma intensificação ou prolongamento do conflito implicam riscos acentuados para a projeção. As condições meteorológicas extremas registadas no início do ano afetam também a evolução da atividade em 2026. Neste quadro globalmente adverso, existem fatores que continuam a sustentar o crescimento neste ano, como a solidez do mercado de trabalho, o ímpeto associado ao PRR e a orientação expansionista da política orçamental. No médio prazo, a evolução da economia encontra-se condicionada pelos efeitos da demografia sobre a oferta de trabalho e pela redução das transferências líquidas da UE. Relativamente à evolução dos preços, a dissipação do choque sobre o preço dos bens energéticos e a manutenção de expectativas de inflação de longo prazo ancoradas deverão contribuir para a estabilidade de preços no consumidor no final do horizonte, tanto em Portugal como na área do euro.

### 3.

#### Atividade desenvolvida

O Plano Estratégico 2024-2026 gizado pelo Conselho de Administração, o qual define objetivos e métricas para toda a organização, enquadrou a atividade desenvolvida pela Agência ao longo do ano de 2025. No segundo ano deste ciclo estratégico, foram aprofundadas as prioridades estabelecidas nos seus três eixos estruturantes: Captação de Investimento Direto Estrangeiro para Portugal orientado para a reindustrialização, digitalização e sustentabilidade; Internacionalização das Empresas Portuguesas através da identificação de novos mercados, da integração de fatores

incerteza, bem como as perspetivas para os anos seguintes, enquadram e orientam a tomada de decisão da Agência.

Em 2025<sup>13</sup>, a União Europeia manteve-se como o principal parceiro comercial de Portugal, absorvendo 65,2% do total das exportações de bens e serviços e fornecendo 74,7% dos bens e serviços importados. Por mercados de origem do IDE destacam-se o Luxemburgo, Reino Unido e Alemanha, que, em conjunto, representaram os maiores contributos positivos.

As previsões macroeconómicas do *Economist Intelligence*



ESG (*Environmental, Social and Governance*) na gestão e do apoio a empresas de elevado crescimento; Reforma e Reforço Orgânico da AICEP,

Nos eixos de captação de investimento e internacionalização, manteve-se a articulação com o sistema científico e tecnológico, a convergência com a Estratégia de Especialização Inteligente 2030, o reforço da integração da economia portuguesa nas políticas europeias, o foco em mercados extra-UE e o incentivo a formas de agregação empresarial que reforcem escala e competitividade.

A atividade desenvolvida deve ser entendida à luz do contexto económico e geopolítico descrito no capítulo anterior. Indicadores como o crescimento do PIB, evolução das exportações e importações, taxas de juro, inflação, preços e segurança energética, confiança dos consumidores e das empresas, dívida e índices de

*Unit* (serviço online <https://viewpoint.eiu.com/>) para os cinco principais parceiros comerciais de Portugal - Espanha, França, Alemanha, Reino Unido, e também para os Estados Unidos da América, mostram um crescimento desigual destas economias, refletindo choques globais, tensões comerciais e dinâmicas internas dos países:

- Para Espanha, primeiro parceiro comercial de Portugal, prevê-se um crescimento acima da média europeia e um forte dinamismo económico (2,8%), apoiado pela criação de emprego e pelo consumo privado e turismo.

- Em França, segundo parceiro comercial de Portugal, o crescimento previsto é moderado (0,9%), estando condicionado pela fraca procura interna e pela incerteza política que afetaram o investimento privado e a confiança empresarial.

<sup>13</sup> Banco de Portugal, 19 de fevereiro de 2026

- Na Alemanha, terceiro parceiro comercial de Portugal, estima-se um crescimento marginal (0,2%), refletindo desafios industriais e fraca recuperação, reduzidos níveis de investimento, elevada sensibilidade a choques externos e desafios estruturais.

- No Reino Unido, quarto parceiro comercial de Portugal, as previsões apontam para um crescimento relativamente estável e moderado (1,4%), apesar da pressão inflacionista, das políticas fiscais e dos riscos associados a políticas internas e comércio pós-Brexit.

- Nos Estados Unidos, quinto parceiro comercial de Portugal, o crescimento deverá ser robusto (2,1%) face aos restantes países desenvolvidos, sustentando a procura global e o comércio internacional. Os EUA em 2025 mantiveram o seu papel de liderança económica mundial apesar dos riscos de tarifas e das tensões comerciais.



Dada a conjuntura geopolítica mundial atual, com guerras diversas, crises energéticas, humanitárias, financeiras, entre outras, a incerteza é a única certeza, pelo que estas previsões são limitadas na sua eventual aderência à realidade

Este capítulo integra as principais iniciativas desenvolvidas pela Agência ao longo de 2025. Para além das áreas *core* do negócio— internacionalização e captação de investimento estrangeiro— outras áreas funcionam como apoio ao *core*, nomeadamente a Academia AICEP, os

Produtos de Informação, a gestão de incentivos, a organização da participação portuguesa em exposições universais e internacionais, transversal à atuação da AICEP. A estrutura organizacional da Agência em 2025 é a que se apresenta abaixo.

As áreas designadas de negócio *core* são o *front office* da organização, estando em contacto direto com o cliente, ou seja, com as empresas e agentes económicos, portugueses e estrangeiros. As áreas comerciais e de angariação no seu conjunto gerem cerca de 11 mil clientes empresariais.

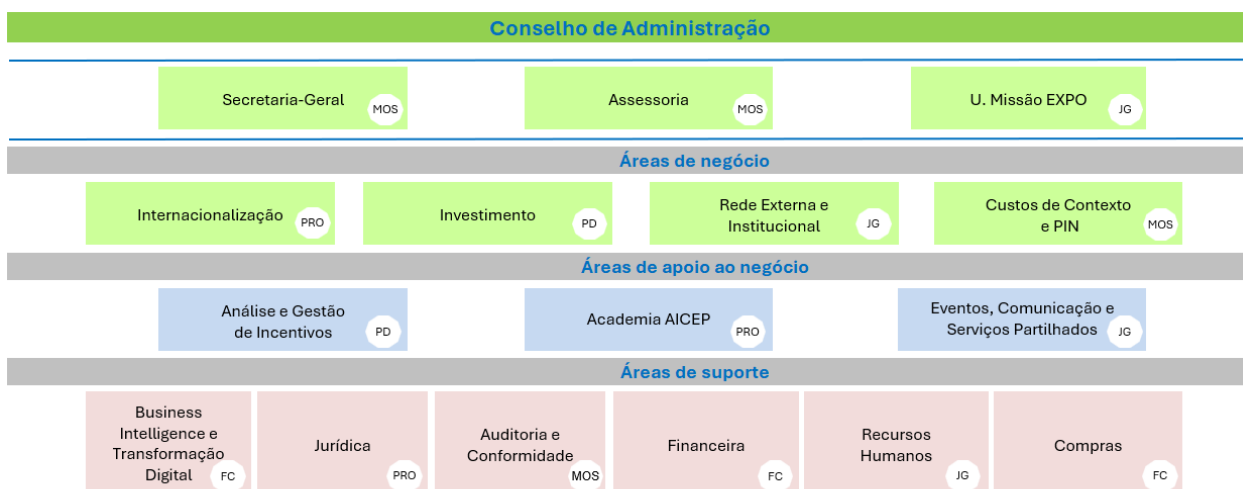
Tipologia	Nº empresas
<b>Internacionalização:</b>	
volume de exportações inferior a 1 milhão de euros	5.299
volume de exportações inferior a 25 milhões de euros	4.719
volume de exportações superior a 25 milhões de euros	1.027
<b>Investimento:</b>	
volume neg. consolidado superior a 75 milhões de euros (*)	
investimento estrangeiro (**)	181
Startups	111
<b>Total</b>	<b>11.337</b>

(\*) ou com um projeto de investimento superior a 25 milhões de euros

(\*\*) leads de investimento acompanhadas em 2025

As áreas de apoio ao negócio funcionam em estreita ligação com as anteriores e fornecem instrumentos e ferramentas a toda a organização para entrega ao cliente. As áreas de suporte contribuem para o funcionamento geral da estrutura organizacional.

Descreve-se nos próximos capítulos a atividade da Agência nas suas várias áreas de atuação em 2025.

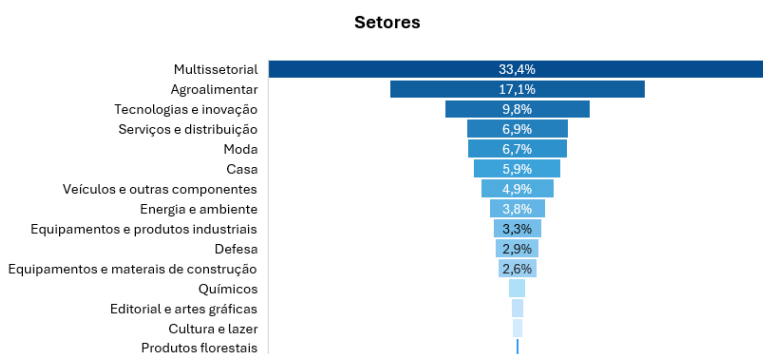


MOS - Madalena Oliveira e Silva; JG - Joana Gaspar; FC - Francisco Catalão; PRO - Paulo César Oliveira; PD - Philomène Dias

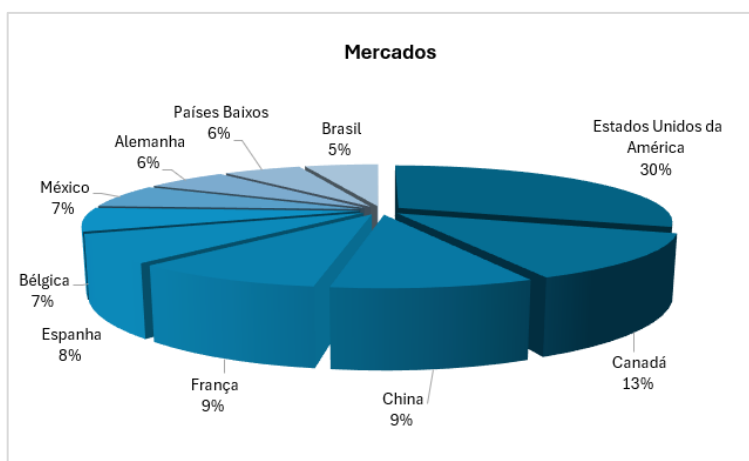
## A. Áreas de Negócio

Em termos globais, em 2025 a AICEP realizou, participou e acompanhou um enorme leque de ações, de variados formatos e objetivos. Identificou-se um total de 613 iniciativas, sendo que quase metade são ações concebidas, estruturadas e financiadas pela Agência (44%).

A totalidade das seis centenas de ações envolveram 56 mercados externos, muitas das quais direcionadas para mais do que um setor (33,4%). Os setores com maior representatividade foram o agroalimentar (17,1%), as tecnologias e inovação (9,8%), os serviços e distribuição (6,9%), a moda (6,7%), a casa (5,9%) e os veículos e outros componentes (4,9%).



Os mercados que, no seu conjunto, integram o top 10 das ações realizadas foram os seguintes: Estados Unidos da América (105), Canadá (44), China (32), França (31), Espanha (27), Bélgica (23), México (23), Alemanha (21), Países Baixos (20) e Brasil (19).



Das iniciativas identificadas, destacam-se 35 ações com enorme potencial de negócio – 9 ações de *sourcing*, 3 de redes de fornecedores e 23 visitas de importadores, que envolveram 31 mercados e mais de 400 participantes; 94 seminários/*webinars* dedicados a diversas temáticas, realizados no estrangeiro e em Portugal; mais de 150 visitas e participações em feiras internacionais; 61 visitas institucionais das quais 53 ao estrangeiro e 8 a Portugal; quase 40 missões empresariais ao estrangeiro e cerca de 20 a Portugal.

No que respeita às ações da estrita iniciativa e responsabilidade da AICEP, destacam-se a participação em feiras e eventos comerciais com stand institucional e a promoção em pontos de venda (60 iniciativas). Destacam-se os mercados da Arábia Saudita, China, França, Grécia e Itália. Em termos de *media*, realizaram-se campanhas de promoção e comunicação internacionais, visitas de jornalistas e inserções publicitárias e publireportagens (Alemanha, Cabo Verde, Canadá, China, Espanha, França, Irlanda e Marrocos). Na área de angariação de IDE, organizaram-se 17 missões ao estrangeiro e 6 *roadshows*, que no seu conjunto abrangeram o Brasil, Canadá, China, Espanha, EUA e França. No que respeita a iniciativas de diplomacia económica no âmbito de visitas oficiais da Presidência da República e de Membros do Governo destacam-se a realização de seminários económicos e sessões de *networking* empresarial.

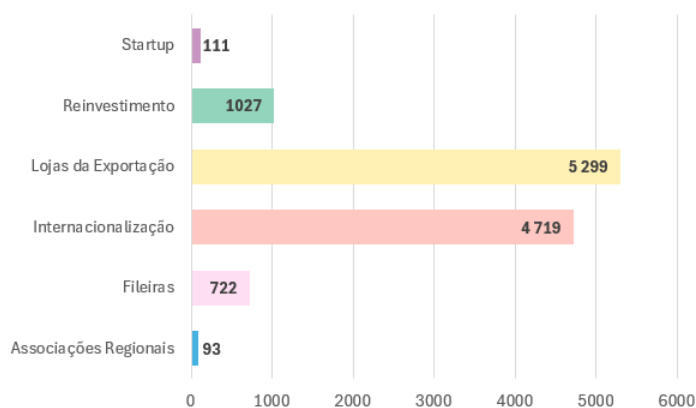


## A.1 Áreas Comerciais de interação direta com as empresas

O apoio direto às empresas e associações setoriais constitui uma dimensão central da intervenção da AICEP, orientada para reforçar a internacionalização, promover o investimento e estimular o reinvestimento em Portugal. Este acompanhamento assenta numa relação próxima com o tecido empresarial, permitindo identificar necessidades, adaptar respostas e apoiar cada empresa de acordo com a sua maturidade e objetivos nos mercados externos.

As equipas comerciais da Agência asseguram a disponibilização de produtos e serviços de informação, capacitação, consultoria e apoio ao investimento, bem como a identificação de oportunidades e a facilitação de ligações relevantes para o crescimento e internacionalização das empresas. Ao combinarem conhecimento setorial, proximidade e orientação ao cliente, contribuem para consolidar a presença das empresas portuguesas no exterior e para dinamizar o investimento em Portugal.

A sua atividade estrutura-se em quatro áreas fundamentais: (a) internacionalização, (b) reinvestimento; (c) fileiras setoriais e (d) angariação de investimento estrangeiro.



As áreas de internacionalização, reinvestimento e angariação focam-se num conjunto de cerca de 11 mil empresas que fazem parte da carteira de clientes da Agência.

Refira-se que as áreas de contacto direto com as empresas funcionam em estreita ligação com a Rede externa e com as demais áreas dos incentivos financeiros, da Academia AICEP, dos produtos de informação, dos custos de contexto e Projetos de Interesse Nacional (PIN) e dos grandes eventos internacionais.

### A.1.a) Internacionalização

Os gestores da área de Internacionalização acompanham empresas cujo valor das exportações fique compreendido entre 1 milhão e 25 milhões de euros ou empresas com candidaturas ao Sistema de Qualificação PME Projetos Individuais do Portugal2030.

Com foco no alargamento da base exportadora, a área de internacionalização garante o apoio às empresas e o reforço de proximidade com o tecido empresarial português.

A AICEP possui um serviço de proximidade às empresas, através das suas 6 Lojas de Exportação situadas em Braga, Aveiro, Coimbra, Viseu, Leiria e Faro, para além do atendimento existente em Lisboa e Porto. A Agência disponibiliza ainda uma linha telefónica de *Contact Center* e uma caixa de email ao dispor dos seus clientes.

O número total de empresas em acompanhamento ativo na área de Internacionalização é de 10.018, sendo que 5.299 apresentam um volume de exportações inferior a 1 milhão e as restantes inferior a 25 milhões de euros.

### A.1.b) Reinvestimento

No Reinvestimento procura-se orientar o cliente para futuras oportunidades de investimento. Os gestores desta área acompanham empresas consideradas grandes empresas (empresa ou grupo de empresa cujo volume de negócios consolidado seja superior a 75 milhões de euros ou tenha um projeto de investimento superior a 25 milhões de euros), e empresas cujo valor de negócio ou de exportação seja superior a 25 milhões de euros. O acompanhamento de projetos de investimento de grande dimensão é focado no incremento de IDE secundário – investimento que decorre de atividades de *aftercare* e por contágio do já existente. É feito o acompanhamento dos projetos de investimento apoiados e contratualizados pela AICEP no âmbito dos incentivos financeiros e fiscais geridos pela Agência e dos projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN), através da realização de visitas às empresas e na divulgação de eventos e oportunidades de negócio.

O número de empresas ativas em acompanhamento no final de 2025 ascendia a 1.027 empresas, sendo que se estima poder este número chegar a 1.068 empresas.

No que respeita a incentivos financeiros e a Projetos de Interesse Nacional (PIN), será apresentada, mais adiante, informação detalhada em capítulos dedicados.

#### A. 1.c) Fileiras setoriais

A AICEP integra uma área de conhecimento setorial, numa ótica de fileira, com o objetivo de posicionar, com maior valor acrescentado, a oferta nacional em mercados externos. É responsável pelo apoio à promoção externa a nível setorial e por assegurar um conhecimento setorial especializado, que permita reforçar o apoio às empresas nos seus processos de internacionalização e de investimento, assim como assegurar uma abordagem setorial integrada. Neste âmbito, os gestores da área das fileiras acompanham as associações e outras entidades associativas.

As fileiras estão associadas aos *clusters* reconhecidos, pretendendo-se que estas se aproximem, tanto quanto possível, aos ecossistemas industriais europeus. A AICEP acompanha as seguintes fileiras:

- Fileira Aeronáutica, Espaço e Defesa - *Cluster AED*;
- Fileira Agroalimentar – *Portuguese AgroFood Cluster*; *Cluster da Vinha e do Vinho*;
- Fileira Arquitetura, Engenharia e Construção - *Cluster AEC*; *Cluster Habitat Sustentável*; *Cluster Portugal Mineral Resources*; *Cluster Portuguese Circularity*;
- Fileira da Economia Azul - *Cluster do Mar Português*;
- Fileira Lifestyle - *Cluster do Calçado e Moda*; *Cluster Têxtil: Tecnologia e Moda*;
- Fileira Metalomecânica – *Cluster PRODUTECH*; *Engineering & Tooling Cluster*, *Cluster das Baterias*
- Fileira Mobilidade - *Cluster Automóvel*; *Cluster da Plataforma Ferroviária Portuguesa*;
- Fileira TICE & SCC – *Cluster TICE.pt*;
- Fileira Saúde e Ciências da Vida – *Health Cluster da Vida*;
- Fileira das Indústrias Criativas e Indústrias e ITD *Cluster Portugal - Indústrias e Tecnologias do Desporto*; *Cluster do Turismo*.

Em 2025, foram realizadas um total de 80 ações para o conjunto das fileiras que envolveram 1.050 empresas. No total, acompanharam-se ativamente 722 empresas e 93 Associações setoriais.

O acompanhamento próximo das empresas de referência nestes setores, das Associações e dos *Clusters* permite

assegurar a articulação do plano de promoção externa da AICEP com as referidas entidades, contribuindo para uma estratégia de promoção sectorial integrada. É também neste âmbito que se acompanham os Projetos Conjuntos de Internacionalização das Associações, bem como dos seus projetos de natureza coletiva do Sistema de Incentivos a Ações Coletivas à Internacionalização (SIAC).

Na sua atividade corrente, esta área trabalha diariamente na internacionalização dos seus clientes, em articulação com a Rede Externa da AICEP e acompanha os projetos de investimento em Portugal.

Do conjunto das 3 áreas de internacionalização, reinvestimento e fileiras, a atividade de 2025, articulada em permanência com diversas outras áreas da AICEP, estruturou-se da seguinte forma:



A área de Internacionalização assegurou ainda, em representação da AICEP, a participação em 14 Grupos de Trabalho com entidades externas e em cerca de 51 eventos de cariz internacional e económico. Até setembro, participou em mais de 30 eventos, na qualidade de oradores e/ou em representação da AICEP.

A participação da área de Internacionalização em eventos públicos é fundamental para reforçar a visibilidade da AICEP, afirmar a sua posição como entidade de referência no apoio à internacionalização e promover uma ligação direta com Associações, empresas e parceiros institucionais. Estas intervenções permitem divulgar prioridades estratégicas, partilhar boas práticas e fortalecer a credibilidade da Agência junto do ecossistema empresarial.

De referir que a área de Internacionalização operacionaliza e acompanha diversas ações em colaboração e propostas pela Rede Externa da Agência, incluídas no ponto A.2, bem como outras ações transversais como a *Expo Osaka 2025* e a *Web Summit Lisboa* (descrevem-se mais adiante).

Em 2025, foram ainda entregues mais de 235 fichas de empresas e mais de 40 documentos com conteúdos de ordem setorial.

#### A. 1.d) Angariação de investimento estrangeiro

A atuação no âmbito do investimento

estrangeiro é feita em primeira linha pelos *FDI Scouts* da Agência que visam promover Portugal para localização de novos projetos de investimento produtivo junto de grandes



empresas sem presença produtiva em Portugal, assegurando a identificação, qualificação e contacto com potenciais investidores para apresentação de propostas de valor customizadas. Esta atividade é desenvolvida nos mercados externos.

O desenvolvimento de projetos de investimento é assegurado pelas equipas de *Investment Managers* que garantem o acompanhamento e desenvolvimento de projetos de investimento produtivo já identificados (*leads*) promovidos por empresas sem presença em Portugal, através da preparação e apresentação aos investidores de informação crítica para tomada de decisão, bem como apoiar na identificação e seleção de localizações e de potenciais parceiros/fornecedores.

Em 2025, deu-se continuidade à abordagem comercial pró-ativa junto de empresas-alvo, ou seja, empresas internacionais com potencial de expansão para investimentos produtivos, nos principais mercados emissores de IDE. Os *FDI Scouts*, em articulação com as Delegações da AICEP, participaram em eventos internacionais com o objetivo de realizar contatos diretos com decisores, promoveram missões de angariação de IDE com deslocação ao mercado ou em formato virtual com o objetivo de promover a atração e retenção de mais e melhor investimento em Portugal, gerador de crescimento económico e emprego.

Foram desenvolvidas ações pró-ativas de angariação de novas *leads* de investimento junto de empresas targets nos mercados da Alemanha, Áustria, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos da América,

França, Japão, Singapura e Turquia. As missões de angariação de IDE têm como objetivo apresentar às empresas alvo, as vantagens competitivas de Portugal como destino de projetos de investimento.

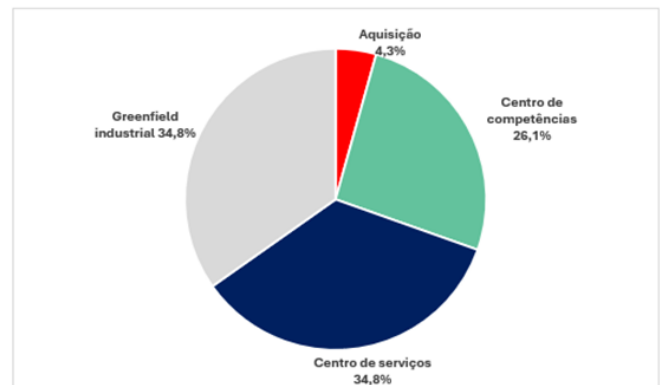
Foram realizadas reuniões individuais com empresas destes países, tendo havido oportunidade para apresentação de propostas de valor, customizadas de acordo com o destinatário, potenciadoras do incremento de *awareness* sobre Portugal e da identificação de intenções de expansão. Em 2025, realizaram-se mais de 290 reuniões com empresas targets, ou seja,

multinacionais atuando em setores de atividade com potencial de crescimento em Portugal, e com *multipliers*, consultoras especializadas na área de *Site Location*, para promover a atratividade de Portugal e a dinâmica de crescimento dos setores de atividade com maior potencial de criação de emprego e valor para a economia nacional.

Foi realizada, ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 2025, uma ação de promoção proativa de Portugal enquanto destino de investimento, dirigida às empresas atuando em setores de tecnologias limpas (*cleantech*), nomeadamente naqueles segmentos abrangidos pelo Sistema de Incentivos ao Investimento em Setores Estratégicos, lançado em dezembro de 2024.

Neste âmbito, foram contactadas, de forma personalizada, suportada no envio de materiais de comunicação

Decisões de investimento por tipo de atividade (nº projetos)



específicos preparados pela AICEP, representantes executivos em mais de 500 empresas multinacionais, sem presença atual em Portugal, com particular incidência nos mercados da América do Norte (EUA e Canadá), Europa,

Médio Oriente (EAU) e Ásia (Coreia do Sul, China, Índia, Japão e Singapura). Foram realizadas cerca de 30 reuniões decorrentes desta abordagem, tendo sido identificados vários potenciais projetos de investimento em Portugal. Um destes projetos identificados traduziu-se já na assinatura de contrato de investimento, no montante de 110 Milhões de Euros, com o Estado Português, representado pela AICEP.

No âmbito das equipas de Investment Managers foram objeto de acompanhamento 181 *leads* de investimento, das quais 96 novas *leads* de investimento em 2025, tendo sido garantidas 23 decisões de investimento. De entre estas novas decisões, cerca de 61% correspondem a projetos na área dos serviços, 35% são de cariz industrial e o restante corresponde a um investimento por aquisição.

Estes 23 novos projetos têm um perfil muito diversificado em termos de tipo de atividade e capital de origem, mas todos optam por Portugal graças à perceção muito positiva sobre a disponibilidade e qualidade do talento nacional, mas também à capacidade do país em atrair talento internacional, essencial para o desenvolvimento de atividades de elevada complexidade. São exemplos atividades na área das baterias e respetivos componentes, centros de dados, atividades financeiras e atividades tecnológicas associadas às tecnologias de inteligência artificial e ciência de dados. Portugal surge como uma localização atrativa, segura e competitiva na Europa.

O volume de investimento associado a estes novos projetos de investimento ascende a cerca de 291,5 milhões de euros. Ao nível do impacto destas decisões no emprego, estas têm como objetivo a criação de mais de 3.132 novos postos de trabalho.

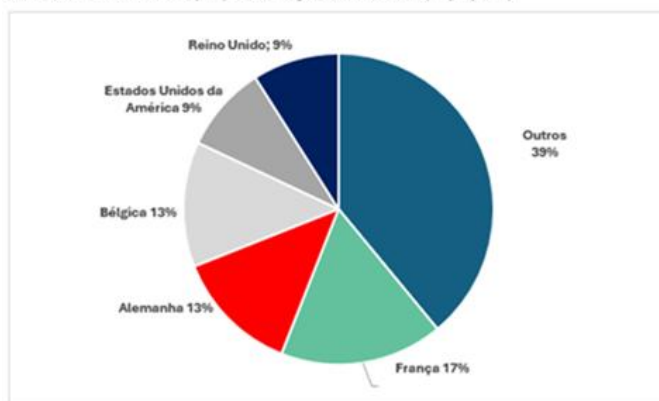
A França, a Bélgica e a Alemanha, destacam-se como os países com maior número de projetos de investimento angariados em 2025, na sua grande maioria projetos associados a criação de centros de serviços partilhados e centros de competência. Portugal continua a receber a atenção dos investidores para desenvolvimento de projetos industriais, projetos mais complexos e exigentes em matéria de infraestruturas (disponibilidade de terrenos industriais infraestruturados,

acesso à rede de energia elétrica e gás, entre outros) e condições de instalação (prazos para tramitação de processos de licenciamento, concessão de incentivos, entre outros), mas também com prazos de decisão mais demorados.

Em 2025, manteve-se a tendência de procura de Portugal enquanto potencial destino de projetos de IDE nos setores da indústria automóvel (cadeia de valor das baterias para veículos elétricos), dos equipamentos para produção de energias renováveis, e dos centros de dados. A instabilidade dos mercados do automóvel, eólico e do hidrogénio verde teve impacto no ritmo de desenvolvimento de alguns destes projetos.

Embora o setor dos *Business Services* continue a demonstrar dinamismo no número de projetos em acompanhamento e um cada vez maior elevado valor acrescentado, verificou-se, no ano de 2025, um ligeiro abrandamento do investimento, traduzido, sobretudo, no número de decisões favoráveis para Portugal. No entanto, mantém-se a expansão da atividade de empresas do setor já presentes em Portugal, quer através do aumento dos mercados geográficos que servem, quer através de novos serviços que prestam aos respetivos Grupos. Este setor representa o 5º setor com maior peso nas exportações totais de bens e serviços de Portugal para o exterior, com contributo significativo ao nível da criação de emprego qualificado e valor acrescentado.

Decisões de investimento por país de origem do investidor (nº projetos)



Destaca-se na atividade de acompanhamento de projetos de novos investidores:

- Diminuição do número de intenções de investimento, com reflexo na tomada de decisão, dado o contexto atual de tensões geopolíticas e comerciais, que se agudizaram ao

longo do ano de 2025, com reflexo nos índices de confiança dos investidores e consequente dilatação do tempo de tomada de decisão.

- Confirmação da relevância dos países europeus (Alemanha, França, Reino Unido e Países Baixos) como principais mercados emissores de IDE em Portugal, com destaque para o setor dos serviços de alto valor

acrescentado na área financeira e tecnológica, seguido de mercados extraeuropeus com destaque para os Estados Unidos e a China.

- Conjuntura desfavorável de alguns dos setores industriais europeus mais relevantes na ótica da angariação de IDE (ex. caso automóvel), com impacto negativo na propensão para expansão de atividade.

- Incremento da procura por grandes áreas de implantação para atividades industriais com elevadas exigências de infraestruturas e necessidade de celeridade na obtenção das licenças de obras e ligação energética.

- Elevado dinamismo da área de infraestrutura digital, nomeadamente, data centres, com procura por áreas industriais de grande dimensão e necessidades energéticas significativas.

Para além da atividade comercial corrente de angariação de IDE, abordagem direta e customizada junto de empresas targets e desenvolvimento de *leads* de investimento, a área de Investimento promove e participa em Ações de promoção de Portugal como país atrativo para desenvolvimento de investimento. Estas ações de natureza mais coletiva, por serem de divulgação ampla dos fatores de atratividade de Portugal, com foco setorial ou de mercado, contribuem para a notoriedade e a imagem de Portugal enquanto potencial destino de investimento. As principais ações desenvolvidas são: participação em eventos setoriais de promoção de investimento, acompanhamento de missões de empresas estrangeiras a Portugal na ótica de angariação de IDE.

As principais ações desenvolvidas em 2025 são as que abaixo se indicam, sendo que as iniciativas nos mercados externos são tratadas no capítulo da Rede Externa:

- Desenvolvimento e publicação da *newsletter* Invest in Portugal, em formato digital e língua inglesa, com o objetivo de destacar factos e notícias de interesse para investidores internacionais e multipliers na área de *Site Location*. *Newsletter* com periodicidade mensal.

- Lançamento da 3ª edição do estudo *Business Services in Portugal*, estudo de caracterização e perspetiva dos *Business Services* em Portugal, em parceria com a consultora IDC. Na sequência do inquérito realizado no final do ano de 2024, procedeu-se à realização do estudo no 1º trimestre de 2025, tendo ocorrido a sua Publicação no final do 1º semestre do ano.



- Publicação de *Investment Profile* na edição de janeiro 2025 do *Site Selection Magazine*, com destaque para dinâmica de investimento estrangeiro em Portugal. Título da publicação: Global Companies Find Portugal Offers a “Central Place in the World” for *Business Services*.

- Participação da AICEP enquanto entidade parceira da edição 2025 da Conferência Deloitte Shared Services, a qual teve lugar em Dublin, Irlanda, de 23 a 25 de setembro. Participação com *stand* e presença no evento para realização de contactos comerciais com as empresas presentes no evento. Foram realizadas cerca de 25 reuniões com empresas-alvo e consultores de localização.

## A.2 Rede Externa

No seu desígnio de apoiar as empresas no aprofundamento do conhecimento dos mercados e na diversificação das suas estratégias de internacionalização, a Rede Externa da AICEP manteve-se, em 2025, como uma das valências centrais da atuação da Agência. A presença da AICEP em dezenas de geografias, articulada com a rede diplomática portuguesa, permitiu assegurar um acompanhamento próximo das dinâmicas locais, reforçar a visibilidade da oferta nacional e promover Portugal como destino atrativo para investimento e para o desenvolvimento de parcerias empresariais.

A operacionalização das delegações no estrangeiro apoiou-se numa articulação contínua com as áreas da sede, assegurando coerência estratégica, circulação de informação e uma resposta célere às necessidades das empresas e entidades nacionais. Ao longo do ano, a Rede Externa acompanhou projetos empresariais, promoveu contactos entre operadores económicos, apoiou iniciativas de divulgação setorial e participou em ações de promoção e diplomacia económica, contribuindo para o reforço da presença portuguesa nos mercados.

A AICEP integrou também, de forma estruturada, o trabalho com organizações multilaterais e instituições internacionais, desenvolvendo iniciativas específicas para aproximar as empresas portuguesas das oportunidades financiadas por estes organismos e para reforçar o posicionamento de Portugal em redes de decisão económica.

No âmbito das relações institucionais, a Agência acompanhou a preparação de informação estratégica sobre mercados, apoiou visitas e missões oficiais, e assegurou a articulação com autarquias, comunidades intermunicipais, associações empresariais e outras entidades públicas. Este trabalho, desenvolvido em estreita ligação com a Rede Externa, permitiu garantir apoio operacional às entidades nacionais e reforçar a coerência das iniciativas de promoção externa.

Em 2025, a atividade da Rede Externa decorreu num contexto internacional exigente, marcado por incerteza geopolítica, ajustamentos nas cadeias globais de valor e crescente competição entre mercados. Apesar deste enquadramento, a Rede reforçou a sua intervenção, dinamizando ações de promoção internacional, iniciativas de captação de investimento, eventos de *networking*,

missões empresariais e ações de comunicação que contribuíram para a afirmação da imagem económica de Portugal e para o apoio direto às empresas.

Neste capítulo pretende-se dar a conhecer a atividade da Rede Externa desenvolvida ao longo de 2025, bem como a atuação da AICEP no acompanhamento de entidades institucionais junto da Rede Externa da Agência.

### A. 2.a) Ações com intervenção da Rede Externa

Detalhamos, em seguida, as ações com maior intervenção da Rede Externa da AICEP, nomeadamente:

- Ações de captação de investimento e promoção setorial;
- Missões comerciais e Institucionais ao Estrangeiro;
- Missões comerciais de importadores e decisores e visitas Institucionais a Portugal;
- Multilaterais.

Mais adiante no final deste ponto encontra-se uma listagem das ações realizadas mais relevantes e cujo contributo da AICEP assumiu particular importância.

### Ações de captação de investimento e promoção setorial

No que respeita às ações de angariação de investimento estrangeiro e de promoção setorial realizadas em 2025 da iniciativa da AICEP, descrevem-se seguidamente por ordem cronológica as mais emblemáticas.

#### Alemanha – Roadshow de captação de investimento estrangeiro

Para o mercado alemão, a AICEP manteve a estratégia de atuação na angariação de investimento, dando continuidade ao *roadshow* de investimento iniciado em 2024. O foco foram os sectores identificados como prioritários, com a realização de reuniões com as empresas target, potenciais *leads* de investimento e participação com *stand* institucional em algumas feiras. O *roadshow* realizado teve por base os eventos mais relevantes de cada sector prioritário:

- Hannover Messe (Hanover, 31 de março a 4 de abril de 2025): Indústria;
- EES Europe (Munique, 7 a 9 de maio de 2025): Energia - Baterias;
- Gitex Europe (Berlim, 21 a 23 de maio de 2025): *Startups*, Inovação e Tecnologia;

- IAA Mobility (Munique, 9 a 14 de setembro de 2025): Mobilidade;
- Medica (Dusseldorf, 17 a 20 de novembro de 2025): Equipamentos, produtos e soluções para a saúde;
- Semicon (Munique, 18 a 21 de novembro de 2025): Indústria dos semicondutores;
- Space Tech Expo Europe (18 a 20 de novembro de 2025): Indústria aeroespacial.

Todo o processo de mapeamento dos eventos, empresas *target* e identificação dos decisores, execução das



reuniões e *follow-ups* foi realizado pela equipa da AICEP em Berlim em estreita articulação com a área de Investimento da AICEP. Para além da continuidade do trabalho iniciado em 2024, em 2025 realizaram-se reuniões de *follow-up* com empresas abordadas no ano anterior, mas também novos *targets* que foram sendo identificados ao longo do processo, sendo este um trabalho contínuo de monitorização ao longo de todo o ano e que não se limitou à presença nestes eventos. A equipa de Berlim monitoriza diariamente o mercado alemão na ótica de angariação de novo investimento alemão para Portugal. No total foram identificadas 301 empresas *target* durante as 7 feiras, que resultaram em 183 reuniões concretizadas: Hannover Messe (79 empresas *target* / 38 reuniões), EES Europe (51 / 31), GITEX Europe (34/16), IAA Mobility (20/12); Medica (42/ 23), SEMICON (61/55); Space Tech Europe (14/8). Estes 301 *targets* qualificados que foram identificados voltarão a ser contactados durante o ano de 2026, com o objetivo de serem marcadas reuniões de acompanhamento das empresas que demonstraram maior potencial para gerar *leads* de investimento.

### Canadá – Roadshow de captação de investimento estrangeiro

Ao longo de 2025, foi desenvolvido um conjunto de iniciativas em várias cidades canadianas para apresentar as vantagens competitivas de Portugal, destacando os setores estratégicos e o potencial de captação de investimento direto estrangeiro, ajustado ao perfil industrial de cada região.

O *Roadshow* Montreal integrou três dinâmicas complementares: a organização de um seminário sobre Oportunidades de Negócio e Investimento em Portugal, que reuniu cerca de 40 participantes; reuniões com atores estratégicos do ecossistema aeroespacial canadiano, incluindo autoridades do *cluster*, agências públicas de desenvolvimento de negócios e o banco de fomento do Canadá, e; o acompanhamento de 12 empresas, universidades e centros de inovação e engenharia portuguesas durante a sua visita a Montreal, por ocasião do *RDV Forum 2025* – um relevante evento do setor aeroespacial no Quebec.



O *roadshow* a London incluiu reuniões, visitas e uma apresentação de Portugal. Foram realizados contactos com a Western University (uma das mais prestigiadas do Canadá) e com a London Economic Development Corporation onde foram efetuadas apresentações sobre a atratividade de Portugal para investidores, num total de 13 reuniões com empresas *target* dos setores agroalimentar (3), manufatura avançada (2), Tech (4) e Medtech (4).

Em Otava o *roadshow* incluiu o seminário “Portugal–Canada Defence Industry and Partnership”, evento coorganizado pela AICEP Canadá, pela Embaixada de Portugal e pelo Adido de Defesa da Embaixada de Portugal em Otava. O seminário contou com a participação de altos representantes do idD Portugal Defence e do AED *Cluster* Portugal. Do lado canadiano, estiveram presentes 25 participantes, incluindo representantes de empresas dos setores aeroespacial e de defesa, associações, consultoras especializadas, bem como responsáveis das Forças Armadas e do Ministério da Defesa Nacional do Canadá. Este seminário constituiu um marco importante no reforço das relações bilaterais entre Portugal e o Canadá nos domínios da Defesa e Segurança, tendo em vista o diálogo institucional e empresarial e a promoção de uma

melhor compreensão mútua das capacidades e oportunidades de cooperação entre os dois países.

Realizou-se ainda uma Missão de angariação de IDE a Toronto, com contactos com empresas dos setores das ciências da vida, equipamentos e produtos industriais, mobilidade, aeronáutica, espaço e defesa e TI-Tecnologias de Informação. As reuniões permitiram identificar e dar início ao acompanhamento de um projeto de investimento em Portugal de uma empresa multinacional canadiana do setor da mobilidade, bem como de dois projetos de expansão *greenfield* de PME's canadianas, nos setores dos dispositivos médicos e de sistemas de controle de poluição do ar.



#### EUA – Roadshow de captação de investimento estrangeiro

Foram realizadas inúmeras ações no mercado americano dirigidas à captação de investimento, destacando-se Utah (janeiro), Miami (março), Califórnia (abril), Cincinnati (maio), Carolina do Sul (maio), Minnesota (maio, outubro e novembro), Missouri (setembro), Seattle (setembro), Ohio (setembro), Indiana (setembro), Texas (dezembro) e New Orleans/Louisiana (dezembro).

Os setores que mais foram visados nestas ações enquadram-se nas áreas Tecnologia e Economia Digital (TIC, IA, Espaço, defesa e aeronáutica), Indústria e Manufatura Avançada (aeroespacial, automóvel e componentes, baterias), Ciências da Vida (*Life sciences*, Biotecnologia, Tecnologias médias), Energia (renováveis, transição energética, materiais críticos) e Logística e Mobilidade (centros logísticos, mobilidade suave).

As sessões foram dirigidas a investidores, empresários, ecossistemas de inovação e investigação, câmaras de comércio e agentes regionais, decisores políticos e institucionais, e procuraram o reforço da notoriedade e posicionamento de Portugal, a geração e qualificação de oportunidades de investimento, o aprofundamento de relações institucionais e a dinamização da diplomacia económica.

#### **PORTUGAL: Trade Gateway to Europe in Houston**

December 3, 2023 @ 4:30 PM - 6:30 PM CST - FREE



The European American Chamber of Commerce Texas is honored to announce a business program and holiday reception in Houston featuring H.E. Francisco Duarte Lopes, the Ambassador of Portugal to the United States, and Carlos Moura, Director/Trade Commissioner, USA.

Os 14 *roadshows* realizados nos EUA permitiram reforçar de forma significativa o posicionamento de Portugal como destino competitivo para investimento, inovação e comércio internacional, gerando resultados concretos ao nível da notoriedade, captação de oportunidades e consolidação de redes de contactos estratégicas. Através destes programas foram estabelecidos contactos diretos com grandes empresas globais — incluindo *Amazon*, *Microsoft*, *Google*, *BMW*, *Airbus Helicopters*, *Procter & Gamble*, *3M* e *Cargill* — bem como com investidores, universidades e entidades institucionais, resultando na identificação de múltiplas oportunidades de investimento (incluindo *leads* concretas), no reforço do pipeline de IDE e na promoção de setores estratégicos como tecnologia, energia, mobilidade, aeroespacial, agroalimentar e ciências da vida. Paralelamente, a realização de seminários “Why Portugal”, eventos de *networking* e apresentações institucionais permitiram consolidar a imagem de um país moderno e inovador, fortalecer relações com ecossistemas regionais e abrir caminho a futuras parcerias empresariais, científicas e institucionais de elevado valor acrescentado.

#### Japão – Missões de angariação de IDE – julho a setembro

No âmbito da estratégia de promoção de Portugal como destino de Investimento Direto Estrangeiro, e aproveitando a realização da Exposição mundial em Osaka, realizaram-se em diversas cidades seminários económicos:

- Mobilidade – Tóquio – 22 de maio
- Saúde e ciências da vida – Tóquio - 1 de julho;
- Aeroespacial e defesa - 8 de agosto
- Ecossistema de *startups* e inovação – Tóquio, Nagoya, Osaka e Kobe – 18 a 20 junho
- Economia azul - 24 de setembro.

Os seminários permitiram reforçar a notoriedade de Portugal como destino atrativo para investimento em setores estratégicos, qualificar *leads* e identificar projetos com potencial de acompanhamento posterior.



#### França – Global Industrie – 11 a 14 março

Esta é uma das maiores feiras mundiais de subcontratação industrial de equipamentos e de sistemas de engenharia de produção (excluindo têxteis/curtumes e alimentar). Realiza-se habitualmente em alternância anual entre Paris e Lyon. Este ano decorreu em Lyon no parque de exposições “Eurexpo”, com cerca de 2.500 expositores, distribuídos num espaço de cerca de 100 mil m2 com 14 setores de atividade e cerca de 45 mil visitantes profissionais. A feira tem um forte impacto mediático tanto nos meios profissionais como no audiovisual, e no digital destinado ao grande público.



Portugal voltou a ter a maior representação internacional, à frente da Itália e Alemanha, com mais de 1.000m2 de área de exposição. A representação portuguesa de 96 expositores, foi maioritariamente composta por três associações profissionais AIMMAP, AIDA e ANEME (que acompanharam 80 expositores), cobrindo todo o leque da subcontratação industrial. Em termos de comunicação, a presença portuguesa foi divulgada através de bandeiras *beach flag*, sinalética no chão e *sponsoring* das estações de baterias e recargas de telemóveis. Em adicional foi inserida uma publipreportagem na revista *L'Usine Nouvelle* com a imagem de Portugal e o slogan *PORTUGAL Talented People Creative Solutions*.

*PORTUGAL Talented People Creative Solutions.*

Nesta edição denotou-se uma preocupação crescente dos expositores com o futuro dos setores industriais em França e no espaço europeu. No que se refere ao setor metalúrgico e



metalomecânico o subsector da subcontratação industrial pode definir-se como uma verdadeira área de tecnologia e de engenharia. De facto, trata-se de um segmento de indústria que se caracteriza pela produção essencialmente de peças técnicas, com elevada incorporação de inovação, engenharia de produto e de processo e uma excelente relação qualidade/preço.

Atualmente as PME portuguesas do setor do metal evoluíram para o *specialized subcontracting*, podendo assim fornecer não apenas o produto, mas também a engenharia e o desenvolvimento da peça ou do subconjunto. Os fornecedores portugueses deixaram de ser vistos como “fornecedores” para passarem a ser “parceiros”, integrando a inovação e a complexidade no modelo de negócio, e subindo na cadeia de valor das grandes empresas, com quem compartilham riscos. Esta evolução implicou naturalmente a modernização das empresas, tanto em termos de capital humano como em termos de equipamentos e novas tecnologias de produção (informatização e automatização).

#### Canadá – Participação na Feira Aeromart – 25 a 27 março

A *Aeromart* Montreal é um dos mais importantes eventos internacionais do setor aeroespacial, reunindo empresas líderes, fornecedores e decisores de todo o mundo. A participação portuguesa, além de um *stand* institucional, incluiu a organização de um *workshop* sobre a atratividade de Portugal para o investimento direto



estrangeiro “Portugal – *A Rising Global Hub for Aerospace Innovation*”, a participação na conferência “*Global Supply Chain Summit*” e a participação em reuniões *one-to-one* com *players* empresariais e institucionais relevantes.

No conjunto destas iniciativas foram realizadas 19 reuniões com empresas target, das quais 7 canadianas. Em resultado da participação na *Aeromart*, foi possível uma maior articulação da AICEP com os dois principais *clusters* setoriais canadianos - *Aéro Montréal* e *Ontario Aerospace Council* e um reforço da visibilidade e do conhecimento do *cluster* aeronáutico português junto de empresas estratégicas a nível local e global.

#### República Checa – Feira Internacional do Livro de Praga – “Portugal Convidado de Honra” – 13 a 18 maio

Portugal foi Convidado de Honra na Feira Internacional do Livro de Praga, que decorreu de 15 a 18 de maio de 2025, tendo participado com um stand de 100 m<sup>2</sup>, avaliado como o mais bonito do evento pelos organizadores da Feira. Esta participação foi coordenada pela Equipa Interministerial para as Feiras Internacionais do Livro, composta pelo Instituto Camões, Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), Turismo de Portugal I.P. e AICEP, em colaboração com a Embaixada de Portugal na República Checa. Portugal apresentou uma programação rica e diversificada, que incluiu autores consagrados como Luís de Camões, Fernando Pessoa e José Saramago, bem como autores contemporâneos: Ana Paula Tavares, Filipe Melo, Gonçalo M. Tavares, João Luís Barreto Guimarães, Lídia Jorge, Madalena Matoso, Rui Zink.

A participação portuguesa enfatizou a literatura como ponte entre culturas, promovendo a compreensão e o intercâmbio cultural. As participações internacionais foram de 24 países.

Durante os quatro dias do evento, a feira recebeu um número recorde de visitantes, ultrapassando os 63.000.



#### Angola – Participação na Feira Internacional de Benguela – 21 a 25 maio

A AICEP, em articulação com o Consulado-Geral de Portugal em Benguela, participou com um *stand* institucional na 14.ª edição da FIB, dedicada à segurança alimentar e ao potencial económico do Corredor do Lobito e que reuniu quase 400 expositores e cerca de 20 mil visitantes. Após mais de uma década sem presença nacional, Portugal assegurou a única participação estrangeira institucional no certame. Conseguiu-se com esta participação reforçar a visibilidade da oferta portuguesa e ainda apoiar as empresas nacionais e luso-angolanas presentes.



Aprofundaram-se contactos institucionais e empresariais numa região estratégica para o desenvolvimento logístico e industrial de Angola. O balanço da participação foi considerado muito positivo, quer pelo elevado número de contactos estabelecidos e visitas ao *stand*, quer pelo reforço do posicionamento de Portugal como parceiro relevante na diversificação económica angolana, perspetivando-se a continuidade da presença portuguesa nas próximas edições.

#### Luxemburgo – Participação na feira NEXUS 2050 – 17 e 18 junho

A segunda edição da *Nexus Luxembourg*, oficialmente intitulada *Nexus 2050 – Accelerating AI & Tech for a Better Tomorrow*, teve lugar no centro de congressos na cidade de Luxemburgo. Consolidando-se como uma das principais plataformas europeias dedicadas à transformação digital e inovação tecnológica, o evento reuniu mais de 8.500 líderes, especialistas e empreendedores, de 57 países para debater temas cruciais como inteligência artificial, cibersegurança, *fintech*, indústria 4.0 e sustentabilidade. O evento ocupou uma área total de 13.500 m<sup>2</sup>, distribuída por 17 palcos temáticos, incluindo 10 “*Knowledge Stages*”,

proporcionando um espaço dinâmico de debate, demonstração tecnológica e *networking* internacional. Este certame contou com mais de 8.500 participantes de 57 países (aumento de 51% face à edição inaugural em 2024) que incluíram membros de *startups* e *scale-ups* tecnológicas, grandes empresas e multinacionais, investidores institucionais e privados, representantes governamentais e decisores políticos, associações empresariais, *clusters* de inovação, especialistas académicos e centros de investigação. O evento reuniu 527 oradores, 144 *startups* e 73 expositores, tendo o jantar de encerramento contado com 960 convidados.



Pela primeira vez, a AICEP participou com um *stand* institucional, reforçando a visibilidade de Portugal enquanto *hub* europeu de inovação tecnológica nestes domínios.

Durante os dois dias do evento, a AICEP promoveu ativamente o ecossistema tecnológico português, com destaque para os setores da inteligência artificial, tecnologias digitais e sustentabilidade, estabelecendo contactos com empreendedores, *startups*, investidores e grandes empresas da região do BENELUX. Alguns destes interlocutores manifestaram interesse em aprofundar oportunidades de negócio e investimento em Portugal.

#### Países Baixos – Participação na HLTH Europe – 17 a 19 junho

A conferência internacional *HLTH Europe*, que se realizou em Amsterdão, afirmou-se como um dos principais eventos europeus dedicados à inovação na área da saúde. Esta primeira edição europeia reuniu cerca de 5.000 participantes de mais de 80 países, representando empresas tecnológicas, hospitais e grupos de saúde, farmacêuticas, seguradoras, *start-ups*, investidores, centros de investigação, entidades públicas e reguladoras.

A participação institucional da AICEP materializou-se através de um *stand* de 9m<sup>2</sup>, que serviu como ponto de contacto e promoção do ecossistema nacional de inovação em saúde. Este espaço permitiu apresentar soluções desenvolvidas em Portugal, atrair potenciais parceiros e investidores, e apoiar as empresas e instituições portuguesas presentes.

Durante o primeiro dia do evento, foi promovido um momento informal de *networking* no espaço da feira, com a presença da Embaixadora de Portugal nos Países Baixos, reunindo cerca de 35 participantes ligados às entidades portuguesas presentes.

A avaliação geral da participação é muito positiva, sendo recomendada a continuidade da presença institucional neste tipo de iniciativas e o reforço da colaboração com parceiros estratégicos como o *Health Cluster Portugal* e *Startup Portugal*, e as principais universidades e centros de investigação nacionais.



#### Tailândia – Participação na Mobility Tech Asia – 2 a 4 julho

A *Mobility Tech Asia* consolidou-se como a principal plataforma asiática de inovação em mobilidade sustentável, reunindo mais de 250 empresas e pavilhões internacionais e cerca de 32.000 visitantes de 65 países. Sob o tema “*Shaping the Regional Innovation Hub for Sustainable Mobility*”, o evento destacou soluções de mobilidade inteligente, veículos elétricos, tecnologias autónomas, hidrogénio, combustíveis alternativos e infraestruturas urbanas sustentáveis, afirmando a Tailândia como *hub* regional neste setor.

A participação da AICEP visou promover o ecossistema português da mobilidade elétrica, atrair investimento e fomentar parcerias tecnológicas e industriais com o Sudeste Asiático, reforçando a imagem de Portugal como destino europeu de referência. A ação incluiu presença em *stand* institucional e a apresentação “*Why Portugal?*”

*Leading Electric Mobility in Europe*”, complementada por material promocional, tendo gerado elevada visibilidade



junto de decisores, empresas, líderes e investidores, bem como relevante exposição nos media especializados e nas redes sociais.

#### China – Xangai – Participação na *Grand Suzhou Canal Expo* – 15 a 17 agosto

A Delegação da AICEP em Xangai coordenou a organização e dinamização do Pavilhão Nacional na 7.ª edição da *Grand Suzhou Canal Expo*, realizada em Suzhou, um importante polo económico da província de Jiangsu. A presença portuguesa (articulada com o Consulado-Geral e o Turismo de Portugal China) visou reforçar a visibilidade institucional



de Portugal junto de autoridades locais e operadores económicos. Durante o evento foram promovidos contactos institucionais e empresariais, bem como reuniões informais com

potenciais parceiros, contribuindo para a identificação de oportunidades de cooperação económica e comercial e para o reforço da imagem de Portugal enquanto parceiro económico fiável.

#### França – Campanha *Made in Portugal Naturally* - *Paris Design Week* – 4 a 9 setembro

A *Paris Design Week* (PDW) é o evento emblemático do design em Paris e pretende expor e debater as tendências do *design* em toda a sua extensão, desde o mobiliário, design de interiores e decoração, até ao grafismo e à gastronomia. Durante dez dias, Paris transforma-se num palco criativo com cerca de 450 espaços distribuídos por quatro zonas geográficas e integrados em dez circuitos temáticos, permitindo aos visitantes explorar exposições, espetáculos de rua, visitas privadas e mesas-redondas, num ambiente dinâmico e descontraído.

Portugal marcou presença com a exposição *“Made in Portugal naturally”*, que pretendeu dar continuidade às ações realizadas em 2022 e em 2024, de forma a capitalizar o investimento já realizado e assegurar a continuidade da presença portuguesa e da marca MADE IN PORTUGAL, naquele que é um dos eventos internacionais mais importantes para o design e para a fileira casa, e no primeiro mercado de exportação do mobiliário português.

Alinhada com o tema da *Paris Design Week*: *“Régénération”* (regeneração), a exposição destacou a capacidade de Portugal de se reinventar e transformar as suas tradições em motor de inovação. A exposição adotou o título de *“Re.MADE IN PORTUGAL naturally”*, no qual o prefixo *“Re.”* se assume como uma declaração de intenções: regenerar, reinventar e reutilizar.

A galeria de 350 m2 escolhida para a exposição dos produtos portugueses encontra-se no centro de um dos percursos culturais e exclusivos do Marais. Nela foram acolhidas durante 6 dias um total de 77 marcas da fileira casa, com mais de 200 produtos ou conjuntos expostos.

A exposição atraiu cerca de dois mil visitantes na sua maioria profissionais (designers, arquitetos, decoradores, compradores, entre outros). Este número iguala o número de visitantes da edição anterior, o que é muito positivo, tendo em conta a diminuição do número de dias de abertura (de 10 para 6 dias). Estima-se que cerca de 80% dos visitantes fossem franceses, ou francófonos.

A presença nas redes sociais, alavancada pelo



investimento feito pela AICEP na compra de publicidade, fez com que a exposição e o design português chegassem a mais de 300 mil pessoas (número total de visualizações nos *posts* entre julho e setembro de 2025). Durante o mesmo período, a base de seguidores aumentou em 40,3%, totalizando atualmente mais de 2.300 contos. Cerca de 1.400 destas interagem com o nosso conteúdo (através de comentários, gostos, partilhas, entre outros). Foram geradas 22 publicações, nos formatos *print* e digital, 11 das quais por medias franceses. As restantes foram realizadas por medias portuguesas ou ligados à diáspora. Ao nível do digital, assinala-se a cobertura por parte de medias profissionais francesas, como o *Icon Icon* (77,2 mil seguidores).

O feedback dos visitantes (profissionais e grande público) revelou-se bastante positivo. A maioria mostrou-se surpreendida e bastante impressionada com o design e o saber-fazer português, tendo, inclusive, manifestado interesse em conhecer melhor as empresas envolvidas na exposição e em obter mais informação sobre a fileira Casa portuguesa e a sua capacidade produtiva. Notamos que alguns visitantes regressaram à exposição, acompanhados por outros profissionais ou curiosos. A boa receção deste público foi, ainda, notória, pela quantidade de pequenos “influenciadores” e de profissionais do design que falaram da exposição nas redes sociais, tendo alguns dos quais identificado a página de Instagram criada pela AICEP para o efeito.

De forma geral, as empresas inquiridas consideraram a participação um sucesso em termos de visibilidade, imagem e posicionamento estratégico, sublinhando que a presença conjunta e coordenada das marcas portuguesas reforçou a sua credibilidade, coesão e impacto comunicacional. Vários participantes referiram que a mostra foi uma “excelente plataforma de promoção e networking permitindo estabelecer contactos com outras marcas portuguesas, iniciar novas parcerias e aumentar a notoriedade junto de potenciais clientes internacionais. O evento foi igualmente reconhecido pelo valor simbólico e institucional de representar o melhor do design português, sendo descrito por algumas empresas como um “motivo de orgulho e de pertença”.

#### Alemanha – Festival *Bürgerfest* Berlim – 12 a 13 setembro

A convite do Presidente da Alemanha, Portugal esteve presente na qualidade de país-parceiro internacional no Bürgerfest, evento popular de grande dimensão que celebra a cidadania, cultura e diversidade. O festival decorreu nos jardins do Palácio Presidencial Bellevue e estiveram presentes várias entidades portuguesas: Federação Oceano Azul, Federação Portuguesa de Futebol, Ciência Viva, CITEVE, Turismo de Portugal I.P., em parceria com a AHRESP e Regiões de Turismo: Madeira, Açores, Porto e Norte, Centro de Portugal, Alentejo e Algarve, TAP Air



Portugal, CAP, Super Bock, Viniportugal e produtores de vinhos portugueses.

A AICEP coordenou e organizou as tendas promocionais de produtos portugueses dos sectores da moda, agroalimentar e vinhos. Em articulação com o CITEVE, a CAP e a ViniPortugal, foram destacadas a força da inovação, a qualidade excecional e a sustentabilidade que distinguem os produtos e serviços portugueses, reforçando a imagem de Portugal como um país moderno, competitivo e comprometido com o futuro.

No primeiro dia do festival estiveram cerca de 5.000 pessoas no evento, o acesso era restrito aos convidados do Presidente alemão. No segundo dia – Dia dos Cidadãos – estiveram presentes perto de 13.000 visitantes.



#### França - Forum Portugal- *Grand Est* (Estrasburgo) – 22 outubro

Este Fórum reuniu em Estrasburgo cerca de 50 empresas, numa sessão de apresentação das vantagens de investir, fazer negócios e desenvolver parcerias com Portugal, com o propósito de aumentar a presença de empresas da região em Portugal (que já tem mais de uma dezena de investimentos concretizados no nosso país) e de incrementar a presença de empresas portuguesas na região.

No seguimento do fórum foram mantidas várias reuniões com empresas interessadas em desenvolver negócios com Portugal e foi realizada uma visita a um dos maiores projetos de empresas portuguesas no Grand-Est - Estádio de Meinau, cuja estrutura metálica está a ser construída por uma empresa nacional.



### Brasil – Missão de angariação de IDE – 28 a 31 outubro



A AICEP efetuou um programa de reuniões presenciais com empresas *target* brasileiras pré-definidas, sem presença direta atual no nosso país, localizadas no Estado de São Paulo, com vista à angariação de investimento para Portugal. Esta ação resultou de um trabalho que vem sendo realizado ao longo dos últimos 3 anos, de posicionamento do país como recetor de investimento.

Foram realizadas 27 reuniões, das quais 23 com empresas *target* nos sectores das ciências da vida, equipamentos e produtos industriais, mobilidade e agroindústria. As reuniões realizadas envolveram, na larga maioria dos casos, a realização de apresentações da atratividade de Portugal, previamente personalizadas de acordo com os tópicos de interesse dos interlocutores. A ação foi antecedida por reuniões preparatórias com as empresas, em formato virtual. A ação permitiu identificar oportunidades de *sourcing* e acompanhar empresas brasileiras já investidoras em Portugal, cujo acompanhamento está a ser prosseguido, bem como contactar com uma potencial *lead* de investimento no setor das cablagens.

### Áustria – Participação na BIO EUROPE – 3 a 5 novembro

A BIO EUROPE é um de maiores eventos no setor de biotecnologia da Europa. A decisão de participação da AICEP com stand institucional (12 m2) foi tomada com reuniões com dirigentes da LISA – Life Science Austria e LISAViena, o maior *cluster* austríaco de ciências da Vida.

Os objetivos da participação da AICEP foram afirmar Portugal como um ator internacional de destaque no setor das ciências da vida; estabelecer contactos com empresas austríacas e internacionais, e; promover a realização em Lisboa da BIO EUROPE SPRING, em março de 2026.

Apesar de a AICEP ter sido o único expositor português na feira, registou-se a visita ao certame de 14 entidades portuguesas que usaram o stand institucional como plataforma de referência, entre as quais representantes da

P-Bio, de universidades (Coimbra e Minho) e de empresas (BIAL, Biocant, Hovione).

No conjunto dos 3 dias de certame, foram realizados cerca de 50 contactos, com entidades austríacas ou de outras nacionalidades.



### Malásia– Smart Nations - Apresentação de Portugal destino IDE – 18 novembro

A *Smart Nation Expo* é a maior exposição tecnológica da região, focada em 5G, cidades inteligentes, Indústria 4.0 e tecnologias emergentes, reunindo cerca de 21.000 visitantes e mais de 600 expositores de 21 países. A participação da AICEP visou promover Portugal como destino de investimento nos domínios das cidades inteligentes e TIC, divulgar soluções portuguesas em *smart cities*, inteligência artificial e cibersegurança, e contribuir para o aumento das exportações e da atração de investimento para a economia digital, num contexto de forte aposta da Malásia na transformação digital e no desenvolvimento de polos tecnológicos como *Cyberjaya*.



A ação incluiu um *stand* próprio, apresentação institucional assistida por cerca de 70 participantes, envio de convites dirigidos e realização de ações de *networking* e reuniões com investidores e

decisores. Os contactos estabelecidos permitiram reforçar a visibilidade das empresas portuguesas, identificar oportunidades concretas de colaboração em projetos de digitalização, 5G e cidades inteligentes e dar seguimento a reuniões pós-evento, num mercado reconhecido como promissor para TIC, sustentabilidade, saúde, equipamentos industriais e formação profissional.

### Promoção do Ecossistema Empreendedor de Portugal (Startups)

No âmbito das *startups* importa destacar duas ações dirigidas a este ecossistema empresarial:

#### França – *Viva Technology 2025* – 11 a 14 junho

Numa organização da AICEP e da Associação *Startup Portugal*, Portugal esteve uma vez mais presente num dos maiores eventos tecnológicos da Europa, a *Viva Technology*, que se realizou em Paris.

Foi a quinta participação portuguesa coletiva no evento num formato de apresentação de *pitch* para investidores e atores importantes do ecossistema francês de inovação. Pela primeira vez Portugal teve um *stand* nacional promovido pela *Startup Portugal*, que acolheu 25 *startups*. O *stand* permitiu que existisse um espaço de *networking*, de reunião e de exposição não só das *startups* presentes, mas também de Portugal como país que promove e apoia a inovação. O *pitch contest* português contou com a apresentação de nove *startups* portuguesas e a apresentação de um vídeo promocional do ecossistema português de inovação.

A *startup* portuguesa vencedora do *pitch* foi a *Granter.ai*, que contará, por um período de seis meses, com o acompanhamento personalizado da AICEP em Paris. Pela segunda edição consecutiva, a participação portuguesa contou ainda com um convite especial por parte do GERMAN TECH LAB para participar na *European Tech Competition*, organizada no seu *stand* na feira. Foram 4 países convidados: Portugal, Alemanha, Polónia e França. O balanço de mais esta edição foi unanimemente reconhecido pelas *startups* participantes como sendo altamente positivo, pelas oportunidades abertas com grandes empresas multinacionais presentes, em especial francesas.



### Coreia do Sul – Missão do ecossistema de start-ups e inovação à *Next Rise* – 21 a 28 junho

No âmbito da participação portuguesa na *NEXT RISE*, principal feira de *startups* e inovação da Coreia do Sul, foi desenvolvida uma missão institucional com o objetivo de promover o ecossistema português



de inovação e reforçar o relacionamento com entidades estratégicas do ecossistema tecnológico coreano.

O programa integrou reuniões institucionais e empresariais com entidades como a NAVER, o *Global Digital Innovation Network (GDIN)*, o *Seoul AI Hub* e a *Korea International Trade Association (KITA)*, bem como a participação em ações de *networking* associadas à feira. A iniciativa permitiu reforçar a visibilidade de Portugal no ecossistema de inovação coreano, promover contactos com *startups*, *scale-ups* e entidades de apoio à internacionalização e identificar oportunidades de cooperação suscetíveis de acompanhamento futuro.

Refira-se ainda que no âmbito do ecossistema das *startups* a AICEP realizou um evento paralelo à *Web Summit Rio*, de 27 a 30 abril, e acompanhou as empresas que se deslocaram à *Web Summit Vancouver*, de 27 a 30 maio.

### Inserção de artigos, publicidade e publireportagens

Ao longo de 2025 foram realizadas inserções publicitárias e publireportagens em 8 mercados (Alemanha, Cabo Verde, Canadá, China, Espanha, França, Irlanda e Marrocos). Exemplificam-se algumas das iniciativas implementadas por alguns pontos de rede nestas tipologias.

**Alemanha – Publicidade na Revista *Mittelstand* – 2 edições – maio e agosto**

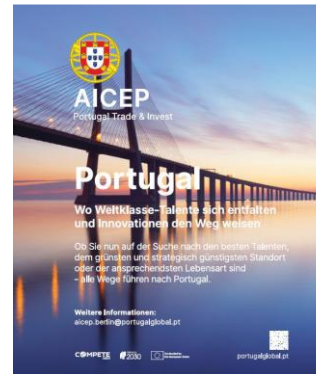
A título de complementaridade e reforço dos resultados obtidos com a participação institucional nas Feiras internacionais na Alemanha, foram realizadas duas inserções publicitárias, na revista *Mittelstand*, publicação empresarial com focos temáticos distintos em cada uma das edições. Esta revista é atualmente uma das principais revistas do seu género na Alemanha. Com um enfoque na política económica, serviços orientados para a empresa, informação cultural e associativa, oferece informações práticas para as PME alemãs. A edição de maio foi dedicada ao tema “Transportes e logística” e dirigida a empresas e profissionais que atuam nas áreas de cadeia de abastecimento, logística e soluções de transporte inovadoras. A edição de agosto teve como tema a “Cibersegurança e TI”. O conteúdo desta edição foi especialmente relevante para organizações do setor tecnológico e para todos aqueles que procuram soluções de segurança digital e inovação em tecnologias da informação.



**Alemanha – Publicidade na Revista *WirtschaftsWoche* – dezembro**

Como corolário do *Roadshow* de Investimento no mercado alemão, foi publicada uma página publicitária na revista económica mais relevante da Alemanha, a

*WirtschaftsWoche*, A revista tem uma tiragem de mais de 90.000 exemplares por edição e um alcance de mais de



500.000 leitores, dos quais 283.000 são decisores.

O objetivo da publicidade foi o de criar *awareness* sobre Portugal como destino de investimento para novos projetos alemães, sobretudo produtivos e das *Mittelstand* alemãs.

A edição em que inserida a publicidade, última do ano, realiza o balanço do que mais importante ocorreu e abre novos olhares e oportunidades para o ano seguinte.

**Canadá - Revista *Elle Gourmet Canada* – maio**

A reportagem “A Story Behind Every Bite - Agricultural products from the European Union are more than just food and drink” – incidiu sobre os produtos agroalimentares da EU com Indicação Geográfica Controlada (IGs). Portugal assegurou informação sobre os seus produtos: queijos, azeite, fruta, vinhos e enchidos.



**Canadá - *Canadian Defense Review* - novembro**

A AICEP publicou um artigo dedicado ao *Cluster* de Defesa Português e ao acompanhamento do exercício NATO REPMUS 2025, intitulado “The Portuguese Powerplay”.



China – Xangai – Reportagem sobre o ecossistema nacional de *startups*/inovação – 20 a 25 setembro

No âmbito de uma ação de promoção do ecossistema português de inovação e empreendedorismo, foi desenvolvido um programa dedicado às *startups* nacionais, associado à visita de um jornalista sénior da TechNode, um dos principais media tecnológicos da Ásia.

O objetivo subjacente foi posicionar Portugal como *hub* de inovação junto do ecossistema tecnológico chinês. O programa incluiu um total de 23 reuniões e entrevistas com *startups*, incubadoras, centros de inovação e entidades do ecossistema nacional, abrangendo várias cidades portuguesas. A ação gerou elevada visibilidade mediática para Portugal em plataformas chinesas relevantes e criou bases para o acompanhamento futuro junto de investidores, *opinião makers* e agentes do setor tecnológico. A ação resultou no lançamento de uma série com 10 episódios intitulada “*Tech Odyssey - Portugal*”.



França – Dossier *Les Echos* (com DA) – dezembro

Integrado no plano de angariação de investimento no mercado francês, foi publicado um dossier sobre Portugal na edição em papel do jornal *Les Echos* no mês de dezembro. O *Les Echos* confirmou interesse e disponibilidade editorial, através de um suplemento de 4 páginas, que possibilita a publicação de informação focada num território específico. A AICEP identificou e preparou os temas a desenvolver ainda que o conteúdo redatorial seja da responsabilidade do jornal. O mesmo foi completado com uma edição online.



Artigos Fileira Arquitetura, Engenharia e Construção (AEC) no *Le Moniteur*

No contexto do apoio à internacionalização dos setores acompanhados na Fileira Arquitetura, Engenharia e Construção (AEC), um jornalista da revista “*Le Moniteur des Travaux Publics et du Bâtiment*” (*Le Moniteur*), realizou uma visita a Portugal, no sentido de visitar empresas e entidades portuguesas do *cluster* AEC, com foco na Sustentabilidade. Como resultado desta visita a Portugal e dos contactos realizados com empresas portuguesas, foram publicados diversos artigos ilustrativos das competências da oferta nacional, know-how, experiência, agentes do setor, projetos desenvolvidos e a desenvolver, com enfoque nas áreas do digital e sustentabilidade (transição digital e verde).



Publireportagem na revista *l'Usine Nouvelle*

Foi realizada a inserção de duas páginas na edição de março “*Especial Global Industrie*”, que permitiu difundir simultaneamente uma imagem moderna da indústria portuguesa em França, assim como a presença de uma importante presença portuguesa na feira *Global industrie*. Os temas do artigo foram a “indústria 4.0”, energias renováveis para produção, diminuição do impacto ambiental, economia circular. Esta edição de março teve uma difusão habitual de 50.000 exemplares, à qual se acrescenta cerca de 12.000 exemplares especialmente adquiridos pela feira para serem distribuídos gratuitamente durante o evento.



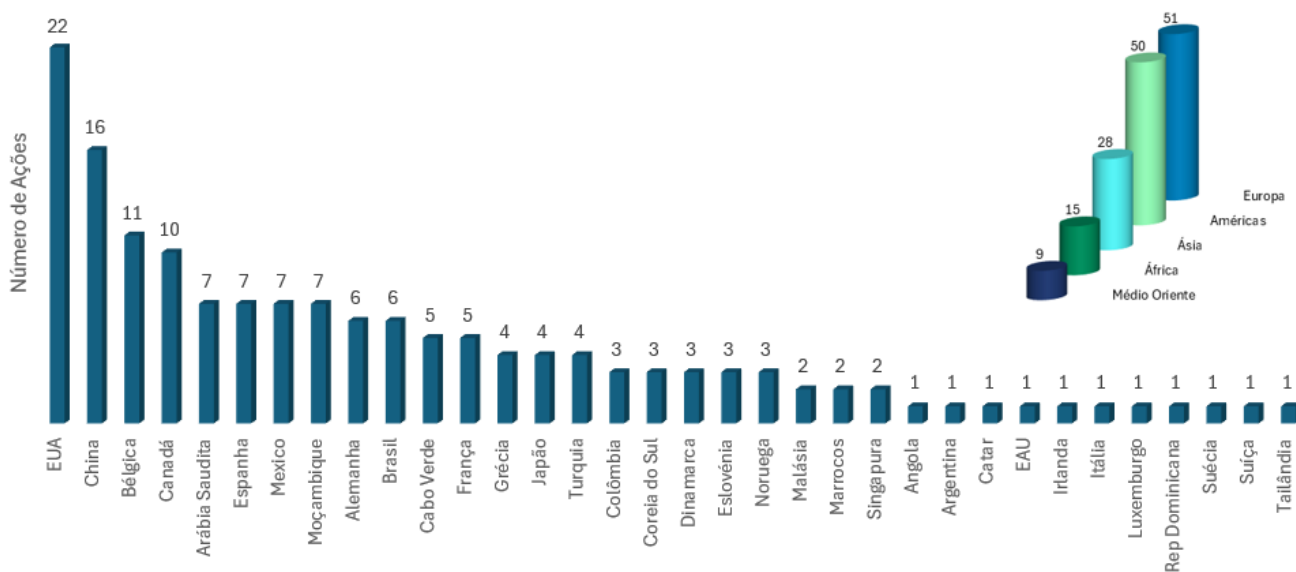
## Missões comerciais e institucionais ao estrangeiro

A AICEP foi responsável pela coorganização de 53 visitas institucionais ao estrangeiro, que envolveram 23 mercados, de 37 missões empresariais envolvendo 19 mercados, e de 63 seminários/*webinars*, envolvendo 22 mercados. Realizou-se um total de 153 eventos destas tipologias em 34 países, que contaram, no seu conjunto, com 11.757 participantes. A nível geográfico, destaca-se o peso dos mercados da Europa (33,3% do total) e do continente americano (32,7%). A Europa foi o destino de 51 visitas oficiais/missões/seminários, a América de 50, seguindo-se a Ásia com 28, a África (inclui Magrebe) com 15 e Médio Oriente com 9.

As iniciativas na Europa envolveram 14 mercados, as da América 7 mercados e as da Ásia 6 mercados, seguindo-se a África e o Médio Oriente com iniciativas em 4 e 3 mercados, respetivamente.

A lista das ações da iniciativa da AICEP encontra-se adiante.

Mercados	N.º Participantes	N.º Eventos	Mercados	N.º Participantes	N.º Eventos
Alemanha	360	6	França	339	5
Árabia Saudita	290	7	Grécia	112	4
Angola	40	1	Irlanda	60	1
Argentina	10	1	Itália	47	1
Bélgica	845	11	Japão	214	4
Brasil	852	6	Luxemburgo	70	1
Cabo Verde	381	5	Malásia	170	2
Canadá	942	10	Marrocos	200	2
Catar	1.000	1	México	91	7
China	758	16	Moçambique	345	7
Colômbia	98	3	Noruega	66	3
Coreia do Sul	55	3	Rep Dominicana	40	1
Dinamarca	33	3	Singapura	10	2
EAU	400	1	Suécia	32	1
Eslovénia	74	3	Suíça	36	1
Espanha	449	7	Tailândia	400	1
EUA	2.868	22	Turquia	70	4
<b>TOTAL</b>			<b>34</b>	<b>11.757</b>	<b>153</b>



## Missões comerciais de importadores e decisores e visitas institucionais a Portugal

Em 2025 foram organizadas 56 missões a Portugal que envolveram 31 países e mais de 3.700 participantes. Nestas ações incluem-se:

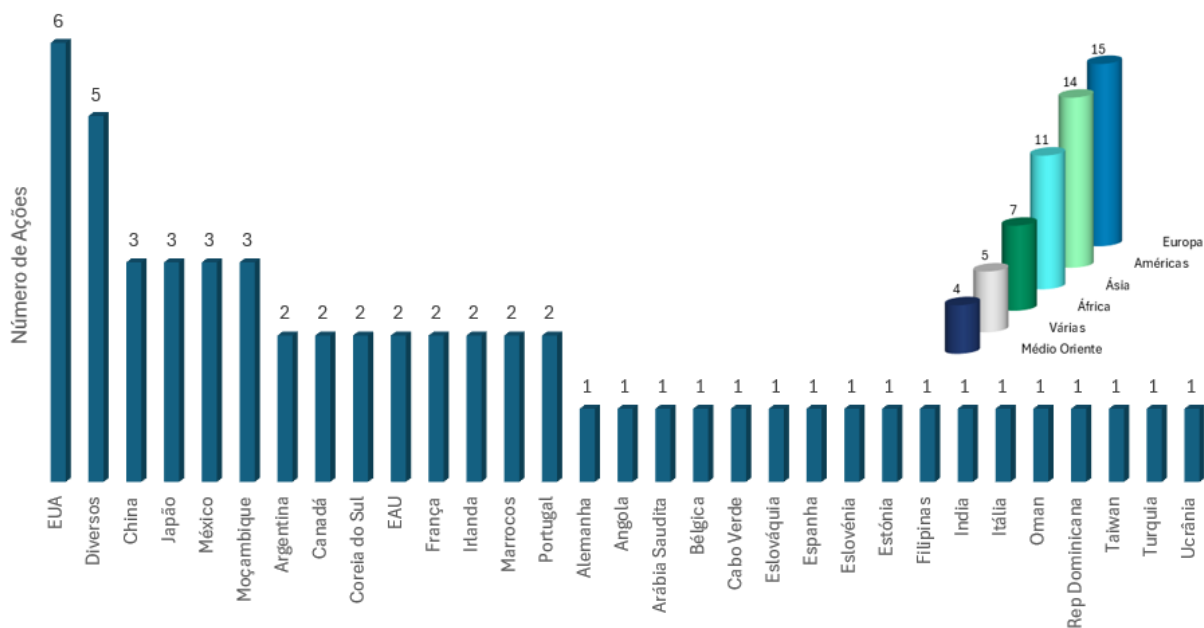
- 8 visitas institucionais: 3 visitas de Presidentes da República a Portugal: França (fevereiro), Eslováquia (novembro) e Moçambique (dezembro); 2 visitas ministeriais do México e da República Dominicana, e 3 visitas de comitivas institucionais das Filipinas, Marrocos e Taiwan;
- 17 missões empresariais: Alemanha (1), Argentina (2), Bélgica (1), China (1). EUA (2), Estónia (1). França (1), Índia (1), Irlanda (1), Itália (1), Japão (2), Marrocos (1), México (1) e Turquia (1);
- 31 seminários/*webinars* sobre diversas temáticas orientados para 45 mercados.

Na repartição por zona geográfica, destaca-se a Europa, origem de 15 iniciativas, envolvendo 12 mercados, seguindo-se o continente americano com 14 ações em 5 mercados e a Ásia com 11 eventos em 6 mercados.

A lista completa das ações encontra-se adiante.

Mercados	N.º Participantes	N.º Eventos	
Alemanha	43	1	
Angola	45	1	
Arábia Saudita	16	1	
Argentina	50	2	
Bélgica	15	1	
Cabo Verde	226	1	
Canadá	50	2	
China	75	3	
Coreia do Sul	30	2	
EAU	21	2	
Eslováquia	70	1	
Espanha	600	1	
EUA	210	6	
Eslovénia	20	1	
Estónia	5	1	
			<b>TOTAL</b>

Mercados	N.º Participantes	N.º Eventos	
Filipinas	15	1	
França	400	2	
Índia	30	1	
Irlanda	43	2	
Itália	13	1	
Japão	35	3	
Marrocos	25	2	
México	69	3	
Moçambique	1.200	3	
Oman	10	1	
Portugal	200	2	
Rep Dominicana	8	1	
Taiwan	14	1	
Turquia	23	1	
Ucrânia	80	1	
Diversos (acumulados)	97	5	
<b>31</b>	<b>3.738</b>	<b>56</b>	



## Multilaterais

Da atividade realizada com multilaterais, em 2025 destaca-se a organização de missões empresariais a 4 multilaterais e, entre as ações realizadas em Portugal, a *Learning Week* com o BAsD pelo seu potencial “disruptivo”:

### UE | Missão Empresarial a Bruxelas - 24 a 25 junho

Primeira e maior missão a Bruxelas dedicada à exploração das oportunidades com as instituições europeias, e não associada a evento da UE. Contou com 43 participantes nacionais, e envolveu 27 especialistas da UE, 1 responsável da *Business Europe*, 15 portugueses, alguns ligados a empresas portuguesas instaladas em Bruxelas, com intervenção nos painéis, 50 participantes no *networking* com funcionários portugueses na UE e 30 participantes no *networking* com empresas belgas.



### BERD | Missão Empresarial a Londres - 13 a 15 maio

Primeira missão ao *Business Forum* promovido pelo BERD- Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, por ocasião da sua reunião anual.

Foi organizada uma sessão “*Lessons learned and best practices in working with public entities: insights from Portugal*”, havendo um programa paralelo de reuniões com especialistas do BERD e *networking* (cerca de 50 especialistas BERD e representantes de empresas a operar no Reino Unido). A missão contou com 5 participantes nacionais.

### BM e BID | Missão empresarial a Washington DC - 15 a 21 novembro

Missão às sedes dos Grupos Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, realizada em dias consecutivos. O programa foi centrado em sessões conjuntas e reuniões bilaterais com especialistas dos bancos. Na missão estiveram presentes 14 participantes.



Missão ao BID



Missão ao BM

### BAsD – ADB Spain Portugal Learning Week em Lisboa | 10 a 11 abril

Primeira *Learning Week* promovida com o Banco Asiático de Desenvolvimento, com deslocação a Portugal de 28 responsáveis de entidades de 6 países asiáticos com projetos em *pipeline* para financiamento pelo BAsD e da equipa do BAsD responsável por esses mesmos projetos no setor da Água.

Promoção de um seminário com empresas nacionais (apresentação de projetos da parte asiática, *pitch* de empresas nacionais e *networking*) e 4 sessões/visitas técnicas em Lisboa para partilha de boas práticas/ inovações. Promovida pela Área das Multilaterais da AICEP em parceria com GPEARl e PPA. Contou com 31 participantes nacionais.

Abaixo encontra-se a lista das principais ações realizadas e lideradas pela AICEP em 2025:

#### Angariação de IDE

- Alemanha - Roadshow IDE EES EUROPE - 7 a 9 de maio
- Alemanha - Roadshow IDE GITEX EUROPE - 21 a 23 de maio
- Alemanha - Roadshow IDE Hannover Messe - 31 de março a 4 de abril
- Alemanha - Roadshow IDE IAA Mobility - 9 a 14 de setembro
- Alemanha - Roadshow IDE Medica - 17 a 20 de novembro
- Alemanha - Roadshow IDE SEMICON - 18 a 21 de novembro
- Alemanha - Roadshow IDE Space Tech Expo Europe - 18 a 20 de novembro
- Áustria - Missão de angariação de IDE - 1 a 3 de julho
- Bélgica e Luxemburgo - Missão de Angariação - Quadro Temporário de Crise e Transição - 12 de fev. a 30 de março
- Brasil - Fortaleza - Roadshow IDE - 24 de novembro a 3 de dezembro
- Canadá - Edmonton - Roadshow IDE - 5 a 6 de junho
- Canadá - Missão de Angariação de IDE - 25 a 26 de novembro
- Canadá - Missão de Angariação de IDE - 25 a 28 de março
- Canadá - Montreal - Roadshow IDE - 25 a 27 de fevereiro
- Canadá - Networking Session: Portugal-Canada Defence Industry and Partnership - 7 de outubro
- Canadá - Reunião com os Deputados Luso-Canadenses - 28 de maio
- China - China Global Investment Summit - 2025 - 20 a 21 de novembro
- China - Deslocação a Nanjing e Jintan - 17 de julho
- China - Missão cadeia de valor CALB - Visita de Administradora - 19 a 27 de maio
- China - Missão comercial ao Município de Yiwu/Jinhua - 2 a 3 de abril
- China - Missão Fornecedores CALB - Visita de Administradora - 19 a 27 de maio
- China - Missão IDE a Hangzhou - 17 a 18 de março
- China - Simpósio “Exploring Portugal: New Opportunities for Chinese Enterprises in Europe” - 1 de abril
- Coreia do Sul - Receção à delegação da Seoul Metropolitan Council - 21 de setembro
- Coreia do Sul e Singapura - Missão de Angariação de IDE - 26 a 30 de maio
- Espanha - País Basco - Roadshow IDE - 8 de julho
- EUA - Carolina do Sul - Roadshow IDE Investimento - 29 a 30 de maio
- EUA - Indianapolis - Site Selectors Guild Fall Forum - 1 a 3 de outubro
- EUA - Louisiana - Roadshow IDE - 15 a 18 de dezembro
- EUA - Miami - Roadshow IDE - 10 a 11 de março
- EUA - Midwest - Roadshow IDE - 1 a 3 de outubro
- EUA - Minnesota - Global HealthTech Innovation Summit - 22 a 24 de outubro
- EUA - Minnesota - Missão Institucional Ciências Saúde - 3 a 5 de novembro
- EUA - Minnesota - Roadshow IDE Investimento Midwest - 29 de maio a 1 de junho
- EUA - Missouri - Roadshow de IDE - 8 a 10 de setembro
- EUA - Ohio - Roadshow IDE Investimento Midwest - maio e setembro
- EUA - Roadshow IDE Missão a Fort Wayne - 29 de setembro a 1 de outubro
- EUA - São Francisco - Missão à baía de LA e San Diego - 9 a 12 de abril
- EUA - São Francisco - Missão ao Estado de Washington - 8 a 12 de setembro
- EUA - São Francisco - Roadshow ao Utah - 14 a 18 janeiro
- EUA - Texas - Roadshow IDE Investimento - 1 a 4 de dezembro
- França - Lyon - Roadshow de IDE - 28 de janeiro
- França - Missão Angariação a Paris Air Show 2025 - 16 a 18 de junho
- França - Roadshow IDE - Fórum Portugal Grand- 22 de outubro
- Japão - Aerospace & Defence Seminar - 7 de agosto
- Japão - Missão de Investimento ao Japão - 6 a 10 de outubro
- Japão - Mobility Seminar - 21 de maio
- Japão - Seminar on Blue Economy - 23 de setembro
- Países Baixos - Missão de Angariação aos Países Baixos - 11 de fevereiro a 31 de março
- Singapura - Encontro com profissionais do setor financeiro - 28 de outubro
- Singapura - Roundtable com fundos de investimento - 26 de outubro
- Suíça - Campanha de Angariação de Investimento - 1 de abril a 10 de julho
- Turquia - Visita de Angariação de Investimento na Cidade de Eskişehir - 25 a 26 de novembro



## Feiras internacionais

Angola - FIB - Feira Internacional de Benguela - 21 a 25 de maio  
 Áustria - Bioeurope Vienna - 3 a 5 de novembro  
 Brasil - StartUp Summit + Evento paralelo - 26 a 29 de agosto  
 Brasil - Web Summit Brasil - Pitch Portugal - 26 de abril a 27 de maio  
 Canadá - CANSEC 2025 - 28 a 29 de maio  
 Canadá - Montreal - Aeromart - 25 a 27 de março  
 Canadá - Toronto - EU at SIAL - 29 de abril a 1 de maio  
 China - Espaço B2B - SIAL Shanghai 2025 - 19 a 21 de maio  
 China - Macau - Participação na CPLPEX 2025 - 22 a 25 de outubro  
 China - Pavilhão Institucional WATERTECH - 3 a 5 de junho  
 China - Pavilhão Nacional na 7ª Edição da Grand Suzhou Canal Expo - 15 a 17 de agosto  
 China - Visita S.Exa. Embaixador de Portugal em Pequim à CIIE - 6 de novembro  
 EUA - Washington - AI+ 2025 - 2 a 4 de junho  
 França - Pitch Context na Vivatelligence - 11 a 14 de junho  
 Luxemburgo - Luxemburgo - Presença Institucional na Feira NEXUS 2050 - 17 a 18 de junho  
 Malásia - Smart Nation - Technology Talk: Changing the Future Together towards Smart Nations - 17 a 18 de nov.  
 Marrocos - África EV Mobility Expo - 19 a 22 de novembro  
 Marrocos - Automotive Meetings Tangier 2025 - 16 a 18 de abril  
 Marrocos - PlastExpo 2025 - 23 a 25 de junho  
 Marrocos - Portugal Textile Initiative : parceria GTEX - AMITH - AICEP - ATP - 5 de junho a 5 de novembro  
 Marrocos - SIAM - Salon International de l'Agriculture au Maroc 2025 - 21 a 27 de abril  
 México - Participação na FINNOSUMMIT 2025 - 24 a 25 de setembro  
 Moçambique - FACIM - Feira Internacional de Maputo - 25 a 31 de agosto  
 Países Baixos - Stand institucional na Money 20/20 - 3 a 5 de junho  
 Países Baixos - Visita de prospeção à feira internacional CES Unveiled Europe - 27 de outubro  
 Países Baixos - Visita de prospeção à feira internacional Dutch Design Week - 18 a 26 de outubro  
 Países Baixos - Visita de prospeção à feira internacional OEEC - 25 a 26 de novembro  
 Polónia - Rebuild Ukraine- 13 a 14 de novembro  
 Polónia - Warsaw Industry Week - 4 a 6 de novembro  
 Reino Unido - London Tech Week - 9 a 11 de junho  
 Tailândia - Mobility Tech Asia 2025 - Bangkok - 2 a 4 de julho



## Promoção Internacional

Alemanha - Festival Burgerfest 2025 - 12 a 13 setembro  
 Arábia Saudita - Showroom "Made in Portugal Naturally Meets Lazado" - 24 a 26 de novembro  
 Cabo Verde - Programa INOV Contacto em Cabo Verde - 22 de setembro  
 Canadá - Visita de jornalista canadiano especializado em Defesa - Canadian Defence Review - 8 a 11 de setembro  
 China - 2ª edição da Sessão "Bridging Markets Portugal – China" - 4 de novembro  
 China - Macau - Jantar de Gala da Câmara de Comércio Europeia, Waves of Portugal - 16 de maio  
 China - Visita de jornalista Chinês da área das startups a Portugal - 20 a 25 de setembro  
 Colômbia - Prova de vinhos Vicentino Wines na Residência da Embaixada - 14 de maio  
 Coreia do Sul - Portugal Fashion and Food in South Korea - 10 de fevereiro  
 Espanha - Apoio ao lançamento do Ensaio "COMPROMISSO COM O FUTURO" - 27 de janeiro  
 EUA - Cincinnati - Pequeno-almoço de trabalho "Why Portugal" com DBL Law - 21 de maio  
 EUA - Minnesota - Evento Empresarial "Portuguese Mixer" no Dakota Jazz Club - 28 de maio  
 EUA - Seattle - Seminário - Organização de evento networking Connecting to Portugal - 9 de setembro  
 EUA - Washington - EU Open House Day - 10 de maio  
 França - Exposição Made In Portugal naturally na Paris Design Week - 1 a 11 de setembro  
 França - Master of Port 2025 - 23 de junho a 27 de novembro  
 França - Materiais de construção - Mailing promocional - 4 a 11 de dezembro  
 Irlanda - Acompanhamento VC Day - Visita de Brian Caulfield, da Venture Capital Irlandesa - 20 de outubro  
 Irlanda - Entrevista a Ricardo Carvalho para promoção fileira do desporto - 12 de novembro  
 Marrocos - Industry Meeting Days 2025 - 21 a 22 de julho  
 Marrocos - Visita jornalista Déco Actuelle Maroc - 27 de maio a 30 de agosto  
 Noruega - Ação de Promoção Azeite - Maison Brémond 1830 - 26 de maio a 30 de junho  
 Singapura - Encontro dos principais importadores de vinho português em Singapura - 15 de janeiro  
 Singapura - ON- Singapura- IJOZ - Laranja - 15 a 31 de outubro  
 Tailândia - Casa Relvas Guided Tasting - 17 de novembro  
 Turquia - Jantar de "networking" como "side event" ao ICTürkiye2025 - 8 de abril



### Inserções publicitárias e publireportagens

Alemanha - Publicidade na Revista Mittelstand - 1 de maio a 30 de agosto  
 Alemanha - Publicidade na Revista WirtschaftsWoche - 18 de dezembro  
 Canadá - Toronto - "A story behind every bite"- 1 de maio  
 Espanha - Publireportagem na revista Diseño Interior - 1 a 30 de setembro  
 França - Artigo em revista francesa sobre Energias Renováveis em Portugal - 1 a 30 de setembro  
 França - Convite a jornalista para Prom. da Arq.-Engenharia-Construção Sustentável Portuguesa. - 16 a 18 de setembro  
 França - Dossiê Portugal no Les Echos - 15 de outubro a 15 de dezembro  
 França - Promoção Complementar à participação de Portugal na feira SIAE - 16 a 22 de junho  
 Irlanda - Escrita de artigo para Publireportagem - Setor dos Moldes - 1 de setembro a 30 de novembro  
 Marrocos - Campanha de Promoção Fileira Casa e Materiais de Construção - Publireportagem - 12 de março a 1 de dez.  
 Marrocos - Campanha Promoção Máquinas e Equipamentos 2025 - 3 a 7 de novembro

### Promoção em pontos de venda

EUA - São Francisco - Portugal Restaurant Week 2025 - 21 a 27 de abril  
 Irlanda - Semana de Portugal - 6 a 12 de outubro  
 Macau - 3ª Edição do Roteiro Gastronómico - 1 a 30 de junho



### Missões Empresariais e Institucionais a Portugal

Canadá - Internacionalizar: Conhecer o Mercado Canadiano - 5 de dezembro  
 China - Missão inversa de investidores do setor têxtil a Portugal - 16 a 18 de junho  
 Eslováquia - Visita do PR da Eslováquia a Portugal - 27 de novembro  
 Filipinas - Visita a Portugal da Bases Conversion and Development Authority - 9 a 15 de outubro  
 Índia - Sessão de receção à Delegação da Goan Chamber of Commerce and Industry - 8 de setembro  
 Irlanda - Missão a Portugal ESB Group - 17 de junho  
 Japão - Missão Inversa do Marine Open Innovation Institute - 9 a 13 de setembro  
 Japão - Visita da Index Strategy a Portugal - 12 a 14 de novembro  
 Moçambique - Visita do Presidente da República de Moçambique a Portugal - 9 a 10 de dezembro  
 República Dominicana - Webinar: Um Horizonte Estratégico para as Empresas Portuguesas - 11 de dezembro  
 Turquia - Seminário Empresarial de Promoção do Acordo CETA - 4 de dezembro  
 Turquia - Visita a Portugal da Associação dos Construtores da Turquia - 14 a 16 de outubro  
 Vários - Missão FICEM - Seminário na AICEP - 16 de outubro



### Visitas de Importadores e Decisores a Portugal e de Sourcing

Canadá - Cooperação Portugal-Canadá em Aquacultura Sustentável e Economia Azul - 21 a 24 de outubro  
 Canadá - Portuguese Automotive Industry Week - 4 a 6 de novembro  
 Canadá - Visita da REITMANS a Portugal - 24 a 28 novembro  
 Canadá - Visita de importador Canadiano a Portugal (Moda) - 21 a 25 de julho  
 Colômbia - Visita a Portugal de importador de produtos alimentares colombiano Vinal - 1 de set. a 31 de dezembro  
 Grécia - Visita a Portugal de importador de produtos alimentares grego Phantasos - 27 a 31 de outubro  
 Grécia - Visita de importador - AD Construction - 2 a 5 de dezembro  
 Grécia - Visita do importador Grego do setor farmacêutico VIANEX - 22 a 25 de setembro  
 Hungria - Visita a Portugal de cliente estrangeiro setor das Duas Rodas/Bicicletas da Hungria - 29 de setembro a 1 de outubro  
 Hungria - Visita a Portugal do Importador Hungaro Gourmet(setor alimentar) Sonkás Kft - 7 a 22 de maio  
 Malásia, Singapura e Polónia - Visita a Portugal de Importadores de vinhos - evento Vinhos e Sabores - 1 de set. a 31 de dezembro  
 Noruega - Visita importador norueguês Manufacture Oslo - 23 a 27 de março  
 Polónia - Visita a Portugal da "Euro-Ceramika" - Fileira CCMC - 5 a 9 de maio  
 Polónia - Visita a Portugal da empresa polaca CF CEFARM - 30 de junho a 4 de julho  
 Polónia - Visita de importador - IDEAMM - 30 de junho a 4 de julho  
 Polónia - Visita importador polaco ESOTIQ & HENDERSON - 19 a 23 de maio  
 Roménia - Visita importador romeno Trends by Adina Buzatu - 17 a 21 de fevereiro  
 Suécia - Missão de Arquitetos Suecos a Portugal - 3 a 6 de novembro



#### A. 2.b) Acompanhamento de entidades externas

A AICEP é contactada por diversas entidades externas como associações setoriais, regionais e nacionais, entidades municipais, Instituições de ensino superior, embaixadas, instituições financeiras, e outras entidades públicas e privadas nacionais e estrangeiras, tendo em vista a prestação de informação especializada, a intervenção em eventos, entre outras.

No contexto dos Projetos Conjuntos de Internacionalização das Associações, bem como dos projetos no âmbito do SIAC - Sistema de Incentivos a Ações Coletivas do PT2030 e de outras fontes de financiamento de entidades associativas e institucionais, a Agência apresenta-se como Organismo intermédio, atuando como responsável pelos projetos da sua esfera de atuação e de ligação entre as Autoridades de Gestão e os beneficiários dos fundos. Nesse âmbito acompanhou associações de âmbito nacional e regional, câmaras de comércio, confederações, instituições do sistema científico e tecnológico e outras entidades similares nos seus planos de atividade anuais e articulação com as ações da Agência. Para além disso, a Rede Externa da AICEP é o apoio por excelência nos mercados às ações promocionais organizadas por estas entidades, bem como por instituições do ensino superior, ordens profissionais e outras entidades.

A AICEP é também chamada a intervir em seminários, cimeiras e comités quando estão em causa relações comerciais e institucionais com os mercados externos.

#### A. 2.c) Protocolos de cooperação, memorandos de entendimento e contratos

Numa lógica de reciprocidade, aprofundamento de conhecimento e competências e ainda partilha de informação em áreas especializadas, a AICEP celebrou um total de 7 Protocolos e Memorandos de Entendimento com entidades institucionais nacionais e estrangeiras, ao longo do ano de 2025.

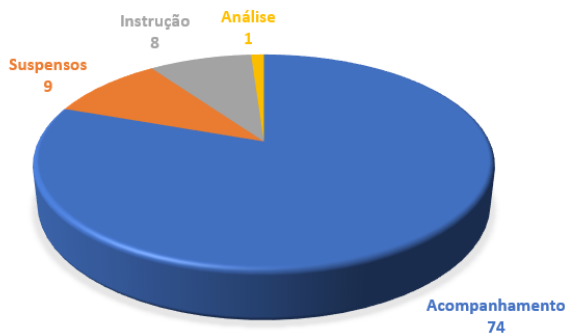
Pais	Entidade
Angola	Declaração de Cooperação Económica
Argentina	Memorando de Entendimento entre a AICEP e a AITA – Agencia Argentina de Inversiones y Comercio Internacional
Brasil	Protocolo de Intenções de Cooperação entre a AICEP e a APEX Brasil
Cabo Verde	Memorando de Entendimento entre a AICEP e a CVTI – Agência de Promoção de Investimento e Exportação de Cabo Verde
Japão	Memorando de cooperação alterado entre a AICEP e a JETRO – Japan External Trade Organization
Portugal	Protocolo entre a AICEP, IAPMEI e AMA e o município de Alcanena
Portugal	Protocolo entre a AICEP, IAPMEI e AMA e o município de Rio Maior

### A.3 Projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN) e Custos de Contexto

Nas atividades desenvolvidas pela AICEP no âmbito do apoio ao investimento e às empresas, em particular no que respeita ao reforço de um ambiente de eficiência do funcionamento da Administração Pública, importa salientar as competências da Agência enquanto entidade coordenadora da Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI), a qual tem como responsabilidade o acompanhamento de projetos de investimento, entre os quais aqueles reconhecidos de Potencial Interesse Nacional (PIN), os Projetos em Acompanhamento CPAI e os Projeto de Investimento para o Interior (PII). Durante o ano de 2025, a CPAI realizou 22 sessões e deliberou, relativamente a candidaturas apresentadas em anos anteriores, aprovar o reconhecimento de estatuto PIN a 3 projetos e arquivar 7 candidaturas.

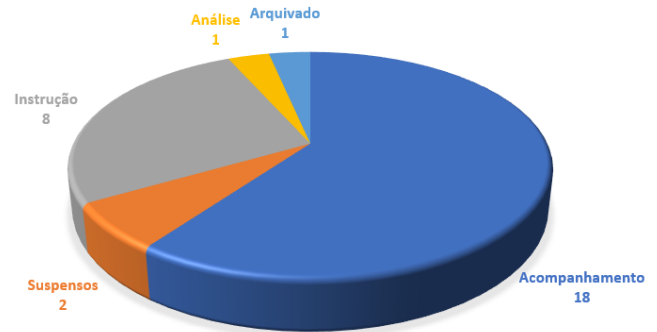
No período entre 2005 e 2025 foram entregues para apreciação da CPAI um total de 340 candidaturas de projetos de investimento, tendo em vista o respetivo reconhecimento como projeto PIN, das quais 172 foram arquivadas e tendo 76 projetos terminado o respetivo acompanhamento na sequência de terem obtido o reconhecimento do estatuto PIN.

No final de 2025 registam-se 92 projetos ativos no âmbito do regime dos PIN que apresentam o seguinte estado:



Mantendo a tendência dos anos anteriores, em 2025 foi superado o número de candidaturas ao estatuto PIN, tendo sido apresentadas 30 candidaturas face às 22 apresentadas em 2024 e às 17 apresentadas em 2023. Ou seja, entre 2023 e 2025 registou-se um aumento superior a 76% no número de candidaturas de projetos ao estatuto PIN. No ano de 2025 a AICEP foi designada como gestor de processo em 18 projetos.

No final de 2025, o estado das 30 candidaturas ao reconhecimento do estatuto PIN apresentadas neste ano é o seguinte:



As 30 novas candidaturas de 2025 apresentam intenções de investimento no montante de 14.511 milhões de euros e a previsão de criação de 6.570 postos de trabalho, sendo que 13 destas candidaturas representam intenções de investimento estrangeiro com origem no Reino Unido, Espanha, Países Baixos, França, Dinamarca e Estados Unidos da América.

Em 2025, as candidaturas a projetos PIN que revelaram maior volume de intenção de investimento respeitam ao CAE 63110 e a atividades de processamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas, ou seja, projetos que visam a implementação dos designados *Data Centers*. Merecem ainda destaque as candidaturas no setor do turismo, dado o respetivo montante a intenção de investimento, bem como, a apresentação de 5 candidaturas de projetos na área da produção de gás que que respeitam, essencialmente, a projetos na área do biometano, e que por representarem menor volume de investimento estão incluídos no grupo “outros” do gráfico abaixo.

Assim, o gráfico seguinte apresenta a desagregação por CAE das intenções de investimento das candidaturas a projetos PIN apresentadas durante o ano de 2025:



No que respeita aos projetos em regime de acompanhamento CPAI, foram apresentadas em 2025 duas novas candidaturas cujos projetos mereceram o reconhecimento do regime de acompanhamento CPAI. Trata-se de dois projetos reconhecidos como projetos estratégicos, de acordo com o disposto no Regulamento Europeu das Matérias-Primas Críticas (REMPC),

Assim, no final de 2025 o estado dos 13 projetos tramitados no âmbito do regime de acompanhamento CPAI era o seguinte: 4 em fim de acompanhamento, 7 arquivados e 2 em acompanhamento.

No que respeita, por fim, ao regime dos projetos PII - Projeto de Investimento para o Interior, importa salientar a apresentação em 2025 de 3 novas candidaturas, que se encontram em fase de instrução. A estas candidaturas somam-se ainda 2 projetos com estatuto PII em acompanhamento pela CPAI que transitam do ano anterior, num total de 5 projetos ativos.

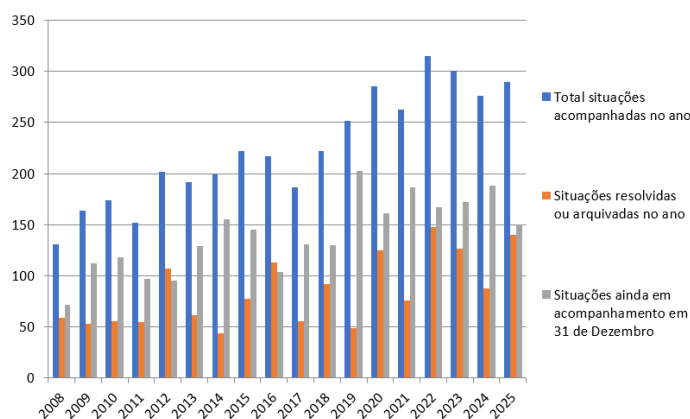
Em conformidade com os dados expostos, podemos verificar que a CPAI, durante o ano de 2025 e ao abrigo dos 3 regimes de acompanhamento a projetos de investimento, assegurou o apoio a um total global de 100 projetos de investimento ativos. Estes projetos após obterem o respetivo reconhecimento do estatuto iniciam percurso de obtenção dos respetivos licenciamentos.

Refira-se que para além dos novos projetos, aqui contabilizados, esta área também tem acompanhado intenções de investimento relevantes que se esperam que venham a apresentar candidaturas, especialmente, a reconhecimento PIN no ano de 2026, bem como muitos outros que se encontram agora ainda numa fase inicial da sua angariação para Portugal.

No que diz respeito à atuação da AICEP na vertente dos custos de contexto continuou a ser feito o acompanhamento a clientes externos – empresas e investidores – em situações que afetem o normal desenvolvimento da atividade empresarial e do investimento, para resolução das mesmas. Foram acompanhadas / tratadas durante 2025 290 situações de “custos de contexto”: 188 transitadas dos exercícios anteriores, 102 que deram entrada durante 2025. Dessas 290 situações, durante o ano foram concluídas / passaram para a situação de arquivo 140 casos. Transitaram assim para o exercício de 2026, 150 situações ainda em acompanhamento / por resolver.

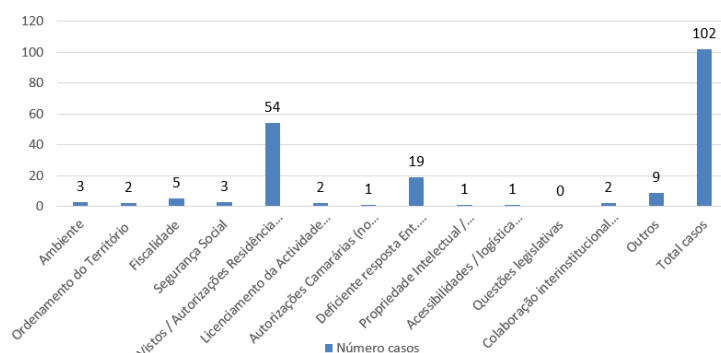
O gráfico seguinte permite comparar o decurso da atividade deste ano com os anos anteriores: o total de situações acompanhadas, o número de situações resolvidas ou arquivadas no ano e o número de situações por resolver no fim do ano (e que desse modo transitam para o exercício seguinte).

**Comparação total casos 2008-2025**

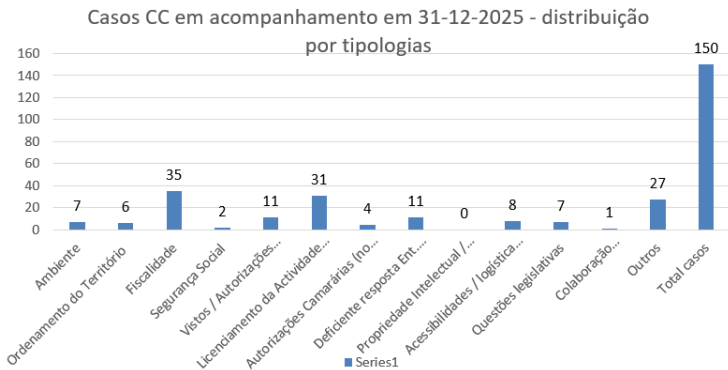


O gráfico seguinte mostra, relativamente às situações reportadas em 2025 à Agência com pedido de tratamento, a distribuição das mesmas por cada uma das tipologias pelas quais se optou descrever / registar as situações em presença (Ambiente; Ordenamento do Território; Fiscalidade; Segurança Social; Vistos, Autorizações de Residência, processos de Naturalização; Licenciamento da Atividade; Autorizações Camarárias; Deficiente resposta de Entidade Pública; Propriedade Intelectual, Marcas e Patentes; Acessibilidades, Logística, Transportes; Questões Legislativas; Colaboração interinstitucional visando redução de CC; Outros).

**Casos CC entrados em 2025 - distribuição por tipologias**



O gráfico que se segue mostra a distribuição pelas diferentes tipologias dos 150 casos ainda em acompanhamento no fim deste ano (e que nessa situação transitam para 2026):



De notar que os maiores números não correspondem necessariamente à maior ocorrência das tipologias reportadas (de que o quadro anterior é um bom indicador), mas decorrem, isso sim, sobretudo da maior dificuldade média na resolução dessas tipologias. Dá-se como exemplo as situações de Vistos / Autorizações de Residência / Processos de Nacionalidade, relativamente à qual entraram durante o ano 54 novas situações (a tipologia mais frequente) e no fim do ano apenas 11 situações permaneciam por resolver; e as situações relativas a Fiscalidade, das quais entraram no ano 5 novos casos e no fim do ano permanecem por resolver (ou ter da Autoridade Tributária informação sobre a sua situação, refira-se em abono da verdade) 35 casos.

Além da atuação “reativa” de resolução de custos de contexto – o tratamento de situações pontuais colocadas por investidores e empresas – acima resumida, a AICEP, prosseguiu, este ano, uma atuação “preventiva”, na procura de identificação de situações recorrentes, transversais à atividade económica em geral ou mais frequentemente de natureza sectorial, constituindo obstáculos permanentes, previsíveis, ao investimento ou à atividade empresarial. Reportando a Agência superiormente essas situações – à Tutela ou no contexto do regime de Contratos de Atração de Investimento (RCAEI) – sempre que possível apresentando sugestões de atuação corretiva. Neste âmbito, e com a designação de Reunião

dos Assuntos de Investimento foram realizadas 7 sessões em 2025, tendo a AICEP participado ativamente nas mesmas, na preparação dos temas apresentados e no acompanhamento subsequente das ações adotadas tendo vista a resolução dos problemas analisados.

Refira-se ainda, durante este ano, a elaboração de Propostas de Protocolo a celebrar pela AICEP com várias entidades - AIMA; IRN; ANACOM e APREN -, com os quais se pretende estabelecer relacionamento privilegiado com aquelas entidades, para o tratamento mais eficaz e célere de situações relativas a procedimentos administrativos da sua competência ou a cooperação para a captação de investimento nas áreas das suas esferas de atuação (no caso concreto da ANACOM).

Finalmente, a AICEP participou nas atividades de diversos grupos de trabalho, a saber:

- Grupo de Trabalho para a Otimização das Infraestruturas de Sines, com o objetivo de estabelecer a articulação entre as entidades responsáveis pela gestão e desenvolvimento de infraestruturas na região de Sines, de modo a assegurar as condições necessárias para o acolhimento dos projetos de investimento previstos para a região, e em que a AICEP, para além de estar representada, assegura igualmente a respetiva coordenação;
- Grupo de Trabalho «REMPC Regulamento Europeu das Matérias-Primas Críticas», para proceder ao levantamento das necessidades de conformação da ordem jurídica interna com o Regulamento (UE) 2024/1252 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de abril de 2024, que veio estabelecer um regime para garantir o aprovisionamento seguro e responsável de matérias-primas críticas;
- Fórum Intersetorial do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) onde a AICEP colaborou na elaboração e coordenação de contributos para o Relatório do Estado do Ordenamento do Território – 2026;
- Grupo de Acompanhamento e Coordenação do Plano de Ação para o Biometano (GAC-PAB), estrutura responsável por monitorizar e operacionalizar o Plano de Ação para o Biometano 2024-2040 (PAB) em Portugal.

## B. Áreas de Apoio ao Negócio

### B.1 Academia AICEP

O ano de 2025 constituiu um período particularmente exigente para a Academia AICEP, marcado pela consolidação e evolução das suas duas principais áreas de intervenção: a Capacitação Empresarial e o programa de estágios internacionais INOV Contacto. Num contexto económico e geopolítico desafiante, a atuação da Academia foi orientada por uma lógica de reforço sustentado das exportações e da presença internacional das empresas portuguesas.

Neste enquadramento, a Academia AICEP aprofundou a sua abordagem estratégica à capacitação empresarial, incorporando novas tendências, oportunidades temáticas e setores emergentes com elevado potencial de internacionalização. Paralelamente, reforçou a aposta em formatos formativos com maior capacidade de inclusão, escalabilidade e impacto, permitindo alargar o alcance da capacitação e responder de forma mais eficaz às necessidades diferenciadas do tecido empresarial. Esta orientação traduziu-se num aumento substancial do número de empresas que passaram a reconhecer a Academia AICEP como uma referência central na capacitação em matérias de internacionalização.

Em complemento, a Academia manteve uma trajetória consistente de valorização e reforço da atratividade do programa INOV Contacto, enquanto instrumento estruturante de política pública para a formação de talento qualificado em competências de internacionalização. A robustez e credibilidade do programa refletem-se no aumento do número de candidaturas à 28.ª edição, lançada em 2025 e a operacionalizar em 2026, confirmando a sua relevância contínua junto de jovens talentos e empresas.

A perspetiva para 2026 aponta para um ano igualmente exigente, mas determinante para a consolidação do impacto da Academia AICEP. No domínio da capacitação empresarial, está prevista a expansão da oferta formativa no eixo do investimento, bem como a introdução de novas temáticas indutoras de competitividade no eixo da internacionalização, reforçando a capacidade da Academia para apoiar decisões estratégicas das empresas e potenciar o seu posicionamento nos mercados externos.

Relativamente ao programa INOV Contacto, a atuação futura continuará a assentar numa lógica de melhoria contínua, combinando a introdução de ajustamentos operacionais e metodológicos com o reforço do nível de exigência junto de todos os intervenientes. Este equilíbrio entre atratividade, qualidade e rigor constitui um fator crítico para assegurar a sustentabilidade do programa e maximizar o seu contributo para a formação de talento e para a competitividade da economia portuguesa

#### Capacitação empresarial

Em 2025, a Academia AICEP afirmou-se como um pilar estruturante da estratégia plurianual da Agência para o reforço da competitividade e da internacionalização das empresas portuguesas. Os resultados alcançados traduzem a consolidação de um modelo de capacitação orientado para o impacto, para a antecipação de tendências e para o alinhamento com as prioridades estratégicas da política económica e de internacionalização.

Ao longo do exercício, 7.238 empresas participaram nas 65 ações de capacitação promovidas pela AICEP, registando-se um crescimento de 177% face ao período homólogo. Este desempenho representa a maior mobilização empresarial dos últimos quatro anos e evidencia a eficácia das opções estratégicas adotadas, bem como a crescente valorização da capacitação enquanto instrumento essencial para o reforço da competitividade, da resiliência e da presença internacional das empresas nacionais.

Entidades participantes nas ações de Capacitação da Academia AICEP			
	2024	2025	Variação 2024/2025
Capacitação Empresarial	2 614	7 238	177%
Capacitação Interna	653	966	48%
<b>Total</b>	<b>3 267</b>	<b>8 204</b>	<b>151%</b>

Os indicadores alcançados resultam da implementação consistente de um plano de capacitação assente em três eixos estratégicos: i) diversificação e adequação dos formatos formativos às necessidades das empresas; ii) foco em áreas críticas para a internacionalização e para a transformação dos modelos de negócio; e iii) reforço da

articulação interna e externa, potenciando sinergias e eficiência na execução.

#### Principais ações realizadas em 2025

	Nº Ações	Entidades
<b>Ações Temáticas</b>	<b>23</b>	<b>3 814</b>
Curso Logística Internacional na Prática	6	1 143
Programa Economia da Defesa	2	750
Ciclo Acordos de Comércio	4	538
Workshops Marketing Digital / Ecommerce	8	977
Outras ações temáticas	3	406
<b>Ações de Mercado</b>	<b>17</b>	<b>539</b>
Em Foco	11	446
Go To Market	6	93
<b>Programa ESG PME Exportadoras</b>	<b>13</b>	<b>2 817</b>
Cursos assíncronos	3	552
Curso Introdução à Sustentabilidade nas Empresas – Perspetiva Financeira	1	125
Curso ESG de A a Z	1	180
Curso Fundamentos ESG	1	247
Curso ESG Desenvolver e Implementar	7	1 913
Outras ações ESG	3	352
<b>Parcerias com entidades congéneres</b>	<b>12</b>	<b>69</b>
UkraineInvest	1	1
Cabo Verde TradeInvest	11	68
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>7 238</b>

No âmbito das áreas temáticas prioritárias, a capacitação em ESG (Environment, Social and Governance) manteve-se como um eixo central da atuação da Academia AICEP, refletindo a sua relevância transversal para o acesso a mercados, financiamento e cadeias de valor internacionais. Foram realizadas sete sessões nesta área, que mobilizaram 1.913 empresas, correspondendo a 26% do total das empresas participantes nas iniciativas de capacitação empresarial promovidas pela Agência.



Em paralelo, a Academia aprofundou a aposta em domínios emergentes de elevado valor estratégico, com destaque para a Economia de Defesa, enquanto área prioritária de diversificação e posicionamento internacional da oferta nacional. Este domínio mobilizou 998 participantes, destacando-se o workshop “Entrar no Terreno: Estratégia e Oportunidades na Economia de Defesa”, que contou com 607 participantes, tornando-se a iniciativa de capacitação mais participada de sempre da Academia AICEP. Estes

resultados reforçam a adequação da oferta formativa às oportunidades identificadas nos mercados internacionais e às prioridades estratégicas nacionais. Foi igualmente atribuído um enfoque estratégico ao aprofundamento e alargamento do conhecimento sobre Mercados Externos, nas suas múltiplas dimensões, abrangendo desde a compreensão dos enquadramentos macroeconómicos e institucionais até às modalidades de acesso aos mercados e à identificação de setores e oportunidades com maior potencial de crescimento. Esta abordagem integrada permitiu dotar as empresas de uma visão mais informada e operacional, essencial para a definição de estratégias de entrada, posicionamento e consolidação em mercados internacionais.

A qualidade e relevância da capacitação promovida refletem-se nos elevados níveis de satisfação registados. Das empresas participantes 99,4% indicaram que recomendariam as iniciativas da Academia AICEP a outras empresas, enquanto 93,3% classificaram as temáticas abordadas como muito importantes, confirmando a adequação dos conteúdos aos desafios estratégicos das empresas e aos objetivos de política pública prosseguidos pela Agência.



A Academia foi também instrumental da política de cooperação portuguesa através da capacitação de entidades congéneres da AICEP, designadamente, através de um programa de capacitação destinada à Cabo Verde Trade & Invest visando a transmitir competências de internacionalização e de captação de investimento e de um programa de capacitação dirigido à UkraineInvest.

## Capacitação Interna

No plano interno, a Academia AICEP manteve o investimento no desenvolvimento de competências dos quadros da Agência, em alinhamento com os objetivos plurianuais de reforço da capacidade técnica, da especialização setorial e da coerência da intervenção institucional. Em articulação com as diferentes áreas, foram mobilizados 966 participantes em ações de capacitação em áreas core da missão da AICEP, registando-se um aumento de 48% face ao período homólogo. Este investimento no capital humano interno constitui um fator crítico para assegurar a execução eficaz da estratégia da Agência e a prestação de um serviço qualificado e orientado para resultados às empresas.

## Programa Inov Contacto

Em 2025, o Programa INOV Contacto manteve um papel central na promoção da internacionalização de jovens talentos portugueses. Ao longo do ano, foram desenvolvidas iniciativas orientadas para a capacitação internacional, o reforço do acompanhamento aos participantes e a melhoria contínua dos processos e instrumentos de gestão do programa.

Ao longo de 2025 foi operacionalizada a 27.<sup>a</sup> edição do Programa INOV Contacto (C27), que integrou um total de 91 estagiários, de várias regiões NUTS (destacando-se as regiões Norte, Centro e Alentejo), consolidando o programa como um instrumento estruturante de capacitação internacional de jovens quadros portugueses.

O arranque formal da edição ocorreu com uma fase inicial presencial, realizada entre 11 e 13 de dezembro de 2024, no *Campus* INOV Contacto, em Coimbra, dedicada ao alinhamento estratégico, preparação técnica e enquadramento institucional dos participantes.

Os estágios decorreram em 21 países, envolvendo 67 entidades de acolhimento, Cerca de 64% dos estágios concentraram-se em cinco destinos estratégicos, evidenciando a consolidação de mercados prioritários no âmbito da estratégia de internacionalização.

No que respeita à tipologia das entidades de acolhimento, o *cluster Big Science* assumiu particular relevância, com 21 estágios em 17 entidades, representando aproximadamente 23% do total. A Rede Diplomática teve igualmente um papel significativo, com 13 estágios em 12 entidades, onde se inclui a AICEP e Embaixadas de Portugal,

reforçando a articulação institucional do programa com a diplomacia económica.

A edição C27 distinguiu-se ainda pela elevada diversidade académica, abrangendo 14 áreas de formação, e por um perfil jovem e altamente qualificado dos participantes, com idade média de 24 anos, alinhado com os objetivos estratégicos do programa.

O encerramento formal da edição teve lugar a 2 de dezembro de 2025, na AIDA CCI – Câmara de Comércio e Indústria do Distrito de Aveiro. O programa incluiu intervenções institucionais, partilha de experiências internacionais, distinção dos melhores Trabalhos Finais de Estágio na área da sustentabilidade empresarial, entrega de certificados e um momento de *networking*.

Em síntese, a edição C27 reforçou o posicionamento do INOV Contacto como instrumento estratégico de promoção da internacionalização de jovens talentos portugueses e de cooperação com entidades de referência a nível internacional.

Em 2025 foi desenvolvida a 3.<sup>a</sup> edição do Programa de Mentoria INOV Contacto, enquanto iniciativa complementar ao estágio internacional, orientada para o acompanhamento, integração e desenvolvimento pessoal e profissional dos estagiários. A edição contou com a participação de 85 estagiários da C27, na qualidade de mentorandos, e com uma rede diversificada de mentores, integrando *alumni* INOV Contacto, representantes empresariais, delegados da AICEP e outros profissionais com experiência nacional e internacional. O modelo de implementação assentou num formato online, combinando:

- Sessões One-to-Many, sob a forma de *webinars* temáticos online, com duração média de 45 minutos;
- Sessões One-to-One, de acompanhamento individual mentor/mentorando.

Ao longo do programa foram abordadas áreas consideradas estratégicas, nomeadamente competências digitais e inteligência artificial, bem-estar e saúde mental, comunicação e marca pessoal, *networking* internacional,



cidadania europeia, negócios internacionais, *soft skills*, carreiras internacionais e economia da defesa.

A 3.<sup>a</sup> edição do Programa de Mentoria consolidou-se como um instrumento estruturante de capacitação, contribuindo para o reforço do bem-estar dos participantes, a sua preparação para contextos multiculturais e a criação de redes de contacto estratégicas e duradouras.

Os resultados combinados das avaliações finais dos estagiários e das entidades de acolhimento da edição C27 revelam um panorama global muito positivo, evidenciando coerência entre o desempenho alcançado e as perspetivas de empregabilidade. O INOV Contacto é considerado muito importante para as entidades inquiridas. 97% considera o programa altamente eficaz, claro e bem gerido, superando as expectativas das entidades participantes.

Para 97% dos estagiários, o INOV Contacto foi um programa com impacto altamente positivo para o desenvolvimento de carreiras internacionais. Os inquiridos destacam, igualmente, a valorização do *networking* profissional (83%), o reforço da experiência intercultural (95%), a elevada satisfação com o acompanhamento da AICEP/INOV Contacto (93%) e com o desempenho do coordenador de estágio, classificado como “Muito Bom” ou “Excelente” por 99% dos participantes.

A partir dos dados recolhidos, constata-se também que uma parte significativa dos participantes encontrou um caminho definido após o estágio: cerca de 62% aceitaram uma oferta de emprego, estão em negociação ou em fase de procura ativa, sinalizando uma transição favorável para o mercado de trabalho.

Este movimento é reforçado pela avaliação das entidades de acolhimento, que destacam a solidez das competências dos estagiários, com 98% a reconhecerem a sua progressão e 63% a classificá-los como “Excelentes”. As competências mais valorizadas incluem compromisso (assiduidade e pontualidade), relacionamento interpessoal e capacidade de aprendizagem, fatores que fortalecem o seu perfil para contextos profissionais dinâmicos. Embora competências estratégicas como liderança e negociação ainda exijam maior maturação, a satisfação global é muito elevada, sendo o programa INOV Contacto amplamente percecionado como eficaz e bem gerido. Em suma, os dados demonstram que o programa não só desenvolve competências comportamentais essenciais, como também potencia a inserção profissional, contribuindo

para uma transição bem-sucedida para a maioria dos estagiários.

Ainda em 2025, o INOV Contacto concentrou esforços na preparação da 28.<sup>a</sup> edição, reforçando o seu posicionamento como programa de referência na formação de jovens quadros com competências internacionais.

Candidataram-se a esta edição 1.252 jovens, o que representam um aumento de 27% em relação à edição anterior e 606 pedidos de entidades de acolhimento, o que representa uma diminuição de 11% em relação ao ano anterior devido à introdução de fatores de maior seletividade.

Com mais de 27 anos de execução contínua e uma rede global de cerca de 6.000 *alumni* em 86 países, o programa manteve o foco na melhoria contínua da qualidade, impacto e sustentabilidade.

A edição 28 foi desenhada com base numa análise crítica das edições anteriores e na adaptação às expectativas das novas gerações, integrando melhorias significativas ao nível dos processos, do acompanhamento e da experiência global do estagiário, destacando-se:

- Otimização do processo de candidaturas e seleção;
- Maior seletividade das entidades de acolhimento;
- Revisão de critérios regulamentares e atualização do modelo de bolsa;
- Reforço das medidas de bem-estar e saúde, incluindo exames médicos, alargamento das coberturas do seguro de saúde e lançamento do projeto INOV Cuidar, com apoio psicológico e emocional;
- Arquitetura de um *Campus* focado na dotação de competências que ajudem os estagiários a posicionar-se nas suas entidades de acolhimento e carreiras futuras;
- Expansão do Programa de Mentoria, envolvendo *alumni*, especialistas, rede externa da AICEP e conselheiros da diáspora;
- Reforço do acompanhamento de proximidade às entidades de acolhimento e estagiários;
- Reforço da profissionalização da equipa operacional, através da formação contínua.

Estas medidas visam assegurar um programa mais robusto, humanizado e alinhado com as necessidades dos jovens, das empresas e da economia portuguesa.

## Plataforma SINIC – Sistema Integrado do Negócio INOV Contacto

Durante o ano de 2025 foi adjudicada a implementação da Plataforma SINIC – Sistema Integrado do Negócio INOV Contacto, uma solução evolutiva destinada a potenciar a eficiência dos processos e a melhorar a experiência de utilização de todos os *stakeholders*.

Este projeto visa reforçar a eficiência operacional, a qualidade do acompanhamento, a reputação nacional e internacional do programa e a consolidação de uma rede global de talento português, contribuindo para a afirmação de Portugal através das competências dos seus jovens quadros.



A plataforma permitirá a gestão de todo o ciclo de vida do programa, desde a divulgação e candidaturas até ao acompanhamento dos estágios, avaliação de desempenho e monitorização de resultados e impacto, promovendo uma maior articulação entre estagiários, entidades de acolhimento, AICEP, *alumni* e restantes intervenientes.

## B.2 Produção de informação

A atividade da área de *Business Intelligence* centrou-se na disponibilização às empresas e outros clientes de conteúdos e ferramentas de conhecimento, baseados nos mercados externos e assuntos de comércio internacional. A abordagem prosseguida privilegiou a oferta de produtos e serviços dirigido a segmentos-alvo de clientes e *stakeholders*, no âmbito de um ecossistema tecnológico e digital avançado e seguro, e de uma comunicação ampla e inovadora.

As principais ações realizadas visaram atingir os seguintes objetivos: conteúdos mais assertivos, tirando máximo partido da automatização e da diversidade de canais; conteúdos relativos a novas dimensões do comércio internacional; orientação dos recursos para a produção de produtos e conteúdos de elevado valor acrescentado; e, criação de sinergias com outras entidades para reforço de competências.

Os produtos e serviços de informação chegam aos seus destinatários por intermédio da área de Internacionalização (gestores de cliente), da rede externa, do website da AICEP, da *newsletter* Portugalnews, da revista PortugalGlobal, da plataforma Globalmail e das redes sociais da agência (Facebook, LinkedIn e Twitter).

O ano de 2025 ficou marcado pela congregação de um conjunto alargado de conteúdos de informação num único ponto de acesso - Livraria Digital - incorporado no site PortugalGlobal, facilitando uma exploração rápida de perfis de mercado, fichas setoriais, guias práticos, análises estatísticas, entre vários outros produtos.



Com efeito, pretendeu-se fazer face a dois desafios importantes: por um lado, desenvolver e inovar em produtos que representassem um upgrade em relação aos já existentes e, por outro, recorrer a soluções tecnológicas que funcionassem como alavanca para a disponibilização de produtos de informação de forma dinâmica, interativa e amigável.

Os produtos e serviços de informação dividem-se em 4 segmentos distintos: Conteúdos técnicos (informação de carácter técnico sobre mercados, setores/produção, regulamentação e estatísticas), Oportunidades de Negócio, Conteúdos Comunicacionais e Outros Produtos.

### Conteúdos técnicos

Em 2025, deu-se continuidade à melhoria dos produtos existentes e ao alargamento dos mercados abrangidos, com o objetivo de responder às necessidades dos diversos clientes (sobretudo empresas nacionais) e assegurar níveis adequados de serviços. Por exemplo, no Perfil de Mercado foi incorporado o grau de risco associado ao impacto de empresas, instituições governamentais e da sociedade na sustentabilidade de um determinado mercado, sob os pontos de vista ambiental, social e de governação, com base em dados disponibilizados pela EIU.

Para além da participação no processo de melhoria de produtos já existentes, esta área esteve simultaneamente envolvida na produção e na disponibilização de outros produtos de informação sobre mercados externos e sobre Portugal, bem como na prestação de serviços em resposta a diversas solicitações de âmbito económico. Neste contexto, a atividade centrou-se em cinco eixos principais:

- Elaboração de raiz e atualização de informação geral sobre mercados externos, tendo sido asseguradas 98 atualizações e produzidos dois novos Perfis de Mercado E-commerce desenvolvidos, referentes à França e ao Brasil;
- Resposta a pedidos diversos sobre mercados externos e sobre Portugal, formulados por clientes internos (sobretudo na área da Rede Externa e Institucionais), tendo sido elaboradas respostas a 170 pedidos (integralmente sobre mercados externos);
- Colaboração na rubrica "Factos e Tendências", nas 11 edições da Revista Portugal Global, o que se traduziu na redação de 35 notícias;
- Realização de 46 atualizações semanais do *dashboard* de concursos internacionais PRR.

A área de conteúdos de mercados, em síntese, desenvolveu a seguinte atividade:

Atividades da Área	Total	Observações
Produtos de informação geral sobre mercados externos	100	47 atualizações de "Perfil de Mercado (sintético)" e 51 atualizações de "Perfil de Mercado (desenvolvido)", bem como a elaboração de 2 "Perfil de Mercado E-commerce (desenvolvido)".
Resposta a pedidos sobre mercados externos	170	Com origem, sobretudo, na Direção da Rede Externa e Institucionais, seguida pelos Pontos de Rede, pela Assessoria do Conselho de Administração e pela Direção de Angariação.
Atualização semanal do <i>dashboard</i> de concursos internacionais PRR	46	46 atualizações do <i>dashboard</i> de concursos internacionais PRR, considerando as oportunidades PRR disponibilizadas por cada Estado-membro da UE.
Colaboração na rubrica "Factos e Tendências"	35	11 edições da Revista Portugal Global, num total de 35 notícias.

Quanto à área setorial, o trabalho desenvolvido em 2025, incidiu na produção de informação passível de: i) facilitar o conhecimento das características e dinâmicas setoriais em mercados externos; e ii) acompanhar a evolução de cada setor e fileira no quadro da oferta portuguesa e das trocas externas de Portugal. Em concreto, este trabalho incluiu:

- Bússola AICEP – Análises Setoriais: novo produto de informação, com vista à capacitação interna, no contexto da relação comercial da AICEP com os seus clientes. Integra uma análise setorial completa, quantitativa e qualitativa, nas suas várias dimensões, nos planos nacional e internacional, permitindo identificar os fatores de competitividade da oferta portuguesa e as principais tendências que marcam o setor em análise. Este produto visa ainda a sensibilização dos clientes da AICEP para novos desenvolvimentos nos seus respetivos setores de atividade. Em 2025, foram publicadas 8 edições, relativas aos setores: Aeroespacial, Automóvel, Alimentar e Bebidas, Farmacêutico, Matérias-Primas Críticas, TIC, Construção e Florestal. Para além da Análise Setorial, foram ainda realizadas as respetivas apresentações dos estudos via MS Teams, no âmbito da iniciativa AICEP "*Sharing Knowledge by DI*", organizadas em conjunto com a área da Academia AICEP. No total, em 2025, foram disponibilizados:

- Fichas Setoriais de Entrada no Mercado: produto com uma vertente marcadamente qualitativa, abordando as características específicas de cada mercado e de cada setor ou produto. Em 2025, privilegiaram-se setores estratégicos para a oferta portuguesa, como semicondutores, automóvel, aeroespacial, energias

renováveis e biotecnologia, refletindo simultaneamente as prioridades da AICEP em matéria de internacionalização.

- Produção de informação detalhada sobre Portugal, com a atualização da "Ficha Portugal".

- Colaboração na rubrica "Factos e Tendências" nas 11 edições da Revista Portugal Global, o que se traduziu na redação de 59 notícias.

Em síntese, a área de conteúdos setoriais produziu os seguintes conteúdos:

Atividades da Área	Total	Observações
Produtos de informação sobre Portugal	23	Foram desenvolvidas e publicadas 23 atualizações do Flash Setor Portugal (Azeite, Mobiliário, Moldes, Têxteis-Lar, Vinho, Calçado, Cerâmica para revestimento, Papel e Cartão, Vestuário e Confeção, Pasta, Papel e Cartão, Medicamentos, Ourivesaria e Joalheria, Rochas Ornamentais, Rolhas de Cortiça, Frutícolas, Hortícolas, Marroquinaria, Bicicletas e Componentes, Cerâmica Utilitária e Decorativa, Iluminação, Têxtil não Confeccionado, Tintas e Vernizes e Instrumentos Médico-Cirúrgicos).
Produto de informação detalhada sobre Portugal	2	Ficha Portugal, Bússola AICEP – Setor Metalomecânica
Produtos de informação setorial sobre mercados externos - Fichas de Entrada no Mercado	30	Produzidos 30 documentos sobre 24 setores/produtos, abrangendo 13 mercados.
Resposta a pedidos setoriais	11	A origem dos pedidos foi, sobretudo, a Direção Comercial, seguida dos Pontos de Rede e da Direção de Angariação
Colaboração na rubrica "Factos e Tendências"	51	Colaboração na rubrica "Factos e Tendências" nas 11 edições da Revista Portugal Global, o que se traduziu na redação de 51 notícias.

O conhecimento atualizado da vertente jurídica do negócio internacional, em constante evolução, é uma dimensão fundamental para os diversos *players*, designadamente para as empresas nacionais envolvidas em processos de internacionalização.

No âmbito dos novos produtos de informação realça-se a elaboração da parte legal e regulamentar de 24 Fichas Setoriais de Entrada no Mercado. Destaca-se, ainda, a continuidade do serviço de consultoria regulamentar às solicitações internas e externas da Agência.

Relativamente aos produtos de informação conjunturais, perante as repercussões económicas e financeiras para as empresas e a complexidade das medidas restritivas adotadas no âmbito do conflito Rússia-Ucrânia, foi necessário continuar a providenciar informação robusta, atualizada e facilmente acessível sobre a temática na página Conflito Rússia-Ucrânia: Implicações para as Empresas Portuguesas, disponível no Portugal Exporta.

Também devido às sucessivas prorrogações das medidas transitórias decorrentes do Brexit e das respetivas

implicações para as empresas portuguesas, continuaram a impor-se o acompanhamento e a atualização da página "Brexit: Como exportar para o Reino Unido", disponível no Portugal Exporta.

Em síntese, a atividade desenvolvida pela área regulamentar, em 2025, foi a do quadro seguinte:

Atividades da Área	Total	Observações
Serviço de consultoria regulamentar (resposta a pedidos)	390	Entregue a pedido
Atualização página Conflito Rússia-Ucrânia: Implicações para as Empresas Portuguesas	12	Portugalglobal
Atualizações página BREXIT: Como exportar para o Reino Unido	4	Portugalglobal
Atualização do documento "Acordos Bilaterais de natureza económica celebrados por Portugal"	2	Livraria Digital
Colaboração no produto Factos & Tendências (F&T)	11	Revista Portugal Global
Perfil Mercado E-Commerce (Sintético - Quadro Legal)	56	Livraria Digital
Perfil de Mercado (Sintético - Quadro Legal)	46	Livraria Digital
Perfil de Mercado (Desenvolvido - Quadro Legal)	47	Livraria Digital
Ficha Setorial de Entrada no Mercado (Quadro Legal) *	24	Livraria Digital

A área de estatística, em 2025, focou a sua atividade nas seguintes vertentes:

- Produção e disponibilização de produtos de informação estatística padronizados;
- Respostas à medida a pedidos de informação sobre comércio internacional, investimento direto, indicadores macroeconómicos de Portugal e estatísticas de relacionamento económico bilateral;
- Participação no processo de seleção dos mercados de aposta para as exportações portuguesas de bens.

Em termos globais, esta área registou elevada atividade na prestação de informação económica para efeitos da Diplomacia Económica, em resposta a solicitações internas e externas, incluindo da Rede Externa, do Conselho de Administração, da área de Assessoria e da tutela. No total, foram elaborados 720 produtos e prestados 779 serviços de informação estatística. Esta área produziu os seguintes conteúdos em 2025:

Atividades da Área	Total	Observações
Produtos de informação estatística sobre relacionamento bilateral de Portugal com mercados externos	456	Livraria Digital
Produtos de informação estatística sobre Portugal	164	Livraria Digital
Prestação de serviços de informação estatística	779	Resposta a pedidos

Em conformidade com a necessidade contínua de atualização dos conteúdos com repercussão no comércio internacional, a área de estatística procedeu, em agosto de 2025, à elaboração de um relatório de natureza estratégica e prospetiva, intitulado "A Economia Portuguesa em Contexto de Incerteza Mundial: Análise das Dinâmicas Comerciais". A estrutura deste instrumento organizou-se em torno de dois eixos estruturantes: a análise das dinâmicas comerciais entre Portugal e os Estados Unidos da América, tendo sido conferida particular relevância à relação bilateral, bem como o exame circunscrito do setor farmacêutico, que se configura como o principal motor das exportações nacionais direcionadas para o mercado norte-americano, assim como a análise do impacto decorrente da imposição de tarifas alfandegárias neste setor. O presente relatório configurou-se como instrumento analítico de relevância estratégica fundamental para a definição de políticas públicas, proporcionando uma compreensão aprofundada dos desafios e das oportunidades inerentes à conjuntura de incerteza macroeconómica internacional e do respetivo impacto na economia portuguesa.

No âmbito da melhoria contínua, foram implementados, em 2025, upgrades de conteúdo das estatísticas de relacionamento económico bilateral, de comércio internacional português de bens e de investimento direto. A área esteve ainda envolvida no processo de seleção de mercados de aposta para as exportações portuguesas, nomeadamente no desenvolvimento da metodologia e no apuramento dos resultados.

### Oportunidades de negócio

Abaixo apresenta-se a síntese quantitativa da atividade desenvolvida pela Gestão de Oportunidades de negócio em 2025:

Atividades da Área	Total	Observações
Listas de clientes estrangeiros	3 316	69 mercados envolvidos, no âmbito da resposta a pedidos de 572 agentes económicos
Oportunidades de negócio divulgadas	12 966	152 Mercados
Nº de feiras internacionais e em Portugal identificadas e divulgadas	8 512	134 Mercados
Prestação de serviço de informação empresarial (empresas exportadoras INE e IDPE)	354	Resposta a pedidos internos
Acessos diretos internos a listas de empresas portuguesas com IDPE	653	intranet
Prestação de serviço de informação empresarial (fabricantes/exportadores)	708	54 mercados envolvidos, no âmbito de resposta a pedidos

### Conteúdos comunicacionais

A área de Conteúdos comunicacionais assegura a desmultiplicação de conteúdos técnicos em outros mais simples, através da produção de textos para notícias sobre o conhecimento gerado na área de *Business Intelligence*. Em 2025 manteve-se a colaboração com a revista Portugal Exporta, através da sinalização e sumarização de estudos e/ou factos recentes capazes de impactar o comércio internacional e o investimento. Neste âmbito, foram redigidas 11 edições da secção "Factos e Tendências" da revista Portugal Exporta, num total de 153 notícias, sendo 35 referentes a mercados, 59 a setores, 36 à área regulamentar e 30 à mais recente informação estatística.

### Outros produtos de informação

Enquadrados pela Comissão Europeia, por meio do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, os PRR dos diversos países da União Europeia criam oportunidades de negócio em mercados externos.

O acompanhamento destes concursos permite identificar setores de aposta para empresas portuguesas com IDPE num destes mercados, uma vez que podem concorrer, de forma direta, aos incentivos locais, a novas oportunidades de investimento no estrangeiro e a explorar novas possibilidades de negócios junto das entidades e empresas locais beneficiárias desses incentivos.

Para permitir o acesso das empresas portuguesas à informação disponível sobre os concursos anunciados

pelos países da UE, no âmbito das suas medidas PRR, e facilitar a identificação de oportunidades de negócio deles resultantes, a área de *Business Intelligence* preparou e disponibilizou, com uma cadência de atualização semanal, um *dashboard* que fornece toda a informação que se encontra aberta sobre este tema nos diversos mercados da UE.

Durante 2025 foram feitas 46 atualizações semanais considerando as oportunidades PRR disponibilizadas por cada estado-membro da UE.

No âmbito do acompanhamento do "Projeto de Reforço do IDE Espanhol em Portugal", a área de *Business Intelligence* contribuiu ainda para a idealização do Barómetro de IDE Espanhol que foi executado em 2025. Este projeto assume especial importância dada a relevância de Espanha enquanto mercado de investimento em Portugal e pela necessidade de diversificação do investimento espanhol em Portugal, apostando na melhoria da sua especialização e do valor acrescentado.

## B.3 Gestão de incentivos

### B.3 a) Avaliação e seleção de projetos

No ano de 2025 a atividade da AICEP concentrou-se na plena operacionalização das Tipologias de Incentivos da sua esfera de competências, nas vertentes do Investimento e da Internacionalização, seja no âmbito do Portugal2030, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) ou do Sistema de Incentivos «Investimentos em Setores Estratégicos». Em forma de balanço final e como adiante se ilustrará, a atividade desenvolvida contribuiu de forma decisiva para a substancial superação dos resultados alcançados pela Agência em anos anteriores, em ambas as vertentes.

A par desta atividade, acompanhou-se, ainda, as medidas transversais de otimização e monitorização das atividades da Agência relacionadas com o tema dos Incentivos, contribuindo ativamente para os trabalhos desenvolvidos no contexto do Grupo de Trabalho interno de Verificação de Incentivos e Auditoria (GT-VIA) e para as especificações técnicas do futuro Sistema de Informação interno para gestão dos Incentivos.

Na esfera Jurídica e Regulamentar, além da assessoria transversal às matérias acompanhadas pela área, foi assegurada a implementação normativa do Sistema de Incentivos «Investimentos em Setores Estratégicos», nomeadamente quanto aos elementos de regulamentação associados à respetiva Portaria, a revisão regulamentar e procedimental das matérias de Incentivos ao nível de diversos diplomas legais e procedimentos, abrangendo, em particular, a formulação de propostas de alteração ao Regulamento Específico da área temática Inovação e Transição Digital (Portugal2030), a participação no desenho de novas Tipologias de apoio, nomeadamente nas áreas de descarbonização e eficiência energética, a revisão de Avisos de Concurso no âmbito das Tipologias na esfera de competências da AICEP, a participação no Grupo de Trabalho interministerial para a implementação do Regulamento STEP e a análise de oportunidades de criação de novos instrumentos de apoio, designadamente ao abrigo do Clean Industrial State Aid Framework (CISAF).

Em paralelo à negociação de novos Contratos de Investimento e ao acompanhamento e renegociação de

Contratos em vigor, relativos a projetos enquadrados no Regime Contratual de Investimento (RCI), procedeu-se a uma revisitação e otimização de procedimentos e trâmites aplicáveis à celebração, renegociação e cessação dos contratos de investimento e dos contratos fiscais de investimento, numa perspetiva de simplificação, clarificação e redução de etapas processuais.

À semelhança de anos anteriores, a área dos Incentivos continuou a dar apoio às áreas de Investimento e Internacionalização na fase de angariação de novos investimentos, traduzida na participação em reuniões com potenciais promotores de novos projetos, na resposta a múltiplos pedidos de informação e na preparação de simulações para diversas intenções de investimento. Foi igualmente assegurado o apoio à área de Auditoria e Conformidade no âmbito de processos de Auditoria desencadeados pelo COMPETE e pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ADC), integrados nos respetivos planos de controlo e certificação.

### Investimento

No ano de 2025, o investimento contratualizado pela AICEP<sup>14</sup> atingiu um valor recorde de 3,59 mil milhões de euros, o maior volume de Investimento contratualizado pela Agência desde a sua criação e que excedeu em mais de 30% o registo de 2021 (2,7 mil milhões de euros), melhor



marca anterior.

Nesta vertente do Investimento, assumiram especial relevância os novos Contratos de Investimento celebrados no âmbito do Sistema de Incentivos «Investimentos em

<sup>14</sup> Inclui projetos contratados ao abrigo das Tipologias Inovação Produtiva e Investigação & Desenvolvimento Tecnológicos do

Portugal2030, bem como do Sistema de Incentivos «Investimentos em Setores Estratégicos».

Setores Estratégicos», responsáveis por um volume de investimento de 3 mil milhões de euros (83,7% do total), estando em causa projetos que integram diferentes fases da cadeia das baterias de lítio para veículos elétricos – extração e refinação de lítio, produção de componentes e produção de baterias.

No seu conjunto, os 18 novos Contratos de Investimento assinados em 2025 apresentam indicadores de resultados esperados (em ano cruzeiro) de extrema relevância, demonstradores do impacto que podem aportar a um conjunto de variáveis chave da economia portuguesa:

#### PROJETOS DE INVESTIMENTO 2025



Adicionalmente, cumpre destacar que, em 31 de dezembro de 2025, o *pipeline* de candidaturas atingia os 2,54 mil milhões de euros de investimento, permitindo antecipar que 2026 deverá corresponder a mais um ano de elevada contratualização de investimento.

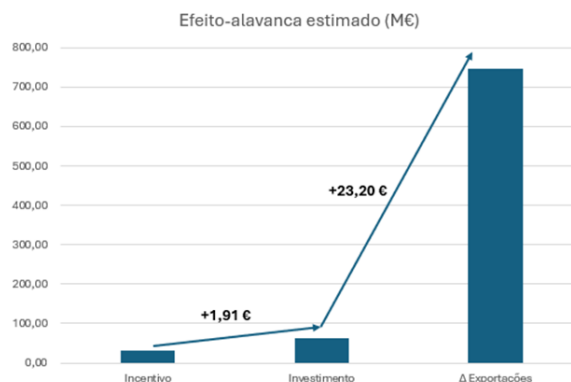
#### Internacionalização

No que diz respeito à Medida «Internacionalização via e-commerce», integrada na Componente C16 do PRR, tendo sido lançado um terceiro e último Aviso para Apresentação de Candidaturas em outubro de 2024, concluiu-se o processo de análise e decisão relativo às 782 candidaturas entradas, tendo sido selecionados 663 projetos de PME, representando um investimento elegível de 17 milhões de euros.

Recorde-se que a Medida «Internacionalização via e-commerce» do PRR tinha como meta apoiar 1.500 PME até ao final de 2025, pelo que, somando estes novos 663 projetos aos 725 aprovados<sup>15</sup> nos anteriores Avisos para Apresentação de Candidaturas (avisos publicados em 2022 e em 2023), a posição atual traduz um grau de cumprimento da meta de 92,5%.

Já no âmbito do Portugal2030, cumpre destacar a conclusão do processo de análise e decisão relativo ao Aviso MPr-2024-5 para a Modalidade de Projetos Conjuntos de Internacionalização, destinada a projetos de promoção externa desenvolvidos por associações e outras entidades da envolvente empresarial, em conjunto com PME. Foram aprovados 15 novos Projetos Conjuntos de Internacionalização, tendo um investimento associado da ordem dos 61,6 milhões de euros, reforçando-se deste modo o apoio à promoção externa de um conjunto de fileiras representativas da oferta nacional, com particular destaque para a Moda (Têxtil, Vestuário e Calçado), representando 35% do investimento aprovado, o Mobiliário e Madeira (28%), Casa (9%) e Pedra Natural (9%).

Saliente-se que, no contexto destes projetos, prevê-se o envolvimento direto de cerca de 850 PME, das quais mais de 700 já identificadas em candidatura. Para estas últimas, projeta-se (entre o ano pré-projeto e o ano pós-projeto) um aumento das exportações da ordem dos 746 milhões de euros, traduzindo uma taxa de crescimento de quase 32%. Face ao montante de incentivo atribuído a estes projetos (32,2 milhões de euros), é possível extrapolar um grau de alavancagem das exportações de 23,20 euros por euro de incentivo.



Ainda na vertente Internacionalização, cumpre destacar a aprovação de 286 Projetos Individuais de Internacionalização ao abrigo do Aviso MPR-2024-7 do Portugal2030, encerrado em 30 de dezembro de 2024. Refira-se que este Aviso se dirigiu a empresas em estágios de maturidade internacional superiores (escalão individual de exportação superior a 200 mil euros), numa lógica de acelerador de exportações e contou com mais de 700

<sup>15</sup> Exclui desistências e anulações pré-contratuais

candidaturas. Os 286 projetos aprovados representam um investimento superior a 130 milhões de euros.

Conclui-se deste modo que, em 2025 e no cômputo global, foi possível apoiar um universo potencial de 1.800 PME na vertente Internacionalização, entre projetos individuais e projetos conjuntos.

### B.3 b) Acompanhamento e pagamento de incentivos

Ao longo do ano de 2025, a par do acompanhamento dos projetos contratualizados em curso de execução, as equipas desta área desenvolveram uma intensa atividade de recuperação de processos pendentes de anteriores períodos de programação, que resultaram na concretização de objetivos extremamente relevantes em matéria de encerramentos.

#### Investimento

A atividade em 2025 desdobrou-se em cinco objetivos prioritários: i) o encerramento definitivo do QCA III; ii) as avaliações finais e encerramento de projetos relativos ao QREN; iii) o acompanhamento e encerramento de projetos do Portugal2020; iv) o acompanhamento dos Contratos Fiscais de Investimento; v) a implementação do Portugal2030.

Relativamente ao QCA III, que vigorou entre 2000 e 2006 e que em janeiro de 2025 contava com 64 contratos ativos, o mesmo foi encerrado na sua totalidade, tendo os contratos sido fechados e libertadas 4 Garantias Bancárias no montante global de 60.028,06 euros. Estando em causa Contratos de grande antiguidade, foi necessário recuperar um número significativo de deliberações já existentes (41), inserindo o respetivo trâmite e inativando a candidatura, bem como elaborar proposta de cessação de vigência para os restantes (23). Procedeu-se igualmente ao rastreamento de um conjunto de Contratos QCA III acerca dos quais não existia histórico de informação ou qualquer tipo de elementos relevantes (3 projetos PEDIP, 1 projeto AGRO e 2 projetos MARE), concluindo-se, que se tratava de projetos cujos Contratos foram assinados entre os promotores e o IAPMEI e que foram incorporados na consola da AICEP no tempo em que as duas entidades se encontravam fundidas, procedendo-se à devida inativação no sistema. Também os projetos de Benefícios Fiscais associados ao QCA III dos quais apenas foi possível apenas encontrar os respetivos Contratos (14), foram inativados no sistema.

Parte significativa da atividade da equipa esteve também focada nas avaliações finais e encerramento de projetos do QREN, com 42% do peso global em termos de propostas efetuadas. Foram efetuadas 26 avaliações da Fase B dos projetos, tendo sido atribuído o montante de prémio global de 5.952.452,13 euros. Foram ainda libertadas 22 garantias bancárias, no valor global de 4.545.136,18 euros, tendo sido feita a redução do valor de uma. Finalmente, procedeu-se à cessação da vigência de 159 contratos.

No que diz respeito ao Portugal2020, representativo de 38% do total de propostas apresentadas, foram emitidas 26 ordens de pagamento de Fundos Nacionais, no montante global de 23.018.686,05 euros. Na sequência do acompanhamento dos vários projetos, a equipa analisou 14 pedidos de alteração, emitiu 5 pareceres e fechou a análise de 4 pedidos de pagamento sem que tenha havido lugar à emissão de ordem de pagamento. Em termos de encerramentos, foram efetuados 1 encerramento do investimento e 47 encerramentos do projeto, bem como efetuada a avaliação do grau de cumprimento do contrato de 23 projetos. No seu global, foi atribuído o montante de isenção de reembolso de 33.313.708,00 euros, bem como devolvidos 10.566.634,73 euros nos casos em que o incentivo reembolsável apurado era superior ao montante em dívida à data da avaliação. Ainda relativamente ao PT2020, foram libertadas 3 garantias bancárias no montante global de 572.744,12 euros e reduzidas 4 garantias bancárias.

Relativamente ao acompanhamento dos Contratos Fiscais de Investimento, que, em 2025, se focou sobre os exercícios de 2022 e 2023, foram efetuados 68 relatórios de acompanhamento e cessada a vigência de 7 contratos. Desta análise, resultou ainda a resolução de 1 contrato.

Finalmente e no que toca ao Portugal2030, foram emitidas 10 ordens de pagamento a título de adiantamento, no montante global de 9.878.175,71 euros.

#### Internacionalização

As equipas afetas à vertente Internacionalização (Competitividade Empresarial e Internacionalização) desdobraram a sua atuação em torno de quatro objetivos prioritários: i) ações pendentes referentes ao encerramento dos projetos QREN de Internacionalização; ii) continuidade dos trabalhos necessários à finalização do Portugal2020; iii) acompanhamento da execução da Medida

«Internacionalização via E-commerce» do PRR; iv) arranque do acompanhamento e verificação da execução do Portugal2030.

No seguimento dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do encerramento dos projetos QREN de Internacionalização, foram concluídas as análises às alegações e efetuadas as respetivas notificações referentes a 227 projetos, que dependiam de intervenção da AICEP, tendo sido possível reverter a proposta de decisão para encerramento favorável em 29% dos casos, traduzindo-se num incentivo revertido, em que deixou de ser exigida a devolução, no valor de cerca de 4,2 Milhões de euros.

No âmbito do Portugal2020, o grande desafio centrou-se ao nível dos Projetos Conjuntos de Internacionalização, havendo a necessidade de proceder à reanálise de todos os projetos que se encontravam pendentes de estabilização do entendimento para a validação da certificação da dimensão das empresas à data do acordo de pré-adesão, que tinha ocorrido em dezembro de 2024. Com a identificação das empresas participantes em cada projeto, e respetivo apuramento de incentivo, procedeu-se finalmente ao registo de *minimis*.

No que se refere aos Projetos Individuais de Internacionalização, prosseguiram os trabalhos de encerramento dos projetos, com a medição dos resultados alcançados ao nível das exportações no ano pós-projeto. Acresceu ainda a continuação de resposta às alegações contrárias, reclamações e recursos hierárquicos registados no âmbito destes projetos, a par da resposta aos pedidos das Autoridades de Gestão (cerca de 90).

Em síntese, elencam-se como principais indicadores de atividade no âmbito do encerramento do Portugal2020:

- Foram analisados e decididos 4 encerramentos de investimento (Projetos Individuais) e 307 encerramentos de projeto (305 Projetos Individuais e 2 Projetos Conjuntos).

- Adicionalmente, foi aprovado um total de 148 ajustes ao encerramento, correspondentes a 39 projetos individuais e 109 conjuntos, decorrente de alegações contrárias apresentadas em sede de audiência prévia da notificação do encerramento, bem como em resultado da reanálise da certificação de dimensão PME das empresas participantes nos Projetos Conjuntos à luz do novo entendimento da Autoridade de Gestão divulgado em dezembro de 2024.

- Procedeu-se a um total de 1.333 registos de *minimis*, em sequência do apuramento final de incentivo para todas as

empresas participantes no âmbito dos Projetos Conjuntos, e também dos Projetos Individuais, cujo incentivo sujeito a de *minimis* não tinha sido registado à data de decisão, o que correspondeu a 1.333 registos.

- Foram enviadas para decisão final das respetivas Autoridades de Gestão um total de 37 propostas de revogação de apoio (28 individuais e 9 conjuntos), decorrentes da análise a alegações contrárias de que resultou a manutenção das anteriores propostas de revogação.

- Procedeu-se ao registo de 79 decisões de anulação de projetos (66 individuais e 13 conjuntos).

- Emitiram-se 93 ordens de pagamento, repartidas por 26 Projetos Individuais e 67 Projetos Conjuntos, correspondendo a um incentivo de 1.048.852,43 euros e de 4.064.548,95 euros, respetivamente. Inversamente, foram emitidas 165 ordens de devolução, 91 referente a Projetos Individuais e 74 relativas a Projetos Conjuntos, de valor correspondente de 4.861.329,69 euros e 6.266.951,37 euros, respetivamente.

No que se refere ao SIAC Internacionalização, ainda no contexto do Portugal2020, houve necessidade de visitar, em 2025, 53 projetos que se encontravam encerrados, na sequência de uma ação de controlo desencadeada pela Autoridade de Gestão do COMPETE aos projetos em fase de encerramento do Exercício Contabilístico 2023-24. Refira-se que o Relatório desta ação de controlo concluiu pela necessidade de reverificação dos indicadores de realização e de resultado, de forma a evidenciar a métrica de avaliação e o método de cálculo, bem como a evidência da sua avaliação, por parte do Organismo Intermédio. Realizaram-se deste modo 53 ajustes ao encerramento, 1 anulação efetiva e 5 ordens de devolução, no total de 914.246,39 euros, tendo ainda sido emitida 1 ordem de pagamento no total de 381.164,79 euros.

No que diz respeito à Medida «Internacionalização via E-commerce», integrada na Componente C16 do PRR, foram acompanhados os projetos apoiados ao abrigo dos Avisos para Apresentação de Candidaturas lançados em 2022 e 2023, num total de 786 projetos, sendo de referir que foram processados 519 adiantamentos iniciais, correspondentes a 23% do incentivo aprovado, no valor de 2.374.154,62 euros, validados 645 questionários de duplo financiamento, efetuadas 61 anulações pós-contrato, analisados 45 pedidos de alteração à calendarização e analisados 490 pedidos de pagamento, traduzindo-se num incentivo

autorizado no valor global de 4.476.398,07 euros, correspondente a uma despesa elegível validada no valor de 15.781.424,65 euros.

No âmbito do Portugal2030, foram acompanhados os Projetos apoiados ao abrigo dos Avisos para a Modalidade de Projetos Conjuntos de Internacionalização (Aviso 04/SI/2022, Aviso MPr-2023-5 e Aviso MPr-2024-5), num total de 45 projetos desenvolvidos por associações e outras entidades da envolvente empresarial, em conjunto com PME. Neste âmbito, cumpre salientar a seguinte atividade por Aviso:

- Aviso 04/SI/2022: analisados 35 pedidos de pagamento, correspondentes a uma despesa elegível validada no valor de 25.724.058,52 euros e a um incentivo no valor de 13.388.551,03 euros.

- Aviso MPr-2023-5: analisados 4 pedidos de adiantamento inicial/reembolso, correspondentes a um incentivo no valor de 2.458.727,15 euros.

- Aviso MPr-2024-5: analisados 5 pedidos de adiantamento inicial, correspondentes a um incentivo no valor de 865.302,82 euros.

Cumpre ainda destacar a realização de 11 reuniões dos Grupo Técnicos de Acompanhamento dos Projetos Conjuntos de Internacionalização em curso, para apreciação da execução dos mesmos, que contaram com a presença de representantes das Autoridades de Gestão dos Programas Financiadores (COMPETE2030 e Programa Regional de Lisboa), da AICEP e das respetivas Entidades Beneficiárias.

Iniciou-se igualmente o acompanhamento os Projetos Individuais de Internacionalização apoiados ao abrigo do primeiro Aviso para Apresentação de Candidaturas, lançado em 2024, e que no final de 2025 registava 177 termos de aceitação validados, sendo de assinalar a análise de 46 pedidos de adiantamento inicial, correspondentes a um incentivo no valor de 907.434,51 euros.

## B.5 Participação portuguesa em grandes eventos

### EXPO OSAKA 2025

A participação de Portugal na Expo 2025 Osaka Kansai constituiu uma operação de elevada complexidade técnica, logística, institucional e financeira, com impacto transversal nas áreas da diplomacia económica, promoção cultural, inovação, sustentabilidade e internacionalização da economia portuguesa.

Sob o tema “Oceano, Diálogo Azul”, Portugal apresentou uma narrativa alinhada com o mote da Expo — “Designing Future Society for Our Lives” — valorizando a forte vocação marítima de Portugal e dos portugueses, a ciência e a inovação diretamente relacionadas com a ‘exploração’ do Oceano, abordando os temas da sustentabilidade e do diálogo intercultural, com especial enfoque na relação histórica e estratégica com o Japão.



A AICEP foi responsável pela conceção, planeamento e execução da participação portuguesa, assegurando a articulação institucional, a gestão operacional do Pavilhão, a programação económica e cultural, a exploração comercial (loja e restauração) e o cumprimento das obrigações legais, fiscais e contratuais no Japão.

As atividades desenvolvidas enquadraram-se no disposto nas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 149/2022, de 29 de dezembro, e n.º 58/2024, de 1 de abril, que definiram o enquadramento estratégico, os objetivos, o modelo de governação da participação portuguesa, o orçamento e o plano de atividades.

Durante o ano de 2025, foi concluída a Fase 2 — preparação final e instalação (maio 2023 a março 2025), que incluiu a contratação das prestações necessárias ao

funcionamento do pavilhão de Portugal e as necessárias à preparação do início da operação do evento, e foi desenvolvida e concluída a Fase 3 — Evento (abril a outubro 2025), que incluiu a gestão diária do Pavilhão, da operação da loja e restaurante, da programação cultural e económica, e a receção de delegações oficiais. A preparação para o início da Fase 3 (Evento) incluiu ainda a definição de procedimentos operacionais, formação, planos de contingência, articulação com fornecedores locais e internacionais e a mobilização gradual da equipa para Osaka.

Em 2025 foi ainda iniciada a Fase 4 — Desmobilização e encerramento da operação (outubro 2025 a agosto 2026), que inclui a desmontagem e demolição do pavilhão de Portugal e fecho de contas da operação.

### O Pavilhão de Portugal

Foram desenvolvidos, produzidos e instalados conteúdos expositivos específicos para a exposição permanente, para a Expo Virtual e para a zona das filas de espera, sob coordenação direta da equipa da AICEP destacada para Osaka.

O percurso dos visitantes iniciava-se na área de filas, onde uma estrutura de sombreamento concebida pelo arquiteto Kengo Kuma criava abrigo e introduzia a experiência. Uma peça de arte sonora, criada pelo artista português Diogo Lavim e inspirada nas cordas que compunham o Pavilhão de Portugal e nos sons do Oceano, dava as boas-vindas aos visitantes e incentivava-os a conhecer mais através dos quatro QR codes dispostos na zona de filas. Estes ativavam

narrativas virtuais, permitindo aos visitantes aceder a um conjunto de imagens e informações, que apresentavam aos visitantes Portugal e a sua participação nesta Expo: localização de Portugal, identificação do tema do Pavilhão de Portugal e das suas mensagens-chave, e um *quiz* que desafiava a curiosidade do visitante.

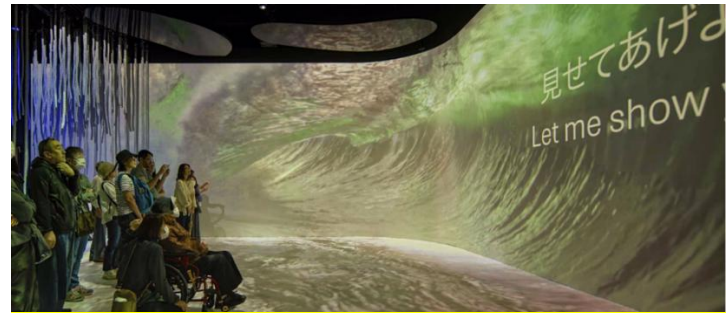
A área expositiva 1, concebida sob o conceito “O Nosso DNA: uma parceria forte e histórica com o Oceano”, entrelaçava diversas expressões artísticas, narrativas históricas e conhecimento do oceano. A exposição destacava como a curiosidade pelo oceano uniu Portugal e o Japão há quase 500 anos e continua a moldar o futuro de Portugal. Eram exibidos elementos gráficos históricos e científicos significativos, enquanto elementos interativos convidavam os visitantes a explorar o oceano como recurso vital e a descobrir inovações tecnológicas com potencial de impacto positivo nas suas vidas.



Nesta sala, deu-se palco ao Oceano, não apenas como elemento de ligação na história de Portugal e Japão, mas também como símbolo de futuro e espírito inovador. A diversidade trazida pelas trocas culturais entre as duas nações estava presente na própria arquitetura do conteúdo, combinando diferentes estilos gráficos e audiovisuais, incluindo animação, vídeo e ambientes sonoros imersivos. O percurso seguia uma “onda” suspensa, conduzindo o visitante a cinco “ilhas”, cada uma destacando um tema específico. Os visitantes podiam explorar as ilhas livremente. Padrões que remetem para a navegação e linhas topográficas unificam o ambiente e lembravam, mais uma vez, outras semelhanças entre as duas nações.

Na área expositiva 2, dois vídeos sucessivos constituíam o núcleo dedicado à proteção do oceano e à promoção de Portugal. Aqui, conduzia-se o visitante através de uma experiência imersiva e sensorial composta por uma

produção audiovisual (3 min.), onde paredes e chão servem como meio para transmitir o intenso conteúdo. O vídeo articulava-se com os temas explorados na sala anterior, reforçando o papel de Portugal na ciência, inovação e economia azul, e contribuía de forma decisiva para a dimensão emocional da visita, frequentemente assinalada pelos visitantes como um dos momentos mais marcantes do percurso expositivo.



O vídeo *The Ocean's Point of View*, apresentava uma narrativa audiovisual impactante, construída “a partir do ponto de vista do oceano”. O seu conteúdo reforçava a ideia de que o oceano é um sistema vivo e essencial à vida na Terra. Utilizando imagens e sons imersivos, o vídeo conduzia o visitante desde a realidade atual – marcada por pressões ambientais e degradação dos ecossistemas – até uma visão de futuro assente na esperança, inovação e sustentabilidade. A peça apelava à responsabilidade coletiva e individual, sublinhando a urgência de proteger o oceano e de transformar a relação da humanidade com este recurso vital.

Complementarmente, um outro vídeo *Ocean Made* enfatizava a relação cultural entre Portugal e o Oceano.

O Pavilhão de Portugal foi amplamente reconhecido em competições internacionais de design:

- World Expolympics:

- Ouro na categoria ‘Melhor Conceito Temático’ (“Oceano, Diálogo Azul”);
- Bronze na categoria ‘Melhor Arquitetura Exterior’;
- Bronze na categoria ‘Melhor Apresentação’;
- 4.º lugar na categoria ‘Melhor Pavilhão Médio’;
- 4.º lugar na categoria ‘Melhor Mascote’.

- Experience Design Awards 2025 (organizado pela Event Marketer): Ouro na categoria Best Use of A/V, destacando a integração inovadora de som, luz, projeções e recursos digitais imersivos.

## Programação Cultural e Económica

Ao longo de seis meses, o Pavilhão de Portugal afirmou-se como uma plataforma ativa de promoção da identidade nacional, através de uma programação multidisciplinar que articulou cultura, ciência, inovação e diplomacia económica, em diferentes formatos, desde concertos, teatro, dança, conferências e exposições.

A curadoria — que integrou artistas consagrados e emergentes, instituições científicas, universidades, empresas inovadoras e representantes diplomáticos — permitiu posicionar Portugal como um país aberto, colaborativo e orientado para o futuro. Esta abordagem reforçou a imagem de Portugal no contexto internacional, fomentou o diálogo intercultural com o Japão e com os restantes países presentes e contribuiu para a criação de redes de cooperação em áreas estratégicas como a sustentabilidade, a ciência e tecnologia, a educação e as indústrias criativas.

O calendário das ações foi estruturado em torno das oito semanas temáticas estabelecidas pela organização da Expo. Ao longo da operação foram promovidas reuniões de articulação e preparação, e posteriormente a sua execução, com os seguintes resultados:

- Dias de atividade: 184
- Eventos distintos: 124
- Atuações artísticas: 392
- Espaços utilizados: 9
- Entidades envolvidas (estimado): 562
- Artistas: 54
- Exposições e conferências: 67
- Participantes/convidados: < 550.000

### Homenagens e tributos

Momentos de grande simbolismo marcaram a programação, como o espetáculo "No Tempo das Cerejas", uma homenagem a Amália Rodrigues, interpretada por Ana Moura, Camané e Ricardo Ribeiro. O Centenário de Carlos Paredes foi celebrado com o espetáculo "Regresso", pelo grupo Alvorada. O músico Dino d'Santiago participou nas celebrações do Dia Mundial da Língua Portuguesa, simultaneamente Dia Nacional na Expo 2025.

### Concertos e performances contemporâneas

A diversidade musical foi evidenciada com atuações de artistas como Carminho, que celebrou o Dia de Camões, de Portugal e das Comunidades Portuguesas, e nomes da música eletrónica e experimental como Bruno Pernadas, DJ



Nova, Karetus, DJ Kawakami, Mr. Wani, Kazufumi Tsukimoto & Anna, que trouxeram sonoridades urbanas e inovadoras ao palco do pavilhão.



### Instalações e exposições artísticas

A exposição "A água corre para o mar" apresentou objetos artesanais ligados à temática marítima. A instalação "Lisboa Contemporânea" reinterpreto os biombo Nanban, símbolo histórico das relações luso-japonesas, e a arquiteta e ilustradora Ana Aragão apresentou a obra "My Plan for Japan", inspirada na estética nipónica e na história marítima portuguesa.

### Música e Sustentabilidade

Um dos momentos mais inovadores foi a performance CRASSH\_Recycled, do coletivo WETUMTUM, que apresentou sessões interativas com instrumentos feitos de materiais reciclados como baldes, capacetes e objetos do quotidiano. A proposta combinou percussão, movimento e comédia visual, promovendo a consciência ambiental de forma lúdica e acessível a todas as idades.



### Coproduções com países participantes

A participação de Portugal promoveu diversas colaborações com alguns países participantes, entre eles: Angola, Arábia Saudita, Cabo Verde, Estados Unidos, Ucrânia, União Europeia e Vietnam.

### Entidades envolvidas

A participação portuguesa na *Expo Osaka 2025* mobilizou um conjunto expressivo de entidades nacionais. Foram promotores de eventos no Pavilhão de Portugal, os seguintes quatro grupos de entidades:

- 28 entidades institucionais e governamentais que asseguraram a representação oficial do Estado português, das regiões autónomas e da administração pública central e regional;
- 17 associações empresariais e setoriais que representaram os principais setores produtivos e *clusters* estratégicos da economia portuguesa.
- 18 empresas privadas de diferentes setores que trouxeram inovação, design, tradição e sustentabilidade ao pavilhão.
- 6 instituições académicas que reforçaram a dimensão científica e educativa da missão.

A presença das 69 entidades suprarreferidas representa apenas uma parte do universo de 562 entidades envolvidas na participação portuguesa.

No que respeita à vertente de diplomacia económica, os indicadores encontram-se em fase de consolidação. Não obstante, foram já confirmadas 12 parcerias e protocolos, superando o objetivo inicialmente definido de 10. Estas parcerias abrangem áreas como inovação, ciência e tecnologia, economia azul, turismo, ensino superior, cooperação institucional e empresarial, e incluem acordos de médio e longo prazo com entidades japonesas e internacionais.

A AICEP garantiu a presença, no Pavilhão de Portugal de produtos portugueses, através de parcerias com empresas, nomeadamente, mobiliário, revestimentos (cortiça e



cerâmicos), elementos expositivos (dispensadores) e produções audiovisuais.

### Operações Comerciais – Loja e Restauração

#### Restauração

A área de restauração concessionada de 136,12 m<sup>2</sup>, correspondendo a 7,38% da área total do Pavilhão de Portugal, incluía um espaço de restaurante e cafetaria, uma área de esplanada e os espaços de apoio à restauração, dotados de todos os equipamentos e mobiliário necessários. A operação teve como objetivos principais divulgar a gastronomia e os produtos portugueses, promover o setor agroalimentar nacional e contribuir para a projeção internacional da cultura e economia portuguesas. O Concessionário apresentou ao longo de todo o período da operação pratos emblemáticos e tradicionais que promoveram não apenas os respetivos sabores, mas também a sua história e a ligação às diferentes regiões de Portugal. Entre os ingredientes mais emblemáticos, destacam-se, o azeite, o bacalhau e o polvo. Na ementa principal, disponível na sala de refeições e na esplanada, destaca-se o sucesso comercial do arroz de polvo, com 10.982 unidades vendidas e o pão de ló de Alfazeirão, com 10.320 unidades vendidas.



conformidade dos documentos exigidos, designadamente seguros, planos de segurança, higiene e saúde, e ambiente, identificação e cópia de contratos com subempreiteiros. No mesmo dia foi atribuído pelo Município de Osaka o “*Building Permit*” que habilita o início dos trabalhos.

A carta de vinhos apresentou uma oferta bastante variada e exclusivamente portuguesa, com representatividade de regiões diferentes com denominação de origem (branco, tinto e rosé). Destaca-se também neste ponto resultados bastante positivos nas vendas, com 9.828 unidades de

garrafas de vinho vendidas, 3.840 litros de cerveja de pressão e 2.688 unidades de garrafas de cerveja portuguesa (200 ml).

A palamenta selecionada para o restaurante do Pavilhão de Portugal incluiu peças de duas marcas portuguesas de referência no setor de cutelaria e design de mesa. No que concerne a matérias-primas para confeção dos pratos destaca-se a disponibilização de 52 produtos portugueses. Em termos de resultados do restaurante estes superaram largamente os objetivos inicialmente definidos contratualmente com o concessionário. Os resultados confirmam que a operação não só cumpriu, como ultrapassou substancialmente todos os indicadores de desempenho, afirmando o restaurante do Pavilhão de Portugal como uma das operações de restauração mais bem-sucedidas de todo o recinto da Expo.

Destaca-se ainda que, de acordo com o *Tablelog*, a plataforma de avaliação de restaurantes mais conceituada no Japão, o restaurante do Pavilhão de Portugal recebeu uma avaliação bastante positiva por parte dos consumidores, de entre todos os estabelecimentos de restauração a operar no recinto da Expo 2025 Osaka. Este foi classificado como o segundo restaurante com melhor avaliação geral, com uma pontuação média de 3,54.

Considerados apenas os restaurantes com preço médio inferior a 10.000 JPY, o restaurante do Pavilhão de Portugal obteve a melhor avaliação da Expo 2025.

#### Loja

Coube à AICEP a gestão e operacionalização da loja do Pavilhão de Portugal. A loja contou com 25 fornecedores e 243 referências de produtos. Para o catálogo foram selecionados produtos distribuídos por quatro categorias: Food, Home & Decor, Fashion & Me e Publications, Toys & Games.

Entre 13 de abril e 13 de outubro de 2025, a loja do Pavilhão de Portugal registou um desempenho comercial muito expressivo, atingindo 95.201 unidades vendidas.



#### Comunicação

A comunicação da participação de Portugal na Expo 2025 Osaka Kansai constituiu uma prioridade estratégica para reforçar a visibilidade internacional do país, promovendo a sua inovação, cultura, diplomacia económica e relações institucionais. A estratégia contemplou três eixos principais: comunicação em Portugal, comunicação no Japão e comunicação digital internacional, incluindo *website* e redes sociais.

A estratégia global para esta área foi definida pela AICEP e incluída no Plano de Atividades da participação de Portugal na Expo 2025. A partir desta, a área de Informação e Comunicação da AICEP, assegurou a componente de gestão de *website* oficial e das redes sociais da participação de Portugal na Expo 2025. Disponível em três línguas – português, inglês e japonês, o *website* foi pensado para responder a públicos distintos, com especial enfoque no mercado japonês, que representou 85% da audiência total. Este dado confirma a adequação da plataforma ao público-alvo da Exposição e a eficácia da estratégia de conteúdos e de distribuição adotadas.

Em termos de desempenho, o site registou um crescimento sustentado de utilizadores e sessões, com um aumento particularmente significativo a partir de abril de 2025. O pico de tráfego foi alcançado em maio de 2025, com mais de 33 mil utilizadores mensais, seguindo-se uma fase de estabilização com uma média superior a 20 mil utilizadores por mês nos meses seguintes, evidenciando uma audiência consolidada e recorrente.

Já quanto à estratégia digital no conjunto das plataformas (*Instagram*, *Facebook*, *LinkedIn* e *X*) a participação de Portugal na Expo 2025 Osaka registou 13.191.432 de impressões e 5.883.885 pessoas alcançadas, refletindo uma forte visibilidade digital. Ao longo dos 184 dias do evento, foram produzidas mais de 900 publicações e mais de 4.000 *stories* assegurando uma comunicação contínua, dinâmica e diversificada.

A comunicação em Portugal sobre a participação nacional na Expo 2025 Osaka registou uma evolução contínua e crescente ao longo do período analisado, evidenciando um interesse sustentado dos meios de comunicação social e uma presença regular na agenda mediática.

Entre julho e outubro foram identificadas 1.119 notícias em mais de 250 meios, com 53 milhões de visualizações/audiências potenciais, reflexo da forte visibilidade do Pavilhão de Portugal nos media nacionais.

Foram publicadas em Televisão 104 notícias, na Rádio 35 notícias e especiais informativos, Online 806 referências e notícias e em Papel 174 artigos.

No que concerne à comunicação no Japão, um pilar estratégico da participação de Portugal na Expo Osaka, exigiu uma abordagem altamente especializada e adaptada ao contexto mediático japonês, tendo permitido alcançar uma cobertura mediática robusta, diversificada e contínua, com impacto significativo junto de meios nacionais, regionais e especializados.

No total, foram identificadas 215 peças de cobertura (168 imprensa/online, 46 TV e 1 rádio).



### Operação diária do Pavilhão

A operação diária do Pavilhão contou com cerca de 204 recursos humanos, com 2 turnos diários: 66 assistentes operacionais e de acolhimento de visitantes; 35 afetos à segurança e limpeza; 12 afetos aos serviços de manutenção; 83 afetos à operação de restauração; e, 8 destacados pela AICEP para a coordenação e gestão da operação.

A AICEP em Osaka teve como missão a gestão de um edifício aberto diariamente ao público, com uma média diária de 12.800 visitantes, ao longo de 12 horas, complementada pelas atividades paralelas da programação económica e cultural. Durante o período noturno, para além da manutenção preventiva e corretiva, foi necessário proceder à instalação e desmontagem de exposições temporárias, equipamentos para eventos e outras atividades operacionais.

Durante o período de funcionamento do Pavilhão, a operação decorreu de forma globalmente estável, apesar da elevada complexidade logística, intensidade do fluxo de visitantes e da intensidade da programação.

Em termos de visitantes e experiência, o Pavilhão de Portugal registou:

- 2.355.616 visitantes (168% do objetivo);
- 9,7% dos visitantes totais do recinto da Expo;
- 93% de apreciação positiva da experiência (escala 1–10);
- 411 delegações e personalidades VIP recebidas (822% do objetivo).

Estes resultados refletem o sucesso da narrativa expositiva, do design imersivo e da excelência operacional.

Tendo por base as primeiras estimativas disponibilizadas pela organização relativamente ao número total de visitantes e respetiva composição, a participação de Portugal na Expo 2025 Osaka Kansai foi planeada para alcançar cerca de 5% dos 28,2 milhões de visitantes previstos para o recinto, o que correspondia a 1,4 milhões de visitantes no Pavilhão de Portugal.

No entanto, o resultado obtido revelou-se substancialmente superior, muito fruto das alterações implementadas no modelo de *visitors flow*.



Para além do número total de visitantes, dois outros indicadores confirmam o desempenho excepcional:

- Crescimento sustentado ao longo da operação, sem quebras na procura;
- Percentagem de visitantes face ao total do recinto: 9,75%, quase o dobro da meta definida (5%).

Ao longo dos seis meses, o Pavilhão registou valores diários estáveis entre 8% e 12% do total do recinto, tendo ultrapassado os 14% em diversos dias. O Pavilhão de Portugal manteve-se, assim, consistentemente acima da meta inicial e entre os mais visitados do evento.



## Web Summit Lisboa

De 10 a 13 de novembro, Lisboa voltou a ser o ponto de encontro mundial da tecnologia, da inovação e do empreendedorismo, ao receber a 10.<sup>a</sup> edição da Web



Summit que este ano, de acordo com os dados divulgados pela organização, acolheu 71.386 participantes, de 157 países, incluindo CEOs, delegações governamentais e comerciais, media global, start-ups e investidores. E como previsto, a Inteligência Artificial (IA) esteve no centro das atenções de todos os participantes com sessões

dedicadas à robótica, economia digital, recursos humanos e sustentabilidade. A Web Summit reuniu 1.857 investidores credenciados, de 86 países, um aumento de 74% em relação aos 1.066 do ano passado. Estiveram a expor os seus projetos, produtos e soluções 2.725 start-ups, de 108 países, com a IA e *machine learning* a emergirem como áreas principais. No total, este ano subiram ao palco da Web Summit 869 palestrantes, entre os quais líderes que moldam o futuro da tecnologia, dos negócios e da cultura, como a pessoa mais seguida no TikTok, Khaby Lame, o cofundador e CEO da Lovable, Anton Osika ou a empreendedora e lenda do ténis Maria Sharapova. Marcaram presença 268 delegações governamentais de 82 países.



Os principais objetivos da participação da AICEP foram o estabelecimento de contactos com:

- Empresas portuguesas com necessidade de apoio à internacionalização;
- Empresas estrangeiras, principalmente Grandes Empresas numa ótica de captação de investimento estrangeiro para Portugal;
- Empresas estrangeiras que pudessem considerar a hipótese de fazerem negócios com empresas portuguesas.

Este ano a AICEP voltou a participar no *stand* de Portugal, onde estiveram presentes as entidades oficiais nacionais: IAPMEI, ANI, Turismo de Portugal I.P., *Startup* Portugal, *Startup* Lisboa/Unicorn Factory Lisboa, NEST e Rede Nacional de Incubadoras.

O evento de *Networking* (*side event*) que a AICEP organizou no Pavilhão de Portugal (Nightsummit – Portugal Tech Hub) e que tinha por objetivo ser um momento de *networking* entre grandes empresas já instaladas em Portugal e grandes empresas que ainda não investiram em Portugal, teve a participação de 70 empresas e entidades.



## 4.

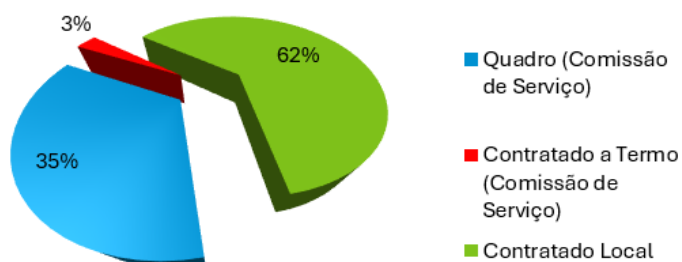
### Recursos humanos

A estrutura orgânica da Aicep Portugal Global conta com uma dimensão de recursos humanos, à data de 31 de dezembro de 2025, de 456 trabalhadores, distribuídos de acordo com o seguinte quadro:

Efetivo AICEP		2024	2025
Portugal	Conselho de Administração	5	5
	Quadro		
	Carreira Técnica	280	292
	Carreira de Assistente	47	49
	Sub-Total (1)	<b>332</b>	<b>346</b>
	Cedido à AICEP	1	
	Contratado a Termo/Comissão de Serviço		
Sub-Total (2)	<b>1</b>	<b>0</b>	
Total (1+2)	<b>333</b>	<b>346</b>	
Rede	Quadro (Comissão de Serviço)	30	35
	Contratado a Termo (Comissão de Serviço)	6	3
	Contratado Local	66	63
	Sub-Total	<b>102</b>	<b>101</b>
<b>Total (Portugal e Rede)</b>		<b>435</b>	<b>447</b>
Pessoal Pré-Reformado		10	9
<b>Total</b>		<b>445</b>	<b>456</b>

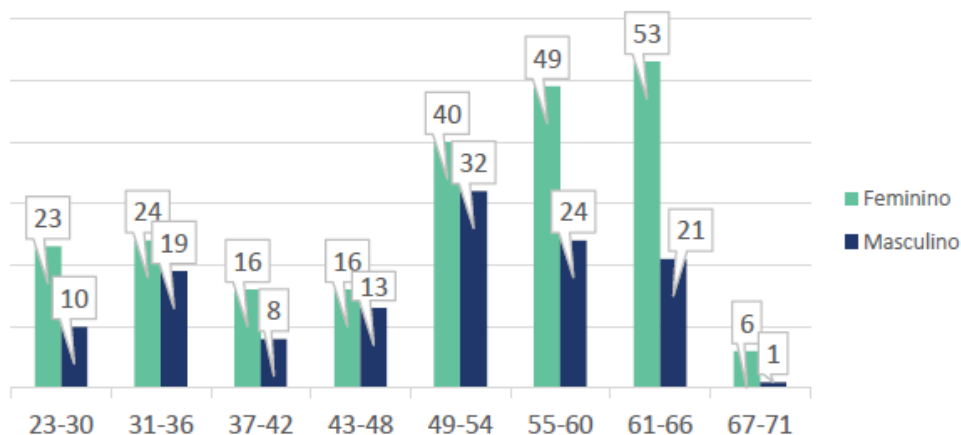
#### Relação dos Contratados Locais na Rede Externa/ Destacados

No que diz respeito à Rede Externa da AICEP, esta é composta por pessoal do quadro em regime de comissão de serviço e por trabalhadores contratados localmente, regendo-se estes últimos pela lei local, aplicável a cada país.



#### Efetivo por escalão etário

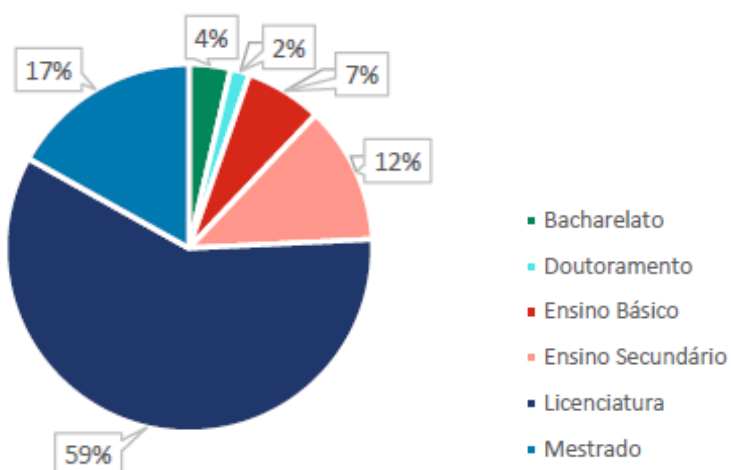
O maior número de efetivos em Portugal, por escalão etário, situou-se entre os (61-66) anos de idade, representando 74 trabalhadores, seguido do intervalo (55-60) com 73 trabalhadores. A média etária, em 2025, do efetivo da AICEP em Portugal era de 50 anos.



Do quadro supra constata-se ainda que, dos 355 efetivos em Portugal, 64% são do sexo feminino e 36% do sexo masculino.

#### Efetivos por nível de escolaridade

No que respeita à caracterização dos trabalhadores em Portugal segundo as respetivas habilitações literárias, a Licenciatura é o nível habilitacional com maior expressão (209 efetivos), seguida do Mestrado (60 efetivos), representando 59% e 17% do total de trabalhadores.



Anualmente a Agência publica o seu Balanço Social com informação exaustiva relativa aos Recursos Humanos da organização.

## 5.

### A AICEP Global Parques

---

A AICEP detém uma participação na aicep Global Parques que ascende a 91,19% do capital. A aicep Global Parques é uma sociedade anónima, de capitais inteiramente públicos que se rege pelo Código das Sociedades Comerciais, pelas normas do setor público empresarial, nos termos do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro e ainda pelos seus estatutos.

A aicep Global Parques é especialista na gestão de parques empresariais e na prestação de serviços de localização empresarial, dirigidos aos setores da energia, indústria, logística e serviços. A empresa trabalha para assegurar as condições necessárias à captação, concretização e acompanhamento de projetos de investimento, tanto nacionais como internacionais.

#### Missão

Assegurar que os parques e serviços da aicep Global Parques se afirmam como infraestruturas ao serviço da competitividade da economia portuguesa e como instrumentos concretos de apoio à execução do Programa “Acelerar a Economia - Crescimento, Competitividade, Internacionalização, Inovação e Sustentabilidade”, aprovado em Conselho de Ministros a 4 de julho de 2024.

Em articulação com outras entidades, a atuação da aicep Global Parques concretiza-se, designadamente:

- na disponibilização de espaços infraestruturados e plataformas para a instalação de empresas e/ou de entidades não empresariais, promovendo o aumento do volume de investimento direto estrangeiro (IDE) produtivo em Portugal;
- no acréscimo do valor acrescentado nacional (VAB) através da Qualificação do Território e especialmente das Áreas de Localização Empresarial, prestando serviços de gestão integrada em parques empresariais;
- na promoção da Transição Energética, com enfoque na descarbonização e na circularidade das indústrias da energia, refinação, petroquímica, química, metalurgia e transportes, destacando o desenvolvimento de gases renováveis, hidrogénio e amónia verdes, bem como novos combustíveis, com especial incidência no Complexo de Sines;

- no apoio à Transição Digital, através do desenvolvimento de infraestruturas estratégicas, nomeadamente estações de amarração de cabos submarinos de telecomunicações e centros de computação, processamento e armazenamento de dados, na ZILS - Zona Industrial e Logística de Sines.

#### Valores

Os valores corporativos da aicep Global Parques refletem o compromisso com a melhoria contínua do seu desempenho, visando afirmar-se como uma organização:

- competitiva, eficiente e orientada para o cliente;
- assente na qualificação permanente e na valorização dos seus trabalhadores;
- institucionalmente articulada com parceiros públicos e privados;
- financeiramente sólida e sustentável;
- socialmente responsável;
- reconhecida pela relevância e credibilidade na sua área de atuação.

#### Modelo de negócio

O modelo de negócio da aicep Global Parques estrutura-se em quatro pilares fundamentais:

- valorização e desenvolvimento dos ativos sob gestão;
- identificação e concretização de novos ativos, bem como reforço da prestação de serviços;
- consolidação de competências de informação e conhecimento da oferta para a localização empresarial e gestão integrada de áreas empresariais;
- estabelecimento de parcerias com *stakeholders*, promovendo sinergias e uma atuação articulada.

## Áreas de intervenção



## Unidades operativas

A aicep Global Parques disponibiliza três soluções de localização empresarial em Portugal: a ZILS Global Parques - Zona Industrial e Logística de Sines, o BlueBiz Global Parques - Parque Empresarial da Península de Setúbal, e o Albiz Global Parques - Parque Empresarial de Sintra, em Albarraque.

Criou e gere o *Portugal Site Selection*, um motor de busca de acesso público que otimiza o processo de identificação e seleção de espaços para a instalação de novos projetos empresariais ou para a expansão de atividades existentes. Esta plataforma disponibiliza informação sobre localizações empresariais em Portugal, alinhada com os requisitos e necessidades específicas de cada negócio.

Complementarmente, assegura serviços de *procurement* para a instalação de atividades empresariais no território nacional, acompanhando as empresas ao longo de todo o processo de implementação. No âmbito dos serviços *Portugal Site Selection Consulting*, promove igualmente a capacitação dos municípios para a captação de investimento e para a valorização do seu potencial de acolhimento empresarial.

Neste contexto, presta serviços de gestão e coordenação de projetos de ordenamento do território, bem como de

acompanhamento de concursos associados à realização de operações de urbanização e dos respetivos processos de licenciamento. Assegura ainda a elaboração de estudos e pareceres técnicos destinados à identificação e avaliação de localizações adequadas para a instalação de empresas, prestando igualmente apoio na preparação e formalização de contratos de instalação.

Paralelamente, acompanha concursos de projeto e de empreitada e assegura a gestão de projetos e de obra, incluindo os correspondentes procedimentos de licenciamento. Adicionalmente, presta apoio na definição do modelo de negócio e no enquadramento estratégico das iniciativas, assegurando a gestão das atividades funcionais e operacionais, a gestão de contratos com fornecedores e o apoio à definição do posicionamento comercial e estratégico dos projetos.

### 1. ZILS Global Parques

#### 1.a) Zona Industrial e Logística de Sines

A ZILS é a maior zona industrial, logística e de serviços de Portugal, abrangendo aproximadamente 8.610 hectares (ha). Deste total, 3.306 ha estão integrados nos 4.157 ha abrangidos pelo Plano de Urbanização da ZILS (PUZILS) e os restantes 5.304 ha, transferidos pelo Decreto-Lei n.º 80/2022, de 25 de novembro, destinam-se ao desenvolvimento de atividades de produção de energia verde, em apoio à descarbonização da ZILS, bem como à criação de zonas verdes para compensação de desflorestação, sujeitas a gestão florestal.

Situada no Sul do país, junto ao único porto marítimo de águas profundas do País, em Sines, e a cerca de uma hora e meia, a sul de Lisboa e do seu aeroporto internacional. Para além das acessibilidades rodoviárias, ferroviárias e marítimas, que fazem da ZILS uma localização privilegiada para os mercados ibérico, europeu e terceiros, afirma-se como um polo empresarial potenciador de sinergias entre empresas, promotor de uma economia circular e com vantagens para os projetos que privilegiem a descarbonização industrial.

Na ZILS coexistem zonas destinadas à instalação de indústria e áreas de serviços, separadas por espaços verdes que garantem um desenvolvimento sustentado nos domínios ambiental, económico e social. Desde novembro de 2008, a ZILS dispõe de um instrumento de gestão territorial, o PUZILS (Plano de Urbanização da ZILS), que permite uma articulação mais eficiente entre todas as ações envolvidas na sua gestão, nomeadamente o planeamento do território, a criação de infraestruturas, a instalação de clientes e a sustentabilidade ambiental.

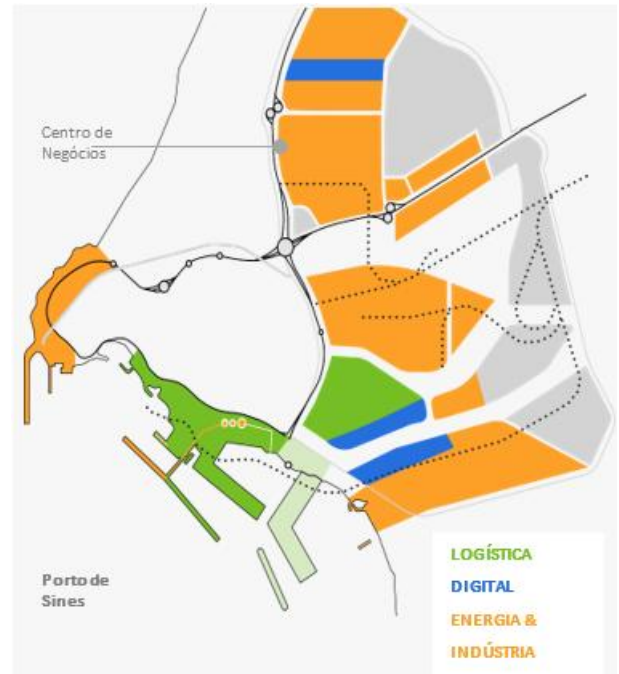
Com base neste referencial de ordenamento e nas responsabilidades definidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, que se aplica às entidades de capital público que gerem Zonas e Parques Empresariais e Logísticos, a ZILS dispõe atualmente de um quadro de oferta consolidado, que abre novas perspetivas para o desenvolvimento dos serviços prestados em Sines.



A elevada procura verificada em 2021, conjugada com a aproximação do termo da vigência do PUZILS, levou ao início do respetivo processo de revisão em 2022, face a novas necessidades de instalação. Para tal, a aicep Global Parques e o Município de Sines celebraram um Contrato de Planeamento. Esta revisão, atualmente em curso, permitirá alinhar o PUZILS com a atual realidade da procura e com as novas exigências da dupla transição em curso, energética e digital, que estão a redefinir o planeamento e a operação da ZILS.

Em termos líquidos, a área ocupada da ZILS registou uma ligeira redução de 1%, equivalente a 138.091 m<sup>2</sup>. A 31 de dezembro de 2025, estavam ocupados ou contratados 13.822.100 m<sup>2</sup> de uma oferta total de 17.023.252 m<sup>2</sup>. Durante o ano, a ZILS registou um ganho líquido de 4 clientes industriais, passando de 41 clientes em 2024 para 45 em 2025, com a celebração de 94 novos contratos, passagem de contratos de reserva a promessa/definitivos,

adendas e alterações contratuais, atestando a elevada volatilidade e evolução dos projetos e do seu desenvolvimento.



#### 1.b) Centro de Negócios ZILS (CNZILS)

O edifício, com a área total de 16.570 m<sup>2</sup>, dispõe de cerca de 4.000 m<sup>2</sup> de escritórios climatizados, com segurança diária, salas de reunião e formação, entre outros serviços. Este equipamento permite que, entre outras valências, empresas de apoio e manutenção encontrem na zona um local para sediar as suas operações de suporte. Por outro lado, as empresas promotoras de investimento encontram um espaço adequado para instalar os seus recursos humanos - bem como os seus fornecedores e prestadores de serviços - durante a fase de construção das respetivas instalações.

Em 2025, foram celebrados 21 novos contratos totalizando 2.366,77m<sup>2</sup>. Relativamente às cessações, representaram uma área total de 1.628,57m<sup>2</sup>. O acréscimo de 738,2m<sup>2</sup> da área contratualizada resulta da adaptação das instalações do CNZILS no Piso 1, 2 e 3, para a expansão da Escola Profissional ETLA. A taxa de ocupação em 31 de dezembro de 2025 foi de 98,98%, correspondendo a 3.510,64m<sup>2</sup>, o que significa um acréscimo de 17,56 % face a 2024. Este nível de ocupação encontra-se pela primeira vez, desde 1999, próximo da capacidade máxima, facto que se deveu ao aumento da oferta total de espaço em 344,67m<sup>2</sup>, ou seja, de 3.202,29 m<sup>2</sup> para 3.546,96 m<sup>2</sup>. O processo de expansão

da ETLA também incluiu um contrato adicional para a cedência em comodato de uma área de 1.000 m<sup>2</sup> defronte ao CNZILS permitindo a saída da ETLA das instalações do Complexo Petroquímico da Repsol Polímeros (oficinas, laboratórios e cantina), em complemento às áreas administrativas e de ensino, objeto da instalação e contratualizadas no CNZILS.

No CNZILS, decorreram durante o ano, ações de manutenção preventiva e curativa necessárias para o bom funcionamento e segurança das instalações.

Ainda em 2025 é de destacar a renovação do certificado energético do CNZILS, que nos últimos 8 anos, passou por uma significativa transformação no que diz respeito à sua eficiência energética, resultando numa melhoria notável da sua classificação. O edifício passou da classe C para classe B. Esta evolução reflete os esforços contínuos da aicep Global Parques em otimizar a eficiência energética das suas instalações e infraestruturas sob gestão, alinhando-se com os objetivos de descarbonização e sustentabilidade. É igualmente importante referenciar o investimento na instalação de painéis fotovoltaicos no edifício, que possibilitou que 74% da energia consumida pelo edifício seja gerada através de fontes renováveis.

#### 1.c) Apartamentos

A aicep Global Parques gere um total de 37 apartamentos em Vila Nova de Santo André, destinados tanto ao público em geral como a novos promotores de investimento. Em 2025, a taxa de ocupação atingiu 86%, ficando cinco apartamentos disponíveis, mais um do que em 2024. Esta variação resulta da denúncia de um contrato e da necessidade de manutenção destes imóveis, atualmente vagos, estando a sua requalificação programada para 2026, o que permitirá a sua reintrodução no mercado, com melhores condições de habitabilidade.

#### 1.d) Complexo da Galiza

O Complexo da Galiza situa-se no Alentejo Litoral, a 17 km de Sines, 12 km de Santiago do Cacém e a 15 km da ZILS, beneficiando de excelentes acessos pela A26-1, que liga Sines a Vila Nova de Santo André, e pela Estrada Regional R261-5. A sua construção iniciou-se em 1975, com um desenvolvimento faseado, e abrange quase 30.000 m<sup>2</sup>, dos quais mais de 3.600 m<sup>2</sup> são cobertos por diversas tipologias de edifícios existentes. A região de Sines, Santiago do

Cacém e Santo André tem-se consolidado como um polo de inovação e desenvolvimento sustentável, atraindo indústrias de variados setores, o que gera uma crescente necessidade de mais trabalhadores na região (diretos e indiretos) o que tem vindo a evidenciar a escassa oferta de habitação e serviços.

A aicep Global Parques colocou este complexo no mercado através da realização de concurso promovido na plataforma Vortal, para a atividade de disponibilização de alojamento de média e longa duração, com dotação de espaços comuns e de apoio, bem como zonas de lazer, destinadas, preferencialmente, aos colaboradores de empresas já estabelecidas ou em processo de estabelecimento na ZILS. Em consequência, foi celebrada, no mês de setembro, uma escritura de direito de superfície. A aicep Global Parques pretende desta forma, contribuir ativamente para reforçar a oferta de alojamento na região, sobretudo pelos vários projetos industriais que se estão a instalar na Zona Industrial.

#### 1.e) Inertes e Florestas

A ZILS obtém rendimentos adicionais através da exploração florestal, nomeadamente pela venda de madeira, cortiça, resina e pinha, mantendo as ações previstas no Plano de Gestão Florestal e realizando concursos habituais para a venda de resina e apanha de pinha através da plataforma ACINGov.

Após o contrato celebrado em 2023 com a Repsol Polímeros para a gestão das terras do Projeto ALBA, em 2024 decorreu a recuperação das cavas do Areeiro ZILS II, integrada no Plano Ambiental de Recuperação Paisagístico, preparando o espaço para futuros projetos de produção de energia fotovoltaica ligados à estratégia de descarbonização da Repsol. Em 2025 concluiu-se a recuperação ambiental dos areiros, tendo a DGEG aprovado o encerramento definitivo da exploração, permitindo a reutilização da área para produção de energia solar.

## **2. BlueBiz - Parque Empresarial da Península de Setúbal**

O BlueBiz, situado em Setúbal, é um Parque Empresarial de destaque, com uma área total de 560.000 m<sup>2</sup>, dedicado à instalação de empresas nos setores industrial, logístico e de serviços. Inserido na Área Metropolitana de Lisboa, oferece infraestruturas especializadas para responder às

exigências do setor industrial, com especial enfoque nas indústrias química, químico-farmacêutica e metalúrgica, principais focos da sua promoção comercial.

Com uma área comercializável de 307.088 m<sup>2</sup>, o BlueBiz inclui 82.643 m<sup>2</sup> de área coberta para uso industrial, 216.709 m<sup>2</sup> de área descoberta e 7.736 m<sup>2</sup> de espaços de escritórios. A sua localização estratégica contribui para o desenvolvimento empresarial, promovendo a dinamização económica e a atração de investimento na região da Península de Setúbal.

Nos últimos anos, o parque tem sido alvo de um programa de requalificação destinado a ajustar as suas infraestruturas às necessidades dos clientes e a consolidar a sua posição como referência no setor. Situado numa das regiões mais dinâmicas de Portugal, o BlueBiz beneficia de excelentes acessos rodoviários, ferroviários e marítimos, com ligações privilegiadas à principal área de consumo do país e ao mercado espanhol através da A2 e A6. Estas características tornam o BlueBiz uma opção competitiva para projetos de investimento de média dimensão, tanto nacionais como internacionais.

A proximidade ao Porto de Setúbal, acessível por via rápida, a ligação ao nó rodoviário da A2 e a localização a apenas 300 metros de um terminal ferroviário de mercadorias

reforçam a vocação do BlueBiz para a instalação de indústrias ligeiras. Destacam-se, entre estas, os setores da logística automóvel, das indústrias metalomecânicas, nomeadamente componentes automóveis e aeronáuticos, injeção de plástico, bem como, da indústria química, incluindo os segmentos farmacêutico e agroindustrial. A elevada qualificação da mão de obra residente na Península de Setúbal, associada à predominância de processos produtivos baseados em line flow, contribui para a criação de um ambiente favorável à atração deste tipo de atividades em que a incorporação de tecnologia e recursos humanos especializados são fatores críticos de sucesso.

Além da flexibilidade para customização dos espaços, o BlueBiz disponibiliza um conjunto abrangente de serviços que garantem um ambiente empresarial seguro e eficiente. Entre os serviços oferecidos incluem-se vigilância e controlo de acessos de pessoas e viaturas durante 24 horas por dia, 365 dias por ano; limpeza e manutenção de espaços comuns e áreas verdes; recolha de resíduos sólidos urbanos; manutenção e iluminação das vias internas; infraestruturas de energia elétrica; redes de abastecimento de água para consumo humano e uso industrial; infraestruturas de comunicação em rede estruturada de voz e dados; sistemas de escoamento de



águas residuais domésticas, industriais e pluviais; e uma estação de tratamento de águas residuais (ETAR e ETARI).

O BlueBiz também dispõe de uma área de escritórios composta por três edifícios, incluindo um auditório totalmente equipado. Este espaço é acessível a todos os clientes e está preparado para a realização de ações de formação, reuniões e outros eventos, proporcionando um ambiente corporativo moderno e funcional.

A área comercial ocupada em espaços descobertos registou um crescimento significativo, não apenas devido à instalação da empresa Sorvilbis, mas também em consequência da revisão das áreas ocupadas na sequência da renegociação do contrato de utilização de espaços e prestação de serviços, bem como pela ocupação de áreas temporárias pelo cliente CEVA Logistics. Este operador logístico automóvel registou um aumento relevante da sua atividade, refletido na utilização de várias áreas temporárias, que totalizaram 9.172 m<sup>2</sup>. Em 2025, a atividade de logística automóvel ocupou, entre áreas permanentes e temporárias, um total de 152.088,12 m<sup>2</sup>. A taxa de ocupação da área descoberta teve um crescimento global de 26,3%, face ao ano anterior.

A área comercial destinada a escritórios totaliza atualmente 7.736 m<sup>2</sup>, distribuída por três edifícios, apresentando uma taxa de ocupação global de 68%, registando um aumento de 3,1% face ao período homólogo.

Após a conclusão da obra de remodelação do Edifício 7 do Centro de Escritórios, foram instalados três novos clientes.

A área industrial coberta registou igualmente um crescimento, atingindo uma taxa de ocupação de 62%, o que representa um aumento de 4,2% face ao ano anterior. Destaca-se, a formalização, em maio de 2025, de um contrato com o cliente Curaleaf International para a expansão das suas instalações de

produção de canábis medicinal na Nave Industrial nº 1, correspondente a 1.322 m<sup>2</sup>, com ocupação prevista para o segundo semestre de 2026. Acresce ainda a ocupação, por parte do cliente Gratnells Internacional, de uma área temporária de 751 m<sup>2</sup> destinada ao armazenamento de matérias-primas.

Por último, foram concretizadas diversas renovações contratuais, aproveitando o termo dos períodos contratuais em vigor, com impactos positivos ao nível da receita e da valorização dos espaços ocupados. Destacam-se a renovação do contrato com a CEVA Logistics, que registou um aumento de 74% da receita, a renovação do contrato com a CAT, com um acréscimo de 26% e a renovação do contrato com a GTO, com um incremento de 36% face às condições contratuais anteriores.

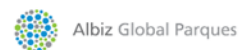
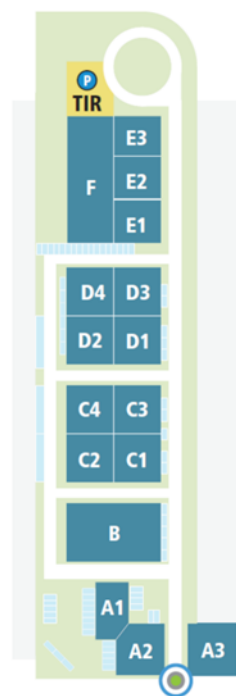
### 3. Albiz - Parque Empresarial de Sintra

Situado em Albarraque, Sintra uma região de elevada densidade populacional, o Albiz é especialmente direcionado para micro e pequenas empresas dos setores logístico e de serviços, oferecendo espaços modulares que podem atingir até 1.450 m<sup>2</sup>.

O modelo de negócio adotado proporciona aos clientes a possibilidade de utilizar as instalações sem a necessidade de aquisição ou construção, permitindo que o capital

- PAVILHÃO A1** - 489,28 m<sup>2</sup>
  - PISO 0 - 319,96 m<sup>2</sup> (ENTRE 2,12 E 5,05 m - PDT)
    - ENTRADA - 18,42 m<sup>2</sup>
    - ESCRITÓRIOS - 75,43 m<sup>2</sup>
    - ARMAZÉM - 226,11 m<sup>2</sup>
  - PISO 1 - 169,32 m<sup>2</sup> (ENTRE 2,31 E 2,70 m - PDT)
    - ESCRITÓRIOS - 227,85 m<sup>2</sup>
- PAVILHÃO A2** - 227,85 m<sup>2</sup> (ENTRE 2,27 E 2,85 m - PDT)
- PAVILHÃO A3** - 68,89 m<sup>2</sup> (2,80 m - PDT)
- PAVILHÃO B** - 950,00 m<sup>2</sup> (ENTRE 4,53 E 5,83 m - PDT)
  - PISO 0 - 950,00 m<sup>2</sup>
- PAVILHÃO C1** - 506,35 m<sup>2</sup>
  - PISO 0 - 400,00 m<sup>2</sup> (ENTRE 3,34 E 8,18 m - PDT)
  - PISO 1 - 106,35 m<sup>2</sup> (ENTRE 2,61 E 2,79 m - PDT)
- PAVILHÃO C2** - 506,35 m<sup>2</sup>
  - PISO 0 - 400,00 m<sup>2</sup> (ENTRE 2,83 E 7,69 m - PDT)
  - PISO 1 - 106,35 m<sup>2</sup> (4,19 m - PDT)
- PAVILHÃO C3** - 494,4 m<sup>2</sup>
  - PISO 0 - 388,05 m<sup>2</sup> (ENTRE 3,32 E 8,19 m - PDT)
  - PISO 1 - 106,35 m<sup>2</sup> (4,23 m - PDT)
- PAVILHÃO C4** - 494,4 m<sup>2</sup>
  - PISO 0 - 388,05 m<sup>2</sup> (ENTRE 2,53 E 7,37 m - PDT)
  - PISO 1 - 106,35 m<sup>2</sup> (2,78 m - PDT)

- PAVILHÃO D1** - 576,67 m<sup>2</sup>
  - PISO 0 - 400,00 m<sup>2</sup> (ENTRE 3,35 E 7,89 m - PDT)
  - PISO 1 - 176,67 m<sup>2</sup> (2,91 m - PDT)
- PAVILHÃO D2** - 494,37 m<sup>2</sup>
  - PISO 0 - 388,02 m<sup>2</sup> (ENTRE 2,97 E 7,89 m - PDT)
  - PISO 1 - 106,35 m<sup>2</sup> (4,36 m - PDT)
- PAVILHÃO D3** - 383,75 m<sup>2</sup>
  - PISO 0 - 304,80 m<sup>2</sup> (ENTRE 3,35 E 8,03 m - PDT)
  - PISO 1 - 78,95 m<sup>2</sup> (2,87 m - PDT)
- PAVILHÃO D4** - 378,75 m<sup>2</sup>
  - PISO 0 - 300,00 m<sup>2</sup> (ENTRE 2,56 E 7,26 m - PDT)
  - PISO 1 - 78,75 m<sup>2</sup> (2,97 m - PDT)
- PAVILHÃO E1** - 493,00 m<sup>2</sup> (ENTRE 4,57 E 5,79 m - PDT)
  - PISO 0 - 493,00 m<sup>2</sup>
- PAVILHÃO E2** - 482,00 m<sup>2</sup> (ENTRE 4,58 E 5,86 m - PDT)
  - PISO 0 - 482,00 m<sup>2</sup>
- PAVILHÃO E3** - 480,00 m<sup>2</sup> (ENTRE 4,58 E 5,86 m - PDT)
  - PISO 0 - 480,00 m<sup>2</sup>
- PAVILHÃO F** - 1405,00 m<sup>2</sup>
  - PISO 0 - 1305,00 m<sup>2</sup>
  - PISO 1 - 100 m<sup>2</sup>



disponível seja totalmente direcionado para o crescimento e desenvolvimento das suas atividades.

O parque empresarial dispõe de infraestruturas que incluem abastecimento de água para consumo humano, redes de esgotos domésticos e pluviais, energia elétrica em baixa tensão (BT), sistema de segurança contra incêndios e uma rede de telecomunicações com fibra ótica.

Além disso, o Albiz oferece um conjunto de serviços essenciais para o funcionamento das empresas instaladas, tais como manutenção, conservação e limpeza das áreas comuns, recolha de resíduos sólidos urbanos, manutenção da iluminação pública interna, estacionamento, sistema de alarme contra intrusão e serviço de vigilância noturna.

A 31 de dezembro de 2025, a taxa de ocupação do Albiz, era de 100% o que significou um acréscimo de 3% face a 2024.

#### 4. Portugal Site Selection - Serviços de Localização Empresarial

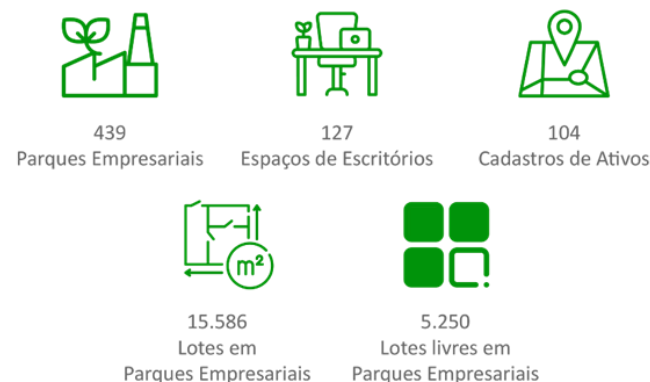
##### Plataforma Portugal Site Selection

O *Portugal Site Selection*, disponível em [www.portugalsiteselection.pt](http://www.portugalsiteselection.pt), é uma plataforma de acesso público concebida para otimizar o processo de identificação e seleção de espaços para a instalação de novos projetos empresariais ou para a expansão de atividades já existentes. Disponibiliza informação detalhada sobre localizações empresariais em Portugal, alinhada com os requisitos e necessidades específicas de cada negócio, permitindo uma análise precisa e eficiente das oportunidades de investimento.

Baseada em sistemas de informação geográfica (SIG), a ferramenta assegura que todas as regiões que respondem aos critérios de um projeto são apresentadas de forma transparente e equitativa, promovendo a atração de investimento nacional e internacional e reforçando a posição de Portugal como destino competitivo para negócios.

O sucesso da plataforma assenta no esforço contínuo junto de gestores de áreas de localização, públicas e privadas, garantindo informação atualizada e completa. São mantidos contactos regulares com todos os municípios do continente e ilhas, com particular atenção às regiões interiores ou menos exploradas, assegurando que mesmo os territórios menos conhecidos sejam considerados nas decisões de investimento.

Atualmente o *Portugal Site Selection* tem disponível informação sobre diversas tipologias de espaços consignados à localização empresarial, nomeadamente:



Com o objetivo de aumentar a cobertura territorial, os esforços concentraram-se em contactar as entidades regionais, essencialmente os Municípios, as CCDRs e CIMs, com menor presença na plataforma.

No final de 2025, o *Portugal Site Selection* disponibilizava informações sobre 226 municípios, representando 73,38% do total do país, um crescimento de 1,3% face a 2024. Em 2025, registou-se um incremento da informação disponível nesta plataforma digital, com a integração de 8 Parques Empresariais, 1 *Office Space* e 4 Municípios.

O *Portugal Site Selection* continuou a ser dinamizado, destacando-se:

- realização de posts nas redes sociais;
- parceria com a AICEP, utilizando os seus canais de divulgação nacionais e internacionais;
- participação em eventos relevantes, em parceria com a AICEP e com a APPE - Associação Portuguesa de Parques Empresariais, de forma a promover a utilização da plataforma e a angariar informação da oferta disponível.

Quanto à origem dos utilizadores da plataforma, Portugal manteve-se no topo do “Top 10” dos países que mais a acederam em 2025, seguido pelos Estados Unidos e pelos Países Baixos, refletindo os principais mercados emissores de IDE para Portugal. A China, apesar de ter descido da 7.<sup>a</sup> para a 10.<sup>a</sup> posição, manteve-se no ranking pelo terceiro ano consecutivo.

##### Portugal Site Selection Consulting

No âmbito do contrato de consultoria celebrado com a Petrogal, integrado no produto *Portugal Site Selection*

*Consulting*, foram desenvolvidos os Projetos de Infraestruturas de Urbanização associados aos projetos de expansão da unidade industrial da Refinaria de Sines, designados HVO&SAF e GalpH2Park, nomeadamente, de redes de drenagem de águas residuais industriais, domésticas e pluviais.

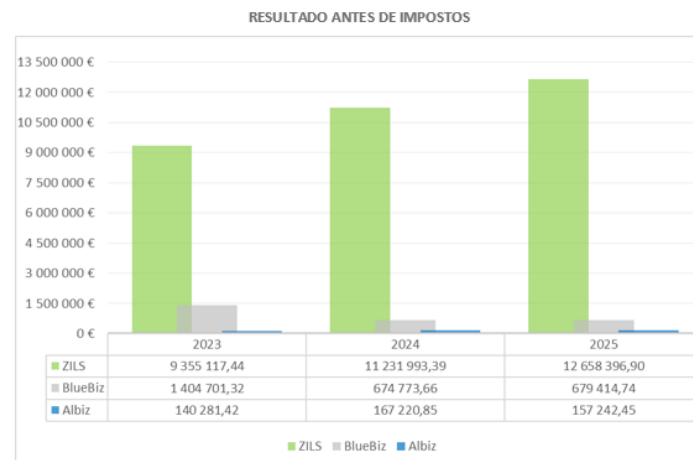
Relativamente à área do ex-areeiro ZILS 1, UOPG A3 do PUZILS, foi celebrado com a Repsol Polímeros, em 2023, um contrato de consultoria, igualmente no âmbito do *Portugal Site Selection Consulting*, através do qual a aicep Global Parques assumiu a responsabilidade pela recuperação ambiental da área. Em 2024, ficaram concluídos todos os trabalhos de deposição de solos, em conformidade com o Plano Ambiental de Recuperação Paisagística, e acompanhada por fiscalização especializada e monitorização contínua das operações, o que permitiu em 2025 proceder-se ao encerramento formal do areeiro.

## Situação económica e financeira

A aicep Global Parques apresentou um excelente desempenho económico e financeiro em 2025, alcançando o seu melhor Resultado Líquido de sempre, no valor de 8.770.859 EUR. Este montante representou um aumento de 11,4% face ao período homólogo de 2024, resultado da dinâmica da atividade da empresa e a de uma gestão eficiente dos seus recursos.

No que diz respeito ao Resultado antes de Impostos, que totalizou 11.701.730 EUR, a ZILS foi a principal contribuinte, com 12.658.397 EUR, seguida pelo BlueBiz com 679.415 EUR e o Albiz com 157.242 EUR. Estes números refletem a diversidade da natureza das unidades de negócios da empresa. Os serviços operacionais transversais, por não contarem com fontes de receita diretas significativas registaram um impacto negativo de -1.793.324 EUR no Resultado antes de Impostos. Este valor reflete os custos associados ao funcionamento das unidades operativas de suporte que, apesar de não gerarem rendimentos diretos, desempenham um papel fundamental no apoio à gestão e administração, bem como no suporte técnico e operacional a toda a

organização, em virtude da estrutura funcional assente numa lógica matricial.



Ao analisar a estrutura de ganhos da empresa, cujo montante total ascende a 34,45 milhões de EUR, verifica-se que o Volume de Negócios representa 28,28 milhões de

Volume de Negócios (€)	2023	2024	2025	Variação 2024/2023	Variação 2025/2024
Cedência de Direitos de Superfície	15 952 676	18 442 421	20 403 937	15,6%	10,6%
Aluguer de Instalações	2 733 042	3 170 263	3 430 764	16,0%	8,2%
Outras Prestações de Serviços	1 854 360	2 944 558	4 441 908	58,8%	50,9%
<b>TOTAL</b>	<b>20 540 077</b>	<b>24 557 242</b>	<b>28 276 609</b>	<b>19,6%</b>	<b>15,1%</b>

EUR, correspondendo a 82% do total. Importa salientar que 72% do Volume de Negócios provém das rendas de cedência de direitos de superfície.

A generalidade dos indicadores económico-financeiros evidencia uma evolução favorável face a 2024 e ao orçamento para 2025, destacando-se particularmente o desempenho do EBITDA, que regista um acréscimo de 1.600.835 EUR relativamente ao período homólogo, correspondendo a um aumento de 13%. Importa ainda destacar o rácio de Autonomia Financeira, que em 2025 ultrapassa significativamente os 25% preconizados no

## INDICADORES

INDICADORES ECONÓMICOS	2023	2024	2025	PAO 2025	Variação	
					REAL 2025-REAL 2024	REAL 2025-PAO 2025
EBITDA (R.Operacional antes Amortizações, Depreciações, Imparidades, Provisões e Reversões)	11 879 074 €	13 088 427 €	14 689 262 €	13 013 666 €	1 600 835 €	1 675 596 €
Rentabilidade das Vendas (RL/VN)	34,6%	32,06%	31,02%	26,75%	-1,04 p.p.	4,27 p.p.
Rentabilidade de Capitais Próprios (RL/Capitais Próprios)	21,37%	22,90%	24,59%	22,28%	1,69 p.p.	2,3 p.p.
Rentabilidade do Ativo (RL/Ativo Total)	15,4%	15,40%	17,12%	12,65%	1,72 p.p.	4,48 p.p.
<b>INDICADORES FINANCEIROS</b>						
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo Total)	72,1%	67,27%	69,64%	56,75%	2,36 p.p.	12,89 p.p.
Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo Total)	2,58	2,06	2,29	1,31	0,24	0,98

acordo de gestão celebrado com o IAPMEI, refletindo igualmente a inexistência de qualquer endividamento ou recurso a financiamento externo.

Na análise da evolução do Prazo Médio de Pagamento a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, registou-se uma variação de menos 57% em relação a 2024, tendo ficado o prazo médio de pagamentos relativo a dezembro de 2025 em 6,35 dias, muito abaixo do limite de 30 dias previsto na RCM referida.

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

PMP	2024	2025	Variação 25/24	
			Valor	%
Prazo (dias)	14,7	6,35	-8,4	-57%

CONTROLO ORÇAMENTAL

(em EUR)

Resultados Totais (€)	2024	2025		Variação		Variação	
		Orçamento	Real	Real - Orçamento	Real 2025 - Real 2024		
Total de Rendimentos e Ganhos	27 339 391	30 013 391	34 451 490	4 438 099	14,8%	7 112 099	26,0%
Total de Gastos e Perdas	16 697 699	19 688 827	22 749 761	3 060 933	15,5%	6 052 062	36,2%
Resultado Antes de Impostos	10 641 692	10 324 564	11 701 730	1 377 166	13,3%	1 060 038	10,0%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>7 872 976</b>	<b>7 702 125</b>	<b>8 770 859</b>	<b>1 068 734</b>	<b>13,9%</b>	<b>897 882</b>	<b>11,4%</b>

O Resultado Líquido do exercício, no valor de 8.770.859 EUR, apresentou uma variação positiva de 14% face ao Orçamento, representando um acréscimo de 1.068.734 EUR. Este desvio está associado a um aumento de 15% nos ganhos operacionais reais face ao orçamentado e de 16% em gastos operacionais. Destaca-se em particular:

- registo em 2025 de ganhos resultantes da remuneração das aplicações financeiras no valor de 411 mil EUR, não tendo sido previsto qualquer valor no orçamento;
- em “Outros Rendimentos e Ganhos”, com uma variação positiva de 4,4 milhões de EUR, estão incluídos os ganhos resultantes das faturas emitidas a clientes, para ressarcimento de compensações pagas pela aicep Global Parques, à Câmara Municipal de Sines, no valor de 4,6 milhões de EUR;
- redução de 33% nos fornecimentos e serviços externos, para a qual contribuíram de forma mais significativa, a redução nos gastos em eletricidade, combustível, deslocações, vigilância, contencioso e notariado, conservação e trabalhos especializados;
- redução de 16% nas despesas com Pessoal, para os quais contribuíram os Órgãos Sociais com uma variação de -28%

e o Pessoal com -13%. No caso da Administração a diferença está associada ao facto de não ter sido concretizado o pagamento do prémio variável previsto para os Administradores executivos uma vez que se encontram ainda para aprovação os Contratos de Gestão submetidos para análise na UTAM/ETF em novembro de 2024;

Relativamente ao Pessoal, esta redução foi influenciada pelos fluxos de saída e entrada de trabalhadores e por duas situações de baixa prolongada;

- a renda do IAPMEI teve uma variação de +6% O cálculo do valor da renda está diretamente associado ao resultado da ZILS;

- a rubrica de “Outros Gastos e Perdas”, com um valor de 5,39 milhões de EUR, tem uma variação de +4,5 milhões de EUR, valor associado às compensações pagas pela aicep Global Parques, à Câmara Municipal de Sines, no valor de 4,6 milhões de EUR e faturadas aos clientes, conforme explicitado na rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos”;

- redução do valor das Amortizações, uma vez que alguns investimentos previstos não se concretizaram, não se concluíram ou porque iniciaram o período de capitalização mais tarde do que o previsto.

## Investimentos

O Plano de Investimentos para 2025, após revisão de valores resultantes de uma reprogramação a alguns dos investimentos, na sequência do cronograma relacionado com o processo conducente ao início das obras, previa um montante total de 12,8 milhões de EUR, no entanto, no final do período foram concretizados 2,96 milhões de EUR, representando 23% do valor do Plano para 2025.

Importa referir que parte da responsabilidade pela não realização dos investimentos está associada a fatores externos e contingências alheias à gestão da aicep Global Parques.

Na ZILS, os atrasos na conclusão dos projetos, bem como as dificuldades na obtenção de pareceres por parte das entidades externas, foram determinantes para a não execução das previsões de investimento em Loteamentos de Zonas Industriais, em sede de PAO 2025. Entre os projetos em que o investimento previsto não se concretizou, destacam-se o Loteamento A1 e o Loteamento A3. A

necessidade de relançamento do concurso público nacional, visando a contratação de Entidade Executante, por motivo de inexistência de propostas válidas no primeiro concurso, bem como os prazos associados à submissão ao Tribunal de Contas e a ausência da Declaração de Imprescindível Utilidade Pública (DIUP), necessária para o abate de árvores nas áreas de infraestruturas, inviabilizaram a concretização do investimento previsto. Na execução da Estrada da Carbogal, cujo projeto é relacionado com as Operações de Loteamento A1 e A3, o atraso supracitado, relativo a estas operações, não permitiu a execução de trabalhos no presente ano.

Relativamente à obra prevista de rede viária e restantes infraestruturas, na sequência do contrato de consultoria celebrado, com a Petrogal, no âmbito do produto *Portugal Site Selection Consulting*, foi reduzido substancialmente o âmbito da intervenção, por esta entidade, o que resultou em alterações de projeto e consequentemente na não execução de quaisquer obras nesta área.

A morosidade de resposta de entidades externas no que respeita a um desvio de um caminho municipal, necessário para estabelecimento de loteamento e suas infraestruturas na Unidade de Execução B1, para criação de subestação para a START CAMPUS, inviabilizou a concretização do investimento previsto nestas infraestruturas.

Também na ZILS destaca-se a morosidade de licenciamento e dificuldade de obtenção de respostas junto das entidades competentes relativamente à obra de construção da Rotunda de São Torpes, prevista para 2025 e que também não se conseguiu concretizar.

No BlueBiz, a obra de construção de uma rede viária dentro do Edifício 1, prevista em 2025, não foi possível iniciar, devido a dificuldades na conclusão e licenciamento do projeto.

Ainda no BlueBiz, relativamente à reabilitação estrutural, para a qual estava prevista uma verba, optou-se por adiar este processo por motivo de priorização das tarefas em curso.

## Responsabilidade corporativa

### Responsabilidade social corporativa

A aicep Global Parques reforça a sua aposta na Responsabilidade Social Corporativa, centrando-se no desenvolvimento sustentável das regiões onde operam os parques empresariais sob sua gestão. A ação da empresa foca-se na segurança, proteção e bem-estar das comunidades, no fortalecimento da oferta de recursos humanos locais e na promoção de práticas ambientalmente responsáveis.

A responsabilidade social constitui um valor intrínseco à empresa, refletido na sua cultura e no seu código de conduta, com o objetivo de gerar e apoiar a criação de Valor Sustentável.

Ao longo de 2025, a atuação da aicep Global Parques manteve-se estruturada em três grandes pilares de intervenção:

Em linha com esta estratégia, a aicep Global Parques apoiou diversas iniciativas nas áreas da proteção



ambiental, envolvimento comunitário, empreendedorismo e valorização do capital humano, desenvolvidas nas regiões de Sines, Setúbal e Sintra, onde se situam os parques sob sua gestão.

### Responsabilidade ambiental

A responsabilidade ambiental está refletida na forma como a aicep Global Parques atua, através de:

- correta definição dos *masterplans* dos parques geridos;
- respeito pelos relatórios de impacto ambiental;
- respeito, promoção e conservação das zonas de reserva florestal seguindo o Plano de Gestão Florestal respetivo;
- melhoria de áreas comuns públicas sob sua gestão e do sistema de infraestruturas criado para garantir todas as disposições legais ambientais;

- incentivo junto dos clientes à utilização de tecnologias cada vez mais limpas e adoção de sinergias entre empresas, que respeitem o meio ambiente;
- desenvolvimento e operacionalização do PMA ZILS – Plano de Monitorização Ambiental da Zona Industrial e Logística de Sines, permitindo uma avaliação dos impactos ambientais, nas componentes da qualidade do ar e das águas subterrâneas e superficiais;
- colaboração com o Município de Sines no programa de educação ambiental concelhio e com a Associação COMSINES;
- a aicep Global Parques desenvolveu atividades no âmbito do projeto WESHARE, submetido ao programa LIFE-2023-CET-BUSINESS, com o objetivo de apoiar a transição das empresas europeias para o uso de energias limpas. A iniciativa promove a criação e o desenvolvimento de comunidades de energia renovável em áreas industriais e comerciais, reforçando a sustentabilidade e a eficiência energética;
- apoio a diversas ações de proteção ambiental.

#### Segurança e proteção

A aicep Global Parques participa na EGEO – Entidade Gestora das Esteiras de Oleodutos da ZILS, que se dedica à segurança superior das esteiras, é membro ativo do PEE - Plano de Emergência Externo de Sines, na Comissão Municipal de Proteção Civil e na coordenação geral da segurança com os meios de segurança e proteção locais.

A aicep Global Parques faz parte da Comissão Municipal da Proteção Civil de Sines para a gestão do Plano de Emergência Externo de Sines, assim como participa ativamente, no âmbito do COMSINES, no Grupo de Trabalho de Prevenção e Segurança.

A vigilância diária da ZILS contribui para a segurança geral da zona e para a deteção de situações anómalas. As limpezas regulares da floresta promovem a redução da propagação de fogos na ZILS.

Consciente da importância das entidades de Segurança e de Proteção no quotidiano das áreas de acolhimento empresarial, a aicep Global Parques apoia as Corporações de Bombeiros de Sines, de Santiago do Cacém, de Setúbal e de Sintra. Todos os anos, dedica uma parte do seu orçamento para auxiliar estas entidades, na aquisição de material necessário ao desenvolvimento da sua atividade.

## Perspetivas para 2026

Em 2026, a aicep Global Parques concentrará a sua atuação na consolidação final do Plano Estratégico 2024-2026, reforçando o seu posicionamento enquanto instrumento de política pública ao serviço da competitividade da economia nacional e da atração de investimento estruturante. A atividade da empresa manter-se-á alinhada com as prioridades definidas no Programa “Acelerar a Economia - Crescimento, Competitividade, Internacionalização, Inovação e Sustentabilidade”, com especial incidência nos domínios da industrialização, da descarbonização, da inovação, da sustentabilidade e da digitalização, em articulação com a AICEP, e demais entidades relevantes.

Neste enquadramento, a aicep Global Parques prosseguirá o reforço da capacitação do território nacional para o acolhimento de investimento produtivo, através da disponibilização de espaços empresariais infraestruturados, da prestação de serviços de gestão integrada de parques e da valorização de modelos de governação sustentáveis, incluindo a integração progressiva dos princípios Environment, Social and Governance (ESG).

A atuação estratégica da empresa manter-se-á adaptativa face a um contexto internacional marcado por incerteza geopolítica, pela evolução das políticas europeias e pela aceleração da transformação tecnológica, com impacto direto na atividade industrial e nas decisões de investimento.

Uma prioridade transversal em 2026 será o reforço da competitividade dos parques empresariais sob gestão, através da melhoria contínua das infraestruturas, da promoção da sustentabilidade ambiental, da redução da pegada de carbono e da simplificação de procedimentos administrativos, em particular nas áreas do ambiente e do urbanismo, em articulação com entidades públicas e privadas.

No âmbito do ZILS, a revisão do PUZILS continua em curso, tendo já sido realizada a consulta às entidades através do Relatório de Fatores Críticos de Decisão da Avaliação Ambiental Estratégica. Foi igualmente concluído o Relatório Preliminar da Avaliação Ambiental Estratégica e da proposta de Plano, que foram remetidos à Câmara Municipal de Sines para apreciação. Em 2025, prosseguiram-se os trabalhos relativos ao Plano Ambiental

Estratégico (PAE) para a área do PUZILS e para os terrenos geridos pela aicep Global Parques em Sines e Santiago do Cacém. Realizaram-se duas consultas adicionais às entidades, permitindo recolher contributos relevantes para a definição das opções do plano. A divulgação e implementação do plano visa compatibilizar de forma equilibrada o desenvolvimento industrial, a produção de energia verde e a proteção ambiental.

O *Portugal Site Selection* continuará a ser desenvolvido enquanto plataforma estratégica de apoio à decisão de investidores, reforçando o seu papel como instrumento de promoção do território nacional.

Relativamente à APPE - Associação Portuguesa de Parques Empresariais, da qual a aicep Global Parques é associada fundadora e assume a presidência da direção, será prosseguido o reforço da sua atividade, com enfoque na capacitação dos parques empresariais nacionais e na disseminação de boas práticas de gestão.

Por último, em 2026 será intensificado o relacionamento institucional com entidades nacionais e internacionais, com particular enfoque nos países da CPLP. Neste âmbito, em 2025 a aicep Global Parques reforçou a cooperação com Angola, através da assinatura de um Memorando de Entendimento com a AIPEX - Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações, bem como de um Protocolo de Cooperação com a ARCCLA - Agência Reguladora de Certificação de Carga e Logística de Angola, no contexto da visita oficial a Portugal de Sua Excelência o Presidente da República de Angola, João Lourenço. Na sequência deste reforço institucional, encontra-se agendada uma visita a Angola para fevereiro de 2026, com vista à operacionalização dos instrumentos de cooperação estabelecidos, designadamente no domínio da gestão de parques empresariais.

## 6.

### Cumprimento das orientações do Acionista e disposições legais aplicáveis

---

#### 1. Execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO)

A AICEP tem cumprido as linhas de atuação emanadas da tutela setorial e financeira. A Administração da Agência apresenta em cada mandato um Plano Estratégico que estabelece os objetivos da sua atividade e as métricas de execução para cada triénio. Anualmente o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) especifica a atuação de curto e médio prazo da AICEP, estabelecendo meios de atuação para o cumprimento da sua missão.

O Plano Estratégico da Agência para o período 2024/2026 tem três grandes eixos: Reforma e Reforço Orgânico da AICEP; Captação de IDE para Portugal; Internacionalização das Empresas Portuguesas. No eixo dois atenda-se à necessidade de aposta na reindustrialização, digitalização e sustentabilidade; constituição de “leads” (intenções) de investimento e aumento do reinvestimento em Portugal; fomento da relação entre o sistema científico e tecnológico e o IDE e a aposta na Estratégia Nacional para uma Especialização Inteligente 2030. No eixo três, o foco é na dinamização das vantagens competitivas das empresas; integração da economia portuguesa nas estratégias da UE; identificação e abertura de novos mercados de exportação; integração de fatores ESG na gestão das empresas e promoção da agregação empresarial. O Plano Estratégico da AICEP está em linha com a missão que a Agência persegue para o país: captar Investimento direto Estrangeiro, internacionalizar a economia portuguesa e capacitar as empresas para a internacionalização.

Os indicadores económicos monitorizam os resultados alcançados pela economia ao nível do cumprimento da missão da AICEP. As exportações têm vindo a apresentar uma dinâmica relevante ao longo dos últimos anos e o investimento estrangeiro em Portugal tem assumido valores crescentes e sustentáveis. De acordo com os resultados das Contas Nacionais Trimestrais publicados pelo INE – Instituto nacional de Estatística, em 2025, a preços correntes, o valor total de exportação foi de 133,9 mil milhões de euros tendo as exportações atingido um peso no PIB de 43,6%, uma descida de 2,2 pp face a 2024 (-1,9 pp em bens e -0,3 pp em serviços).

Em volume, o aumento das exportações totais foi de 409 milhões de euros (233 milhões de euros em bens e 177 milhões de euros em serviços). Considerando que o crescimento do PIB foi de 4,5 mil milhões de euros, correspondente a uma taxa de variação real de 1,9%, as exportações contribuíram com 0,17 pp para o crescimento económico (0,10 pp em bens e 0,07 pp em serviços), o Investimento contribuiu com 1,2 pp, o Consumo com 2,5 pp (Consumo Privado 2,2 pp; Consumo Público 0,3 pp) e as importações com -2,0 pp.

O contributo dos bens para as exportações foi de 55,1%, cabendo aos serviços o remanescente (44,9%), na ótica das estatísticas da balança de pagamentos publicadas pelo Banco de Portugal (quadro adiante). Os serviços de Viagens e Turismo representaram 20,8% do total das exportações de bens e serviços, as Máquinas e Aparelhos 9,2% e os Serviços de transportes 8,3% do total exportado.

Segundo o INE, em 2025 estima-se que estiveram envolvidas em operações de exportação de bens 21.019 empresas portuguesas, que compara com 21.171 em 2024, valor quase inalterável. Os dados definitivos de 2025 apenas estão disponíveis no último trimestre de 2026. Com base em dados definitivos do INE, em 2024, o número de empresas exportadoras de bens representou um decréscimo de 6,2% face a 2023, das quais 75,3% exportaram individualmente até um milhão de euros, 22,6% entre 1 milhão e 25 milhões de euros. Apenas 2,1% das empresas exportaram acima de 25 milhões de euros, 1,1% até 50 milhões e 1 % mais de 50 milhões de euros.

O investimento estrangeiro em Portugal registou em 2025 um montante de 8,5 mil milhões de euros, que compara com 13,1 mil milhões de euros do ano anterior. Por mercados de origem do IDE, Luxemburgo, Reino Unido e Alemanha foram os principais com 1,1 mil milhões de euros, 926,6 milhões de euros e 842,2 milhões de euros, pela mesma ordem. Com registo líquido negativo há a salientar o IDE da Irlanda (-131 milhões de euros), da Noruega (-22,1 milhões de euros), e da Austrália (-10,1 milhões de euros). Por setor de atividade residente, o das Indústrias Transformadoras, com 1,5 mil milhões

de euros, foi o principal setor recetor de IDE, seguido do da Eletricidade, Gás e Água, com 1,3 mil milhões de euros. Por tipo de instrumento financeiro, os Títulos de Participação em Capital contribuíram com 11,9 mil milhões de euros, enquanto os Instrumentos de Dívida registaram uma variação líquida de -3,4 mil milhões de euros.

#### Exportações de bens e serviços

	2021	2022	2023	2024	2025	2025/2021	2025/2024
Bens	62.087	75.925	74.328	75.369	74.131	23%	-2%
Serviços	27.056	44.647	53.197	57.980	60.503	150%	4%
<b>Total</b>	<b>89.143</b>	<b>120.572</b>	<b>127.525</b>	<b>133.349</b>	<b>134.634</b>	<b>61%</b>	<b>1%</b>

(milhões de euros)

Fonte: Banco Portugal

#### Investimento direto estrangeiro em Portugal e português no exterior

	2021	2022	2023	2024	2025	2025/2021	2025/2024
IDE	8.852	11.341	11.202	13.071	8.510	-4%	-35%
IDPE	1.045	3.995	5.749	7.590	6.704	542%	-12%
<b>Saldo</b>	<b>- 7.807</b>	<b>- 7.346</b>	<b>- 5.453</b>	<b>- 5.481</b>	<b>- 1.806</b>		

(milhões de euros)

Fonte: Banco Portugal

A informação estatística completa encontra-se no capítulo 2 deste Relatório, intitulado Enquadramento Económico.

Assim, a Agência continua empenhada em contribuir para a internacionalização da economia portuguesa, esperando ser vista como um meio ao dispor da comunidade empresarial que conduziu a este desempenho.

Em termos de execução financeira do Plano de Atividade e Orçamento (PAO) abaixo apresenta-se o quadro com os indicadores incluídos no Plano da AICEP, referindo-se, contudo, que relativamente ao rácio EBITDA, foi solicitada autorização pela AICEP para a sua substituição por um novo indicador de Eficiência Operacional, dado que aquele não tem significado face à natureza da sua atividade. Do desempenho do indicador que foi aprovado para a Agência é dada informação mais adiante no ponto 12.

Indicadores	PAO 2025	Executado 2025	Desvio (+/-)
Resultado líquido	-15.256.315,00	2.544.187,54	17.800.502,54
EBITDA	-13.506.365,00	4.460.358,61	17.966.723,61
Resultado operacional (EBIT)	-15.456.365,00	2.691.885,63	18.148.250,63
Volume de Negócios	29.256.500,00	11.001.399,95	-18.255.100,05
Gastos Operacionais	53.332.038,00	44.581.739,85	-8.750.298,15
Gastos Operacionais/Volume de Negócios	1,82	4,05	2,23
Endividamento	-	-	-
Dívida Financeira Líquida/EBITDA	-	-	-
Diponibilidades	75.541.831,40	23.623.141,08	-51.918.690,32

A evolução positiva do resultado líquido deve-se ao facto de, entre 2022 e 2024, estar previsto o recebimento de uma transferência anual do IAPMEI no valor de 11,5 milhões de euros, mas esta verba ter sido recebida da DGTF Direção Geral de Tesouro e Finanças a título de cobertura de prejuízos, e, por esse motivo, registada diretamente numa rubrica do capital próprio (património líquido) da AICEP. Esta situação foi altamente penalizadora para o resultado líquido da Agência, tendo causado constrangimentos no que se refere aos resultados e indicadores obtidos na sua atividade. Em 2025 esta situação foi revertida, tendo a transferência do IAPMEI sido recebida para a atividade da AICEP e contribuído para o resultado operacional da Agência.

No que respeita à situação da execução orçamental ao nível da receita e da despesa os valores previstos e executados são os seguintes.

Classificação económica	Receita			
	Orç. Inic.	Orç. ajust. (*)	Exec.	Dif.
	(a)	(b)	(c)	(c)-(a)
Rend. propriedade	6.516,60	6.892,31	6.892,30	375,70
Transf. correntes	38.666,30	37.257,67	32.570,49	-6.095,80
Venda de bens e serviços	6,50	569,05	569,05	562,55
Outras	3.907,14	4.341,93	2.024,51	-1.882,64
Vendas bens investimento		4,43	4,43	4,43
Transferências de capital	500.740,00	500.740,00	10.000,00	
Ativos financeiros e recup. créditos garantidos		118.529,78	118.529,77	118.529,77
Rep. não abatidas pag.		63,13	63,13	63,13
Saldo da gerência anterior		18.437,76	18.437,76	18.437,76
	<b>549.836,54</b>	<b>686.836,05</b>	<b>189.091,45</b>	<b>129.994,91</b>

(\*) ajustado por alterações orçamentais

Classificação económica	Despesa			
	Orç. Inic.	Orç. ajust. (*)	Exec.	Dif.
	(a)	(b)	(c)	(c)-(a)
Despesas com o pessoal	31.754,10	32.138,90	28.158,31	-3.595,79
Aquisição de bens e serviços	11.379,66	25.045,45	16.016,92	4.637,26
Juros e outros encargos		282,97	202,66	202,66
Transferências correntes	4.130,92	8.694,44	5.054,74	923,83
Outras despesas correntes	561,40	820,86	623,55	62,15
Aquisição de bens de capital	1.833,00	1.903,85	594,55	-1.238,44
Transferências capital	177,46	33.929,23	32.166,61	31.989,15
Ativos financeiros	500.000,00	581.400,00	91.400,00	-408.600,00
	<b>549.836,54</b>	<b>684.215,69</b>	<b>174.217,34</b>	<b>-375.619,20</b>
Receitas - Despesas		<b>2.620,36</b>	<b>14.874,11</b>	
Receitas - Despesas (sem Ativos finan. e saldos)			<b>-30.693,42</b>	

(\*) líquido de cativos e com alterações orçamentais

Conforme previsto no PAO, ao longo do ano foi realizado um enorme leque de ações, de variados formatos e objetivos, já descritas no capítulo 3 deste Relatório. O plano de promoção externa, de angariação de investimento e de capacitação empresarial, o programa Inov Contacto, a participação na Expo Dubai e diversos investimentos no âmbito da transformação digital da Agência, contribuíram para os valores apresentados a nível da execução da despesa. Alguns gastos ficaram acima do previsto no PAO, acréscimo que se verificou mais ao nível da atividade em detrimento dos gastos da estrutura. Para esta diferença face ao previsto inicialmente contribuíram as despesas com a Expo Dubai que não estavam previstas no orçamento da Agência. Informação mais detalhada encontra-se no Anexo das Desmonstrações Orçamentais.

De referir que o PAO da AICEP foi aprovado a 16 de abril de 2025 pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas do tesouro e finanças, economia e negócios estrangeiros. De referir que foram concedidas autorizações abaixo indicadas em sede de apreciação e aprovação do PAO:

<u>Autorização concedida</u>	<u>Despacho de Autorização</u>	<u>Limite/montante autorizados</u>
Gastos operacionais	Desp. Conj. MNE, SETF, SEE, 16.04.25	Valor máximo de 53,3 milhões de euros
Contratação de novos trabalhadores	Desp. Conj. MNE, SETF, SEE, 16.04.25	Limite de 24 novos trabalhadores, limitando a 492 o total de trabalhadores
Contratação de viaturas em AOV	Desp. Conj. MNE, SETF, SEE, 16.04.25	Limite de 9 viaturas operacionais, limitando a 37 o total de viaturas
Plano de investimentos (excluindo os financiados por fundos comunitários)	Desp. Conj. MNE, SETF, SEE, 16.04.25	Os inv. cuja execução se inicie em 2025 e ultrapasse o presente exercício, apenas estão autorizados os investimentos com financiamento já assegurado.

A AICEP tem a sua situação regularizada para com a Autoridade Tributária e a Segurança Social.

## 2. Eficiência operacional e dos gastos operacionais

(artigo 52.º da Lei do Orçamento do Estado para 2025 (LOE 2025) e no artigo 140.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DLEO 2025))

No que respeita ao rácio dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos resultantes do disposto em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho em resultado da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das indemnizações por rescisão, sobre o volume de negócios, conforme previsto no artº 158 do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (EBITDA para o Setor Empresarial do Estado) foi solicitada autorização para a sua substituição por um novo indicador de Eficiência Operacional, dado que aquele não tem significado no caso da AICEP, face à natureza da sua atividade. Por despacho favorável do Secretário de Estado do Tesouro, nº.521/2018-SET, de 3 de julho, exarado no âmbito aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de 2018, foi a AICEP autorizada a utilizar um novo indicador para o triénio 2018-2020, que possa medir melhor a eficiência operacional da AICEP. No PAO 2021 foi solicitado o seu prolongamento para o triénio 2021-2023 e no PAO de 2023 para o triénio 2023-2026.

O indicador proposto é construído da forma abaixo referida e tem como ano base o ano de 2016:

Indicador de Eficiência = 55% x Indicador de eficiência da Sede + 45% x Indicador de eficiência da Rede, sendo que:

Indicador de eficiência da Sede

$$30\% \times (GOSn / IAn) / (GOS2016 / IA2016) + 30\% \times (GOSn / PIn) / (GOS2016 / PI2016) + 40\% \times (1 - TRn) / (1 - TR2016)$$

Indicador de eficiência da Rede

$$33\% \times (GORn / XRn) / (GOR2016 / XR2016) + 67\% \times (QMRn) / (QMR2016)$$

Em que:

GO - Gastos Operacionais (S-Sede; R-Rede)

IA - Investimento em acompanhamento na Agência (ano do contrato)

PI - Investimento de Internacionalização em acompanhamento na Agência (ano do contrato)

TR - Taxa de reembolso

XR - Exportações de bens para mercados da Rede

QMR - Quota de mercado das exportações de bens (mercados da Rede) (em n é n-1)

n - Ano n

O resultado obtido será tanto mais positivo quanto mais baixa for a percentagem obtida pelos cálculos, em relação ao ano anterior.

**Notas:**

- Gastos operacionais = FSE + Gastos com Pessoal (sem indemnizações)
- Taxa de reembolso é calculada considerando a média móvel nos 3 anos anteriores inclusive, ou seja, n, n-1 e n-2
- Quota de mercados das exportações de bens é calculada considerando a média móvel nos 3 anos anteriores (n-1, n-2, n-3)
- Investimento em Acompanhamento (ponderação em função do tempo de trabalho):
  - Projetos QREN ainda pendentes – 20%
  - Projetos PT 2020 – 70%
  - Contratos de benefícios fiscais – 10%
- Investimento dos Projetos de Internacionalização em Acompanhamento (ponderação em função do tempo de trabalho):
  - Projetos QREN ainda pendentes – 20%
  - Projetos PT 2020 – 80%

Abaixo apresentam-se os valores do indicador calculado para os anos de 2012 a 2024 e estimado para o ano de 2025 e seguintes, excluindo despesas com as exposições universais e internacionais (Dubai 2020 e Osaka 2025) e promoção do Turismo de Portugal I.P.. De referir que o indicador para 2025 apenas é possível de aferir quando as estatísticas do comércio internacional dos países com quem Portugal mantém relações comerciais estejam disponíveis, que se prevê no final do 3º trimestre de 2026.

**Indicador de Eficiência**

Ano	Indicador de eficiência da Sede	Ponderação	Indicador de eficiência da Rede	Ponderação	Indicador de Eficiência total
2012	314%	55%	109%	45%	222%
2013	212%	55%	105%	45%	163%
2014	168%	55%	100%	45%	138%
2015	135%	55%	99%	45%	119%
2016	100%	55%	100%	45%	100%
2017	89%	55%	98%	45%	93%
2018	73%	55%	98%	45%	84%
2019	72%	55%	98%	45%	83%
2020	62%	55%	101%	45%	80%
2021	62%	55%	99%	45%	79%
2022	64%	55%	95%	45%	78%
2023	61%	55%	97%	45%	77%
2024	62%	55%	91%	45%	75%
2025	56%	55%	93%	45%	72%
2026	51%	55%	93%	45%	70%
2027	48%	55%	93%	45%	68%

sem expo Dubai e Osaka e sem TdP

O Indicador da Agência apresenta uma redução gradual uma vez que o peso dos gastos operacionais relativos à atividade da Agência, tem vindo a diminuir, o que evidencia uma melhoria da sua eficiência global para o cumprimento dos seus objetivos e missão.

Apresenta-se de seguida o quadro com a evolução dos gastos operacionais:

### Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

Eficiência Operacional	2025 Exec.		2025 Orç.		2024 Exec.		2025/2024		2025 Exec./2025 Orç.	
	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %	
(1) CMVMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(2) FSE	17.530.670	21.485.036	15.810.022	1.720.648	11%	-3.954.366	-18%			
(3) Gastos com o pessoal	27.051.070	31.847.002	26.290.983	760.087	3%	-4.795.932	-15%			
(4) Impactos nos gastos decorrentes de imposições legais										
<b>(5) Gastos Operacionais ajustados (1)+(2)+(3)-(4)</b>	<b>44.581.740</b>	<b>53.332.038</b>	<b>42.101.005</b>	<b>2.480.735</b>	<b>6%</b>	<b>-8.750.298</b>	<b>-16%</b>			
<b>(6) Volume de negócios (VN)</b>	<b>11.001.400</b>	<b>29.256.500</b>	<b>11.001.275</b>	<b>100</b>	<b>0%</b>	<b>-18.255.100</b>	<b>-62%</b>			
Vendas										
Prestações de serviço	11.001.400	29.256.500	11.001.275	100	0%	-18.255.100	-62%			
Outros rendimentos que concorrem para o Vol. Neg.										
Indemnizações compensatórias										
(7) Impactos no Vol. de Neg. decorrentes de imposições legais										
<b>(8) Volume de negócios ajustado (6)+(7)</b>	<b>11.001.400</b>	<b>29.256.500</b>	<b>11.001.275</b>	<b>100</b>	<b>0%</b>	<b>-18.255.100</b>	<b>-62%</b>			
<b>(9) Peso dos Gastos/VN = (5)/(8)</b>	<b>405%</b>	<b>182%</b>	<b>383%</b>	<b>-</b>	<b>6%</b>	<b>-</b>	<b>122%</b>			

valores: euros

nota: o volume de negócios não tem significado para a Aicep dada a natureza da prestação de serviços da Agência.

Informação adicional	2025 Exec.		2025 Orç.		2024 Exec.		2025/2024		2025 Exec./2025 Orç.	
	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %	
<b>(1) Gastos com o pessoal</b>	<b>27.051.070</b>	<b>31.847.002</b>	<b>26.290.983</b>	<b>760.087</b>	<b>3%</b>	<b>-4.795.932</b>	<b>-15%</b>			
i. Relativos aos órgãos sociais	589.333	581.424	642.956	-53.623	-8%	7.909	1%			
ii. Efeito do cumprimento de disposições legais										
iii. Efeito do acordo tripartido 2025-28 s/ val. salarial e o cresc. ec.										
iv. Valorizações remun. da aplicação de Regulamentos/IRCT	444.792	563.900	497.500	-52.708	-	-119.108	-21%			
v. Efeito do absentismo										
vi. Efeito das indemnizações pagas por rescisão	245.375		730.939							
<b>(2) Gastos com o pessoal sem os impactos i. a vi.</b>	<b>25.771.570</b>	<b>30.701.678</b>	<b>24.419.588</b>	<b>1.351.982</b>	<b>6%</b>	<b>-4.930.108</b>	<b>-16%</b>			
<b>(3) Gastos com Deslocações e Alojamento</b>	<b>1.857.690</b>	<b>2.346.268</b>	<b>1.110.708</b>	<b>746.982</b>	<b>67%</b>	<b>-488.578</b>	<b>-21%</b>			
<b>(4) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)</b>	<b>138.501</b>	<b>184.552</b>	<b>75.536</b>	<b>62.965</b>	<b>83%</b>	<b>-46.051</b>	<b>-25%</b>			
<b>(5) Gastos associados à frota automóvel a<sup>1</sup></b>	<b>168.385</b>	<b>347.494</b>	<b>120.771</b>	<b>47.615</b>	<b>39%</b>	<b>-179.109</b>	<b>-52%</b>			
<b>(6) Encargos contratação de estudos, pareceres, proj. e consult.</b>	<b>914.523</b>	<b>1.185.060</b>	<b>586.386</b>	<b>328.137</b>	<b>56%</b>	<b>-270.537</b>	<b>-23%</b>			
<b>(7) Total dos gastos (3) a (6)</b>	<b>3.079.100</b>	<b>4.063.374</b>	<b>1.893.401</b>	<b>1.185.699</b>	<b>63%</b>	<b>-984.274</b>	<b>-24%</b>			
Nº de viaturas (operacional)	31	37	33	-2	-6%	-6	-16%			
Nº de viaturas (não operacional)										

valores: mil euros

a) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos

nota: vi. exceto por mútuo acordo

Os gastos com fornecimentos e serviços externos de 2025 foram superiores a 2024 devido, nomeadamente, aos gastos com a exposição mundial de Osaka, que teve lugar de abril a outubro de 2025. No que se refere aos gastos com o pessoal, os valores relativos a 2025 comparativamente com 2024 aumentaram ligeiramente (3%) devido à entrada de colaboradores para reforço de algumas equipas, nomeadamente das áreas da análise e verificação de projetos empresariais participados por fundos comunitários.

De referir que relativamente às despesas com o pessoal o valor executado ficou aquém do previsto no PAO - Plano de Atividades e Orçamento porque ainda se aguarda aprovação do Regulamento do Pessoal da Agência e não se concretizaram todas as admissões previstas inicialmente.

### 3. Recursos humanos e massa salarial

(artigos 138.º e 139.º do DLEO 2025, no Despacho n.º 1103-B/2025, de 22 de janeiro de 2025, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças)

O número de trabalhadores da Agência (incluindo os membros dos órgãos sociais) a 31 de dezembro de 2025 ascende a 456, superior ao ano de 2024, dado o reforço das equipas referido no ponto anterior. Abaixo apresenta-se o quadro completo relativo aos recursos humanos da AICEP.

## Recursos humanos e massa salarial

	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025/2024		2025 Exec./2025 Orç.	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
N.º Órgãos Sociais (OS)	5	5	5	0	0%	0	0%
N.º Cargos de Direção (CD)	74	71	74	0	0%	3	4%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	377	416	367	10	3%	-39	-9%
<b>Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)</b>	<b>456</b>	<b>492</b>	<b>446</b>	<b>10</b>	<b>2%</b>	<b>-36</b>	<b>-7%</b>
N.º Trabalhadores/N.º CD	5,09	5,86	4,96	0	3%	-1	-13%
Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T)	59.323	64.730	58.948	374	1%	-5.407	-8%
<b>Massa salarial global</b>	<b>27.051.070</b>	<b>31.847.002</b>	<b>26.290.983</b>	<b>760.087</b>	<b>3%</b>	<b>-4.795.932</b>	<b>-15%</b>
<b>Massa Salarial sem os efeitos de volume <sup>a)</sup></b>	<b>26.735.775</b>	<b>31.847.002</b>	<b>26.290.983</b>	<b>444.792</b>	<b>2%</b>	<b>-5.111.227</b>	<b>-16%</b>

a) Aferição do Despacho n.º 1103-B/2025, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças

No que respeita às movimentações de pessoal, apresenta-se abaixo as ocorrências em 2025:

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2024 (balanço social)	Movimentos de Pessoal em 2025				Situação a 31/12/2025	
		Saídas (reformas/ outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/ cedência/ licença	Contratações para substituição de saídas	Novas contratações*		Entradas ao abrigo da RCM n.º 140/25, 11.set.
	(1)	(2)		(3)	(4)	(5)	(6) = (1) - (2) + (3) + (4) + (5)
<b>Órgãos Sociais (OS)</b>	5	1				1	5
<b>Cargos de direção (s/ OS)</b>	74						74
<b>Trabalhadores</b>	<b>366</b>	<b>25</b>	<b>20</b>		<b>36</b>		<b>377</b>
Técnicos-Portugal	251	13	20		28		266
Assistentes-Portugal	47	1					46
Técnicos-Rede	53	9			8		52
Assistentes-Rede	15	2					13
<b>Total (OS+CD+Trabalhadores)</b>	<b>445</b>	<b>26</b>	<b>20</b>		<b>36</b>	<b>1</b>	<b>456</b>
Impacto nos gastos com pessoal <sup>(1)</sup>	-	<b>766.925,50</b>	-		<b>752.376,74</b>		<b>-14.548,76</b>

\*) De acordo com o PAO

## 4. Plano de Investimentos

A situação dos investimentos previstos no Plano de Atividades e Orçamento é a que abaixo se apresenta no que à execução diz respeito.

Investimento/Projeto	mil euros					Observ.
	PAO	Executado		Desvio	(PAOvsExec.)	
	2025	Total	FF-PRR	FF-OE		
(a)	(b)	(b1)	(b2)	(b)-(a)		
Investimento total	<b>1.833,00</b>	<b>594,55</b>	<b>193,88</b>	<b>400,67</b>	<b>-1.238,44</b>	
Transformação digital	1.558,09	438,16	193,88	244,28	-1.119,93	
Investimentos de substituição e outros	274,91	156,39		156,39	-118,51	

## 5. Contratualização de serviço público

A AICEP não possui contratos-programa, contratos de prestação de serviços público ou de interesse económico geral, celebrados com o Estado.

## 6. Gestão de risco financeiro

A AICEP não possui financiamentos, seja em passivos correntes seja em passivos não correntes.

## 7. Limites de crescimento do endividamento

(n.º 1 do artigo 53.º da LOE 2025 e no artigo 141.º do DLEO 2025)

A AICEP não possui financiamentos.

## 8. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

(art.ºs 28.º do RJSPE, 13.º da LOE 2025 e 97.º do DLEO 2025)

A quase totalidade das disponibilidades da Agência está depositada no Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P. (IGCP, I. P.).

IGCP	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Disponibilidades	152.259.798,33	154.173.998,10	141.366.100,17	22.727.593,05
Aplicações financeiras	-	-	-	99.500.000,00
<b>Total</b>	<b>152.259.798,33</b>	<b>154.173.998,10</b>	<b>141.366.100,17</b>	<b>122.227.593,05</b>

AICEP solicitou a dispensa do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria, tendo obtido autorização através do ofício do IGCP Ref.ª UE: SGC nº 130/2024, de 22 de outubro (INF: 0735/2024), para 2024 e 2025. As exceções são os valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões para pagamento do subsídio de alimentação aos colaboradores; os valores relativos à custódia de títulos que não sejam de dívida pública; os reforços do PPR, a efetuar pela conta no BPI, a qual deve sempre apresentar saldo nulo ou igual ao valor da poupança desse mês; os valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades. De referir que as contas bancárias das delegações da AICEP no exterior, onde o IGCP não opera, estão automaticamente dispensadas deste cumprimento.

Abaixo encontra-se quadro com as disponibilidades na banca comercial e os rendimentos obtidos.

Banca Comercial*	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Caixa Geral de Depósitos	72.258,94	142.244,31	74.673,63	86.073,38
Banca no estrangeiro (várias contas)	674.735,60	1.285.484,19	2.010.498,14	803.033,90
<b>Total</b>	<b>746.994,54</b>	<b>1.427.728,50</b>	<b>2.085.171,77</b>	<b>889.107,28</b>
Juros auferidos** / ***	2,33	1,15	1,84	137,99
Juros entregues** / ***				143,31

valores em euros

\* Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras.

\*\* Identificar os juros auferidos (em termos acumulados, desde 1-1-2025) de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC

\*\*\* devido às contas da rede externa da Agência por vezes se encontrar desfasada das datas de fecho mensal, o montante da entrega dos juros trimestral pode não corresponder ao montante auferido mensal havendo passagem de valores entre meses.

Os juros auferidos em cada trimestre de 2025 foram depositados no IGCP nos dias 10 de outubro de 2025 e 18 de fevereiro de 2026.

## 9. Prazo Médio de Pagamento e “Arrears”

(Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, e Decreto-Lei nº 65-A/2011, de 17 de maio, conjugado com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho)

A AICEP tem procurado encurtar os prazos de pagamento aos seus fornecedores ao longo dos últimos exercícios. A posição a 31 de dezembro é a que abaixo se indica.

### Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

PMP	2025	2024	Variação 25/24	
			Valor	%
Prazo (dias)	13	5	8	160%

A 31 de dezembro a AICEP não tinha Pagamentos em Atraso, vencendo-se as suas dívidas a menos de 90 dias.

Dívidas Vencidas	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)					
	Valor (€)	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	22.682,83					
Aq. de Capital	225,86					
<b>Total</b>						

## 10. Estatuto do Gestor Público

(artºs 18.º, 30.º, 32º e 33º do Decreto-Lei nº. 8/2012, de 18 de janeiro, Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, nº 2 do artº 16º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, e do artº 11º do EGP)

A Agência aplicou o previsto no artº 32º do Estatuto do Gestor Público relativos à utilização de cartões de crédito e similares, bem como às despesas de representação pessoal.

Relativamente às despesas com comunicações apresentam-se abaixo os valores do Conselho de Administração da Agência.

### Gastos com comunicações

#### Apliação do disposto nos artigos 32º e 33º do EGP

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond	Valor Anual	Observações
<b>Mandato 2024-2026</b>			
Ricardo Nuno Moreira Coutinho de Almeida Arroja *	-	1.008,95	
Maria Madalena de Sousa Monteiro Oliveira e Silva	-	819,30	
Maria Joana da Costa Afonso Lino Gaspar	-	1.028,85	
Francisco Miguel Pinheiro Catalão	-	827,92	
Paulo César Rios de Oliveira	-	287,67	
Maria Madalena de Sousa Monteiro Oliveira e Silva	-	1.298,73	
Philomène Costa Dias	-	163,47	
		<b>5.434,89</b>	

nota: Os gastos em comunicação de serviço repartem-se pelas atividades de funcionamento e de promoção, em que o peso destas é muito elevado dado que, no âmbito da diplomacia económica decorrente das atribuições e objeto estatutários da AICEP, as deslocações ao estrangeiro são normais e frequentes.

\*cessação de funções do Senhor Presidente, Dr. Ricardo Nuno Moreira Coutinho de Almeida Arroja, na sequência da exoneração constante da RCM n.º 104/2025, de 26 de junho.

No caso de viaturas de serviço afetas aos gestores públicos, os membros do Conselho de Administração da AICEP não possuem viaturas que lhe estejam atribuídas para uso pessoal, nem mesmo específicas para o serviço na Agência. As viaturas da empresa fazem parte de um parque de viaturas, cuja utilização é gerida em função das necessidades de serviço e por quem se justificar, no âmbito das respetivas funções. Todas as deslocações são realizadas em representação da Agência, para o cumprimento da sua missão de visita e acompanhamento dos clientes, a que acresce o facto da AICEP possuir instalações em vários pontos do país, nomeadamente a sua sede no Porto e escritórios em Lisboa. Não obstante, apresentam-se os gastos com combustível e portagens na utilização dos carros de serviços por cada um dos membros do Conselho de Administração.

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Comb. e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Obs.
		Combustível	Portagens	Total	
<b>Mandato 2024-2026</b>					
Ricardo Nuno Moreira Coutinho de Almeida Arroja *	533,60	2.107,72	1.148,15	3.255,87	
Maria Madalena de Sousa Monteiro Oliveira e Silva	426,88	474,66	232,50	707,16	
Maria Joana da Costa Afonso Lino Gaspar	426,88	137,61	56,45	194,06	
Francisco Miguel Pinheiro Catalão	426,88	159,50	4,30	163,80	
Paulo César Rios de Oliveira	426,88	694,67	246,45	941,12	
Maria Madalena de Sousa Monteiro Oliveira e Silva	533,60	1.350,42	482,70	1.833,12	
Philomène Costa Dias	426,88	538,60	203,55	742,15	
				<b>7.837,28</b>	

As viaturas da AICEP não estão diretamente afetas a nenhum membro do Conselho de Administração, fazendo parte de uma "pool" que é gerida em função das necessidades de serviço.

\*cessação de funções do Senhor Presidente, Dr. Ricardo Nuno Moreira Coutinho de Almeida Arroja, na sequência da exoneração constante da RCM n.º 104/2025, de 26 de junho.

No que respeita à aplicação do disposto no nº 2 do artº 16º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, e do artº 11º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais, a Agência tem todas as suas despesas devidamente documentadas.

## 11. Contratação pública

A AICEP tem vindo a cumprir as normas da Contratação Pública, tendo inclusivamente estabelecido procedimentos internos para aplicação das mesmas. No cumprimento das normas da contratação pública a AICEP norteia-se pelos princípios da igualdade, transparência e não discriminação, bem como das compras públicas ecológicas.

O Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (9ª alteração ao Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro), introduziu alterações relevantes ao Código, tendo em vista a transposição de diversas diretivas europeias, entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2018.

A AICEP adaptou desde então os seus procedimentos internos, nomeadamente através da disponibilização de diversas minutas para os procedimentos de contratação pública preparadas pela área jurídica. Em 2019 foi efetuada nova atualização, tendo em vista garantir a adequação dos procedimentos à legislação em vigor, a uniformização na aplicação dos mesmos por parte das diversas áreas intervenientes, a celeridade dos processos, o correto registo nas plataformas legalmente exigidas e a possibilidade de os procedimentos existentes serem objeto de auditoria. Os processos aquisitivos da Agência foram, na altura, centralizados na área de compras. Essa centralização foi reforçada em novembro de 2021 com a criação da Central de Compras, tendo-lhe sido atribuídas nesse processo competências adicionais. Em 2023 procedeu-se à constituição de uma área de Contratação em substituição da Central de Compras, instituindo-se novos circuitos internos de aquisições de bens e serviços, atualizados novamente no final de 2024. A partir de 1 de dezembro de 2025 entrou em funções uma área autónoma designada de Direção de Contratação.

Ao longo do ano 2025 a AICEP abriu 423 procedimentos internos de contratação pública. Cinquenta dos procedimentos acabaram por, entretanto, serem 18 revogados e 39 cancelados. Dos restantes 365 procedimentos, 5 encontram-se ainda em curso. Dos 360 que foram concluídos, 222 são ajustes diretos (inclui simplificados em número de 205), 121 foram contratos excluídos do âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos (CCP) ou contratações excluídas da parte II do Código, 11 foram consultas prévias, 6 foram concursos públicos (nacionais ou internacionais). O valor de adjudicação dos procedimentos concluídos através de concursos públicos ascende a 2 milhões de euros, dos excluídos ascende a 2,2 milhões de euros, das consultas prévias ascende a 265 mil de euros e de ajustes diretos a 909 mil de euros, todos os valores sem IVA. Alguns procedimentos foram adjudicados já em 2026. Foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas em 2025 três contratos, ainda que um dos procedimentos se tenha iniciado no ano anterior e o visto sido solicitado em 2025.

Relativamente ao modo como foram aplicadas as normas nas empresas em que a AICEP participa maioritariamente (AICEP Global Parques), refira-se que a AICEP Global Parques cumpre as normas vigentes que lhe são aplicáveis.

## 12. Informação complementar

### a) Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas

A AICEP pode fazer a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas, mas optou por não o fazer até 2023 adotando, contudo, sempre uma postura de racionalização dos seus recursos financeiros na aquisição de bens e serviços. Em 2023, e tendo em conta a posição referida de racionalização e otimização de recursos financeiros, procedeu à adesão voluntária ao Sistema, o que lhe permite recorrer à sua utilização sempre que se justifique.

### b) Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

A última aprovação de contas por parte do acionista é datada de 21 de fevereiro de 2025 e reporta ao exercício de 2022. Os termos da aprovação incluem uma recomendação ao Conselho de Administração no sentido de, no que importa ao montante máximo para a utilização de viaturas dos gestores, definir uma metodologia que permita aferir o cumprimento, por parte de cada um dos administradores, do limite atribuído nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público. A aprovação de contas refere ainda que se diligencie no sentido de dar cumprimento aos limites de gastos autorizados no respetivo despacho de aprovação do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2024.

De referir que os membros do Conselho de Administração não possuem viaturas atribuídas para uso pessoal, nem mesmo específicas para o serviço na Agência. As viaturas da empresa fazem parte de um parque de viaturas, cuja utilização é gerida em função das necessidades de serviço e por quem se justificar, no âmbito das respetivas funções. Todas as deslocações se enquadram nas necessidades da Agência para o cumprimento da sua missão, de visita e acompanhamento dos seus clientes, ao que acresce o facto de ter instalações em vários pontos do país, nomeadamente a sua sede no Porto e escritórios em Lisboa. Não obstante, apresenta-se no ponto 3, os gastos dos gestores em combustíveis e portagens com as viaturas da AICEP por estes utilizados.

No que respeita ao limite dos gastos previstos no despacho de aprovação do PAO para 2024, foi autorizado um aumento de gastos operacionais de 9,9 milhões de euros face a 2023 (22,2%) (44.677 mil de euros de 2023 para 54.615 mil de euros), em resultado essencialmente do aumento dos encargos por via da representação de Portugal na Expo 2025 Osaka. Dado a atividade em 2024, os gastos operacionais no final do ano ascenderam a 42.101 mil euros. De referir que este valor refletiu a saída das equipas do turismo para o Turismo de Portugal I.P., com reflexos numa quebra geral da atividade promocional e na estrutura.

c) Diligências tomadas com vista a solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal das Contas

De referir que não foi emitida qualquer reserva na última Certificação Legal das Contas relativa ao exercício de 2025.

d) Divulgação de recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e respetivo resultado

Durante o período de 2023 a 2025 não ocorreram auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas à AICEP.

### 13. Quadro-síntese do cumprimento das orientações

Ponto	Cumprimento das Orientações legais - 2025	Cumprimento Indicar pag. Rel.	
		S/N/N.A.	de Gestão
<b>1</b>	<b>Execução do PAO</b>	N.A.	
	Metas a atingir constantes no PAO		
	Volume de Negócios	S	Cap. Ob.L.
	Gastos Operacionais	S	Cap. Ob.L.
	Rácio de Eficiência	S	Cap. Ob.L.
	Varição de endividamento	N.A.	Cap. Ob.L.
	Outras metas de gestão relacionadas com a atividade da empresa	N.A.	Cap. Ob.L.
	Execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	Cap. Ob.L.
	Autorizações Concedidas	S	Cap. Ob.L.
<b>2</b>	<b>Eficiência operacional e gastos operacionais</b>	S	Cap. Ob.L.
<b>3</b>	<b>Recursos humanos e Massa Salarial</b>	S	Cap. Ob.L.
	Indicação da evolução dos RH	S	Cap. Ob.L.
	Identificação e disponibilização do Despacho autorizador de aumento dos RH	S	Cap. Ob.L.
	Evolução da massa salarial (sem efeito de volume)	S	Cap. Ob.L.
<b>4</b>	<b>Plano de Investimentos</b>	S	Cap. Ob.L.
<b>5</b>	<b>Contratualização de Serviço Público</b>		
	Indicadores, metas e execução	N.A.	Cap. Ob.L.
	Compensações recebidas	N.A.	Cap. Ob.L.
<b>6</b>	<b>Gestão do Risco Financeiro</b>	N.A.	Cap. Ob.L.
<b>7</b>	<b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>	N.A.	Cap. Ob.L.
<b>8</b>	<b>Princípio da Unidade de Tesouraria</b>		
	Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	Cap. Ob.L.
	Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	Cap. Ob.L.
	Juros auferidos e entregues em Receita do Estado	S	Cap. Ob.L.
	Identificação do(s) Despacho(s) autorizador(es) do excecionamento	S	Cap. Ob.L.
<b>9</b>	<b>PMP a fornecedores e arrears</b>		
	Evolução do PMP	S	Cap. Ob.L.
	Pagamentos em atraso	S	Cap. Ob.L.
<b>10</b>	<b>Estatuto do Gestor Público</b>		
	Objetivos de gestão	S	Cap. Ob.L.
	Artigos 32.º e 33.º do EGP		
	Não utilização de cartão de crédito	S	Cap. Ob.L.
	Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	Cap. Ob.L.
	Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	Cap. Ob.L.
	Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	Cap. Ob.L.
	Despesas não documentadas ou confidenciais	S	Cap. Ob.L.
<b>11</b>	<b>Contratação Pública</b>		
	Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	S	Cap. Ob.L.
	Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S	Cap. Ob.L.
	Procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços	S	Cap. Ob.L.
	Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	Cap. Ob.L.
<b>12</b>	<b>Informação Complementar</b>	S	Cap. Ob.L.
	Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S	Cap. Ob.L.
	Diligências tomadas sobre ras ecomendações do acionista na última aprovação de contas	S	Cap. Ob.L.
	Diligências tomadas sobre as reservas emitidas na última CLC	S	Cap. Ob.L.
	Auditorias do Tribunal de Contas / IGF – Autoridade de Auditoria	S	Cap. Ob.L.
	Medidas implementadas para o cumprimento do relato sobre sustentabilidade (CSRD)	N.A.	
<b>13</b>	<b>Sistematização Informação</b>	S	Cap. Ob.L.

## 7.

### Análise às contas do exercício

Os documentos contabilísticos que integram este Relatório, nomeadamente as Demonstrações Financeiras Individuais e o respetivo Anexo, reportados ao exercício de 2025, refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e o desempenho da AICEP, nos termos do normativo contabilístico aplicável. O presente capítulo tem por objetivo complementar essa

informação, destacando de forma sintética os principais movimentos patrimoniais e económicos registados no decurso do exercício.

Para efeitos de análise comparativa, apresenta-se de seguida a evolução da estrutura patrimonial da AICEP entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025.

<b>Estrutura Patrimonial (mil Euros)</b>		
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Ativo Não Corrente</b>		
Ativos fixos tangíveis	994	1.094
Propriedades de investimento	35	36
Ativos intangíveis	2.709	3.793
Participações financeiras	42.147	40.975
Outros ativos financeiros	21.624	17.914
Outras contas a receber	5	5
<b>Ativo Corrente</b>		
Clientes, contribuintes e utentes	1	2
Estado e outros entes públicos	218	241
Outras contas a receber	15.257	11.262
Diferimentos	695	594
Outros ativos financeiros	99.500	125.750
Caixa e depósitos	23.623	29.189
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>206.808</b>	<b>230.855</b>
<b>Património Líquido</b>		
Património / Capital	114.928	114.928
Prémios de emissão	57.950	57.950
Reservas	695	695
Resultados transitados	-81.349	-62.265
Ajustamentos em ativos financeiros	2.856	2.503
Excedentes de revalorização	176	184
Outras variações no património líquido	1.856	2.510
Resultado líquido do período	2.544	-18.734
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>	<b>99.656</b>	<b>97.772</b>
<b>Passivo Não Corrente</b>		
Provisões	3.325	4.225
Passivos por impostos diferidos	16	17
Outras contas a pagar	37.936	40.870
Diferimentos	400	400
<b>Passivo Corrente</b>		
Credores por transferências e subsídios concedidos	57.785	79.952
Fornecedores	73	38
Estado e outros entes públicos	1.033	971
Fornecedores de investimento	3	15
Outras contas a pagar	2.877	2.893
Diferimentos	3.704	3.704
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>107.152</b>	<b>133.083</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E DO PASSIVO</b>	<b>206.808</b>	<b>230.855</b>

No ativo não corrente, destaca-se a valorização da participação de 91,185% na AICEP Global Parques, registada segundo o método da equivalência patrimonial. Em 2025, esta participação apresentou um acréscimo de 1.173 mil Euros, resultante da conjugação do resultado líquido da empresa (7.993 mil Euros, ponderado pela percentagem de participação) e da distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2024, que ascendeu a 6.820 mil Euros.

Na rubrica de outros ativos financeiros, registaram-se reduções de capital no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grow and Expand e no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Internacionalização, que se traduziram, respetivamente, em diminuições de 1.586 mil Euros e 26 mil Euros. Registaram-se ainda ajustamentos às imparidades do valor das U.P. dos fundos de capital de risco detidas pela AICEP que, no seu conjunto, contribuíram com um valor positivo de 5.322 mil Euros, pela redução das imparidades no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grow and Expand no montante de 5.309 mil Euros e no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Internacionalização no montante de 13 mil Euros, com base na informação disponível à data de fecho. Note-se que o valor de 21.624 mil Euros, relativo ao saldo dos outros ativos financeiros, em 2025, inclui o valor da participação no FINOVA, no montante de 6.821 mil Euros, que passou a estar evidenciada nas contas da AICEP, a partir de 2018, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no ativo do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta “Outros credores”. Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo, não tendo, assim, impacto líquido na posição financeira da AICEP

Nos ativos intangíveis registou-se uma redução de 1.084 mil Euros, essencialmente associada ao reconhecimento das depreciações relativas a investimentos efetuados no âmbito do processo de transformação digital da Agência.

No ativo corrente, destaca-se a rubrica de outras contas a receber (15.257 mil Euros), incluindo acréscimos de rendimentos relacionados com os projetos SIAC (7.522 mil Euros) e INOV Contacto (5.278 mil Euros).

A rubrica agregada de caixa, depósitos bancários e outros ativos financeiros (incluindo Certificados Especiais de Dívida Pública de Curto Prazo), que representa cerca de 60% do total do balanço, registou uma variação negativa de 31.816 mil Euros. Esta evolução reflete essencialmente a execução de políticas públicas e não uma deterioração da posição financeira da Agência. Neste momento a AICEP tem à sua guarda os valores resultantes dos reembolsos e das devoluções das empresas que foram destinatárias de incentivos no âmbito do Sistema de Incentivos PRIME e saldo de verba recebida e paga para incentivos no âmbito da RCM 39-A/2025, que em 31 de dezembro de 2025 ascendiam respetivamente a cerca de 75,5 milhões de Euros e 0,5 milhões de Euros. O remanescente engloba fundos próprios da AICEP. Tal como pode ser constatado, registou-se uma variação negativa de 31.816 mil Euros no somatório destas duas rubricas. Para além dos gastos normais da Agência, contribuíram também pagamentos de incentivos no âmbito do Aviso para apresentação de candidaturas nº 11 – Sistema de Incentivos às Empresas Regime Contratual de Investimento (RCI), num montante de 22,7 milhões de Euros e 9,5 milhões de Euros no âmbito da RCM 39-A/2025. Houve ainda lugar a um pagamento, no âmbito do PT2020, no montante de 6,5 milhões de Euros. Acrescem ainda pagamentos associados à participação de Portugal na Expo 2025 Osaka, no montante de cerca de 10 milhões de Euros, de natureza excecional e não recorrente. Em sentido contrário, destacam-se os recebimentos de 18,25 milhões de Euros do IAPMEI, de 11 milhões de Euros do Turismo de Portugal, de 10 milhões de Euros da DGTF decorrentes da RCM 39-A/2025, 5,6 milhões de Euros de recuperação de créditos da Nanium, 1,9 milhões de Euros no âmbito do PT-2023 Assistência Técnica, 1 milhão de Euros do Fundo de Relações Internacionais, e ainda o recebimento relativo à redução de capital do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grow and Expand, no montante de 1,4 milhões de Euros.

No Património Líquido, destaca-se o agravamento de 19.084 mil Euros em resultados transitados negativos, reflexo do resultado negativo do ano 2024. O passivo total registou uma redução de 25.858 mil Euros, essencialmente associada à diminuição da rubrica de credores por transferências e subsídios concedidos, em linha com a execução dos programas de apoio.

Embora apenas com um peso de 8% do passivo não corrente, o valor das provisões diminuiu 900 mil Euros. Dado que a AICEP tinha vindo a perder ações em tribunal interpostas por colaboradores, em 2025, por prudência, optou por provisionar situações análogas, mesmo que ainda não tenham colocado ações judiciais. Assim, esta redução decorre fundamentalmente da utilização das provisões referentes a diuturnidades, prémios de antiguidade de funcionários do ex-ICEP, colaboradores em pré-reforma, comissão de serviço, subsídios de natal e de férias e subsídios reclamados e ainda a indemnizações a membros da anterior Comissão Executiva. Tal como consta detalhadamente dos documentos anexos às contas, procedeu-se à sua atualização com base nas ocorrências de 2025, passando no final do ano para um total de 3.325 mil Euros.

A restante percentagem do passivo não corrente, corresponde fundamentalmente à expressão, no passivo, da qualidade da AICEP enquanto intermediária na gestão de fluxos financeiros derivados da aplicação do SIPRIME. Assim, as explicações dadas a propósito dos depósitos bancários e outros ativos financeiros têm pleno cabimento na análise desta rubrica.

Relativamente aos diferimentos, de salientar que estão registados 400 mil Euros recebidos do Ministério dos Negócios Estrangeiros correspondente a uma parcela das receitas dos emolumentos cobrados no âmbito das autorizações de residência para atividade de investimento (ARI) destinados a atividades de diplomacia económica envolvendo a rede externa.

No que se refere ao passivo corrente, importa destacar a rubrica credores por transferências e subsídios, que corresponde ao saldo que a AICEP tem em seu poder, para atribuir apoios no âmbito do Aviso 11 e da RCM 39-A/2025, conforme anteriormente descrito. Em 2025 pagos 30 incentivos no montante total de 22.665 mil Euros e 8 incentivos no montante total de 9.501 mil Euros, referentes respetivamente ao Aviso 11 e no âmbito da RCM 39-A/2025.

O resultado líquido do exercício de 2025 ascendeu a 2.544 mil Euros, representando uma melhoria face ao resultado negativo de 18.734 mil Euros registado em 2024.

Apresenta-se de seguida quadro resumo com a composição do resultado:

<b>Composição do Resultado da AICEP (mil Euros)</b>		
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Resultados sem participadas e fundos</b>	<b>-10.776</b>	<b>-25.916</b>
<b>Resultados relativos às participadas e fundos</b>		
Contribuição da AICEP Global Parques	7.998	7.179
Imparidades de participações financeiras e outros ativos financeiros	5.322	3
<b>Resultado Líquido do Grupo</b>	<b>2.544</b>	<b>-18.734</b>

A análise da composição do resultado evidencia que a atividade operacional da AICEP apresentou um resultado negativo de 10.776 mil Euros. Este resultado foi compensado pelo contributo positivo da AICEP Global Parques, no montante de cerca de 8 milhões de Euros, bem como por ajustamentos positivos associados à reversão de imparidades em fundos de capital de risco, no montante de 5.322 mil Euros.

Adicionalmente, importa salientar o impacto dos encargos associados à participação de Portugal na Expo 2025 Osaka, no montante de cerca de 10 milhões de Euros, sem correspondência direta em rendimentos no exercício.

O resultado líquido positivo incorpora, assim, efeitos de natureza não recorrente, não refletindo ainda o equilíbrio estrutural da atividade operacional da AICEP.

Refira-se que desde 2015, a AICEP tem sido financiada maioritariamente através de transferências provenientes do Turismo de Portugal, I.P., do IAPMEI, I.P., e do Fundo para as Relações Internacionais, I.P.. No entanto, estas transferências têm permanecido globalmente inalteradas ao longo dos anos, sem atualização, tendo sofrido uma erosão significativa devido à inflação acumulada.

Acresce ainda que, desde 2022, as transferências do IAPMEI foram interrompidas, criando um défice estrutural de financiamento que tem obrigado a AICEP a recorrer a transferências extraordinárias de capital, via Entidade de Tesouro e Finanças (ETF) para cobrir os prejuízos anuais acumulados.

Importa, contudo, referir que no exercício de 2025, se verificou um reforço das verbas a transferir pelo IAPMEI, I.P., atenuando parcialmente o desequilíbrio identificado, sem, no entanto, resolver de forma estrutural o modelo de financiamento da Agência.

É importante destacar que estas transferências extraordinárias de capital, apesar de necessárias para assegurar a liquidez operacional, não configuram um mecanismo de financiamento estrutural, na medida em que não constituem receitas operacionais próprias e não promovem uma estrutura financeira equilibrada e sustentável.

Neste sentido, e em cumprimento de um dos principais mandatos atribuídos ao atual Conselho de Administração, conforme explicitado na Resolução do Conselho de Ministros nº 70/2024, o Conselho de Administração da AICEP apresentou, em julho de 2024, uma proposta detalhada de um novo modelo de financiamento às tutelas setorial e financeira. Até à presente data, não foi ainda comunicada decisão sobre a referida proposta.

O novo modelo proposto visa:

- Reorganizar e diversificar as fontes de financiamento da Agência;
- Atualizar os valores de financiamento, corrigindo a perda real provocada pela inflação desde 2015;
- Estabelecer um cronograma previsível e transparente para a materialização do financiamento anual;
- Garantir sustentabilidade, estabilidade e previsibilidade na gestão financeira da AICEP, fortalecendo a sua capacidade de planeamento e gestão operacional.

Este modelo assenta na celebração de um contrato de prestação de serviço público entre a AICEP e o Estado português, enquadrado pelo artigo 22.º dos estatutos da Agência, integrando critérios claros para a definição dos níveis anuais de financiamento, incluindo uma atualização plurianual dos valores base para refletir a inflação acumulada. Adicionalmente, prevê um mecanismo de incentivo ou bonificação associado ao desempenho da Agência, promovendo uma gestão orientada para resultados e assegurando previsibilidade e sustentabilidade financeira, operacional e estratégica da AICEP.

#### Evolução dos rendimentos e gastos

Numa perspetiva financeira global, os rendimentos totais de 2025 registaram um aumento de cerca de 100% face a 2024, fixando-se em aproximadamente 53,7 milhões de Euros. Esta variação resulta essencialmente do recebimento e registo em rendimentos de 18,25 milhões de

Euros do IAPMEI, que, em 2024 não ocorreu, tendo a AICEP recebido nesse ano 11,5 milhões de Euros da DGTF, os quais foram registados em cobertura de prejuízos, ao abrigo da alínea d) do nº 1 do artigo 38º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei nº 75-A/2014, de 30 de setembro, e posteriormente pela Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro.

Assim, o IAPMEI e o Turismo de Portugal representaram, em 2025, cerca de 55% do total de rendimentos, conforme estabelecido na Lei do Orçamento para 2025. A AICEP obteve ainda rendimentos com origem em fontes diversificadas, como sejam, a sua participada, AICEP Global Parques, o FRI - Fundo para as Relações Internacionais e verbas comunitárias, incluindo rendimentos de natureza financeira e transferências associadas a programas e fundos comunitários.

No que se reporta a gastos, a AICEP incorreu em cerca de 51 milhões de Euros repartidos, dos quais cerca de encargos com o pessoal (53%) e fornecimentos e serviços externos (34%).

Relativamente às rubricas dos gastos operacionais, em comparação com o ano anterior, há a destacar um aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos num total de 11% (mais 1,7 milhões de Euros face ao ano anterior), essencialmente associado aos encargos com a participação de Portugal na Expo 2025 Osaka, num total de 10 milhões de Euros, de natureza excecional e não recorrente. Verificou-se uma diminuição na rubrica de provisões, no montante de 302 mil Euros, bem como um aumento na rubrica de Outros Gastos, face a 2024, em cerca de 3,6 milhões de Euros, associado à retoma do Programa INOV Contacto, com a sua 27ª edição, no âmbito da qual foram registados 3,6 milhões de Euros de bolsas aos estagiários.

## 8.

### Proposta de aplicação de resultados

---

O Conselho da Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, positivo em 2.544.187,54 Euros, seja distribuído da seguinte forma: 2.416.978,16 Euros transferidos para a conta de Resultados Transitados e 127.209,38 Euros, equivalente a 5% do Resultado Líquido do Exercício, sejam transferidos para reforço da Reserva

Legal. Subsequentemente a componente positiva de 7.486.068,77 Euros relativa aos resultados positivos apropriados segundo o método da equivalência patrimonial da AICEP Global Parques, SA, e ainda não distribuídos, seja transferida para a conta de Ajustamentos em Ativos Financeiros.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Madalena Oliveira e Silva

Joana Gaspar

Francisco Catalão

Philomène Dias

Paulo Rios



# AICEP

Agência para o Investimento  
e Comércio Externo de Portugal

## **Relatório e Contas 2025**

---

### Parte II - Demonstrações Financeiras e Orçamentais

## **Parte II – Demonstrações Financeiras, Orçamentais e de Gestão**

### Contas Individuais

Demonstração Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

Demonstração Orçamentais

Contabilidade de Gestão

## Contas individuais

### Demonstrações Financeiras

## BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em euros)

Rubricas	Notas	31 dezembro 2025	31 dezembro 2024
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	993 913	1 094 924
Propriedades de investimento	7	35 063	36 245
Ativos intangíveis	6	2 709 009	3 792 976
Participações financeiras	8	42 147 562	40 974 839
Outros ativos financeiros	8	21 624 126	17 913 657
Outras contas a receber	11	4 928	4 800
		<u>67 514 600</u>	<u>63 817 440</u>
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Clientes, contribuintes e utentes	11	738	1 845
Estado e outros entes públicos	16	217 801	241 009
Outras contas a receber	11	15 256 636	11 261 713
Diferimentos	12	695 606	593 907
Outros ativos financeiros	11	99 500 000	125 750 000
Caixa e depósitos	5/11	23 623 141	29 189 380
		<u>139 293 922</u>	<u>167 037 854</u>
		<u>206 808 522</u>	<u>230 855 294</u>
<b>Total do Ativo</b>			
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património/Capital	13	114 927 980	114 927 980
Prémios de emissão	13	57 950 052	57 950 052
Reservas	13	695 275	695 275
Resultados transitados	13	(81 349 430)	(62 265 133)
Ajustamentos em ativos financeiros	13	2 856 516	2 502 527
Excedentes de revalorização	13	175 948	184 326
Outras variações no Património Líquido	13	1 855 599	2 510 341
Resultado líquido do período		2 544 188	(18 733 725)
Interesses que não controlam			
		<u>99 656 127</u>	<u>97 771 642</u>
<b>Total do Património Líquido</b>			
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Provisões	14	3 325 563	4 225 171
Passivos por impostos diferidos	10	15 788	16 589
Outras contas a pagar	15	37 935 934	40 869 987
Diferimentos	17	400 000	400 000
		<u>41 677 285</u>	<u>45 511 747</u>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Credores por transferências e subsídios concedidos	15	57 785 159	79 951 770
Fornecedores	15	73 402	37 842
Estado e outros entes públicos	16	1 032 853	970 912
Fornecedores de investimentos	15	3 174	15 094
Outras contas a pagar	15	2 876 953	2 892 717
Diferimentos	17	3 703 569	3 703 569
		<u>65 475 110</u>	<u>87 571 904</u>
		<u>107 152 395</u>	<u>133 083 652</u>
<b>Total do Passivo</b>			
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>			
		<u>206 808 522</u>	<u>230 855 294</u>

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

*(Montantes expressos em euros)*

Rendimentos e Gastos	Notas	2025	2024
Vendas	18	232 406	-
Prestação de serviços	18	11 001 400	11 001 275
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	18	25 413 492	4 319 475
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	8	7 997 711	7 178 976
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	18	(45 601)	-
Fornecimentos e serviços externos	19	(17 530 670)	(15 810 022)
Gastos com o pessoal	20	(27 051 070)	(26 290 983)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	31 956	2 564
Provisões (aumentos/reduções)	14	(432 761)	246 894
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	8	5 322 234	2 951
Outros rendimentos	22	3 392 096	2 012 255
Outros gastos	23	(3 870 833)	(230 412)
<b>Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>4 460 359</b>	<b>(17 567 028)</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	21	(1 768 473)	(1 799 672)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>2 691 886</b>	<b>(19 366 700)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	24	36 326	789 756
Juros e gastos similares suportados	25	(59 557)	(63 282)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>2 668 654</b>	<b>(18 640 226)</b>
Imposto sobre o rendimento	10	(124 467)	(93 499)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>2 544 188</b>	<b>(18 733 725)</b>

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO  
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

*(Montantes expressos em euros)*

Notas	Património líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe										Interesses que não controlam	Total do património líquido	
	Capital / Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL			
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	[1]	114 927 980	-	57 950 052	695 275	(62 265 133)	2 502 527	184 326	2 510 341	(18 733 725)	97 771 642	-	97 771 642
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO:</b>													
Primeira adoção do novo referencial contabilístico												-	-
Alterações de políticas contabilísticas												-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												-	-
Realização de excedentes de revalorização												-	-
Excedentes de revalorização e respetivas variações					(350 571)	358 949	(8 378)				0		0
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido								(654 742)		18 733 725	18 078 984		18 078 984
Resultado Líquido					(18 733 725)	(4 951)					(18 738 686)		(18 738 686)
	[2]	-	-	-	(19 084 296)	353 988	(8 378)	(654 742)		18 733 725	(659 702)	-	(659 702)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	[3]									2 544 188	2 544 188		2 544 188
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	[4] = [2]+[3]									21 277 913	1 884 485	-	1 884 485
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>													
Realizações de capital/património												-	-
Entradas para cobertura de perdas												-	-
Outras operações												-	-
	[5]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO</b>	[6] = [1]+[2]+[3]+[5]	114 927 980	-	57 950 052	695 275	(81 349 430)	2 856 516	175 948	1 855 599	2 544 188	99 656 127	-	99 656 127

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Montantes expressos em euros)

Rubricas	Notas	2025	2024
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes		11 211 404	11 180 705
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		31 054 937	4 670 798
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores		(17 559 505)	(15 447 980)
Pagamentos ao pessoal		(28 154 878)	(27 669 073)
Pagamentos a contribuintes/utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		(35 848 181)	(10 837 133)
Pagamentos de prestações sociais			
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>(39 296 223)</b>	<b>(38 102 684)</b>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		108 255	(39 399)
Outros recebimentos / pagamentos		(632 597)	(2 732 478)
<b>Fluxos das atividades operacionais [a]</b>		<b>(39 820 565)</b>	<b>(40 874 561)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(141 674)	(263 408)
Ativos intangíveis		(452 881)	(174 096)
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		1 427 506	1 101 414
Propriedades de investimento			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		311 168	1 557 276
Transferências de capital			
Juros e rendimentos similares		40 180	569 318
Dividendos		6 820 027	6 185 329
<b>Fluxos das atividades de investimento [b]</b>		<b>8 004 326</b>	<b>8 975 832</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			11 500 000
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos das atividades de financiamento [c]</b>	5	<b>-</b>	<b>11 500 000</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [a]+[b]+[c]</b>		<b>(31 816 239)</b>	<b>(20 398 729)</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<b>18 337</b>	<b>(4 809)</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>154 939 380</b>	<b>175 338 109</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>123 123 141</b>	<b>154 939 380</b>

Rubricas	Notas	2025	2024
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		154 939 380	175 338 109
- Equivalentes a caixa no início do período		(125 750 000)	(153 995 815)
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		-	-
- Variações cambiais de caixa no início do período		-	-
= Saldo de Gerência anterior		<u>29 189 380</u>	<u>21 342 294</u>
De execução orçamental		18 437 756	20 224 536
De operações de tesouraria		10 751 624	1 117 758
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		123 123 141	154 939 380
- Equivalentes a caixa no fim do período		(99 500 000)	(125 750 000)
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		-	-
- Variações cambiais de caixa no fim do período		-	-
= Saldo para a Gerência seguinte		<u>23 623 141</u>	<u>29 189 380</u>
De execução orçamental		14 874 107	18 437 756
De operações de tesouraria		8 749 034	10 751 624

## Contas individuais

### Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

## Contas Individuais

---

### Notas às Demonstrações Financeiras

#### 1. Nota introdutória – Identificação da Sociedade

1. A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (“Agência” ou “AICEP”) foi criada pelo Decreto-Lei n.º 245/2007, de 25 de junho, sucedendo à Agência Portuguesa para o Investimento, E.P.E. (API), integrando as atribuições do ICEP Portugal, I.P., nos termos definidos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006, de 30 de março.
2. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 244/2007, de 25 de junho, foi extinto o ICEP Portugal, I.P., com efeitos a 30 de junho de 2007. Em articulação com o Decreto-Lei n.º 245/2007, de 25 de junho, a AICEP sucedeu à API e integrou o património, direitos e obrigações do ICEP, consolidando num único organismo as competências de apoio à internacionalização e investimento.
3. A AICEP, que mantém a personalidade jurídica da anterior API, é uma pessoa coletiva de direito público, com natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, bem como de poderes de autoridade pública administrativa inerentes à prossecução do seu objeto, quando atua em representação do Estado, nos termos definidos no Decreto-Lei n.º 203/2003, de 10 de setembro (n.ºs 1 e 2 do Art.º 1.º dos Estatutos).

O enquadramento tutelar da AICEP tem vindo a acompanhar a evolução das orgânicas governativas. No âmbito da orgânica do XIX Governo Constitucional, o Decreto-Lei n.º 119/2013 de 21 de agosto, no seu Art.º 10º, ponto 4, determinou a integração da AICEP na Presidência do Conselho de Ministros, o departamento central do Governo. Subsequentemente, através do Despachos n.º 11299-A/2013, de 30 de agosto, e do Despacho n.º 15794/2013, de 4 de dezembro, foram definidos os termos da delegação e subdelegação de competências, assegurando-se a articulação entre as áreas governativas dos negócios estrangeiros e da economia, designadamente nos domínios da diplomacia económica, da internacionalização e da captação de investimento.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, a AICEP passou a integrar a esfera do Ministério dos Negócios Estrangeiros, exercendo o respetivo membro do Governo, em articulação com o membro do Governo responsável pela área da economia, os poderes de superintendência e tutela.

Atualmente, nos termos do Decreto-Lei n.º 87-A/2025, de 25 de julho, a superintendência e tutela sobre a AICEP é exercida pelo membro do Governo responsável pela área da economia, em coordenação com o membro do Governo responsável pela área dos negócios estrangeiros.

4. Os Estatutos da AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 229/2012, de 26 de outubro, que revogou o Decreto-Lei n.º 245/2007, de 25 de junho. Em conformidade com o Art.º 2º dos seus Estatutos, a AICEP rege-se por estes mesmos, pelos seus regulamentos internos e, subsidiariamente, pelo regime jurídico das entidades públicas empresariais, o que significa que está sujeita às normas de direito privado nas suas relações com terceiros, aplicando-se aos atos e contratos por si praticados ou celebrados o previsto na alínea a) do Art.º 47.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

O Decreto-Lei n.º 219/2015, de 8 de outubro procedeu à primeira alteração dos Estatutos da AICEP, incluindo nas suas atribuições a organização da participação portuguesa em exposições universais e internacionais.

5. O Decreto-Lei n.º 75/2020, de 25 de setembro procedeu à segunda alteração dos Estatutos da AICEP, introduzindo ajustamentos ao modelo de fiscalização.
6. Nos termos do artigo 5.º dos Estatutos, a AICEP tem por objeto o desenvolvimento e a execução de políticas estruturantes de apoio à internacionalização da economia portuguesa, incluindo a promoção das exportações e a captação de investimento.
7. Nos termos do artigo 6.º dos Estatutos, são atribuições da AICEP, designadamente:
  - a) Contribuir para a competitividade das empresas portuguesas através da sua internacionalização, da promoção e aumento das exportações e do investimento direto estrangeiro no País;
  - b) Participar na conceção, aplicação e avaliação das políticas de apoio e desenvolvimento das estratégias empresariais de investimento nacional e internacional;
  - c) Contribuir para um contexto de eficiência propício e adequado ao investimento, internacionalização das empresas portuguesas e aumento das exportações;
  - d) Promover condições favoráveis à captação de investimento estrangeiro para Portugal, em parceria com os vários agentes públicos e privados;
  - e) Apoiar, coordenar e estimular o desenvolvimento de ações de cooperação externa no domínio do sector empresarial;
  - f) Apoiar, coordenar e estimular iniciativas de divulgação e promoção no estrangeiro das competências, produtos e serviços das empresas nacionais, incluindo as referentes à participação portuguesa em exposições universais e internacionais;
  - g) Gerir, negociar e participar no desenvolvimento, caso a caso, de apoios ao investimento em Portugal e às empresas portuguesas no exterior, no âmbito dos sistemas de incentivos em vigor;
  - h) Gerir e negociar programas de apoio relacionados com a promoção das marcas portuguesas e com a promoção da internacionalização da economia portuguesa;
  - i) Gerir fundos de apoio ao investimento constituídos pelas verbas provenientes dos reembolsos dos incentivos financeiros atribuídos ou a atribuir a projetos de investimento, que nos termos da lei possam ser atribuídos à AICEP, E. P. E.;
  - j) Acompanhar projetos de investimento em Portugal e projetos de internacionalização no exterior, nos termos previstos no artigo anterior;
  - k) Conceber e propor acordos de cooperação económica empresarial em colaboração com outras entidades oficiais, participando na sua negociação e execução;
  - l) Promover, constituir e participar em empresas ou outras formas de associação que tenham por objeto o reforço da competitividade e da imagem de Portugal nos mercados externos e a internacionalização das atividades dessas empresas;
  - m) Constituir ou participar em entidades de direito privado e participar direta ou indiretamente na gestão de parques industriais e áreas de localização empresarial;
  - n) Colaborar, em articulação estratégica com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), no desenvolvimento da cooperação económica externa, bilateral, regional e multilateral;

- o) Promover o fortalecimento da diplomacia económica de forma unificada com os serviços periféricos externos do MNE;
  - p) A recolha, tratamento e difusão das informações macroeconómicas e de mercados.”
8. No que respeita à rede externa, esta articula-se com as várias áreas de intervenção da Agência, podendo igualmente prestar “serviços para a realização de ações de promoção da oferta portuguesa em áreas de atividade não abrangidas pelo seu objeto”, conforme previsto no Art.º 7.º dos Estatutos. A atividade da rede externa é desenvolvida em articulação com os órgãos e serviços do Estado no estrangeiro, em particular com a rede diplomática e consular, com vista ao reforço da eficácia da presença externa de Portugal. Nos termos do Art.º 8.º dos seus Estatutos, a AICEP promove ainda as ações necessárias junto das autoridades públicas com vista à melhoria das condições de eficiência e competitividade da economia portuguesa.
9. O modo como o ICEP se encontrava organizado no estrangeiro, determinou particulares relacionamentos com a rede diplomática donde resultou que a organização tivesse sido suportada por recurso a processos não completamente formalizados em nome daquele Instituto e com a respetiva identificação fiscal, o que tem implicado que nem toda a documentação esteja em nome da AICEP. A AICEP solicitou ao Tribunal de Contas e à Inspeção-Geral de Finanças autorização para a continuação daquela prática, tendo obtido respostas negativas. Dada a complexidade do problema, o Conselho de Administração da AICEP tem promovido o seu estudo e a implantação das práticas corretas, com a finalidade de extinguir estes procedimentos. Apesar das dificuldades, têm-se resolvido todas as questões, restando neste momento um pequeno número que se encontra em vias de sanção.
10. No âmbito dos sistemas de incentivos ao investimento, nos termos do artigo 9.º dos Estatutos, a AICEP atua como organismo responsável pela administração e gestão dos apoios e incentivos que lhe sejam atribuídos por lei, designadamente no domínio da internacionalização, da captação de investimento e da promoção externa das marcas portuguesas. Neste contexto, compete à AICEP gerir e acompanhar os projetos de investimento apoiados, bem como propor a criação e melhoria de instrumentos de apoio, em articulação com os membros do Governo competentes. Destaca-se, neste âmbito, a gestão do Regime Contratual de Investimento, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 191/2014, de 31 de dezembro.
11. No domínio do capital de risco e de desenvolvimento, nos termos do artigo 10.º dos Estatutos, a AICEP pode deter participações em fundos de investimento e em entidades financeiras, designadamente sociedades de capital de risco e respetivas entidades gestoras, desde que tais instrumentos se revelem adequados à prossecução do seu objeto.
12. No âmbito da localização empresarial, nos termos do artigo 11.º dos Estatutos, a AICEP pode participar em entidades dedicadas à gestão de parques industriais e áreas de localização empresarial, com vista à disponibilização de infraestruturas que favoreçam a instalação e desenvolvimento de projetos de investimento.
13. Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º dos Estatutos, o capital estatutário da AICEP foi inicialmente fixado em 110.000.000 euros, sendo integralmente detido pelo Estado. Aquando do início da atividade, o referido capital foi realizado pelo montante de 162.840.541 euros, incluindo um prémio de emissão no valor de 52.840.541 euros, resultante da transferência de participações financeiras e outros ativos para a esfera da Agência. No exercício de 2008, o capital estatutário foi objeto de aumento no montante de 4.927.980 euros, conforme determinado por Despacho Conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da economia. Este aumento foi realizado através da

conversão de créditos do Estado, nos montantes de 2.212.992 euros e 1.633.749 euros, bem como pela cessão de um crédito adicional no montante de 1.081.239 euros.

14. A realização do capital estatutário inicial de 110 milhões de Euros referida no ponto anterior consistiu, nos termos do Despacho Conjunto da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Economia, na entrega de meios de investimento em entidades adstritas a atividades consonantes com a gestão e negociação de apoios de capital de risco e com a gestão de parques industriais e áreas de localização empresarial, estatutariamente contempladas, a saber:

Investimentos em entidades ligadas ao capital de risco e de desenvolvimento:

- a) Ações representativas da totalidade ou de parte de capitais sociais:
  - o inteiro capital social de IPE – Estudos e Projetos Internacionais, S.A. (entretanto extinto);
  - 86% do capital social de IPE Capital – Sociedade de Investimento, S.A. (posteriormente designada por AICEP Capital Global, atualmente extinta);
  - 40% do capital social do FIEP Fundo para a Internacionalização das Empresas Portuguesas, S.A. (“FIEP”) (entretanto extinto).
- b) Unidades de participação nos fundos:
  - 45% do capital do FRIE IPE Capital I;
  - 92% do capital do FCR IPE Capital Tecnologia;
  - 7% do capital do FRIE IPE Capital Retex/Paiep.
- c) Investimentos em entidade de gestão de parques industriais e áreas de localização empresarial:
  - ações representativas da totalidade do capital social de Isósceles – Compra, Venda e Exploração de Imóveis, S.A. (atualmente designada por AICEP Global Parques);
  - empréstimo a esta sociedade.

15. Sobre o regime patrimonial e financeiro da AICEP, estabelece o Art.º 22.º dos Estatutos que são receitas desta entidade, no exercício dos poderes de autoridade pública administrativa:

- a) Uma comissão de gestão devida pelo Estado por serviços prestados, fixada e regulamentada por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos negócios estrangeiros, incidente sobre o saldo do investimento acompanhado pela AICEP, entendendo-se como tal o somatório dos valores efetivamente investidos que hajam sido objeto de apoios e incentivos de qualquer natureza contratados, e que estejam em acompanhamento pela AICEP;
- b) Uma comissão de gestão resultante da ação da Agência, fixada e regulamentada por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos negócios estrangeiros, calculada sobre o contributo da AICEP, para as exportações de bens e serviços e o seu valor acrescentado;
- c) Comissões de gestão devidas por entidades participadas maioritariamente pela AICEP.

São igualmente receitas da AICEP, de acordo com o n.º. 2 do Art.º 22.º:

- d) Juros ativos;
- e) Dividendos e remunerações de capital;
- f) Dotações do OE para projetos especiais a cargo da AICEP;
- g) Remunerações por serviços prestados a empresas, por solicitação destas, institutos ou outras entidades que se situem para além do âmbito corrente dos serviços da AICEP;

- h) Receitas, designadamente pelo produto da venda de publicações e outros documentos;
- i) Rendimentos provenientes da gestão do seu património mobiliário e imobiliário e de outros bens próprios e do produto da sua alienação e da constituição de direitos sobre eles, designadamente os montantes de empréstimos ou outras operações financeiras que seja, nos termos legais, autorizada a contrair;
- j) Quaisquer outras receitas que lhe sejam atribuídas por lei, ato ou contrato ou lhe possam advir do exercício das suas atribuições.

16. A atividade da AICEP desenvolve-se, em decorrência do exposto, nas seguintes vertentes, com interesse para a sua caracterização económica, financeira e contabilística e, imediatamente, para a compreensão das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício de 2025:

- Realização das ações inerentes à contribuição para um contexto de eficiência propício e adequado ao investimento, à gestão e negociação de sistemas de incentivos ao investimento e ao acompanhamento de grandes projetos de investimento já realizados ou em curso de realização, mediante ações que têm implicado reduzidos investimentos em ativos e que envolvem gastos operacionais significativos, proporcionando rendimentos consubstanciados em “Comissão de gestão” a pagar pelo Estado (cf. Art.º 22º dos Estatutos);
- Gestão dos investimentos em participações em capitais de sociedades e em fundos de investimento, com assinalável incidência no balanço da situação patrimonial, dada a elevada importância dos ativos associados, e com os reflexos nos resultados da AICEP decorrente dos resultados das sociedades participadas e da valia das unidades de participação em fundos;
- Execução de iniciativas de promoção e divulgação das atividades económicas desenvolvidas em Portugal, nomeadamente no comércio de bens e serviços; apoio a projetos de internacionalização das empresas; e promoção da imagem de Portugal e das marcas portuguesas no exterior com impacto nas exportações e internacionalização e captação do investimento, em colaboração com as entidades competentes.

17. Incentivos ao Investimento, Regime Contratual de Investimento (RCI), PRR e Projetos Próprios

No âmbito dos sistemas de incentivos ao investimento, incluindo o Regime Contratual de Investimento (RCI), os programas financiados por fundos europeus e nacionais, bem como projetos próprios, a AICEP tem desempenhado funções relevantes ao longo dos sucessivos quadros comunitários, designadamente o QCA III, o QREN, o Portugal 2020 e Portugal 2030, assegurando, conforme aplicável, a análise, acompanhamento e, em determinados casos, o pagamento dos apoios atribuídos.

Em 2009, ano de encerramento do Quadro Comunitário de Apoio III (QCA III), foram integralmente liquidadas as verbas de incentivos atribuídas aos projetos de investimento aprovados no âmbito do Programa PRIME, no qual a AICEP desempenhou funções de entidade gestora e pagadora dos apoios financeiros. As verbas do Programa PRIME eram transferidas pelo IAPMEI para a AICEP, que procedia ao respetivo pagamento aos promotores dos investimentos após a validação da execução dos projetos, na sequência da análise e avaliação técnica efetuadas e da aprovação pelas entidades competentes.

O esgotamento das verbas do QCA III e o termo formal do programa não implicaram o encerramento do acompanhamento dos projetos, uma vez que os efeitos dos contratos celebrados com os promotores se prolongam no tempo, designadamente no que respeita ao cumprimento dos planos de reembolso dos incentivos concedidos. Este acompanhamento continuou a ser assegurado pela AICEP, tendo em 2025 sido ainda recebidos reembolsos associados a projetos aprovados no âmbito do QCA III.

No final de 2007 teve início o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), em vigor entre 2007 e 2013, no qual a AICEP interveio em diversos programas operacionais como entidade responsável pela análise, atribuição e acompanhamento dos incentivos a projetos de investimento no âmbito das suas competências, embora sem assumir funções de entidade pagadora. À semelhança do quadro comunitário anterior, o acompanhamento dos projetos manteve-se para além do período de vigência do programa, nos termos contratualmente definidos, assegurando a AICEP a receção e controlo dos respetivos reembolsos.

Em 2014 iniciou-se o quadro comunitário Portugal 2020, que vigorou até 2020, mantendo a AICEP o seu papel enquanto organismo especialista nas áreas da internacionalização do tecido empresarial e da captação de investimento estrangeiro. No âmbito do Sistema de Incentivos, a Agência foi responsável pelos projetos de internacionalização da medida “Qualificação e Internacionalização”, bem como por diversas tipologias de projetos enquadrados no Regime Contratual de Investimento. O ano de 2021 correspondeu ao último período de aprovações de candidaturas ao abrigo do Portugal 2020, concentrando-se sobretudo em projetos de maior complexidade e dimensão, nomeadamente nos Sistemas de Incentivos à Inovação Produtiva e à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT), ao abrigo do Regime Contratual de Investimento. Este período ficou igualmente marcado pelo retomar da análise e negociação de projetos que haviam permanecido em suspensão durante 2020 e início de 2021, em resultado da pandemia da COVID-19, mantendo-se a atuação da AICEP ao nível do acompanhamento e verificação da execução dos beneficiários.

### **Regime Contratual de Investimento (RCI)**

#### **RCI – Aviso n.º 11/2021 (financiamento comunitário)**

Em 17 de maio de 2021 foi publicado o Aviso para apresentação de candidaturas n.º 11 – Sistema de Incentivos às Empresas – Regime Contratual de Investimento (RCI), que atribuiu à AICEP a responsabilidade pela análise, negociação, contratualização e pagamento dos incentivos concedidos, retomando-se assim um papel que não era assumido pela Agência desde o QCA III. Para efeitos de financiamento destes apoios, o Aviso prevê a utilização de reembolsos provenientes de anteriores quadros comunitários sob gestão da AICEP, designadamente do QCA III e dos PEDIP.

Nos termos do referido Aviso, compete à AICEP assegurar a análise das candidaturas, bem como a negociação e celebração dos contratos de investimento enquadrados no Regime Contratual de Investimento, nos termos do Decreto-Lei n.º 191/2014, de 31 de dezembro, sendo igualmente responsável pela realização dos pagamentos dos apoios concedidos. Desde 2022, a AICEP analisou e aprovou diversas candidaturas ao abrigo deste regime, tendo sido celebrados contratos de investimento e processados pedidos de pagamento que totalizaram, até ao final de 2025, cerca de 37,3 milhões de euros.

#### **RCI – Resolução do Conselho de Ministros n.º 39-A/2025 (fundos nacionais)**

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 39-A/2025 estabelece um sistema de incentivos financeiros a grandes projetos de investimento, com o objetivo de concentrar, simplificar e conferir maior transparência à aplicação de fundos nacionais a projetos não elegíveis para financiamento europeu. Este regime destina-se, em particular, a projetos de inovação produtiva e de investigação e desenvolvimento promovidos por empresas não PME que revistam carácter estratégico para a economia nacional.

Neste enquadramento, a AICEP passou a estar autorizada a inscrever no seu orçamento, mediante proposta fundamentada, verbas destinadas ao financiamento destes projetos ao abrigo do Regime Contratual de Investimento, assumindo um papel central na análise, negociação e acompanhamento dos contratos celebrados, bem como na articulação com as entidades governamentais competentes.

### **Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)**

No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), apresentado por Portugal em abril de 2021, a AICEP intervém em diversas componentes associadas à internacionalização da economia portuguesa e à captação de investimento estrangeiro. Neste contexto, a Agência integra os Comitês Coordenadores e as respetivas Comissões de Seleção de investimentos relevantes para estas áreas de atuação, assegurando a articulação institucional e o acompanhamento técnico dos projetos.

Paralelamente, a AICEP assume funções de entidade gestora da medida «Internacionalização via e-commerce», sendo igualmente beneficiária direta de apoios no âmbito do PRR destinados à modernização e reforço da sua capacidade operacional, nomeadamente através da Medida de Transformação Digital das entidades tuteladas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Estes apoios visam a melhoria dos processos internos, a modernização dos sistemas de informação e o reforço da eficiência e qualidade dos serviços prestados pela Agência.

### **Projetos Próprios**

A AICEP é igualmente beneficiária direta de um conjunto de medidas de apoio comunitário no âmbito do Portugal 2030 e PRR, destinadas ao financiamento de projetos próprios da Agência. Estes apoios destinam-se, designadamente, à atividade promocional da AICEP, ao desenvolvimento e execução do programa INOV Contacto e outras iniciativas estruturantes da sua missão. Os apoios financeiros são concedidos ao abrigo do SIAC - Sistema de Incentivos a Ações Coletivas, Programa de Estágios de Jovens Quadros (INOV Contacto), PRR – Programa de Recuperação e Resiliência (Componentes C16-EOL e C19-Transformação Digital) e Medidas de Assistência Técnica.

18. No balanço da AICEP, constam, no Ativo, em contas de Depósitos à Ordem e em Outros Ativos Financeiros – Certificados Especiais de Dívida Pública de Curto Prazo (CEDICs), e no Passivo, na conta de Outras contas a pagar, os montantes já recebidos dos promotores, a título de reembolso ou devolução. O total dos montantes de ambas as naturezas, representava em 31 de dezembro de 2025, um saldo de 75.796.243 Euros. Os montantes de incentivo reembolsável e o idêntico montante a devolver ao gestor destes fundos, unicamente após o reembolso por aqueles promotores ascendia, no termo de 2025, a 11.977.636 Euros. De acrescentar que não existe para a AICEP qualquer risco de crédito nos movimentos dos incentivos, uma vez que esta instituição apenas está vinculada, por um lado, a efetuar as correspondentes entregas aos promotores depois da transferência das importâncias pelo IAPMEI e, por outro lado, a devolver as importâncias devidas, posteriormente ao seu reembolso pelos promotores.
  
19. Em agosto de 2008, por Despacho da Direção Geral do Orçamento, foi dado parecer no sentido de que os saldos do ex-ICEP deverão constituir receita da AICEP. Neste contexto a AICEP passou a registar a utilização daqueles saldos por contrapartida de rendimentos, na medida das necessidades para cobertura dos prejuízos, de modo a apurar um resultado nulo nos exercícios de 2008 a 2010, antes do registo dos ajustamentos em Investimentos financeiros e apuramento do imposto corrente e diferido. Foram utilizados os montantes de 22.330.560 Euros, 30.379.790 Euros e 593.583 Euros em despesa de funcionamento nos exercícios de 2008 a 2010, respetivamente, tendo sido registado o rendimento nos mesmos valores com contrapartida em rendimentos diferidos.

20. No exercício de 2025, os rendimentos operacionais da AICEP, no montante total de 53.631.861 Euros, subdividem-se como segue:

- a) 18.250.000 Euros no âmbito do Protocolo com o IAPMEI, ao abrigo da RCM 91/2025 de 2 de maio de 2025;
- b) 11.000.000 Euros, a título de comissão de gestão, referente a verba recebida do Turismo de Portugal, pela transferência prevista no n.º 10 do Mapa de alterações e transferências orçamentais, referido no Artº 7 da lei n.º 45-A/2024 do Orçamento de Estado;
- c) 1.000.000 Euros, a título de comissão de gestão, referente a verba recebida do FRI – Fundo para as Relações Internacionais, transferência prevista no n.º 6 do Mapa de alterações e transferências orçamentais, referido no Artº 7 da lei n.º 45-A/2024 do Orçamento de Estado;
- d) 5.816.436 Euros relativos ao reconhecimento em rendimentos do PT2030 de financiamentos de despesas de projetos cujo promotor é a própria AICEP;
- e) 347.056 Euros relativos ao reconhecimento em rendimentos do PRR de financiamentos de despesas de projetos cujo promotor é a própria AICEP;
- f) 232.406 Euros relativos a vendas à consignação durante a Expo 2025 Osaka;
- g) 11.450 Euros relativos a inserções publicitárias na revista da AICEP;
- h) 18.560 Euros relativos ao arrendamento de instalação;
- i) 1.158.403 Euros relativos à restituição de impostos na Rede Externa, dos quais 1.155.119 Euros no âmbito da Expo 2025 Osaka;
- j) 364.036 Euros relativos a direitos de utilização da área concessionada do restaurante na Expo 2025 Osaka;
- k) 334.702 Euros relativos à venda de artigos merchandising durante a Expo 2025 Osaka;
- l) 60.405 Euros relativos à cedência de pessoal no MNE;
- m) 7.997.711 Euros relativos à aplicação do Método da Equivalência Patrimonial;
- n) 1.227.083 Euros relativos a subsídios e transferências para investimentos;
- o) 5.322.234 Euros relativos a reversões de perdas por imparidade em investimentos financeiros;
- p) 240.567 Euros relativos a reversões de perdas por imparidade relacionadas com processos judiciais;
- q) 31.956 Euros relativos a reversões de perdas por imparidade em dívidas a receber;
- r) 218.856 Euros referentes a outros rendimentos diversos.

21. A AICEP apresenta, relativamente ao exercício de 2025 demonstrações financeiras individuais, elaboradas com aplicação do método da equivalência patrimonial no que respeita à valorimetria dos investimentos financeiros em partes de capital, e contas consolidadas com aplicação do método de consolidação integral conforme se explica na nota 3.6.

O Resultado Líquido do Exercício de 2025, nas contas individuais da AICEP, positivo de 2.544.188 Euros, pode sumariamente discriminar-se como segue:

<b>Resultados da atividade sem participadas</b>	
<b>Gastos</b>	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	45 601
Fornecimentos e serviços externos	17 530 670
Gastos com o pessoal	27 051 070
Gastos de depreciação e de amortização	1 768 473
Provisões do período	673 328
Outros gastos e perdas	3 870 833
Gastos e perdas de financiamento	59 557
<b>Total gastos (excluindo imposto)</b>	<b>50 999 532</b>
<b>Rendimentos</b>	
Vendas e Prestações de serviços e concessões	11 233 806
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	25 413 492
Reversões de provisões e perdas por imparidade	272 524
Outros rendimentos e ganhos	3 392 096
Juros e outros rendimentos similares	36 326
<b>Total rendimentos</b>	<b>40 348 243</b>
<b>Impostos sobre o rendimento do exercício</b>	<b>124 467</b>
<b>Resultado antes de resultados na participada</b>	<b>(10 775 756)</b>
<b>Resultados relativos às participadas</b>	
Método de equivalência patrimonial	7 997 711
Imparidades relativas às participações financeiras	5 322 234
<b>Total de Método de Equivalência Patrimonial e Imparidades</b>	<b>13 319 945</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>2 544 188</b>

22. Os indicados resultados relativos à aplicação do Método de Equivalência Patrimonial e registo de Ajustamentos, podem ser discriminados, com referência às participações financeiras, como segue:

<b>Método de equivalência patrimonial</b>	
AICEP Global Parques, SA	7 997 711
	<b>7 997 711</b>
<b>Imparidade de ativos financeiros – Fundos</b>	
FCR Portugal Ventures Internacionalização	13 043
FCR Portugal Ventures Grow and Expand	5 309 191
	<b>5 322 234</b>

23. Em 2012, como divulgado e detalhado no respetivo Anexo às contas desse ano, no âmbito da reestruturação das empresas e fundos de capital de risco público, a AICEP Capital Global, SA foi extinta e incorporada por fusão, na Portugal Capital Ventures-SCR, SA, da qual, a AICEP passou a deter 1.568.648 ações representativas de 19,41% do seu capital social, e valorizadas no seu balanço por 8.671.434 Euros. Previamente a esta operação de fusão, a AICEP Capital Global, SA sofreu uma redução do seu capital no montante nominal de 18.000.000 Euros, tendo a AICEP E.P.E. recebido, em contrapartida, 9.011.954 Euros em dinheiro e 8.988.945 Euros em unidades de participação (UP's) nos Fundos de

Capital de Risco Portugal Ventures GPI (424 UP's) e Portugal Ventures III (9 UP's). Estas unidades de participação foram objeto de uma avaliação independente reportada a 30 de junho de 2012.

24. Também em 2012, aquando da fusão, conforme citado no ponto anterior e de acordo com a metodologia adotada pela AICEP no que respeita aos ajustamentos de justo-valor positivos para o setor do Capital de Risco, a valoração dessas UP's foi objeto de ajustamento face ao seu valor contabilístico em 31 de dezembro de 2011 (incluindo a anulação dos ajustamentos de justo valor positivo), do qual resultou uma desvalorização de 602.289 Euros contabilizada por contrapartida de capital próprio (reserva de fusão), reclassificada, em 2024, para resultados transitados, na sequência da liquidação do fundo incorporante.
25. No início de 2013 houve lugar à fusão do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures II (FCR PV II) e do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures III (FCR PV III) por incorporação no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento (FCR PV GPI), mediante integração no seu património, de todos os ativos e passivos dos outros dois fundos com referência a 31 de dezembro de 2012. A fusão operou-se nas seguintes condições:
- a) Transferência da totalidade do ativo e do passivo, bem como deveres legais, do FCR PV II e do FCR PV III para o FCR PV GPI pelos valores inscritos nas respetivas contabilidades, assim como a cessão da posição contratual para o FCR PV GPI em todos os contratos celebrados pelos primeiros;
  - b) Aumento de capital do FCR PV GPI de 65.400.000 Euros para 71.971.504,09 Euros, pela emissão de 336.781 novas unidades de participação ordinárias, com o preço de emissão correspondente ao valor da unidade de participação em 31 de dezembro de 2012 do FCR PV GPI a 19.512,70 Euros resultante da integração dos ativos e passivos do FCR PV II e do FCR PV III;
26. Em junho de 2015 foi efetuada uma operação de cisão do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento (FCR PV GPI) para constituir o Fundo de Capital de Risco Portugal Global Ventures I (FCR PGV I). A Cisão foi efetuada e realizada através da transferência de depósitos bancários do FCR PV GPI mantendo-se no novo fundo a mesma estrutura acionista, ou seja, a AICEP manteve no novo fundo uma participação de 78,22%. Durante o ano de 2019, a AICEP reforçou a subscrição neste FCR, que se passou a designar por Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grow and Expand (FCR PV G&E), cabendo à Agência 23.380.118,58 Euros correspondentes a 2.661.467,022 unidades de participação, equivalentes a uma participação de 78,69%. No final de 2019 encontravam-se por realizar 2.400.360 Euros, valor este que foi realizado no decorrer de 2020.
27. A partir de 2015 a AICEP entrou no perímetro da consolidação de contas do estado, estando sujeita à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) através do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, tendo por esse facto havido uma mudança de critério, face a exercícios anteriores, nomeadamente no que dizia respeito ao resultado líquido nulo antes de MEP, passando agora a serem reconhecidos como rendimentos a totalidade dos montantes recebidos no ano, via IAPMEI e Turismo de Portugal, dos valores inscritos no Orçamento de Estado.
28. No âmbito da resolução dos créditos do Estado Português sobre a Qimonda foi constituída a sociedade Nanium, tendo sido atribuídas ao Estado Português 2.682.446 ações, com o valor nominal 1 Euro por ação, no valor total de 2.682.446 Euros, do respetivo capital social. Circunstancialmente aquelas ações ficaram em nome da AICEP e, por determinação tutelar, as mesmas ações ficaram sob gestão da AICEP, não integrando, naturalmente, o seu património. Todavia, acatando as recomendações do acionista Estado, nas notas referentes a aprovação de contas, nomeadamente do ano de 2013, e perspetivando-se a alienação da Nanium, face à oferta de compra entretanto apresentada, a AICEP reconheceu, em 2016, no seu ativo, a participação financeira na Nanium, SA, na conta "Ativos Não Correntes Detidos

para Venda”, ao valor que a empresa estava a ser avaliada para venda, 478.684 Euros e que correspondeu a uma proposta formal e vinculativa em 1 de fevereiro de 2017. Foi também reconhecido o valor de 7.813.887 Euros, relacionado com o valor dos incentivos ainda não reembolsados.

A operação de alienação foi autorizada pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro, Despacho nº 219/2017-SET, de 8 de maio de 2017, tendo ficado demonstrado o interesse da alienação daquela participação, bem como ficou demonstrado a viabilidade económica e financeira desta operação.

A venda veio a acontecer em maio de 2017, conforme contrato realizado entre a compradora e os acionistas, tendo por base as condições e valores que resultaram do Despacho, proferido em 9 de maio de 2017, pelo Senhor Secretário de Estado da Internacionalização, no qual se refere que “o Estado Português receberá de imediato 7.183.886 Euros associados aos créditos remanescentes em dívida provenientes dos incentivos ainda não reembolsados, acrescidos de 478.684 Euros associados aos instrumentos de capital, bem como a quota parte-parte devida dos recebimentos futuros resultantes do processo de insolvência da Qimonda”.

Adicionalmente, nos termos do contrato de compra e venda de ações celebrado em 1 de fevereiro de 2017 entre os acionistas da Nanium, S.A. e a Amkor Technology, Inc., foi estabelecido um mecanismo de preço variável (earn-out), correspondente à participação nos montantes a receber pela sociedade no âmbito dos processos de insolvência da Qimonda AG e da Qimonda Holding BV. Nos termos do referido contrato, os montantes recebidos pela sociedade, atualmente denominada ATEP – Amkor Technology Portugal, S.A., no âmbito daqueles processos de insolvência são, após dedução dos custos elegíveis previstos contratualmente (nomeadamente encargos legais e fiscais diretamente associados), distribuídos pelos antigos acionistas (AICEP, Novo Banco, S.A. e Banco Comercial Português, S.A.), de acordo com as respetivas participações sociais, correspondendo à AICEP uma quota de 17,88%.

Durante o ano de 2025, no âmbito de uma distribuição intermédia relativa ao processo de insolvência da Qimonda Holding BV, a AICEP recebeu o montante de 5.118.008 Euros relacionados com recuperação de créditos no âmbito deste processo.

Refira-se ainda que estes recebimentos revestem natureza não recorrente, dependendo da evolução dos processos de insolvência em curso e das decisões das respetivas entidades competentes.

29. Desde o ano de 2022 que ocorriam reduções de capital no FCR Portugal Ventures GPI, sendo que, no ano de 2024, houve lugar ao registo da liquidação do Fundo.

30. Durante o ano de 2020, na sequência do Decreto-Lei n.º 63/2020 de 7 de setembro, foi regulada a atividade e funcionamento do Banco Português de Fomento, S.A. (BPF) e aprovados os respetivos estatutos (cf. n.º 1 do art.º 1.º).

De acordo com o n.º 2 do art.º 1.º, verificou-se a fusão por incorporação da PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S. A., além de outra, na então SPGM - Sociedade de Investimento, S. A., que passou, exatamente, a denominar-se do Banco Português de Fomento, S.A.

Após esta fusão, a AICEP, que detinha uma participação na PME Investimentos de 1,14%, passou a deter uma participação de 0,278% no BPF, com o valor nominal de 595.815,84 Euros, representado por ações com valor nominal unitário de 1 euro, nos termos da al. d) do n.º 1 do art.º 4.º.

Simultaneamente, mas metodologicamente a seguir, e nos termos do n.º 2 do art.º 4.º, foi realizado um aumento de capital do BPF para 255.000.000 Euros, representado por igual número de ações, tendo nesse aumento de capital a AICEP realizado uma parcela no montante de 9.023.592 Euros, mediante a entrega espécie da sua participação de 19,41% na Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S. A. (Portugal Ventures).

Para o efeito foi realizada uma avaliação desta participação, nos termos do art.º 28.º do CSC, que atribuiu o valor de 9.022.607 Euros, correspondente, na prática, ao referido aumento de capital social no BPF.

Após estas operações, a AICEP fica titular de 3,77% do BPF, correspondente a 9.619.407 ações, com idêntico valor nominal em Euros.

A participação da AICEP na Portugal Ventures que foi transmitida ao BPF, tinha o valor contabilístico líquido de 7.705.924 Euros.

De acordo com o nº 10 da NCP 18, as ações do BPF adquiridas no aumento de capital, são valoradas pelo justo valor, que é, na prática, o valor do aumento de capital do BPF, realizando-se, então, um resultado positivo, nesse ano, de 1.317.668 Euros.

Por sua vez, adotando idêntico critério, designadamente para igualdade de tratamento e melhor compreensão das demonstrações financeiras, a participação da AICEP no BPF por efeito da fusão, é, também, registada pelo valor nominal da participação recebida.

Deste modo:

a) Participação final no BPF - 9.619.407,00 Euros – valor nominal e registo na contabilidade da AICEP

b) Participações transmitidas para o BPF:

Por efeito de fusão - 1,14% da PME Investimentos – valor contabilístico de 222.469,95 Euros

Por efeito de aumento de capital - 19,41% na Portugal Ventures – valor contabilístico, líquido de imparidade no montante de 7.705.924,00 Euros

Em 2022 houve lugar ao aumento de capital social do BPF de 250 milhões de euros para 505 milhões de euros, pelo que a AICEP ficou titular de 1,9% do BPF, correspondente às 9.619.407 ações.

Durante os anos de 2023 e 2024 foram recebidos respetivamente dividendos do BPF no montante de 74.558 Euros e 32.382 Euros.

31. Os subsídios SAMA e PRR incorporam uma componente que se destina a financiar despesas correntes (exploração) e outra componente para financiar despesas com investimento (ativos intangíveis). Em 2024 e 2025 foram contabilizados respetivamente em património líquido, na rubrica de “Outras variações no património líquido”, a crédito, 1.782.464 Euros e 311.168 Euros, pelo valor efetivamente recebido a título de subsídios ao investimento, e a débito, 406.973 Euros e 55.163 Euros, relativo ao valor do passivo por imposto diferido associado. Durante 2025 foram reconhecidos em rendimentos 1.227.083 Euros de subsídios ao investimento.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 30 de março de 2026.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Agência, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

## 2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas, relativas ao exercício de 2025 foram elaboradas no âmbito do SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Este referencial contabilístico enquadra-se na reforma da administração financeira do Estado. O ano de 2018 foi o primeiro exercício da aplicação deste novo normativo contabilístico.

De salientar a reexpressão, para efeitos comparativos, do Balanço de 2024 e da Demonstração dos Fluxos de Caixa de 2024, na reclassificação conforme se segue. Julgamos que esta reclassificação reflete uma política de contabilização mais correta. Assim apresentam-se as alterações, não tendo impacto, naturalmente, nos saldos finais:

<b>BALANÇO INDIVIDUAL</b>	<b>31 dezembro 2024</b>	<b>Reexpressão</b>	<b>31 dezembro</b>
<b>Rubricas</b>	<b>Reexpresso</b>		<b>2024</b>
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	1 094 924		1 094 924
Propriedades de investimento	36 245		36 245
Ativos intangíveis	3 792 976		3 792 976
Participações financeiras	40 974 839		40 974 839
Outros ativos financeiros	17 913 657		17 913 657
Outras contas a receber	4 800		4 800
	<u>63 817 440</u>	-	<u>63 817 440</u>
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Clientes, contribuintes e utentes	1 845		1 845
Estado e outros entes públicos	241 009		241 009
Outras contas a receber	11 261 713		11 261 713
Diferimentos	593 907		593 907
Outros ativos financeiros	125 750 000	125 750 000	-
Caixa e depósitos	29 189 380	(125 750 000)	154 939 380
	<u>167 037 854</u>	-	<u>167 037 854</u>
<b>Total do Ativo</b>	<u><b>230 855 294</b></u>	-	<u><b>230 855 294</b></u>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património/Capital	114 927 980		114 927 980
Prémios de emissão	57 950 052		57 950 052
Reservas	695 275		695 275
Resultados transitados	(62 265 133)		(62 265 133)
Ajustamentos em ativos financeiros	2 502 527		2 502 527
Excedentes de revalorização	184 326		184 326
Outras variações no Património Líquido	2 510 341		2 510 341
Resultado líquido do período	(18 640 226)		(18 640 226)
<b>Total do Património Líquido</b>	<u>97 865 141</u>	-	<u>97 865 141</u>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Provisões	4 225 171		4 225 171
Passivos por impostos diferidos	16 589		16 589
Outras contas a pagar	40 869 987		40 869 987
Diferimentos	400 000		400 000
	<u>45 511 747</u>	-	<u>45 511 747</u>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Credores por transferências e subsídios concedidos	79 951 770		79 951 770
Fornecedores	37 842		37 842
Estado e outros entes públicos	970 912		970 912
Fornecedores de investimentos	15 094		15 094
Outras contas a pagar	2 892 717		2 892 717
Diferimentos	3 703 569		3 703 569
	<u>87 571 904</u>	-	<u>87 571 904</u>
<b>Total do Passivo</b>	<u>133 083 652</u>	-	<u>133 083 652</u>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>	<u><b>230 948 793</b></u>	-	<u><b>230 948 793</b></u>

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA	31 dezembro 2024	Reexpressão	31 dezembro 2024
Rubricas	Reexpresso		
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes	11 180 705	11 000 000	180 705
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	4 670 798	(12 557 276)	17 228 074
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores	(15 447 980)		(15 447 980)
Pagamentos ao pessoal	(27 669 073)		(27 669 073)
Pagamentos a contribuintes/utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios	(10 837 133)		(10 837 133)
Pagamentos de prestações sociais			
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>(38 102 684)</b>	<b>(1 557 276)</b>	<b>(36 545 408)</b>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	(39 399)		(39 399)
Outros recebimentos / pagamentos	(2 732 478)		(2 732 478)
<b>Fluxos das atividades operacionais [a]</b>	<b>(40 874 561)</b>	<b>(1 557 276)</b>	<b>(39 317 285)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	(263 408)		(263 408)
Ativos intangíveis	(174 096)		(174 096)
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	1 101 414		1 101 414
Propriedades de investimento			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento	1 557 276	1 557 276	
Transferências de capital	-		
Juros e rendimentos similares	569 318		569 318
Dividendos	6 185 329		6 185 329
<b>Fluxos das atividades de investimento [b]</b>	<b>8 975 832</b>	<b>1 557 276</b>	<b>7 418 556</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos	11 500 000		11 500 000
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos das atividades de financiamento [c]</b>	<b>11 500 000</b>	<b>-</b>	<b>11 500 000</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes [a]+[b]+[c]</b>	<b>(20 398 729)</b>		<b>(20 398 729)</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>(4 809)</b>	<b>-</b>	<b>(4 809)</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>175 338 109</b>		<b>175 338 109</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>154 939 380</b>	<b>-</b>	<b>154 939 380</b>

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA	31 dezembro 2024	Reexpressão	31 dezembro 2024
Rubricas	Reexpresso		
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>175 338 109</b>		<b>175 338 109</b>
- Equivalentes a caixa no início do período	(153 995 815)		(153 995 815)
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa	-		-
- Variações cambiais de caixa no início do período	-		-
= Saldo de Gerência anterior	<b>21 342 294</b>		<b>21 342 294</b>
De execução orçamental	20 224 536		20 224 536
De operações de tesouraria	1 117 758		1 117 758
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>154 939 380</b>		<b>154 939 380</b>
- Equivalentes a caixa no fim do período	(125 750 000)		(125 750 000)
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a Gerência seguinte	<b>29 189 380</b>		<b>29 189 380</b>
De execução orçamental	18 437 756		18 437 756
De operações de tesouraria	10 751 624		10 751 624

Não existiram, no decorrer do exercício, casos excepcionais que implicassem a derrogação de disposições previstas pelo SNC-AP que pudessem inferir na imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### 3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Agência, de acordo com as Normas de Contabilidade Pública, integradas no SNC-AP.

#### 3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Agência espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, e de acordo com o Classificador complementar 2 – cadastro e vida útil dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, integrante do SNC-AP.

As taxas de depreciações utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de bens</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5-10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4-8
Outros ativos fixos tangíveis	4-8
Ativos intangíveis	3

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis correspondentes a terrenos, edifícios e outras construções encontram-se registados de acordo com o modelo de revalorização, correspondendo a sua quantia escriturada ao seu justo valor na data da última revalorização deduzido de amortizações e de perdas por imparidade acumuladas.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de revalorização”, exceto se o mesmo reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica “Excedentes de revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização respetivo ao ativo, incluído no capital próprio, é transferido para a rubrica “Resultados transitados”.

### 3.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos em funcionamento, deduzido de amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, e de acordo com o Classificador complementar 2.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Bem</u>	<u>Anos</u>
Projetos de desenvolvimento	3
Programas de computador	3
Outros Ativos intangíveis	3

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo intangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

### 3.4 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo. Subsequentemente, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com o custo deduzido de amortizações acumuladas.

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

As propriedades de investimento são depreciadas à taxa de 2% ao ano, de acordo com as taxas máximas legalmente fixadas no Classificador complementar 2.

Desde 2012 que a AICEP detém apenas uma propriedade de investimento, para a qual foi efetuada avaliação a 31 de dezembro de 2017 por perito externo independente. Uma vez que não existiram grandes variações no mercado imobiliário, em 2025 manteve-se a mesma avaliação, não se verificando qualquer imparidade.

As restantes propriedades anteriormente classificadas como propriedades de investimento foram, em 2012, reclassificadas para ativos fixos tangíveis, em virtude de terem passado a ser utilizadas pela AICEP para fins administrativos, tendo sido mantidas ao valor contabilístico à data da reclassificação, não se tendo verificado qualquer perda por imparidade.

### 3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Agência e propriedades de investimento, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações e amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

### 3.6 Participações financeiras em subsidiárias e outras participações financeiras

#### Participações financeiras em subsidiárias

As participações em subsidiárias são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Entidade nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Agência incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

À data de 31 de dezembro de 2025 a AICEP apenas detém uma participação numa entidade subsidiária - AICEP Global Parques, SA.

As contas da AICEP Global Parques – Gestão de Parques Empresariais, S.A. (inicialmente designada por Isósceles – Compra e Venda e Exploração de Imóveis, S.A. e depois API Parques – Gestão de Parques Empresariais, S.A.) foram tratadas segundo o método de equivalência patrimonial nas contas individuais e serão tratadas de acordo com o método de consolidação integral nas contas consolidadas.

#### Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

A AICEP detinha em 31 de dezembro de 2025, 9.619.407 ações do Banco Português de Fomento, SA, correspondendo a uma percentagem de 1,9%.

A AICEP, em 31 de dezembro de 2025, além de participar no capital do Banco Português de Fomento, S.A., detinha Unidades de Participação (UP's) em quatro Fundos de Capital de Risco e num fundo autónomo vocacionado para a criação ou reforço de instrumentos de financiamento de empresas, em particular, no que se refere às pequenas e médias empresas (PME) e aos projetos com maior grau de inovação (FINOVA). Esta participação passou a estar evidenciada nas contas da AICEP, a partir de 2018, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no ativo do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta "Outros credores". Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo.

A valoração das participações de Fundos de Capital de Risco da AICEP teve em consideração a política de valoração da carteira da AICEP Capital Global – Sociedade de Capital de Risco, SA, (entretanto extinta por fusão na Portugal Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.), conforme previsto no Regulamento da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 12/2005 de 9 de dezembro, bem como o Regulamento da CMVM n.º 1/2008 de 7 de março. Esta política contabilística de valoração dos investimentos é diferente da utilizada pela AICEP, dado que esta não considera os ajustamentos de valor acima do valor de aquisição.

Estas participações financeiras são constituídas essencialmente por unidades de participação em fundos de investimento, que são mensuradas ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas, sendo reforçada ou reduzida a

imparidade de acordo com a comparação entre os valores das unidades de participação e os respetivos custos de aquisição, conforme segue:

- i. FCR Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento (GPI) – Participação de 78,22%, registada ao custo de aquisição pelo montante de 55.641.430 Euros. Durante o exercício de 2013 a participação foi aumentada em 1,31%, devido ao processo de fusão do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures II e do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures III por incorporação no FCR PV GPI. Em 2015, em resultado da cisão mencionada na Nota introdutória ponto 25, a participação financeira foi reduzida para 39.762.435 Euros. Após vários anos de reduções de capital, durante o ano de 2024 houve lugar à dissolução e liquidação do Fundo, tendo sido entregue à AICEP o montante de 1.101.414 Euros.
- ii. FCR Portugal Ventures Internacionalização – Participação de 8,55%, registada ao custo de aquisição pelo montante de 4.000.000 Euros. Este fundo foi constituído em 18 de abril de 2011, encontrando-se no final de 2013 realizado apenas 33,5% do capital. Em 2025, este fundo efetuou uma redução de capital, tendo devolvido o montante de 25.648 Euros, pelo que o seu valor de aquisição passou a 1.117.606 Euros. Em 2025 registou-se uma reversão da imparidade deste fundo no montante de 13.043 Euros, passando o valor acumulado da imparidade no final do ano para o montante de 910.380 Euros.
- iii. FCR Portugal Ventures Grow and Expand – Participação de 78,69%, registada ao custo de aquisição pelo montante de 23.380.119 Euros, em resultado na cisão mencionada na Nota introdutória ponto 25. Em 2025, este fundo efetuou uma redução de capital, tendo devolvido o montante de 1.611.765 Euros, pelo que o seu valor de aquisição passou a 21.794.001 Euros, passando a participação da AICEP, em 2025, de 78,69% para 79,83. Verificou-se no exercício de 2025 uma redução da imparidade deste fundo no montante de 5.319.190 Euros, derivado essencialmente com uma venda, em 2026, de uma empresa em carteira, que, com base na informação disponível à data de fecho, a AICEP registou o ajustamento de justo valor positivo, sendo o valor acumulado da imparidade no final do ano de 7.198.102 Euros.
- iv. FINOVA – Ao abrigo do Eixo III - Financiamento e Partilha do Risco da Inovação - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha do Risco da Inovação (SAFPRI), o Compete transferiu em 2010 para a AICEP a verba de 3.032.356 Euros consignada à realização de capital do Fundo de Apoio à Inovação (FINOVA), tendo transferido nova verba de 4.122.298 Euros em 2015, totalizando 7.154.655 Euros que corresponde a 0,7% do capital do fundo. Face à redução de capital concretizada em 2016, o valor desta participação corresponde no final do ano a 6.821.000 Euros, realizada na totalidade. Por se tratar de uma operação neutra do ponto de vista patrimonial, a AICEP não evidenciava até 2017 esta participação no seu balanço. Contudo, aproveitando a passagem do normativo contabilístico SNC para SNC-AP, entendeu o Conselho de Administração passar a evidenciar a participação nas suas contas, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no ativo do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta “Outros credores”. Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo.
- v. Banco Português de Fomento, SA – Participação direta de 3,77%, registada ao custo de aquisição pelo montante de 9.619.407 Euros. Em 2020, no âmbito da criação do Banco através do Decreto-Lei n.º 63/2020 de 7 de setembro, a AICEP passou a deter 9.619.407 ações representativas de 3,77% do capital social do

Banco Português de Fomento, através da incorporação no Banco, da percentagem detida na PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S. A e pela entrada em espécie mediante transmissão para o BPF da participação social detida pela AICEP na Portugal Capital Ventures (cf. ponto 30 da Nota Introdutória). Desde 2022, com o aumento de capital do BPF, a participação da AICEP passou a ser de 1,9%. Não foram identificadas situações que colocassem em causa o valor de aquisição.

Nos Fundos (FCR's) referidos nos parágrafos anteriores, a política de valoração das respetivas carteiras (participações sociais ou ativos equiparáveis) é conforme o regime previsto no Regulamento da CMVM n.º 1/2005 (são registados nas respetivas contas os ajustamentos de justo valor positivos acima do valor de aquisição). Passou a ser aplicado, desde 2008, o procedimento, em que não são incluídos os ajustamentos de justo valor positivo no cálculo da valoração dos fundos, uma vez que esta metodologia não é consistente com as políticas contabilísticas utilizadas pela AICEP, custo menos perdas por imparidade.

### 3.7 Outros ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados de acordo com o critério do custo:

- **Clientes e outras contas a receber** - Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo/valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

- **Caixa e depósitos** - Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, sendo estes ativos mensurados ao custo.

- **Fornecedores e outras contas a pagar** - Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo. As dívidas a pagar não vencem juros e encontram-se registadas pelo valor nominal.

- **Investimentos financeiros** – estão considerados nesta rubrica, como ativo não corrente, participações financeiras em fundos de capital de risco e outras entidades, conforme nota 7.

### Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros mensurados ao custo são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”.

### **Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A Agência desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Agência desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### **3.8 Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- a) O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- b) É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- c) Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- d) A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente de juros e dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito da Entidade a receber o correspondente montante.

### **3.9 Julgamentos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a Agência continuará a operar no futuro previsível, assumindo-se que não existe nem intenção nem necessidade de alterar de forma substancial a sua atividade ou níveis operacionais.

### 3.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, sendo nestes casos registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Agência. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

### 3.11 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Agência) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

Para a conversão para euros dos itens monetários denominados em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2025, foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio, cuja fonte foi o divulgado pelo Banco Central Europeu:

Moeda	Sigla	Câmbio	Moeda	Sigla	Câmbio
DIRHAM DOS E.A.U.	AED	0,23189	WON DA COREIA DO SUL	KRW	0,00059
KWANZA ANGOLANA	AON	0,00093	DIRHAMMARROQUINO	MAD	0,09474
PESO ARGENTINO	ARS	0,00059	PATACA DE MACAU	MOP	0,10638
DÓLAR AUSTRALIANO	AUD	0,57117	PESO MEXICANO	MXN	0,04756
REAL BRASILEIRO	BRL	0,15688	METICAL NOVO MOÇAMBICANO	MTN	0,01347
DÓLAR CANADIANO	CAD	0,62123	RINGGIT DA MALÁSIA	MYR	0,21045
FRANCO SUIÇO	CHF	1,07573	COROA NORUEGUESA	NOK	0,08476
PESO CHILENO	CLP	0,00095	ZLOTY DA POLÓNIA	PLN	0,23740
YUAN RENMIMBI DA CHINA	CNY	0,12199	NOVO LEU DA ROMÉNIA	RON	0,19648
PESO COLOMBIANO	COP	0,00023	RUBLO RUSSO	RUR	0,01083
ESCUDO CABO VERDIANO	CVE	0,00907	RIAL SAUDITA	SAR	0,22722
COROA CHECA	CZK	0,04136	COROA SUECA	SEK	0,09252
COROA DINAMARQUESA	DKK	0,13388	SINGAPURA DÓLAR	SGD	0,66326
DINAR ARGELINO	DZD	0,00659	DOBRA DE SÃO TOMÉ	STN	0,04079
LIBRA ESTERLINA	GBP	1,14692	BAHT DA TAILÂNDIA	THB	0,02718
DÓLAR DE HONG KONG	HKD	0,10949	DINARTUNISINO	TND	0,29478
FORINT DA HUNGRIA	HUF	0,00261	LIRA TURCA	TRY	0,01983
NOVO SHEKEL ISRAELITO	NIS	0,26872	DÓLAR DOS E.U.A.	USD	0,85317
RUPÍA INDIANA	INR	0,00946	RAND DA ÁFRICA DO SUL	ZAR	0,05166
IENE DO JAPÃO	JPY	0,00544			

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

### 3.12 Provisões

As provisões são registadas quando a AICEP tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.13 Especialização de exercícios

A Agência regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

### 3.14 Acontecimentos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

#### 4. Informação por segmentos operacionais

##### Política Contabilística Aplicada

Em conformidade com a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 25 – Relato por Segmentos, a AICEP procede à divulgação de informação por segmentos operacionais, refletindo a estrutura interna de gestão e a forma como a atividade é monitorizada e gerida pelo Conselho de Administração da Agência.

A apresentação da informação segmentada visa reforçar a transparência e a utilidade do relato financeiro, permitindo evidenciar o desempenho das diferentes áreas geográficas em que a Agência desenvolve a sua missão institucional. Esta abordagem possibilita uma análise mais detalhada das despesas associados a cada região, conferindo maior transparência à forma como os recursos são alocados e geridos nos diferentes contextos geográficos em que a AICEP intervém.

A afetação de rendimentos, gastos, ativos e passivos por segmento é efetuada com base na localização da unidade operacional que gera ou suporta a atividade, sendo utilizados critérios objetivos e sistematizados de imputação sempre que não exista uma afetação direta.

##### Segmentação Geográfica da Atividade

A atividade da AICEP encontra-se estruturada em cinco grandes áreas geográficas, que constituem os segmentos operacionais reportados. Estes segmentos são definidos com base em fatores como a localização dos mercados de atuação, a estrutura da rede externa da Agência e as especificidades económicas, culturais e institucionais de cada região.

###### Portugal

Este segmento agrega todas as atividades desenvolvidas em território nacional, compreendendo a atuação da sede e dos serviços centrais da AICEP. Inclui a coordenação institucional, o apoio direto às empresas e demais entidades do tecido empresarial, o desenvolvimento e execução de programas públicos de incentivo e promoção, a articulação com entidades do sistema económico nacional, bem como a gestão administrativa/patrimonial, financeira e jurídica.

###### Europa (excluindo Portugal)

Refere-se à atuação nos restantes países europeus onde a AICEP mantém presença através da sua rede externa. Este segmento é particularmente relevante na promoção das exportações portuguesas, no acompanhamento de empresas nacionais em mercados europeus e na captação de investimento direto estrangeiro oriundo da União Europeia e de países terceiros do continente.

###### América

A atividade da AICEP neste segmento incide na dinamização de oportunidades de negócio, na identificação de parcerias estratégicas e na promoção da imagem de Portugal como destino atrativo para investimento, incluindo tanto economias desenvolvidas como emergentes

###### África

Inclui os países africanos onde a AICEP desenvolve atividade, com enfoque especial nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), mas também noutras geografias com crescente relevância económica. Este segmento

combina uma componente institucional com objetivos de natureza económica, estando alinhado com a política de cooperação externa e com a diplomacia económica portuguesa.

## Ásia

Engloba os mercados asiáticos em que a AICEP está representada, com destaque para economias de forte crescimento e relevância estratégica, como China, Japão, Coreia do Sul, Índia, Singapura e Emirados Árabes Unidos. A atuação neste segmento privilegia a atração de investimento de base tecnológica e industrial, bem como a identificação de oportunidades para a internacionalização de setores inovadores da economia portuguesa.

É preocupação constante do Conselho de Administração a monitorização da rede externa da Agência e o ajustamento da presença nos mercados de estruturas da AICEP, sempre que o negócio internacional e as dinâmicas institucionais e de políticas públicas o justifiquem. De referir que a rede externa é um dos mais significativos ativos da organização, sendo fundamental para assegurar o cumprimento da missão da Agência de captação de investimento estrangeiro e de internacionalização das empresas portuguesas.

Da análise dos valores apresentados, importa referir que os gastos na Ásia estão inflacionados, pelo facto de decorrer em 2025 a exposição internacional em Osaka. No que respeita ao peso por continente, a Europa assume um valor determinante, em linha com a importância que este mercado ocupa na balança comercial com exterior de Portugal.

2025

Informação por segmentos 2025 Demonstração de Resultados	Portugal	Rede Externa				Total
		Europa	África	América	Ásia	
Vendas					232 406	232 406
Prestação de serviços	11 001 400					11 001 400
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	25 413 492					25 413 492
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empr. conjuntos	7 997 711					7 997 711
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas					-45 601	-45 601
Fornecimentos e serviços externos	-5 001 819	-1 489 829	-232 999	-569 542	-10 236 481	-17 530 670
Gastos com o pessoal	-17 089 847	-4 760 327	-1 122 721	-1 924 735	-2 153 440	-27 051 070
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	31 956					31 956
Provisões (aumentos/reduções)	-267 971	-55 533	-109 257			-432 761
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	5 322 234					5 322 234
Outros rendimentos	1 477 319	118 608	7 191	3 307	1 785 671	3 392 096
Outros gastos	-3 827 587	-7 807	-146	-9 282	-26 012	-3 870 833
<b>Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>25 056 887</b>	<b>-6 194 888</b>	<b>-1 457 932</b>	<b>-2 500 251</b>	<b>-10 443 457</b>	<b>4 460 359</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1 703 055	-21 255	-21 164	-5 005	-17 993	-1 768 473
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>	<b>23 353 832</b>	<b>-6 216 143</b>	<b>-1 479 096</b>	<b>-2 505 257</b>	<b>-10 461 451</b>	<b>2 691 886</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	36 182	135			8	36 326
Juros e gastos similares suportados	-44 252	-7 942	-3 454	-2 801	-1 108	-59 557
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>23 345 762</b>	<b>-6 223 950</b>	<b>-1 482 550</b>	<b>-2 508 058</b>	<b>-10 462 550</b>	<b>2 668 654</b>
Imposto sobre o rendimento	-124 467					-124 467
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>23 221 295</b>	<b>-6 223 950</b>	<b>-1 482 550</b>	<b>-2 508 058</b>	<b>-10 462 550</b>	<b>2 544 188</b>

Informação por segmentos 2025 Ativos e Passivos	Portugal	Rede Externa				Total
		Europa	África	América	Ásia	
<b>ATIVO</b>						
Ativos Tangíveis, Intangíveis e Propriedades de Investimento	3 636 276	20 482	46 837	8 148	26 243	3 737 985
Outros Ativos Não Correntes e Participações Financeiras	63 771 687					63 771 687
Devedores	15 480 103					15 480 103
Diferimentos	695 606					695 606
Disponibilidades e Outros Ativos Financeiros	122 319 101	375 161	75 921	131 965	220 993	123 123 141
<b>Total do Ativo</b>	<b>205 902 773</b>	<b>395 643</b>	<b>122 757</b>	<b>140 113</b>	<b>247 236</b>	<b>206 808 522</b>
<b>PASSIVO</b>						
Provisões	3 160 772	55 533	109 257			3 325 563
Credores	99 703 669	10 121	8 462	661	351	99 723 263
Diferimentos	4 103 569					4 103 569
<b>Total do Passivo</b>	<b>106 968 010</b>	<b>65 654</b>	<b>117 720</b>	<b>661</b>	<b>351</b>	<b>107 152 395</b>

2024

Informação por segmentos 2024 Demonstração de Resultados	Portugal	Rede Externa				Total
		Europa	África	América	Ásia	
Prestação de serviços	11 001 275					11 001 275
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	4 319 475					4 319 475
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empr. conjuntos	7 178 976					7 178 976
Fornecimentos e serviços externos	-5 267 453	-1 506 920	-8 303 674	-581 373	-150 603	-15 810 022
Gastos com o pessoal	-16 459 537	-5 134 903	-1 696 218	-1 858 533	-1 141 792	-26 290 983
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	2 564					2 564
Provisões (aumentos/reduções)	246 894					246 894
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	2 951					2 951
Outros rendimentos	1 886 908	99 988	1 302	18 575	5 482	2 012 255
Outros gastos	-195 847	-10 754	-9 284	-14 060	-466	-230 412
<b>Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>2 716 204</b>	<b>-6 552 588</b>	<b>-10 007 874</b>	<b>-2 435 391</b>	<b>-1 287 379</b>	<b>-17 567 028</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1 741 561	-29 784	-9 471	-8 855	-10 001	-1 799 672
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>	<b>974 643</b>	<b>-6 582 372</b>	<b>-10 017 346</b>	<b>-2 444 246</b>	<b>-1 297 380</b>	<b>-19 366 700</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	789 335	402			19	789 757
Juros e gastos similares suportados	-47 057	-8 257	-937	-3 208	-3 823	-63 282
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>1 716 921</b>	<b>-6 590 226</b>	<b>-10 018 283</b>	<b>-2 447 454</b>	<b>-1 301 184</b>	<b>-18 640 226</b>
Imposto sobre o rendimento	-93 499					-93 499
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>1 623 422</b>	<b>-6 590 226</b>	<b>-10 018 283</b>	<b>-2 447 454</b>	<b>-1 301 184</b>	<b>-18 733 725</b>

Informação por segmentos 2024 Ativos e Passivos	Portugal	Rede Externa				Total
		Europa	África	América	Ásia	
<b>ATIVO</b>						
Ativos Tangíveis, Intangíveis e Propriedades de Investimento	4 783 259	27 907	42 251	7 235	63 493	4 924 144
Outros Ativos Não Correntes e Participações Financeiras	58 888 495					58 888 495
Devedores	11 509 368					11 509 368
Diferimentos	593 907					593 907
Disponibilidades e Outros Ativos Financeiros	154 378 231	209 081	101 504	162 879	87 686	154 939 380
<b>Total do Ativo</b>	<b>230 153 259</b>	<b>236 988</b>	<b>143 755</b>	<b>170 113</b>	<b>151 178</b>	<b>230 855 294</b>
<b>PASSIVO</b>						
Provisões	4 085 382	49 126	90 664			4 225 171
Credores	124 738 668	16 243				124 754 912
Diferimentos	4 103 569					4 103 569
<b>Total do Passivo</b>	<b>132 927 619</b>	<b>65 369</b>	<b>90 664</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>133 083 652</b>

## 5. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, consideram-se caixa e seus equivalentes, numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 detalham-se conforme segue:

	2025	2024 Reexpresso
Caixa	6 440	12 105
Depósitos à ordem		
Depósitos à ordem no Tesouro	22 727 593	28 578 220
Depósitos bancários à ordem	889 107	599 055
Outros ativos financeiros (CEDICs)	99 500 000	125 750 000
	<u>123 123 140</u>	<u>154 939 379</u>

Conforme Nota introdutória ponto 18 e nota 11, as rubricas de depósitos bancários e outros ativos financeiros incluem o montante de 75.796.243 Euros que não se encontra disponível para uso da Agência, uma vez que, no âmbito da função da AICEP de gestão de incentivos, trata-se de montantes já recebidos dos promotores a título de reembolso ou devolução a devolver ao gestor dos fundos.

## 6. Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis

### 6.1 Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2025						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construção	Equipam. Básico	Equipam. de Transporte	Equipam. Administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<b>Ativos</b>							
Saldo inicial	229 430	1 238 099	324 369	793 873	4 768 966	647 004	8 001 742
Aquisições	-	3 260	3 395	-	131 660	6 157	144 473
Alienações	-	-	-	(41 245)	(1 904)	-	(43 149)
Abates	-	-	(64 183)	(284)	(1 195 330)	(59 756)	(1 319 553)
Saldo final	<u>229 430</u>	<u>1 241 359</u>	<u>263 581</u>	<u>752 344</u>	<u>3 703 392</u>	<u>593 405</u>	<u>6 783 512</u>
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>							
Saldo inicial	-	794 503	280 201	567 341	4 663 359	601 414	6 906 818
Depreciações do exercício	-	53 876	20 418	63 283	94 675	12 913	245 164
Alienações	-	-	-	(41 245)	(1 904)	-	(43 149)
Abates	-	-	(64 183)	(284)	(1 195 330)	(59 437)	(1 319 234)
Saldo final	<u>-</u>	<u>848 379</u>	<u>236 436</u>	<u>589 095</u>	<u>3 560 800</u>	<u>554 890</u>	<u>5 789 599</u>
<b>Ativos líquidos</b>	<u>229 430</u>	<u>392 980</u>	<u>27 145</u>	<u>163 249</u>	<u>142 592</u>	<u>38 515</u>	<u>993 913</u>

**2024**

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. Básico	Equipam. de Transporte	Equipam. Administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<b>Ativos</b>							
Saldo inicial	229 430	1 238 099	326 220	569 989	5 278 502	651 842	8 294 082
Aquisições	-	-	1 785	223 884	33 095	1 442	260 206
Alienações	-	-	-	-	(325 831)	-	(325 831)
Abates	-	-	(3 636)	-	(216 800)	(6 280)	(226 716)
Saldo final	229 430	1 238 099	324 369	793 873	4 768 966	647 004	8 001 742
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>							
Saldo inicial	-	740 736	262 968	542 974	5 099 455	596 451	7 242 584
Depreciações do exercício	-	53 767	20 869	24 367	106 535	11 243	216 781
Alienações	-	-	-	-	(325 831)	-	(325 831)
Abates	-	-	(3 636)	-	(216 800)	(6 280)	(226 717)
Saldo final	-	794 503	280 201	567 341	4 663 359	601 414	6 906 818
<b>Ativos líquidos</b>	229 430	443 596	44 168	226 532	105 607	45 590	1 094 924

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas dos bens, e de acordo com o estabelecido no Classificador complementar 2.

As depreciações do exercício, no montante de 245.164 Euros (216.781 Euros em 2024), foram registadas nas rubricas de gastos de depreciação e amortização.

O detalhe dos custos históricos de aquisição dos terrenos e edifícios e os correspondentes valores de revalorização em 31 de dezembro de 2025, é o seguinte (cf. nota 13):

	2025			2024		
	Custo histórico	Excedente revalorização	Valor revalorizado	Custo histórico	Excedente revalorização	Valor revalorizado
Terrenos e recursos naturais	108 483	120 946	229 430	108 483	120 946	229 429
Edifícios e outras construções	325 450	362 839	688 289	325 450	362 839	688 289
	433 933	483 785	917 718	433 933	483 785	917 718

Em 31 de dezembro de 2025 a Agência não detinha quaisquer ativos fixos tangíveis escriturados com restrição de titularidade.

## 6.2 Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, foi o seguinte:

### 2025

	Quantia Escriturada Inicial	Variações no período			Quantia Escriturada Final
		Adições	Amortizações do Período	Diminuições	
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>					
Outros	2 316 635	-	(1 522 128)	-	794 507
Ativos intangíveis em curso	1 476 341	438 160	-	-	1 914 502
<b>Total</b>	<b>3 792 976</b>	<b>438 160</b>	<b>(1 522 128)</b>	<b>-</b>	<b>2 709 009</b>

### 2024

	Quantia Escriturada Inicial	Variações no período			Quantia Escriturada Final
		Adições	Amortizações do Período	Diminuições	
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>					
Outros	3 898 344	-	(1 581 709)	-	2 316 635
Ativos intangíveis em curso	1 298 197	178 144	-	-	1 476 341
<b>Total</b>	<b>5 196 541</b>	<b>178 144</b>	<b>(1 581 709)</b>	<b>-</b>	<b>3 792 976</b>

Os ativos intangíveis correspondem a despesas com o processo de transformação digital da Agência, incluído nos Plano Estratégico da AICEP para o triénio de 2017-2019 e de 2020-2022, nomeadamente o desenvolvimento de portais com ferramentas de apoio aos clientes da Agência na área do negócio internacional e do investimento. Estes ativos são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas dos bens, e de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, Classificador complementar 2.

O valor desta rubrica diz respeito a onze projetos de investimento concluídos do SAMA/PT 2020 e cinco ainda em curso, no âmbito do PRR.

## 7. Propriedades de Investimento

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, foi o seguinte:

### 2025

	Quantia Líquida Escriturada Inicial	Variações (modelo do Depreciações do Período	Quantia Líquida Escriturada Final	Gastos do período	Rendimentos do Período	
					Rendas	Outros
<b>Propriedades de Investimento</b>						
Terrenos e recursos naturais	19 698	-	19 698	-	-	-
Edifícios e outras construções	16 547	(1 182)	15 365	2 991	18 560	2 331
<b>Total</b>	<b>36 245</b>	<b>(1 182)</b>	<b>35 063</b>	<b>2 991</b>	<b>18 560</b>	<b>2 331</b>

**2024**

	Quantia Líquida Escriturada Inicial	Variações (modelo do	Quantia Líquida Escriturada Final	Gastos do período	Rendimentos do Período	
		Depreciações do Período			Rendas	Outros
<b>Propriedades de Investimento</b>						
Terrenos e recursos naturais	19 698	-	19 698	-	-	-
Edifícios e outras construções	17 729	(1 182)	16 547	2 991	18 200	2 331
<b>Total</b>	<b>37 427</b>	<b>(1 182)</b>	<b>36 245</b>	<b>2 991</b>	<b>18 200</b>	<b>2 331</b>

As propriedades de investimento são depreciadas de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas dos bens.

As depreciações do exercício, no montante de 1.182 Euros (1.182 Euros em 2024), foram registadas nas rubricas de gastos de depreciação e amortização.

O detalhe dos custos históricos de aquisição das propriedades de investimento e correspondentes valores de revalorização em 31 de dezembro de 2025 é o seguinte (cf. nota 13):

	2025			2024		
	Custo histórico	Excedente revalorização	Valor revalorizado	Custo histórico	Excedente revalorização	Valor revalorizado
Terrenos e recursos naturais	17 588	2 111	19 698	17 588	2 111	19 698
Edifícios e outras construções	52 763	6 332	59 094	52 763	6 332	59 094
	70 350	8 442	78 793	70 350	8 442	78 793

O detalhe da propriedade de investimento registada em 31 de dezembro de 2025 é conforme segue:

	2025	
	Montante registado	Justo valor
<b>Arrendadas:</b>		
Av. da Liberdade, Lisboa (9º piso)	35 063	390 000
	<u>35 063</u>	<u>390 000</u>

O justo valor da propriedade de investimento foi determinado através de avaliação reportada à data de 31 de dezembro de 2017. Uma vez que a evolução dos preços no mercado imobiliário foi positiva, e seguindo um critério de prudência, a AICEP optou por, em 2025, manter a avaliação considerada àquela data, não se verificando qualquer imparidade.

Tal justo valor foi determinado por uma entidade especializada independente, que possui uma qualificação profissional reconhecida e relevante e que tem experiência na localização e tipologia das propriedades de investimento em questão.

## 8. Participações Financeiras

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras”, incluindo as respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte (cf. Nota Introdutória ponto 22):

<b>2025</b>			
	Método da equiv. patrimonial	Método do Custo	Total
<b>Participações financeiras / Outros ativos financeiros</b>			
Saldo inicial	31 355 432	41 007 485	72 362 916
Método da equiv. Patrimonial	7 992 750	-	7 992 750
Dividendos	(6 820 027)	-	(6 820 027)
Redução de capital	-	(1 611 765)	(1 611 765)
Saldo final	<u>32 528 155</u>	<u>39 395 720</u>	<u>71 923 874</u>
<b>Perdas por imparidade</b>			
Saldo inicial	-	13 474 421	13 474 421
Perdas por imparidade do exercício	-	(5 322 234)	(5 322 234)
Saldo final	-	<u>8 152 187</u>	<u>8 152 187</u>
<b>Ativos líquidos</b>	<u>32 528 155</u>	<u>31 243 533</u>	<u>63 771 687</u>
<b>2024</b>			
	Método da equiv. patrimonial	Método do Custo	Total
<b>Participações financeiras / Outros ativos financeiros</b>			
Saldo inicial	30 342 459	50 732 842	81 075 301
Método da equiv. Patrimonial	7 174 015	-	7 174 015
Dividendos	(6 161 042)	-	(6 161 042)
Redução de capital	-	(9 725 357)	(9 725 357)
Saldo final	<u>31 355 432</u>	<u>41 007 485</u>	<u>72 362 917</u>
<b>Perdas por imparidade</b>			
Saldo inicial	-	22 089 719	22 089 719
Perdas por imparidade do exercício	-	(8 615 298)	(8 615 298)
Saldo final	-	<u>13 474 421</u>	<u>13 474 421</u>
<b>Ativos líquidos</b>	<u>31 355 432</u>	<u>27 533 064</u>	<u>58 888 496</u>

O valor de 63.771.687 Euros, no final de 2025, a título de participações financeiras, está evidenciado no balanço, no ativo não corrente, nas rubricas de participações financeiras e outros ativos financeiros, pelos montantes de 42.147.562 Euros e 21.624.126 Euros, respetivamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nos valores na coluna de “Método de equivalência patrimonial”, o aumento de 7.992.750 Euros resulta da valoração dos investimentos financeiros da participada AICEP Global Parques, em consequência da aplicação do método de equivalência patrimonial.

A redução de 6.820.027 Euros resulta da distribuição de dividendos pela AICEP Global Parques, SA.

O montante na rubrica de redução de capital resulta das reduções no capital do Fundo Portugal Ventures Grow and Expand no valor de 1.586.117 Euros e no Fundo Portugal Ventures Internacionalização, no montante de 25.648 Euros. Destaque para os 5.322.234 Euros relacionados com a reversão das imparidades dos fundos de capital de risco, nomeadamente do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grow and Expand, cuja redução em 5,3 milhões de Euros ocorreu na sequência da venda de uma empresa em carteira, que, apesar ser vendida em 2026, à presente data já se conhece o valor. A este propósito remete-se para o mencionado na nota 3.6.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Agência evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, sendo a percentagem indicada correspondente à grandeza do interesse:

2025									
	Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
<b>Subsidiárias:</b>									
AICEP Global Parques	Setúbal	51 189 505	15 516 817	35 672 688	34 422 392	8 770 859	91,19%	7 997 711	7 992 750
								<u>7 997 711</u>	<u>7 992 750</u>

2024									
	Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
<b>Subsidiárias:</b>									
AICEP Global Parques	Setúbal	51 116 142	16 729 545	34 386 597	27 339 391	7 872 976	91,19%	7 178 973	7 174 015
								<u>7 178 973</u>	<u>7 174 015</u>

Conforme referido na nota 3.6 os investimentos em subsidiárias são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe das outras participações incluindo as respetivas perdas por imparidade, é o seguinte:

	2025				2024			
	% Participação	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	% Participação	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
<b>Outras Participações</b>								
<b>Sociedades:</b>								
Banco Português de Fomento	1,90%	9 619 407	-	9 619 407	1,90%	9 619 407	-	9 619 407
Spidouro - Soc. Prom. Emp. e Inv. do Douro e T.-os-M.	2,49%	22 446	(22 446)	-	2,49%	22 446	(22 446)	-
Vitrocristal - Estudos e Proj. de Apoio à Cristalaria, AC	4,00%	499	(499)	-	4,00%	499	(499)	-
		<u>9 642 352</u>	<u>(22 945)</u>	<u>9 619 407</u>		<u>9 642 352</u>	<u>(22 945)</u>	<u>9 619 407</u>
<b>Centros/Associações</b>								
CITEVE - Centro Tec. das Ind. Têxtil e Vest. Portugal	n/a	2 993	(2 993)	-	n/a	2 993	(2 993)	-
Club Financiero de Vigo	n/a	17 768	(17 768)	-	n/a	17 768	(17 768)	-
		<u>20 761</u>	<u>(20 761)</u>	<u>-</u>		<u>20 761</u>	<u>(20 761)</u>	<u>-</u>
		<u>9 663 112</u>	<u>(43 705)</u>	<u>9 619 407</u>		<u>9 663 112</u>	<u>(43 705)</u>	<u>9 619 407</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe dos outros ativos financeiros incluindo as respetivas perdas por imparidade, é o seguinte:

	2025				2024			
	% Participação	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	% Participação	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
<b>Outros Ativos Financeiros</b>								
<b>Unidades de participação em fundos de investimento:</b>								
FCR Portugal Ventures Internacionalização	8,55%	1 117 606	(910 380)	207 226	8,55%	1 143 254	(923 423)	219 831
FCR Portugal Ventures Grow and Expand	79,83%	21 794 001	(7 198 102)	14 595 899	78,69%	23 380 119	(12 507 293)	10 872 826
FINOVA	0,70%	6 821 000	-	6 821 000	0,70%	6 821 000	-	6 821 000
		<u>29 732 608</u>	<u>(8 108 482)</u>	<u>21 624 126</u>		<u>31 344 372</u>	<u>(13 430 716)</u>	<u>17 913 657</u>

A participação da AICEP no FCR Portugal Ventures Grow and Expand passou, em 2025, de 78,69% para 79,83%, na sequência da redução de capital ocorrida a 17 de junho de 2025.

O montante de 6.821.000 Euros refere-se à participação no FINOVA. Apesar de a AICEP deter a participação desde 2012, considera, no entanto, que não tem qualquer intervenção nesta participação, pois foi meramente um veículo para a aquisição da participação, por orientações do Compete. Por se tratar de uma operação neutra do ponto de vista patrimonial, a AICEP não evidenciava até 2017 esta participação no seu balanço. Contudo, aproveitando a passagem do normativo contabilístico SNC para SNC-AP, entendeu o Conselho de Administração passar a evidenciar a participação nas suas contas, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no ativo do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta de outros credores. Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo.

## 9. Imparidade de Ativos

A este propósito ver o mencionado nas notas 8 e 11, relativamente à imparidade das participações financeiras e de outros créditos a receber, respetivamente.

## 10. Impostos sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham existido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Agência dos anos de 2021 a 2025 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Agência entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é detalhado conforme segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Resultado antes impostos	2 668 654	(18 640 226)
<i>Taxa nominal de imposto</i>	<i>20,50%</i>	<i>22,50%</i>
<i>Imposto teórico calculado</i>	<i>547 074</i>	<i>(4 194 051)</i>
Gastos não aceites fiscalmente	7 033 933	15 939 691
Rendimentos não tributáveis	(23 514 585)	(22 367 745)
Lucro tributável / Prejuízo fiscal	(13 811 997)	(25 068 280)
Tributação Autónoma	125 268	94 164
Imposto sobre o rendimento corrente	125 268	94 164
Imposto sobre o rendimento diferido	(801)	(665)
Imposto sobre o rendimento	124 467	93 499
<b>Taxa efetiva de imposto</b>	<b>4,7%</b>	<b>-0,5%</b>

Conforme se pode verificar acima, o imposto registado decorre essencialmente do cálculo do imposto sobre o rendimento corrente.

Em 31 de dezembro de 2025 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 87.932.493 Euros, ficando assim este montante para utilizar, sendo que a data-limite de utilização é conforme segue:

	<b>Montante</b>	<b>Data</b>
Gerados em 2016	983 673	Sem limitação temporal
Gerados em 2017	2 506 262	Sem limitação temporal
Gerados em 2018	2 606 752	Sem limitação temporal
Gerados em 2019	2 666 896	Sem limitação temporal
Gerados em 2020	1 807 117	Sem limitação temporal
Gerados em 2021	351 153	Sem limitação temporal
Gerados em 2022	32 746 354	Sem limitação temporal
Gerados em 2023	19 196 006	Sem limitação temporal
Gerados em 2024	25 068 280	Sem limitação temporal
	<b>87 932 493</b>	

### Impostos diferidos

O detalhe dos passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	Passivos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Reserva de reavaliação - amortizações não aceites	15 788	16 589
	<b>15 788</b>	<b>16 589</b>

Conforme referido na Nota introdutória ponto 31 e na nota 13, no final de 2025 estão registados 540.498 Euros, em Outras variações no Património Líquido, referentes ao valor do passivo por imposto diferido associado a subsídios, conforme segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	Passivos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Passivos por impostos diferidos - Subsídios	540 498	728 809
	<u>540 498</u>	<u>728 809</u>

De notar que o passivo pelo efeito fiscal diferido dos subsídios ao investimento se encontra reconhecido na rubrica de Outras contas a pagar.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, existiam ainda as seguintes diferenças temporárias dedutíveis relativamente às quais não foi reconhecido qualquer ativo por impostos diferidos por não existirem expectativas razoáveis quanto à geração de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Prejuízos fiscais reportáveis	17 776 128	12 762 472
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:		
Participações financeiras	1 671 198	2 897 001
	<u>19 447 326</u>	<u>15 659 473</u>

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi como segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	Passivos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	16 589	17 254
Reserva de reavaliação - amortizações não aceites	(801)	(665)
Saldo final	<u>15 788</u>	<u>16 589</u>

## 11. Ativos financeiros e outras contas a receber

### Categorias de ativos financeiros

As categorias de “ativos financeiros” e de “outras contas a receber” em 31 de dezembro de 2025 e 2024, no ativo corrente, são detalhadas conforme segue:

ATIVO CORRENTE	2025			2024		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades						
Caixa	6 441	-	6 441	12 105	-	12 105
Depósitos bancários	23 616 700	-	23 616 700	29 177 275	-	29 177 275
	<u>23 623 141</u>	<u>-</u>	<u>23 623 141</u>	<u>29 189 380</u>	<u>-</u>	<u>29 189 380</u>
Contas a receber						
Clientes, contribuintes e utentes	738	-	738	2 751 845	(2 750 000)	1 845
	<u>738</u>	<u>-</u>	<u>738</u>	<u>2 751 845</u>	<u>(2 750 000)</u>	<u>1 845</u>
Outras contas a receber						
Adiantamentos a fornecedores	19 128	-	19 128	26 494	(1 471)	25 023
Adiantamentos a Pessoal	234 820	(36 769)	198 051	235 155	(36 769)	198 385
Devedores por acréscimos de rendimentos	14 682 266	-	14 682 266	10 673 100	-	10 673 100
Cauções entregues a terceiros	238 284	-	238 284	248 564	-	248 564
Outros devedores	118 907	-	118 907	116 640	-	116 640
	<u>15 293 405</u>	<u>(36 769)</u>	<u>15 256 636</u>	<u>11 299 953</u>	<u>(38 240)</u>	<u>11 261 713</u>
Outros Ativos Financeiros						
Outros Instrumentos Financeiros	99 500 000	-	99 500 000	125 750 000	-	125 750 000
	<u>99 500 000</u>	<u>-</u>	<u>99 500 000</u>	<u>125 750 000</u>	<u>-</u>	<u>125 750 000</u>
	<u><u>138 417 284</u></u>	<u><u>(36 769)</u></u>	<u><u>138 380 515</u></u>	<u><u>168 991 178</u></u>	<u><u>(2 788 240)</u></u>	<u><u>166 202 938</u></u>

De realçar a anulação da imparidade registada na rubrica de Clientes, contribuinte e utentes, respeitante a três faturas emitidas ao IAPMEI, equivalentes a três duodécimos dos 11 milhões de Euros (a AICEP tinha faturado 11 milhões de Euros ao IAPMEI em 2020, mas nunca foram recebidos 2,75 milhões de Euros, previstos no Orçamento de Estado para 2020), em 2025 a AICEP procedeu à emissão de três notas de crédito, num total de 2,75 milhões de Euros, dado que não se afigurava a recuperação da dívida.

O valor em Devedores por acréscimos de rendimentos respeita, maioritariamente, à situação da Agência perante as entidades gestoras de fundos comunitários. A AICEP desenvolve diversos projetos no âmbito das suas atribuições estatutárias, para os quais recorre a financiamento proveniente de fontes diversas, nomeadamente verbas comunitárias do PT2020, PT2030 e do PRR. À medida da realização dos gastos e do recebimento das participações, esta conta de Devedores por acréscimos reflete a conta corrente da AICEP para com os Programas Financiadores.

O saldo de cerca de 14 milhões de Euros, existente no final de 2025, respeita primordialmente aos projetos do SIAC-Sistema de Incentivos a Ações Coletivas, dos anos de 2021 a 2025 (7,5 milhões de Euros) e às duas edições do Programa INOV Contacto, a 26ª de 2023 e a 27ª de 2024/2025 (5,3 milhões de Euros). De referir que se verificaram atrasos nas ferramentas de análise dos Pedidos de Pagamento por parte do Compete, que se estima sejam ultrapassados em 2026.

O montante de 99,5 milhões de Euros e de 125,75 milhões de Euros, respetivamente aos para os anos de 2025 e 2024, correspondem à aquisição de Certificados Especiais de Dívida Pública de Curto Prazo (CEDICs) no final do ano. Refira-se a este propósito que destes montantes, em 2025, 75.796.243 Euros não se encontram disponíveis para uso da Agência, uma vez que, no âmbito da função da AICEP de gestão de incentivos, trata-se de montantes já recebidos dos promotores a título de reembolso ou devolução a devolver ao gestor dos fundos.

No ativo não corrente:

ATIVO NÃO CORRENTE	2025			2024		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Outras contas a receber						
Outros devedores-Outros - Realizável a mais de 12 meses	9 795	(4 868)	4 928	44 216	(39 415)	4 800
	<u>9 795</u>	<u>(4 868)</u>	<u>4 928</u>	<u>44 216</u>	<u>(39 415)</u>	<u>4 800</u>

### Rendimentos e gastos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os rendimentos, relacionados com ativos financeiros, foram juros bancários nos montantes de 36.326 e 757.373 Euros, respetivamente.

### 12. Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	2025	2024
Rendas	204 349	167 746
Seguros	8 750	17 892
Aluguer de Espaços	40 644	11 640
Software	335 884	299 528
Publicidade	-	17 798
Outros	105 980	79 303
	<u>695 606</u>	<u>593 907</u>

Os maiores aumentos ocorreram nas rubricas de “Rendas”, decorrente dos aumentos dos valores de mercado, na rubrica de “Software”, fundamentalmente pelo facto de se terem adquirido licenças Microsoft para o triénio de 2025 a 2028 e na rubrica de “Aluguer de Espaços” referentes a três feiras internacionais a realizar em 2026.

### 13. Património Líquido

#### Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital da Agência, totalmente subscrito e realizado, no montante de 114.927.980 Euros era detido integralmente pelo Estado Português.

## Prémios de emissão

Com o início da atividade da API, o capital de 110.000.000 Euros foi realizado pelo montante de 162.840.541 Euros, com um prémio de emissão de 52.840.541 Euros.

Após a constituição da API, foram realizadas pela AICEP Capital diversas operações que determinaram resultados extraordinários positivos, e que já se encontravam em curso, pelo que foi entendido que o resultado realizado devia ser totalmente imputado ao valor inicial da participação naquela sociedade. A contrapartida deste aumento foi registada numa conta especial denominada Prémios de Emissão Suplementares no montante de 3.952.690 Euros, com o objetivo de registar de forma mais rigorosa o valor entregue efetivamente pelo Estado Português na realização em espécie do Capital estatutário da API.

Na mesma avaliação para a realização em espécie do Capital Estatutário da API, a participação no FIEP foi avaliada com base no capital próprio contabilístico da participada em 31 de dezembro de 2001. Uma vez que a API teve o seu início em 31 de outubro de 2002, àquela participação foi acrescido o montante correspondente a cinco sextos do resultado líquido do ano de 2002. A contrapartida deste aumento foi registada igualmente na conta Prémios de Emissão Suplementares no montante de 1.156.821 Euros.

Assim, o valor global dos prémios de emissão é de 57.950.052 Euros.

## Revalorizações

O movimento do excedente de revalorização (rubrica “Excedentes de revalorização”) no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi conforme segue:

	Excedente de revalorização Propr. Invest.	Excedente de revalorização tangíveis	Excedente de revalorização total
<b>Saldo no início do período</b>	3 883	180 443	184 326
Amortizações	(111)	(8 267)	(8 378)
<b>Saldo no final do período</b>	3 773	172 175	175 948

A este propósito confrontar notas 5.1 e 6.

A Agência procedeu em anos anteriores à revalorização dos seus ativos fixos ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de maio
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de abril
- Decreto-Lei n.º 49/91 de 25 de janeiro

Como resultado das revalorizações efetuadas, as amortizações do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aumentadas em 7.446 Euros. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

## Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

## Ajustamentos em ativos financeiros

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Ajustamentos em ativos financeiros” apresentou o seguinte movimento:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Saldo inicial</b>	2 502 527	2 183 223
Lucros não atribuídos	358 949	324 266
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	(4 961)	(4 961)
<b>Saldo final</b>	<b>2 856 516</b>	<b>2 502 527</b>

O saldo desta rubrica correspondente ao resultado apropriado segundo o método da equivalência patrimonial da AICEP Global Parques deduzido dos dividendos recebidos.

A transferência de Resultados Transitados para Ajustamentos de partes de capital em associadas é, nestes termos, e nas contas da AICEP, correspondente aos ganhos das participadas tal como são evidenciados nas contas destas. Na verdade, é entendimento da AICEP que na conta de Ajustamentos de partes de capital em subsidiárias e associadas deve figurar o lucro da participada que esta possa vir a distribuir, mas sem consideração dos prejuízos que deverão permanecer em Resultados transitados.

O montante registado na rubrica “Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas” refere-se a um subsídio ao investimento recebido na AICEP Global Parques.

## Subsídios

Conforme é explicado na Nota introdutória ponto 31 e na sequência do processo de transformação digital da AICEP, foram apresentados projetos ao SAMA – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa e ao PRR - Plano de Recuperação e Resiliência para financiamento de despesas correntes e despesas de capital. Os montantes dos subsídios recebidos até 31 de dezembro de 2025, o valor do passivo por imposto diferido e o montante do rendimento reconhecido no corrente exercício são os seguintes:

	Acumulado final 2024		Movimento 2025		Acumulado final 2025	
	Subsídio ao investimento	Subsídio à exploração	Subsídio ao investimento	Subsídio à exploração	Subsídio ao investimento	Subsídio à exploração
<b>Montante recebido</b>						
<b>Projetos SAMA</b>						
22159	254 851	56 974	-	-	254 851	56 974
35425	331 096	83 279	-	-	331 096	83 279
88	929 770	574 699	-	-	929 770	574 699
7572	-	65 660	-	-	-	65 660
40221	612 580	79 354	-	-	612 580	79 354
40222	595 646	113 114	-	-	595 646	113 114
POCI-05-5762-FSE-000221	192 311	22 531	-	-	192 311	22 531
POCI-05-5762-FSE-000231	11 235	-	57 003	2 528	68 238	2 528
POCI-05-5762-FSE-000249	261 475	151 392	-	-	261 475	151 392
POCI-05-5762-FSE-000250	531 120	120 619	-	-	531 120	120 619
POCI-05-5762-FSE-000364	156 615	266 766	-	-	156 615	266 766
POCI-05-5762-FSE-000369	183 548	36 300	-	-	183 548	36 300
<b>Projetos PRR</b>						
Transformação Digital	1 424 188	1 156 983	254 165	102 341	1 678 354	1 259 324
	<u>5 484 433</u>	<u>2 727 670</u>	<u>311 168</u>	<u>104 869</u>	<u>5 795 601</u>	<u>2 832 540</u>
<b>Passivos por imposto diferido</b>						
<b>Projetos SAMA</b>	408 366	-	(276 166)	-	132 201	-
<b>Projetos PRR</b>	320 442	-	14 993	-	335 436	-
	<u>728 809</u>	<u>-</u>	<u>(261 172)</u>	<u>-</u>	<u>467 636</u>	<u>-</u>
<b>Rendimentos reconhecidos</b>						
<b>Projetos SAMA</b>						
22159	257 747	56 974	-	-	257 747	56 974
35425	230 209	83 279	101 292	-	331 500	83 279
88	613 869	574 699	270 102	-	883 971	574 699
7572	-	65 660	-	-	-	65 660
40221	218 429	79 354	201 627	-	420 056	79 354
40222	417 299	113 114	185 388	-	602 687	113 114
POCI-05-5762-FSE-000221	71 515	22 531	66 014	-	137 528	22 531
POCI-05-5762-FSE-000231	24 641	2 528	22 746	-	47 387	2 528
POCI-05-5762-FSE-000249	94 463	151 392	87 197	-	181 659	151 392
POCI-05-5762-FSE-000250	190 687	120 619	176 019	-	366 706	120 619
POCI-05-5762-FSE-000364	56 555	266 766	52 205	-	108 761	266 766
POCI-05-5762-FSE-000369	69 868	36 300	64 493	-	134 361	36 300
<b>Projetos PRR</b>						
Transformação Digital	-	1 247 678	-	347 056	-	1 594 734
	<u>2 245 283</u>	<u>2 820 894</u>	<u>1 227 083</u>	<u>347 056</u>	<u>3 472 366</u>	<u>3 167 949</u>
	<u>2 510 341</u>	<u>(93 224)</u>	<u>(654 742)</u>	<u>(242 186)</u>	<u>1 855 599</u>	<u>(335 410)</u>

Adicionalmente, foram registados em rendimentos de subsídios à exploração, relacionados com o Programa INOV Contacto, SIAC e Assistência Técnica, respetivamente, nos montantes de 2.750 mil Euros, 1.727 mil Euros e 1.339 mil Euros.

#### 14. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é detalhada conforme segue:

	2025				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Indemnizações pessoal	413 454	-	(15 098)	(19 120)	379 236
Outros custos com pessoal	3 493 600	673 328	(225 469)	(1 313 250)	2 628 209
Projetos de investimento	316 065	-	-	-	316 065
Outros riscos e encargos	2 052	-	-	-	2 052
	<u>4 225 171</u>	<u>673 328</u>	<u>(240 567)</u>	<u>(1 332 370)</u>	<u>3 325 562</u>

	2024				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Indemnizações pessoal	488 611	9 665	(65 703)	(19 120)	413 454
Outros custos com pessoal	5 529 008	965 444	(1 139 575)	(1 861 277)	3 493 600
Projetos de investimento	316 065	-	-	-	316 065
Outros riscos e encargos	18 777	-	(16 726)	-	2 052
	<u>6 352 461</u>	<u>975 109</u>	<u>(1 222 004)</u>	<u>(1 880 397)</u>	<u>4 225 171</u>

O aumento de 673.328 Euros verificados na conta de provisões relativas a outros custos com pessoal resulta da atualização do valor, face a 2024, das provisões com diuturnidades, com prémios de antiguidade de funcionários do ex-ICEP (Sede e Rede Externa), colaboradores em pré-reforma e subsídios reclamados.

Houve ainda lugar à constituição de novas provisões para fazer face a ações interpostas por colaboradores contra a AICEP, uma alegando a ilicitude do seu despedimento e outras quatro para reintegração de carreira.

Relativamente à provisão das diuturnidades, o regulamento do ex-ICEP previa o pagamento de uma diuturnidade por cada cinco anos de tempo de serviço com o limite de cinco diuturnidades, sendo que cada diuturnidade correspondia a 19,95 Euros e desde a integração do ex-ICEP na AICEP em 2007 não têm sido processadas, cifrando-se a provisão no final de 2025 em 587.150 Euros, incluindo 145.214 Euros de juros.

A provisão relativa aos prémios de antiguidade de funcionários do ex-ICEP, cujos contratos de trabalho previam uma compensação pelos anos de trabalho ao serviço do Instituto e que desde a integração do ex-ICEP na AICEP em 2007 não têm sido processados. Considerando que a AICEP tem vindo a perder vários processos em tribunal relativos ao pagamento de prémios de antiguidade de ex-funcionários, sendo que no final de 2017 a AICEP procedeu ao pagamento dos referidos prémios a 43 colaboradores, mas apenas aos direitos vencidos até ao final de 2010. Desde o ano de 2018 a AICEP continuou a perder processos no mesmo âmbito, tendo pagado, portanto os prémios de antiguidade requeridos. Assim, a provisão já existente correspondente agora à estimativa do montante máximo a pagar de prémios de 2011 a 2025 registando um total de 166.272 Euros, aos quais acrescem 41.081 Euros correspondentes a juros de mora, relativos a 32 colaboradores, dos quais dois com direito ao pagamento de cinco vencimentos, 13 a três vencimentos, 11 a dois vencimentos e 6 a um vencimento.

A provisão das pré-reformas corresponde ao valor a pagar a nove ex-colaboradores que assinaram com a AICEP, até ao final de 2025, acordos de pré-reforma, que ascendem a 930.630 Euros.

As reversões das provisões para outros custos com pessoal, referem-se a uma ação interpostas por ex-colaborador, no valor de 117.507 Euros e à ação referente a indemnizações a membros da anterior Comissão Executiva, no montante de 31.013 Euros. Ocorreu também a reversão no valor de 76.948 Euros a provisão referente a comissões de serviço, dado que um dos colaboradores deixou de poder reclamar, dado que já decorreu mais que um ano desde que cessou o contrato de trabalho. Adicionalmente, foram utilizadas provisões relacionadas com diuturnidades, prémios de antiguidade de funcionários do ex-ICEP, colaboradores em pré-reforma, comissão de serviço, subsídios de natal e de férias e subsídios reclamados, bem como 130.582, decorrentes do resultado de uma ação referente a indemnizações a membros da anterior Comissão Executiva.

Houve ainda lugar a uma redução, por via do estudo atuarial, do valor da provisão já existente para cobrir as indemnizações aos herdeiros de uma ex-colaboradora no montante de 15.098 Euros, tendo sido utilizado no corrente exercício o montante de 19.120 euros, incluindo juros de mora.

A provisão referente a projetos de investimento foi constituída para fazer face à eventualidade de os incentivos recebidos terem de vir a ser devolvidos, caso tal se revele necessário após a auditoria final aos projetos. Durante o ano de 2015 houve lugar à reversão desta provisão no montante de 60.100 Euros, dado os projetos em causa terem terminado e não ter havido lugar a qualquer devolução. Durante o ano 2025 a provisão não sofreu alterações, mantendo-se o montante de 316.065 Euros.

O valor da provisão para outros riscos e encargos, diz respeito, exclusivamente, a despesas por parte de um ex-estagiário do INOV Contacto.

**Conta bancária para caução das seguintes responsabilidades:**

---

Processo judicial - Vanda Boavida	427 054
	<u>427 054</u>

---

## 15. Passivos Financeiros e outras contas a pagar

### Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	2025	2024
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>		
<b>Outras contas a pagar</b>		
Gestão de incentivos ao investimento	18 015 766	23 708 018
Saldo extinção Ex-IPT	5 031 516	5 031 516
Outros Credores	14 888 652	12 130 453
	<u>37 935 934</u>	<u>40 869 987</u>
<b>PASSIVO CORRENTE</b>		
<b>Fornecedores</b>		
Fornecedores c/c	73 402	37 842
	<u>73 402</u>	<u>37 842</u>
<b>Fornecedores de investimento</b>		
Fornecedores de investimento	3 174	15 094
	<u>3 174</u>	<u>15 094</u>
<b>Outras contas a pagar</b>		
Credores por transferências e subsídios concedidos	57 785 159	79 951 770
Outras operações (Pessoal)	1 290	2 007
Credores por acréscimos de gastos	2 865 643	2 884 858
Outros Credores	10 021	5 852
	<u>60 662 113</u>	<u>82 844 487</u>
	<u>60 738 689</u>	<u>82 897 424</u>
<b>Total de Fornecedores e outros passivos financeiros</b>	<u>98 674 623</u>	<u>123 767 411</u>

As explicações para os saldos mais significativos na rubrica de “outras contas a pagar” são as seguintes:

- i. Gestão de incentivos ao investimento – No âmbito da sua competência, enquanto entidade gestora e pagadora no programa Prime do passado QCA III, conforme é explicado na Nota introdutória ponto 17, os saldos referentes à gestão de verbas de incentivos registados no passivo da AICEP em 31 de dezembro de 2025, referem-se aos reembolsos e devoluções de incentivos entregues pelos Promotores à AICEP e ainda não devolvidos por esta à entidade gestora dos fundos comunitários.

A diminuição desta rubrica, em cerca de 5,7 milhões de Euros no decurso de 2025, resulta essencialmente, por um lado, do aumento dos reembolsos ainda a decorrer, no âmbito do QCA III, relacionados com o SIME B (80 mil Euros) e SIME D (7 mil Euros), por outro, pelo decréscimo do saldo de reembolsos no montante de 6,5 milhões de Euros que foram utilizados para pagamento de incentivo no âmbito do PT2020, conforme mencionado na Nota introdutória ponto 17.

Contribui ainda para esta variação, os recebimentos de verbas relativas a projetos PT2020, no montante de 710 mil Euros, em que a AICEP foi o organismo pagador, utilizando para tal verbas de reembolsos QCA III, pelo que os valores agora recebidos voltam a ficar na AICEP até a entidade gestora dos fundos comunitários decidir o seu destino.

De referir ainda que, durante o ano 2025, a AICEP foi recebendo dos promotores verbas no âmbito do QREN e também do PT2020, a título de reembolsos, devoluções e juros no valor de cerca de 1,9 milhões de Euros e 51 milhões de Euros, respetivamente. Estas verbas juntamente com as que tinham sido recebidas ainda em 2024, foram sendo mensalmente transferidas para o IAPMEI e AD&C, ficando apenas por transferir recebimentos de promotores efetuados no final de dezembro de 2025, relativos ao QREN e PT2020, que totalizam 1.633.146 Euros.

Tal como já tinha sucedido em 2024, durante o ano 2025, a título excecional, a AD&C solicitou à AICEP que, no seguimento do «encerramento de projeto» PT2020, procedesse ao pagamento da devolução de reembolsos de incentivos transferidos pelas Entidades Beneficiárias, uma vez que o valor da isenção de reembolso apurada foi superior ao incentivo reembolsável em dívida. A diferença no procedimento deste ano face ao ano passado residiu no facto da AD&C ter feito a transferência dos montantes exatos que a AICEP teria de devolver aos promotores, que ascendeu a 9.686.550 Euros.

Durante o ano de 2025, no cumprimento da sua competência como entidade gestora e pagadora de verbas de incentivos comunitários dos programas QCA III e QREN, ocorreram os seguintes movimentos:

	FEDER/OE	FSE/OSS	AVISO 11	RCM 39-A/2025	Total
Saldo incentivos em 31/12/2024:	118 260 374	442 962	-15 048 230	0	103 655 106
Movimentos em 2025:					
1. Recebimento de verbas de incentivos	-	-		10 000 000	10 000 000
2. Pagamento aos Promotores	-6 489 139	-			-6 489 139
3. Reembolsos de promotores	55 217 528	-			55 217 528
4. Devoluções de promotores	925 220	-			925 220
5. Transferências	-55 345 861	-			-55 345 861
6. Pagamento aos Promotores - RCI (Aviso 11)	-	-	-22 665 280		-22 665 280
7. Pagamento aos Promotores - RCI (RCM 39-A/2025)	-	-		-9 501 331	-9 501 331
<b>Saldo incentivos em 31/12/2025</b>	<b>112 568 122</b>	<b>442 962</b>	<b>-37 713 510</b>	<b>498 669</b>	<b>75 796 243</b>

NOTA: O saldo de 75.800.925 Euros inclui o saldo devedor de 4.682 Euros correspondente a Juros de mora devidos pelos promotores que estão incluídos na rubrica “Outras contas a receber” do Ativo Não Corrente

- ii. Saldo extinção ex-IPT – este valor respeita ao montante apurado em sede de extinção do Instituto em agosto de 1992, que foi integrado nas contas do ICEP. De referir que, em setembro desse ano, foi nomeado um Administrador Liquidatário responsável pelo processo de extinção do IPT, processo esse não formalmente concluído. Os custos do processo de extinção foram suportados pelos ativos do extinto IPT. Em fevereiro de 2008 a Inspeção Geral de Finanças (IGF) fez uma auditoria às contas da extinção do IPT junto da AICEP (Proc<sup>o</sup> n.º 2008/88/A5/31). No seu relatório final remetido à AICEP a 16 de junho de 2008, a IGF propôs que a conclusão do processo de liquidação fosse efetuada pela AICEP no prazo de 90 dias. Em resposta, a Agência informou não ter viabilidade económica e recursos para concluir este processo, entendendo que seja proposto o encerramento das contas do ex-IPT e a sua integração no balanço da AICEP.

iii. Outros credores – os valores mais significativos são:

- Valores provenientes do Fundo para as Relações Internacionais, IP, em 2013, ao abrigo do Art.º 8º da Lei n.º 66-B/2012 do Orçamento de Estado para 2013, que inscreveu no mapa de alterações e transferências orçamentais, a dotação de 750.000 Euros a entregar à AICEP para que esta, no âmbito de um protocolo assinado com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, entregue às Embaixadas portuguesas prémios para utilização em ações de diplomacia económica de sua iniciativa. Foram aprovados superiormente um regulamento e uma comissão de avaliação para a definição das regras de atribuição e utilização do Prémio +DE (Diplomacia Económica). Em finais de 2025, o saldo remanescente é de 223.803 Euros;

- Passivo por imposto diferido relativo a subsídios ao investimento – aquando do registo dos subsídios ao investimento em capital próprio foi registado o valor imposto diferido que lhe estão associados, no montante de 540.498 Euros (cf. Nota 10).

- Valor a devolver ao Compete - Ao abrigo do Eixo III – Financiamento e Partilha do Risco da Inovação - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha do Risco da Inovação (SAFPRI), o Compete transferiu em 2010 para a AICEP a verba de 3.032.356 Euros consignada à realização de capital do Fundo de Apoio à Inovação (FINOVA), tendo transferido nova verba de 4.122.298 Euros em 2015, totalizando 7.154.655 Euros que corresponde a 0,7% do capital do fundo. Face à redução de capital concretizada em 2016, o valor desta participação corresponde no final do ano a 6.821.000 Euros, realizada na totalidade. Este montante encontra-se na rubrica “Outros Credores”, dado que se trata de verba a devolver ao Compete.

- Valores a devolver de Projetos Próprios (ex-ICEP) – 136.891 Euros, valores a devolver de projetos próprios do ex-ICEP resultantes da análise em sede auditoria em que foram considerados indevidos.

- Nanium – devido ao acordo assinado com o estado português acerca da cedência de créditos e participação relativos à empresa Nanium, foram também registados, em 2016, em contas de fundos comunitários o valor de 8,3 milhões de Euros, respeitantes a essa entidade e recebidos pela AICEP em maio de 2017. No final de 2018 apenas existia um saldo de 478.684 Euros respeitante ao valor da alienação da participação financeira na Nanium, cujo valor pertence ao estado português. Durante o ano de 2025 foram recebidos 5.118.008 Euros a título de recuperação de créditos, pelo que o valor no final de 2025 ascende a 5.596.692 Euros.

- Valores a transferir relativos a reembolsos de incentivos – Ao longo do ano 2025, a AICEP, no exercício da sua atividade de gestão e acompanhamento de projetos de investimento financiados por fundos comunitários do QREN/PT 2020, entregou ao IAPMEI as verbas QREN resultantes de reembolsos de incentivos efetuados pelos promotores, no montante de 1.847.702 Euros, de devoluções de subsídios recebidos, no valor de 4.365 Euros, tendo ficado por transferir o valor de 50.311 Euros recebido no final de dezembro. Relativamente às verbas PT2020, que resultaram de reembolsos de incentivos no valor de 49 995 917 Euros, de devoluções no montante de 555 622 Euros e de juros no valor de 793 306 Euros, a AICEP transferiu quase a globalidade destes montantes para a Agência de Desenvolvimento e Coesão (AD&C), ficando apenas por transferir o valor de 1 582 835 Euros, correspondente a reembolsos creditados na conta bancária da AICEP no final de 2025 e não contemplados na última transferência do ano para a AD&C.

iv. Credores por transferências e subsídios concedidos - O montante desta rubrica corresponde ao saldo que a AICEP tem em seu poder, para atribuir apoios no âmbito do Aviso para apresentação de candidaturas nº 11 – Sistema de Incentivos às Empresas Regime Contratual de Investimento (RCI) e da RCM-39-A/2025 relativa ao sistema de incentivos financeiros a grandes projetos de investimento. Assim, até ao final de 2025, foram pagos 37.713.510 Euros referentes a 46 incentivos no âmbito do Aviso 11 e relativamente à RCM-39-A/2025, a AICEP recebeu 10 milhões de Euros para proceder ao pagamento de 8 incentivos no montante de 9.501.331 Euros. Assim, no final de 2025 o saldo em poder da AICEP corresponde a 57.785.159 Euros.

- v. Credores por acréscimos de gastos – Inclui remunerações a liquidar no montante de 2.826.971 Euros e outros acréscimos de gastos, no montante de 38.671 Euros, relativos a fornecimentos e serviços externos correntes a pagar em 2026.

## 16. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	217 801	125 268	241 009	94 164
Retenções de imposto sobre o rendimento	-	224 943	-	231 585
Imposto sobre o valor acrescentado	-	155 140	-	151 746
Contribuições para a Segurança Social e CGA	-	500 892	-	466 485
Outros Impostos	-	26 611	-	26 932
	<u>217 801</u>	<u>1 032 853</u>	<u>241 009</u>	<u>970 911</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existiam dívidas em mora ao Estado.

## 17. Diferimentos Passivos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica do passivo “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	2025	2024
ARI - Autorização de Residência para Atividade de Investimento	400 000	400 000
FRI - Fundo para as Relações Internacionais (Expo2020Dubai)	3 702 022	3 702 022
Outros	1 547	1 547
	<u>4 103 568</u>	<u>4 103 568</u>

Em dezembro de 2013, o Ministério dos Negócios Estrangeiros transferiu para a AICEP o montante de 400.000 Euros, correspondente a uma parcela das receitas provenientes de emolumentos cobrados no âmbito das autorizações de residência para atividade de investimento (ARI), destinado à realização de ações de diplomacia económica envolvendo a rede externa. Este montante encontra-se registado no passivo não corrente, tendo sido diferido para utilização futura em ações promocionais desenvolvidas pela rede externa.

Em junho de 2019, a AICEP recebeu do Fundo para as Relações Internacionais (FRI) o montante de 7 milhões de Euros para financiamento da participação de Portugal na Expo 2020 Dubai, conforme previsto no ponto 13 do Mapa de Alterações e Transferências Orçamentais, a que se refere o n.º 8, anexo à Lei do Orçamento do Estado para 2019.

Assim, foram recebidas as seguintes transferências do FRI:

- Em 2019: 7.000.000 Euros
- Em 2020: 753.181 Euros
- Em 2021: 5.000.000 Euros
- Em 2022: 7.611.067 Euros

Nos exercícios de 2019 a 2024, a AICEP registou os seguintes montantes de despesa com a Expo 2020 Dubai (valores com IVA incluído):

- Em 2019: 1.854.125 Euros
- Em 2020: 4.845.419 Euros
- Em 2021: 4.074.171 Euros
- Em 2022: 4.053.435 Euros
- Em 2023: 73.943 Euros
- Em 2024: 11.133 Euros

Desta forma, o valor total diferido ascendia a 5.452.022 Euros. A este valor foi deduzida, em 2021, a comissão de gestão no montante de 1.750.000 Euros, conforme Despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, dos negócios estrangeiros e da economia, nos termos do Decreto-Lei n.º 219/2015, de 8 de outubro, que aprova os Estatutos da AICEP, E.P.E. Assim, o valor registado em “Diferimentos” no final de 2025, relativo à Expo 2020 Dubai, é de 3.702.022 Euros, encontrando-se pendente de despacho governamental o reforço da comissão de gestão no montante de 3.500.000 Euros, solicitado pela AICEP em conformidade com o planeamento financeiro inicial da participação na exposição.

O reconhecimento deste valor, de natureza patrimonial, não tem impacto orçamental e permanece condicionado à respetiva aprovação.

O montante inscrito na rubrica “Outros” diz respeito a um mês de arrendamento das instalações.

## 18. Rédito

O rédito reconhecido pela Agência em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é detalhado conforme segue:

	2025	2024
Prestação de serviços	11 001 400	11 001 275
Venda de bens	232 406	-
	<u>11 233 806</u>	<u>11 001 275</u>

Conforme referido na Nota introdutória ponto 20, os montantes mais significativos incluídos na rubrica de prestação de serviços em 31 de dezembro de 2025, são os 11.000.000 Euros recebidos, a título de comissão de gestão, referente a verba recebida do Turismo de Portugal, pela transferência prevista no n.º 10 do Mapa de alterações e transferências orçamentais, referido no Artº 7 da lei n.º 45-A/2024 do Orçamento de Estado.

De referir apenas a nova rubrica de Vendas, que está relacionada com as vendas à consignação ocorridas na loja da AICEP na Expo Osaka 2025, tendo sido vendidos 5.951 artigos.

Em termos de transferências correntes e subsídios à exploração, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é detalha-se da seguinte forma:

	2025	2024
<b>Transferências correntes:</b>		
FRI-Fundo para as Relações Internacionais	1 000 000	1 000 000
IAPMEI	18 250 000	-
<b>Subsídios à Exploração:</b>		
Projetos Próprios - PT2030 - Programa Contacto	2 750 491	279 046
Projetos Próprios - PT2030 - SIAC	1 726 625	1 333 238
Projetos Próprios - PT2030 - Assistência Técnica	1 339 320	1 209 473
Projetos Próprios - PRR	347 056	497 718
	<u>25 413 492</u>	<u>4 319 475</u>

Nota: A este propósito ver a Nota 2.

## 19. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é detalhada conforme segue:

	2025	2024
Trabalhos especializados	9 566 240	10 071 012
Publicidade e propaganda	468 072	466 461
Vigilância e segurança	471 489	48 623
Honorários	73 127	168 196
Conservação e reparação	79 651	87 826
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5 687	3 351
Livros e documentação técnica	26 284	148 947
Material escritório	39 646	33 913
Artigos para oferta e de publicidade e divulga	5 632	7 357
Eletricidade	126 115	96 348
Combustíveis e lubrificantes	31 592	33 795
Água	18 467	13 579
Outros consumos	15 009	11 578
Deslocações e estadas	871 402	543 527
Transportes de pessoal	984 492	566 288
Outros associados à deslocação	1 814	894
Rendas e alugueres	2 675 257	2 439 454
Comunicações	269 359	170 470
Seguros	58 013	42 478
Royalties	56 644	-
Contencioso e notariado	104 112	95 825
Despesas de representação dos serviços	54 521	33 952
Limpeza higiene e conforto	527 664	153 725
Outros serviços	1 000 381	572 425
	<u>17 530 670</u>	<u>15 810 022</u>

Antes de mais, importa referir que dos 17,5 milhões de Euros registados em 2025, 10 milhões de Euros foram relacionados com a Expo 2025 Osaka. No detalhe de Fornecimentos e Serviços Externos, temos a destacar a rubrica de Trabalhos Especializados com um peso significativo no total destes gastos e que se explica, pelas diversas despesas com consultoria, projetos e serviços de informática e ainda com despesas na organização de eventos, principalmente com a Expo 2025 Osaka e a Web Summit. Para além desta, são de realçar ainda os gastos com Rendas e Alugueres, justificados pelas rendas das nossas instalações em Lisboa, bem como dos escritórios dos nossos pontos de rede distribuídos pelos diversos países. Para este montante contribuíram com significado alguns gastos com Alugueres de Espaços, em vários pontos de rede, para algumas ações de promoção desenvolvidas pela AICEP. Na rubrica de Outros Serviços destacam-se as aquisições de licenças e os gastos com transportes e mudanças, decorrentes essencialmente da rotação de delegados na rede externa da AICEP. Por último, de realçar o aumento de gastos, face ao ano anterior, com transportes de pessoal, deslocações e estadas, que teve como origem a Expo 2025 Osaka.

## 20. Gastos com o Pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é detalhada conforme se segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	512 943	555 072
Remunerações do pessoal	20 531 988	19 537 758
Benefícios pós-emprego	4 202	6 170
Indemnizações	245 375	730 939
Encargos sobre remunerações	4 700 240	4 568 149
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	124 313	81 269
Gastos de ação social	16 791	32 705
Outros gastos com o pessoal	80 115	59 018
Outros encargos sociais	835 101	719 903
	<b>27 051 070</b>	<b>26 290 983</b>

O montante relativo a benefícios pós-emprego diz respeito apenas a seguros médicos e de reforma pagos aos contratados locais no Japão.

Durante os exercícios de 2025 e 2024 o número médio de pessoas foi de 453 e 445, respetivamente.

## 21. Amortizações

A decomposição da rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é conforme segue:

	2025	2024
<b>Ativos fixos tangíveis</b>		
Edifícios e outras construções	53 876	53 767
Equipamento Básico	20 418	20 869
Equipamento de Transporte	63 283	24 367
Equipamento Administrativo	94 675	106 535
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12 913	11 243
<b>Propriedades de investimento</b>		
Edifícios e outras construções	1 182	1 182
<b>Ativos Intangíveis</b>		
Outros	1 522 128	1 581 709
	<u>1 768 473</u>	<u>1 799 672</u>

## 22. Outros Rendimentos

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é conforme segue:

	2025	2024
Rendimentos suplementares:		
Cedência do Pessoal	60 405	59 219
Protocolo com o Turismo de Portugal	45 607	511 340
FRI-Fundo para as Relações Internacionais - Expo 2020 Dubai	-	11 133
Subsídios ao Investimento - PT2030 - SAMA	1 227 083	1 277 391
Outros rendimentos suplementares	385 084	24 081
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	22 991	18 611
Outros	1 650 926	110 480
	<u>3 392 096</u>	<u>2 012 255</u>

Destaque para a variação na rubrica Outros, onde, em 2025 se incluem 1.155.119 Euros relativos à restituição de impostos na Rede Externa, no âmbito da Expo 2025 Osaka e ainda 334.702 Euros relativos à venda de artigos merchandising durante a referida exposição.

### 23. Outros Gastos

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é conforme segue:

	2025	2024
Impostos	35 577	11 816
Outros		
Quotizações	13 438	10 802
Estágios - Programa Contacto	3 627 213	6 669
Outros Estágios	46 469	13 479
Diferenças de câmbio desfavoráveis	127 576	58 846
Outros	19 559	128 654
Juros Tributários e outros juros	1 001	146
	3 870 833	230 412

O aumento da rubrica de Estágios - Programa Contacto, explica-se pelo regresso do Programa INOV Contacto, com a sua 27ª edição em que foram registados 3,6 milhões de Euros de bolsas aos estagiários.

### 24. Juros e outros rendimentos similares

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são detalhados conforme segue:

	2025	2024
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	36 326	757 374
Dividendos obtidos		
Outras entidades	-	32 382
	36 326	789 756

### 25. Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares ocorridos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são detalhados conforme segue:

	2025	2024
Juros de Mora	29 837	35 108
Outros juros	29 720	28 174
	59 557	63 282

O valor mais significativo de 29.837 Euros, incluído na rubrica de Juros e Gastos similares suportados, corresponde essencialmente a juros de mora provenientes de sentenças de processos judiciais que a entidade empregadora teve ao longo deste ano, que motivaram pagamentos de abonos relativos a anos anteriores e a contribuições obrigatórias pagas fora do prazo legal, de cerca de 29.500 Euros.

## 26. Partes relacionadas

Conforme anteriormente referido a Agência é detida em 100% pelo Estado Português.

A participação da Entidade na subsidiária em 2025 e 2024 e respetivas transações e saldos são conforme segue:

### Subsidiária

Subsidiária	Sede	2025	2024
		Percentagem de participação	Percentagem de participação
AICEP Global Parques, S.A.	Setúbal	91,185%	91,185%

### Transações com partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

2025:

	Compras de inventários	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Serviços prestados	Outros rendimentos	Juros obtidos
Subsidiárias			20 237				4 500	
			20 237				4 500	

2024:

	Compras de inventários	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Serviços prestados	Outros rendimentos	Juros obtidos
Subsidiárias			19 665				4 400	
			19 665				4 400	

### Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Agência apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2025:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Cauções Contratuais	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Subsidiárias				1 200	1 200			
				1 200	1 200			

2024:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Cauções Contratuais	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Subsidiárias				1 200	1 200			
				1 200	1 200			

Relativamente à remuneração do pessoal chave de gestão, para além do mencionado na anterior nota 20, ver o ponto 7 do cumprimento das Orientações Legais e o ponto VII.D. do Relatório de governo societário.

Membro do CA	Remuneração Anual 2025 (€)		
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)
<u>Mandato 2024-2026</u>			
Ricardo Nuno Moreira Coutinho de Almeida Arroja *	60 895,71	0,00	60 895,71
Maria Madalena de Sousa Monteiro Oliveira e Silva	47 973,30	0,00	47 973,30
Maria Joana da Costa Afonso Lino Gaspar	79 506,56	0,00	79 506,56
Francisco Miguel Pinheiro Catalão	79 562,28	0,00	79 562,28
Paulo César Rios de Oliveira	79 562,28	0,00	79 562,28
Maria Madalena de Sousa Monteiro Oliveira e Silva	51 106,65	0,00	51 106,65
Philomène Costa Dias	27 128,77	0,00	27 128,77
	<b>425 735,55</b>	<b>0,00</b>	<b>425 735,55</b>

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento e às despesas de representação

\* Cessação de funções do Senhor Presidente, Dr. Ricardo Nuno Moreira Coutinho de Almeida Arroja, na sequência da exoneração constante da RCM n.º 104/2025, de 26 de junho.

## 27. Divulgações exigidas por diplomas legais e outras

### Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 15.000 Euros (excluindo o IVA).

### Outras informações

Ao abrigo do Eixo III – Financiamento e Partilha do Risco da Inovação – Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha do Risco da Inovação (SAFPRI), o Compete transferiu em 2010 para a AICEP a verba de 3.032.356 Euros consignada à realização de capital do Fundo de Apoio à Inovação (FINOVA), tendo transferido nova verba de 4.122.298 Euros em 2015, totalizando 7.154.655 Euros que corresponde a 0,7% do capital do fundo. Face à redução de capital concretizada em 2016, o valor desta participação corresponde no final do ano a 6.821.000 Euros, realizada na totalidade.

Por se tratar de uma operação circunscrita no âmbito referido e neutra do ponto de vista patrimonial, a AICEP não evidenciava até 2017 esta participação no seu balanço, contudo, aproveitando a passagem do normativo contabilístico SNC para SNC-AP, entendeu o Conselho de Administração passar a evidenciar a participação nas suas contas, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no ativo

do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta de outros credores. Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo. Apesar desta expressão no seu Balanço, a AICEP considera que não tem qualquer intervenção nesta participação, pois foi meramente um veículo para a aquisição da participação, por orientações do Compete.

### **Proposta de aplicação dos resultados**

O Conselho da Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, positivo em 2.544.187,54 Euros, seja distribuído da seguinte forma: 2.416.978,16 Euros transferidos para a conta de Resultados Transitados e 127.209,38 Euros, equivalente a 5% do Resultado Líquido do Exercício, sejam transferidos para reforço da Reserva Legal. Subsequentemente a componente positiva de 7.486.068,77 Euros relativa aos resultados positivos apropriados segundo o método da equivalência patrimonial da AICEP Global Parques, SA, e ainda não distribuídos, seja transferida para a conta de Ajustamentos em Ativos Financeiros.

### **29. Acontecimentos após a data do balanço**

Após a data de balanço, a AICEP foi informada do processo de liquidação do Fundo Portugal Ventures Internacionalização, no qual detém uma participação. De acordo com informação prestada pela sociedade gestora, encontra-se em curso o processo de apuramento dos valores de partilha a atribuir aos participantes, com base nas contas do Fundo a 31 de dezembro de 2025, incluindo distribuição de liquidez e de participações sociais. O apuramento final destes valores encontra-se dependente do encerramento das contas de liquidação do Fundo, bem como da respetiva aprovação em assembleia de participantes.

Atendendo à natureza preliminar da informação disponível à data de elaboração das demonstrações financeiras, não é possível determinar com fiabilidade o impacto final deste processo. Este evento não teve impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, sendo, no entanto, considerado relevante para efeitos de divulgação.

Assim, após a data de encerramento do exercício, não ocorreram acontecimentos que impliquem ajustamentos às demonstrações financeiras apresentadas, nos termos das normas contabilísticas em vigor. Não obstante, registaram-se desenvolvimentos relevantes no contexto político e geopolítico a nível internacional, nomeadamente o agravamento de tensões no Médio Oriente, que, a par da continuação do conflito na Ucrânia e da instabilidade em outras regiões, poderão ter implicações futuras na economia global e, indiretamente, na atividade da AICEP, designadamente ao nível da promoção externa, do investimento e do apoio às empresas portuguesas.

O Conselho de Administração continuará a acompanhar a evolução destes fatores, não sendo, à data da elaboração do presente relatório, possível quantificar o seu eventual impacto.

#### A CONTABILISTA CERTIFICADA

Luísa Goulão

#### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Madalena Oliveira e Silva

Joana Gaspar

Francisco Catalão

Philomène Dias

Paulo Rios

## Contas individuais

### Demonstrações Orçamentais

## Contas Individuais

### Demonstrações Orçamentais

#### 1 Demonstrações previsionais

##### 1.1. Orçamento e plano orçamental plurianual

#### Receita

Rúbrica	Designação	Orçamento t			Plano orçamental plurianual			
		Periodos anteriores	Período	Total	t+1	t+2	t+3	t+4
<b>R1</b>	<b>Receita corrente</b>	<b>30 518 499</b>	<b>18 578 040</b>	<b>49 096 539</b>	<b>52 155 869</b>	<b>53 155 380</b>	<b>54 705 486</b>	<b>56 301 374</b>
	<b>Receita fiscal</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
R11	Impostos diretos	0	0	0	0	0	0	0
R12	Impostos indiretos	0	0	0	0	0	0	0
<b>R2</b>	<b>Contribuições para sistema de proteção social</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>R3</b>	<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>R4</b>	<b>Redimentos de propriedade</b>	<b>6 971 139</b>	<b>-454 539</b>	<b>6 516 600</b>	<b>678 607</b>	<b>5 997 856</b>	<b>6 660 849</b>	<b>6 629 238</b>
<b>R5</b>	<b>Transferências e subsídios correntes</b>	<b>23 247 346</b>	<b>19 176 093</b>	<b>42 423 439</b>	<b>51 307 970</b>	<b>46 986 219</b>	<b>47 871 290</b>	<b>49 496 717</b>
R51	Transferências Correntes	23 247 346	15 418 949	38 666 295	47 881 920	43 525 908	44 376 376	45 966 854
R511	Administrações Públicas	13 897 072	17 624 789	31 521 861	41 536 740	37 117 276	37 903 658	39 429 409
R5111	Administração Central - Estado	81 966	-81 966	0	0	0	0	0
R5112	Administração Central - Outras entidades	13 815 106	17 706 755	31 521 861	41 536 740	37 117 276	37 903 658	39 429 409
R5113	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0
R5114	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0
R5115	Administração Local	0	0	0	0	0	0	0
R512	Exterior - EU	9 350 274	-2 207 340	7 142 934	6 345 180	6 408 632	6 472 718	6 537 445
R513	Outras	0	1 500	1 500	0	0	0	0
R52	Subsídios Correntes	0	3 757 144	3 757 144	3 426 050	3 460 311	3 494 914	3 529 863
<b>R6</b>	<b>Venda de bens e serviços</b>	<b>1 818</b>	<b>4 682</b>	<b>6 500</b>	<b>16 000</b>	<b>16 480</b>	<b>16 974</b>	<b>17 483</b>
<b>R7</b>	<b>Outras receitas correntes</b>	<b>298 196</b>	<b>-148 196</b>	<b>150 000</b>	<b>153 292</b>	<b>154 825</b>	<b>156 373</b>	<b>157 937</b>
	<b>Receita de capital</b>	<b>150 205 180</b>	<b>350 534 820</b>	<b>500 740 000</b>	<b>250 115 921</b>	<b>250 000 000</b>	<b>350 000 000</b>	<b>450 000 000</b>
<b>R8</b>	<b>Venda de bens de investimento</b>	<b>467</b>	<b>-467</b>	<b>0</b>	<b>2 101</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>R9</b>	<b>Transferências e subsídios de Capital</b>	<b>150 184 500</b>	<b>350 555 500</b>	<b>500 740 000</b>	<b>250 113 820</b>	<b>250 000 000</b>	<b>350 000 000</b>	<b>450 000 000</b>
R91	Transferências de capital	150 184 500	350 555 500	500 740 000	250 113 820	250 000 000	350 000 000	450 000 000
R911	Administrações Públicas	150 000 000	350 740 000	500 740 000	250 113 820	250 000 000	350 000 000	450 000 000
R9111	Administração Central - Estado	150 000 000	350 000 000	500 000 000	250 000 000	250 000 000	350 000 000	450 000 000
R9112	Administração Central - Outras entidades	0	740 000	740 000	113 820	0	0	0
R9113	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0
R9114	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0
R9115	Administração Local	0	0	0	0	0	0	0
R912	Exterior - EU	184 500	-184 500	0	0	0	0	0
R913	Outras	0	0	0	0	0	0	0
R92	Subsídios de capital	0	0	0	0	0	0	0
R10	Outras receitas de capital	0	0	0	0	0	0	0
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	20 213	-20 213	0	0	0	0	0
	<b>Receita efetiva (1)</b>	<b>180 723 679</b>	<b>369 112 860</b>	<b>549 836 539</b>	<b>302 271 790</b>	<b>303 155 380</b>	<b>404 705 486</b>	<b>506 301 374</b>
	<b>Receita não efetiva (2)</b>	<b>140 972 289</b>	<b>-140 972 289</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>R12</b>	<b>Receita com ativos financeiros</b>	<b>129 472 289</b>	<b>-129 472 289</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>R13</b>	<b>Receita com passivos financeiros</b>	<b>11 500 000</b>	<b>-11 500 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>Receita total (3) = (1)+(2)</b>	<b>321 695 968</b>	<b>228 140 571</b>	<b>549 836 539</b>	<b>302 271 790</b>	<b>303 155 380</b>	<b>404 705 486</b>	<b>506 301 374</b>

## Despesa

Rúbrica	Designação	Orçamento t			Plano orçamental plurianual			
		Periodos anteriores	Período	Total	t+1	t+2	t+3	t+4
	<b>Despesa corrente</b>	<b>68 809 081,00</b>	<b>-20 902 700,00</b>	<b>47 906 381,00</b>	<b>50 873 035,00</b>	<b>52 855 379,59</b>	<b>54 396 486,01</b>	<b>55 983 104,36</b>
D1	<b>Despesa com o pessoal</b>	<b>30 945 924,00</b>	<b>808 178,00</b>	<b>31 754 102,00</b>	<b>33 054 021,00</b>	<b>34 030 690,00</b>	<b>35 036 240,00</b>	<b>36 071 527,00</b>
D11	Remunerações certas e permanentes	21 947 251,00	2 011 168,00	23 958 419,00	25 126 317,00	25 880 107,00	26 656 510,00	27 456 205,00
D12	Abonos variáveis ou eventuais	1 661 947,00	-1 199 994,00	461 953,00	451 902,00	465 459,00	479 423,00	493 806,00
D13	Segurança Social	7 336 726,00	-2 996,00	7 333 730,00	7 475 802,00	7 685 124,00	7 900 307,00	8 121 516,00
D2	<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>30 724 416,00</b>	<b>-19 264 456,00</b>	<b>11 459 960,00</b>	<b>11 846 374,00</b>	<b>12 701 765,22</b>	<b>13 082 818,18</b>	<b>13 475 302,72</b>
D3	Juros e outros encargos	522 386,00	-522 386,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4	<b>Transferências correntes</b>	<b>5 976 727,00</b>	<b>-1 845 808,00</b>	<b>4 130 919,00</b>	<b>5 457 182,00</b>	<b>5 602 311,37</b>	<b>5 751 608,83</b>	<b>5 905 197,64</b>
D41	<b>Administrações Públicas</b>	<b>5 976 727,00</b>	<b>-1 845 808,00</b>	<b>4 130 919,00</b>	<b>5 457 182,00</b>	<b>5 602 311,37</b>	<b>5 751 608,83</b>	<b>5 905 197,64</b>
D411	<b>Administrações Públicas</b>	<b>1 594 151,00</b>	<b>-497 787,00</b>	<b>1 096 364,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
D4111	Administração Central - Estado	1 529 231,00	-742 867,00	786 364,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4113	Segurança Social	64 920,00	245 080,00	310 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4114	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4115	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D412	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D413	Famílias	4 102 152,00	-1 067 597,00	3 034 555,00	4 527 879,00	4 663 715,37	4 803 626,83	4 947 735,64
D414	Outras	280 424,00	-280 424,00	0,00	929 303,00	938 596,00	947 982,00	957 462,00
D42	Subsídios Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	<b>Outras despesas correntes</b>	<b>639 628,00</b>	<b>-78 228,00</b>	<b>561 400,00</b>	<b>515 458,00</b>	<b>520 613,00</b>	<b>525 819,00</b>	<b>531 077,00</b>
	<b>Despesa de capital</b>	<b>12 205 258,00</b>	<b>-10 275 100,00</b>	<b>1 930 158,00</b>	<b>1 398 755,00</b>	<b>300 000,00</b>	<b>309 000,00</b>	<b>318 270,00</b>
D6	<b>Investimentos</b>	<b>1 775 275,00</b>	<b>-22 578,00</b>	<b>1 752 697,00</b>	<b>1 398 755,00</b>	<b>300 000,00</b>	<b>309 000,00</b>	<b>318 270,00</b>
D7	<b>Transferências e subsídios de Capital</b>	<b>10 429 983,00</b>	<b>-10 252 522,00</b>	<b>177 461,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
D71	<b>Transferências de Capital</b>	<b>10 429 983,00</b>	<b>-10 252 522,00</b>	<b>177 461,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
D711	<b>Administrações Públicas</b>	<b>0,00</b>	<b>177 461,00</b>	<b>177 461,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
D7111	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7112	Administração Central - Outras entidades	0,00	177 461,00	177 461,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7113	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7114	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7115	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D712	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D713	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D714	Outras	10 429 983,00	-10 429 983,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D72	Subsídios de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	<b>Outras despesas de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	Despesa efetiva (4)	81 014 339,00	-31 177 800,00	49 836 539,00	52 271 790,00	53 155 379,59	54 705 486,01	56 301 374,36
	Despesa não efetiva (5)	261 800 001,00	238 199 999,00	500 000 000,00	250 000 000,00	250 000 000,00	350 000 000,00	450 000 000,00
D9	<b>Despesa com ativos financeiros</b>	<b>261 800 001,00</b>	<b>238 199 999,00</b>	<b>500 000 000,00</b>	<b>250 000 000,00</b>	<b>250 000 000,00</b>	<b>350 000 000,00</b>	<b>450 000 000,00</b>
D10	<b>Despesa com passivos financeiros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>Despesa total (6) = (4)+(5)</b>	<b>342 814 340,00</b>	<b>207 022 199,00</b>	<b>549 836 539,00</b>	<b>302 271 790,00</b>	<b>303 155 379,59</b>	<b>404 705 486,01</b>	<b>506 301 374,36</b>
	<b>Saldo total (3)-(6)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>Saldo global (1)-(4)</b>	<b>99 709 340,00</b>	<b>400 290 660,00</b>	<b>500 000 000,00</b>	<b>250 000 000,00</b>	<b>250 000 000,00</b>	<b>350 000 000,00</b>	<b>450 000 000,00</b>
	Despesa primária	81 014 339,00	-31 177 800,00	49 836 539,00	52 271 790,00	53 155 379,59	54 705 486,01	56 301 374,36
	Saldo corrente	-38 290 582,00	39 480 740,00	1 190 158,00	1 282 834,00	300 000,00	309 000,00	318 270,00
	Saldo de capital	137 999 922,00	360 809 920,00	498 809 842,00	248 717 166,00	249 700 000,00	349 691 000,00	449 681 730,00
	Saldo primário	99 709 340,00	400 290 660,00	500 000 000,00	250 000 000,00	250 000 000,00	350 000 000,00	450 000 000,00

## 2 Demonstração de relato individual

### 2.1. Demonstração do desempenho orçamental

Esta demonstração permite a análise do desempenho orçamental da AICEP. Pode observar-se que este mapa apresenta as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos que ocorreram no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Nesta demonstração também se evidenciam os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, saldo global, saldo corrente, saldo de capital e saldo primário). Apresenta ainda, informação organizada pela forma de financiamento, e por classificação económica da execução orçamental.

Recebimentos:

Rúbrica	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					Total	n-1
		Receitas Próprias	Receitas Gerais	Financiamento U.E	Empréstimos	Fundos Alheios		
	<b>Saldo de gerência anterior</b>	<b>16 834 828,46</b>	<b>676 723,00</b>	-	<b>926 204,67</b>	<b>10 751 623,61</b>	<b>29 189 379,74</b>	<b>26 011 047,03</b>
	<b>Operações orçamentais (1)</b>	16 834 828,46	676 723,00	-	926 204,67	-	18 437 756,13	21 077 421,35
	Restituição do saldo oper. Orçamentais	-	-	-	-	-	-	-
	Operações de tesouraria (A)	-	-	-	-	10 751 623,61	10 751 623,61	4 933 625,68
	<b>Receita corrente</b>	<b>21 006 616,85</b>	<b>18 250 000,00</b>	<b>2 799 739,43</b>	-	-	<b>42 056 356,28</b>	<b>24 578 367,25</b>
R1	Receita fiscal	-	-	-	-	-	-	-
R11	Impostos diretos	-	-	-	-	-	-	-
R12	Impostos indiretos	-	-	-	-	-	-	-
R2	subsistemas de saúde	-	-	-	-	-	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	-	-	-	-	-	-	-
R4	Redimentos de propriedade	6 892 304,04	-	-	-	-	6 892 304,04	6 971 136,37
R5	<b>Transferências e subsídios correntes</b>	<b>12 069 653,43</b>	<b>18 250 000,00</b>	<b>2 799 739,43</b>	-	-	<b>33 119 392,86</b>	<b>17 298 235,89</b>
R51	Transferências Correntes	12 069 653,43	18 250 000,00	2 250 841,55	-	-	32 570 494,98	17 298 235,89
R511	Administrações Públicas	12 069 653,43	18 250 000,00	414 859,51	-	-	30 734 512,94	13 097 114,39
R5111	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	30 354,43
R5112	Administração Central - Outras entidades	12 069 653,43	18 250 000,00	414 859,51	-	-	30 734 512,94	13 066 759,96
R5113	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
R5114	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
R5115	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
R512	Exterior - EU	-	-	1 835 982,04	-	-	1 835 982,04	4 201 121,50
R513	Outras	-	-	-	-	-	-	-
R52	Subsídios correntes	-	-	548 897,88	-	-	548 897,88	-
R6	Venda de bens e serviços	569 051,42	-	-	-	-	569 051,42	1 727,90
R7	Outras receitas correntes	1 475 607,96	-	-	-	-	1 475 607,96	307 267,09
	<b>Receita de capital</b>	<b>4 431,24</b>	<b>10 000 000,00</b>	-	-	-	<b>10 004 431,24</b>	<b>466,75</b>
R8	Venda de bens de investimento	4 431,24	-	-	-	-	4 431,24	466,75
R9	Transferências e subsídios de Capital	-	10 000 000,00	-	-	-	10 000 000,00	-
R91	Transferências de capital	-	10 000 000,00	-	-	-	10 000 000,00	-
R911	Administrações Públicas	-	10 000 000,00	-	-	-	10 000 000,00	-
R9111	Administração Central - Estado	-	10 000 000,00	-	-	-	10 000 000,00	-
R9112	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
R9113	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
R9114	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
R9115	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
R912	Exterior - EU	-	-	-	-	-	-	-
R913	Outras	-	-	-	-	-	-	-
R92	Subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	63 130,66	-	-	-	-	63 130,66	18 067,09
	<b>Receita efetiva (2)</b>	<b>21 074 178,75</b>	<b>28 250 000,00</b>	<b>2 799 739,43</b>	-	-	<b>52 123 918,18</b>	<b>24 596 901,09</b>
	<b>Receita não efetiva (3)</b>	<b>118 529 773,16</b>	-	-	-	-	<b>118 529 773,16</b>	<b>140 972 288,07</b>
R12	Receita com ativos financeiros	118 529 773,16	-	-	-	-	118 529 773,16	129 472 288,07
R13	Receita com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	11 500 000,00
	Soma (4) = (1)+(2)+(3)	156 438 780,37	28 926 723,00	2 799 739,43	926 204,67	-	189 091 447,47	186 646 610,51
	<b>Operações de tesouraria (B)</b>	-	-	-	-	<b>82 492 840,96</b>	<b>82 492 840,96</b>	<b>260 879 856,42</b>

Pagamentos:

Rúbrica	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					Total	n-1
		Receitas Próprias	Receitas Gerais	Financiamento U.E	Empréstimos	Fundos Alheios		
	<b>Despesa corrente</b>	<b>28 445 916,66</b>	<b>18 125 648,98</b>	<b>2 558 406,08</b>	<b>926 204,67</b>	-	<b>50 056 176,39</b>	<b>44 689 531,68</b>
D1	Despesa com o pessoal	10 092 350,85	16 992 164,01	1 073 796,59	-	-	28 158 311,45	28 105 516,02
D11	Remunerações certas e permanentes	7 093 899,81	13 240 652,07	843 877,20	-	-	21 178 429,08	19 819 454,59
D12	Abonos variáveis ou eventuais	491 859,85	262 151,28	47 984,64	-	-	801 995,77	1 606 997,91
D13	Segurança Social	2 506 591,19	3 489 360,66	181 934,75	-	-	6 177 886,60	6 679 063,52
D2	Aquisição de bens e serviços	14 511 259,00	395 272,97	1 110 383,97	-	-	16 016 915,94	14 685 428,47
D3	Juros e outros encargos	202 657,93	-	-	-	-	202 657,93	272 314,88
D4	Transferências e subsídios correntes	3 019 089,76	735 226,00	374 224,27	926 204,67	-	5 054 744,70	1 108 479,86
D41	Transferências Correntes	3 019 089,76	735 226,00	374 224,27	926 204,67	-	5 054 744,70	1 108 479,86
D411	Administrações Públicas	1 102 228,89	7 008,00	369 830,12	-	-	1 479 067,01	760 838,46
D4111	Administração Central - Estado Português	805 616,05	-	-	-	-	805 616,05	701 921,78
D4112	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
D4113	Segurança Social	296 612,84	7 008,00	369 830,12	-	-	673 450,96	58 916,68
D4114	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
D4115	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
D412	Entidades no setor não lucrativo	-	-	-	-	-	-	-
D413	Famílias	1 349 372,13	728 218,00	4 323,65	926 204,67	-	3 008 118,45	68 052,93
D414	Outras	567 488,74	-	70,50	-	-	567 559,24	279 588,47
D42	Subsídios Correntes	-	-	-	-	-	-	-
D5	Outras despesas correntes	620 559,12	2 986,00	1,25	-	-	623 546,37	517 792,45
	<b>Despesa de capital</b>	<b>23 065 952,51</b>	<b>9 501 330,75</b>	<b>193 881,01</b>	-	-	<b>32 761 164,27</b>	<b>10 866 437,08</b>
D6	Aquisição de bens de capital	400 672,10	-	193 881,01	-	-	594 553,11	436 454,09
D7	Transferências e subsídios de Capital	22 665 280,41	9 501 330,75	-	-	-	32 166 611,16	10 429 982,99
D71	Transferências de Capital	22 665 280,41	9 501 330,75	-	-	-	32 166 611,16	10 429 982,99
D711	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
D7111	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-
D7112	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
D7113	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
D7114	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
D7115	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
D712	Entidades no setor não lucrativo	-	-	-	-	-	-	-
D713	Famílias	-	-	-	-	-	-	-
D714	Outras	22 665 280,41	9 501 330,75	-	-	-	32 166 611,16	10 429 982,99
D72	Subsídios de Capital	-	-	-	-	-	-	-
D8	Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Despesa efetiva (5)</b>	<b>51 511 869,17</b>	<b>27 626 979,73</b>	<b>2 752 287,09</b>	<b>926 204,67</b>	-	<b>82 817 340,66</b>	<b>55 555 968,76</b>
	<b>Despesa não efetiva (6)</b>	<b>91 400 000,00</b>	-	-	-	-	<b>91 400 000,00</b>	<b>111 800 000,00</b>
D9	Despesa com ativos financeiros	91 400 000,00	-	-	-	-	91 400 000,00	111 800 000,00
D10	Despesa com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Soma (7) = (5)+(6)</b>	<b>142 911 869,17</b>	<b>27 626 979,73</b>	<b>2 752 287,09</b>	<b>926 204,67</b>	-	<b>174 217 340,66</b>	<b>167 355 968,76</b>
	<b>Operações de tesouraria (C)</b>	-	-	-	-	<b>84 495 430,30</b>	<b>84 495 430,30</b>	<b>264 695 723,61</b>
	<b>Saldo para a gerência seguinte</b>	<b>13 526 911,20</b>	<b>1 299 743,27</b>	<b>47 452,34</b>	-	<b>8 749 034,27</b>	<b>23 623 141,08</b>	<b>20 408 400,24</b>
	Operações orçamentais (8)=(4)-(7)	13 526 911,20	1 299 743,27	47 452,34	-	-	14 874 106,81	19 290 641,75
	Operações de tesouraria (D)=(A)+(B)-(C)	-	-	-	-	8 749 034,27	8 749 034,27	1 117 758,49
	<b>Saldo global (2)-(5)</b>	<b>- 30 437 690,42</b>	<b>623 020,27</b>	<b>47 452,34</b>	<b>- 926 204,67</b>	-	<b>- 30 693 422,48</b>	<b>- 30 959 067,67</b>
	Despesa primária	51 309 211,24	27 626 979,73	2 752 287,09	926 204,67	-	82 614 682,73	55 283 653,88
	Saldo corrente	- 7 439 299,81	124 351,02	241 333,35	- 926 204,67	-	- 7 999 820,11	- 20 111 164,43
	Saldo de capital	- 23 061 521,27	498 669,25	193 881,01	-	-	- 22 756 733,03	- 10 865 970,33
	Saldo primário	- 30 235 032,49	623 020,27	47 452,34	- 926 204,67	-	- 30 490 764,55	- 30 686 752,79
	<b>Receita total (1)+(2)+(3)</b>	<b>156 438 780,37</b>	<b>28 926 723,00</b>	<b>2 799 739,43</b>	<b>926 204,67</b>	-	<b>189 091 447,47</b>	<b>186 646 610,51</b>
	<b>Despesa total (5)+(6)</b>	<b>142 911 869,17</b>	<b>27 626 979,73</b>	<b>2 752 287,09</b>	<b>926 204,67</b>	-	<b>174 217 340,66</b>	<b>167 355 968,76</b>

Em 2025, a AICEP registou um saldo global negativo de 30,69 milhões de Euros, traduzindo uma ligeira melhoria face ao período homólogo (aproximadamente +265 mil Euros). Contudo, importa salientar que este desempenho se encontra fortemente condicionado pela aplicação de saldos de gerência transitados, cuja utilização foi autorizada ao abrigo de diversos despachos do Ministério das Finanças, com impacto direto na execução da despesa e consequente redução do saldo global.

Em particular, destacam-se as seguintes autorizações:

- i. Despacho n.º 70/2025/SEAO, de 13 de fevereiro, que autorizou a aplicação de saldos de gerência no montante de 15.565.785 Euros, destinados a suportar encargos com a participação de Portugal na Expo 2025 Osaka Kansai, tendo a execução no exercício ascendido a 10,07 milhões de Euros, com impacto direto na diminuição do saldo global;
- ii. Despacho n.º 18/2025/SEAO, de 30 de junho, que autorizou a aplicação de saldos de gerência, provenientes de reembolsos de fundos europeus (FF 523), no montante de 6.861.308 Euros, para financiamento de projetos no âmbito do Aviso n.º 11/SI/2021;

iii. Despacho n.º 214/2025/SEAO, de 3 de outubro, que autorizou um reforço adicional, igualmente suportado por saldos transitados (FF 523), no montante de 20.147.910 Euros, destinado à continuidade do financiamento de projetos no âmbito do Aviso n.º 11/SI/2021.

A execução dos dois despachos n.º 18/2025/SEAO e n.º 214/2025/SEAO, no exercício, ascendeu a 22,67 milhões de Euros, com impacto relevante na redução do saldo global.

No seu conjunto, estas autorizações traduziram-se numa execução de despesa financiada por saldos de gerência no montante global de aproximadamente 32,87 milhões de Euros, constituindo um fator determinante para o nível de despesa observado no exercício.

Neste contexto, importa salientar que o saldo global negativo apurado no exercício se encontra fortemente influenciado por estas operações de natureza extraordinária. Com efeito, expurgando o impacto da execução da despesa financiada por saldos de gerência, o saldo global do exercício apresentaria um valor positivo, estimado em cerca de 2,18 milhões de Euros.

## 2.2. Demonstração de execução orçamental da receita

Esta demonstração explicita todas as fases e eventos da execução orçamental da receita, em coluna, organizada pelas diversas rúbricas detalhadas. O traçado do layout apresentado para esta demonstração decorre da Norma Técnica n.º 1/2017 e da informação enviada para o S3CP – Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas.

Rúbrica	Descrição	Receitas por cobrar		Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas		Receitas por cobrar no final do período	Grau de execução orçamental		
		Previsões corrigidas	de períodos anteriores				Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente		Total	Períodos anteriores	Período corrente
		(1)	(2)				(3)	(4)	(5)	(6)		(7)	(8)	(9)
<b>Receita corrente</b>		<b>49 060 956,00</b>	<b>2 799 571,32</b>	<b>43 752 022,79</b>	<b>4 477 867,91</b>	<b>42 257 289,85</b>	<b>200 933,57</b>	<b>200 933,57</b>	<b>39 390,78</b>	<b>42 016 965,50</b>	<b>42 056 356,28</b>	<b>17 369,92</b>	<b>1,41%</b>	<b>85,64%</b>
R1 Receita fiscal		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R1.1 Impostos diretos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R1.2 Impostos indiretos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R2 Contribuições para sistema de proteção social e subsistemas de saúde		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R3 Taxas, multas e outras penalidades		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R4 Redimentos de propriedade		6 892 307,00	-	6 892 304,04	-	6 892 304,04	-	-	-	6 892 304,04	6 892 304,04	-	-	100,00%
R5 Transferências e subsídios correntes		40 123 987,00	2 750 000,00	34 844 686,98	4 475 294,12	33 320 325,42	200 932,56	200 932,56	-	33 119 392,86	33 119 392,86	-	0,00%	82,54%
R5.1 Transferências Correntes		37 257 671,00	2 750 000,00	34 295 789,10	4 475 294,12	32 771 427,54	200 932,56	200 932,56	-	32 570 494,98	32 570 494,98	-	0,00%	87,42%
R5.1.1 Administrações Públicas		31 595 043,00	2 750 000,00	32 459 807,06	4 475 294,12	30 935 445,50	200 932,56	200 932,56	-	30 734 512,94	30 734 512,94	-	0,00%	97,28%
R5.1.1.1 Administração Central - Estado		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		31 595 043,00	2 750 000,00	32 459 807,06	4 475 294,12	30 935 445,50	200 932,56	200 932,56	-	30 734 512,94	30 734 512,94	-	0,00%	97,28%
R5.1.1.3 Segurança Social		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.4 Administração Regional		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.5 Administração Local		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.2 Exterior - EU		5 662 628,00	-	1 835 982,04	-	1 835 982,04	-	-	-	1 835 982,04	1 835 982,04	-	-	32,42%
R5.1.3 Outras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.2 Subsídios correntes		2 866 316,00	-	548 897,88	-	548 897,88	-	-	-	548 897,88	548 897,88	-	-	19,15%
R6 Venda de bens e serviços		569 053,00	221,40	568 830,02	-	569 051,42	-	-	221,40	568 830,02	569 051,42	-	100,00%	99,96%
R7 Outras receitas correntes		1 475 609,00	49 349,92	1 446 201,75	2 573,79	1 475 608,97	1,01	1,01	39 169,38	1 436 438,58	1 475 607,96	17 369,92	79,37%	23,05%
<b>Receita de capital</b>		<b>637 775 095,00</b>	<b>-</b>	<b>148 462 596,69</b>	<b>1 427 505,50</b>	<b>148 462 596,69</b>	<b>1 427 505,50</b>	<b>1 427 505,50</b>	<b>-</b>	<b>147 035 091,19</b>	<b>147 035 091,19</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23,05%</b>
R8 Venda de bens de investimento		4 432,00	-	4 431,24	-	4 431,24	-	-	-	4 431,24	4 431,24	-	-	99,98%
R9 Transferências e subsídios de Capital		500 740 000,00	-	10 000 000,00	-	10 000 000,00	-	-	-	10 000 000,00	10 000 000,00	-	-	2,00%
R9.1 Transferências de Capital		500 740 000,00	-	10 000 000,00	-	10 000 000,00	-	-	-	10 000 000,00	10 000 000,00	-	-	2,00%
R9.1.1 Administrações Públicas		500 740 000,00	-	10 000 000,00	-	10 000 000,00	-	-	-	10 000 000,00	10 000 000,00	-	-	2,00%
R9.1.1.1 Administração Central - Estado		500 000 000,00	-	10 000 000,00	-	10 000 000,00	-	-	-	10 000 000,00	10 000 000,00	-	-	2,00%
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		740 000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%
R9.1.1.3 Segurança Social		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.4 Administração Regional		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.5 Administração Local		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.2 Exterior - EU		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.3 Outras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.2 Subsídios de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R10 Outras receitas de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos		63 131,00	-	63 130,66	-	63 130,66	-	-	-	63 130,66	63 130,66	-	-	100,00%
R12 Receita com ativos financeiros		118 529 775,00	-	119 957 278,66	1 427 505,50	119 957 278,66	1 427 505,50	1 427 505,50	-	118 529 773,16	118 529 773,16	-	-	100,00%
R13 Receita com passivos financeiros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo da gerência anterior - operações orçamentais</b>		<b>18 437 757,00</b>	<b>-</b>	<b>18 437 756,13</b>	<b>-</b>	<b>18 437 756,13</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18 437 756,13</b>	<b>18 437 756,13</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total</b>		<b>686 836 051,00</b>	<b>2 799 571,32</b>	<b>192 214 619,48</b>	<b>5 905 373,41</b>	<b>190 719 886,54</b>	<b>1 628 439,07</b>	<b>1 628 439,07</b>	<b>39 390,78</b>	<b>189 052 056,69</b>	<b>189 091 447,47</b>	<b>17 369,92</b>	<b>1,41%</b>	<b>27,53%</b>

### 2.3. Demonstração de execução orçamental da despesa

Esta demonstração explicita todas as fases e eventos da execução orçamental da despesa, em coluna, organizada pelas diversas rúbricas detalhadas. O traçado do layout apresentado para esta demonstração decorre da Norma Técnica n.º 1/2017 e da informação enviada para o S3CP – Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas.

Rúbrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
							(1)	(2)	(3)				
<b>Despesa corrente</b>		<b>766 992,59</b>	<b>66 982 610,00</b>	<b>235 119,00</b>	<b>52 435 127,75</b>	<b>50 884 403,84</b>	<b>765 896,16</b>	<b>49 290 280,23</b>	<b>50 056 176,39</b>	<b>1 550 723,91</b>	<b>828 227,45</b>	<b>1,14%</b>	<b>73,59%</b>
D1 Despesa com o pessoal		724 006,07	32 138 896,00	-	28 924 269,94	28 907 846,10	722 930,76	27 435 380,69	28 158 311,45	<b>16 423,84</b>	749 534,65	2,25%	85,37%
D1.1 Remunerações certas e permanentes		348 526,23	23 850 240,00	-	21 522 928,31	21 522 928,31	348 526,23	20 829 902,85	21 178 429,08	-	344 499,23	1,46%	87,34%
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais		24 501,90	991 539,00	-	849 616,27	837 024,72	24 501,90	777 493,87	801 995,77	<b>12 591,55</b>	35 028,95	2,47%	78,41%
D1.3 Segurança Social		350 979,94	7 297 117,00	-	6 551 725,36	6 547 893,07	349 902,63	5 827 983,97	6 177 886,60	<b>3 832,29</b>	370 006,47	4,80%	79,87%
D2 Aquisição de bens e serviços		41 865,86	25 045 448,00	68 254,00	17 624 969,30	16 093 964,85	41 846,74	15 975 069,20	16 016 915,94	<b>1 531 004,45</b>	77 048,91	0,17%	63,78%
D3 Juros e outros encargos		-	282 965,00	-	202 657,93	202 657,93	-	202 657,93	202 657,93	-	-	0,00%	71,62%
D4 Transferências e subsídios correntes		1 118,66	8 694 437,00	-	5 059 609,28	5 056 313,66	1 118,66	5 053 626,04	5 054 744,70	3 295,62	1 568,96	0,01%	58,12%
D4.1 Transferências Correntes		1 118,66	8 694 437,00	-	5 059 609,28	5 056 313,66	1 118,66	5 053 626,04	5 054 744,70	3 295,62	1 568,96	0,01%	58,12%
D4.1.1 Administrações Públicas		592,32	2 051 898,00	-	1 483 665,16	1 480 369,54	592,32	1 478 474,69	1 479 067,01	3 295,62	1 302,53	0,03%	72,05%
D4.1.1.1 Administração Central - Estado		-	810 175,00	-	809 643,28	806 347,66	-	805 616,05	805 616,05	<b>3 295,62</b>	731,61	0,00%	99,44%
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.3 Segurança Social		592,32	1 241 723,00	-	674 021,88	674 021,88	592,32	672 858,64	673 450,96	-	570,92	0,05%	54,19%
D4.1.1.4 Administração Regional		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.5 Administração Local		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.2 Entidades no setor não lucrativo		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.3 Famílias		526,34	5 429 311,00	-	3 008 384,88	3 008 384,88	526,34	3 007 592,11	3 008 118,45	-	266,43	0,01%	55,40%
D4.1.4 Outras		-	1 213 228,00	-	567 559,24	567 559,24	-	567 559,24	567 559,24	-	-	0,00%	46,78%
D4.2 Subsídios Correntes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D5 Outras despesas correntes		-	820 864,00	166 865,00	623 621,30	623 621,30	-	623 546,37	623 546,37	-	74,93	0,00%	75,96%
<b>Despesa de capital</b>		<b>15 094,42</b>	<b>617 233 082,00</b>	<b>-</b>	<b>124 164 531,49</b>	<b>124 164 338,68</b>	<b>15 094,42</b>	<b>124 146 069,85</b>	<b>124 161 164,27</b>	<b>192,81</b>	<b>3 174,41</b>	<b>0,00%</b>	<b>20,11%</b>
D6 Aquisição de bens de capital		15 094,42	1 903 849,00	-	597 920,33	597 727,52	15 094,42	579 458,69	594 553,11	<b>192,81</b>	3 174,41	0,79%	30,44%
D7 Transferências e subsídios de Capital		-	33 929 232,00	-	32 166 611,16	32 166 611,16	-	32 166 611,16	32 166 611,16	-	-	0,00%	94,81%
D7.1 Transferências de capital		-	33 929 232,00	-	32 166 611,16	32 166 611,16	-	32 166 611,16	32 166 611,16	-	-	0,00%	94,81%
D7.1.1 Administrações Públicas		-	177 461,00	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
D7.1.1.1 Administração Central - Estado		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		-	177 461,00	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
D7.1.1.3 Segurança Social		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.4 Administração Regional		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.5 Administração Local		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.2 Instituições sem fins lucrativos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.3 Famílias		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.4 Outras		-	33 751 771,00	-	32 166 611,16	32 166 611,16	-	32 166 611,16	32 166 611,16	-	-	0,00%	95,30%
D7.2 Subsídios de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D8 Outras despesas de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D9 Despesa com ativos financeiros		-	581 400 001,00	-	91 400 000,00	91 400 000,00	-	91 400 000,00	91 400 000,00	-	-	0,00%	15,72%
D10 Despesa com passivos financeiros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>782 087,01</b>	<b>684 215 692,00</b>	<b>235 119,00</b>	<b>176 599 659,24</b>	<b>175 048 742,52</b>	<b>780 990,58</b>	<b>173 436 350,08</b>	<b>174 217 340,66</b>	<b>1 550 916,72</b>	<b>831 401,86</b>	<b>0,11%</b>	<b>25,35%</b>

## 2.4. Anexo às demonstrações orçamentais

A informação contida nas demonstrações orçamentais, sendo extremamente relevante, é insuficiente para proporcionar uma visão completa acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das várias fases das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental. Assim, o Anexo às demonstrações orçamentais, inclui informação adicional, alguma não financeira, havendo a possibilidade de ser divulgada informação suplementar, em simultâneo com as demonstrações orçamentais com a finalidade de proporcionar uma imagem integral das atividades da entidade durante o período de relato, sendo mesmo incentivadas, vide nº48 da NCP-26, a divulgar informação acerca do cumprimento das leis, regulamentos ou regras impostas externamente.

### I. Alterações orçamentais da receita

Destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que tenham ocorrido no período de relato devendo as rubricas da receita ter um grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações, entretanto ocorridas.

Rúbricas	Tipo	Receita					Previsões corrigidas	Obs.
		Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas		
			Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos especiais			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)	
R4 - Rendimentos de propriedade	P/M	6 516 600,00	1 040 944,00	665 237,00	-	6 892 307,00		
R5 - Transferências e subsídios correntes	P/M	42 423 439,00	5 409 293,00	7 708 745,00	-	40 123 987,00		
R5.1 - Transferências Correntes	P/M	38 666 295,00	1 652 149,00	3 060 773,00	-	37 257 671,00		
R5.1.1 - Administrações Públicas	P/M	31 521 861,00	1 258 775,00	1 185 593,00	-	31 595 043,00		
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	P/M	-	-	-	-	-		
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	P/M	31 521 861,00	1 258 775,00	1 185 593,00	-	31 595 043,00		
R5.1.2 - Exterior - U E	P/M	7 142 934,00	393 374,00	1 873 680,00	-	5 662 628,00		
R5.1.3 Outras	P/M	1 500,00	-	1 500,00	-	-		
R5.2 - Subsídios correntes	P/M	3 757 144,00	3 757 144,00	4 647 972,00	-	2 866 316,00		
R6 - Venda de bens e serviços	P/M	6 500,00	568 619,00	6 066,00	-	569 053,00		
R7 - Outras Receitas Correntes	P/M	150 000,00	2 396 361,00	1 070 752,00	-	1 475 609,00		
R8 - Venda de bens de investimento	P/M	-	8 432,00	4 000,00	-	4 432,00		
R9 - Transferências e subsídios de capital	P/M	500 740 000,00	-	-	-	500 740 000,00		
R9.1 - Transferências de capital	P/M	500 740 000,00	-	-	-	500 740 000,00		
R9.1.1 - Administrações Públicas	P/M	500 740 000,00	-	-	-	500 740 000,00		
R9.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	P/M	500 000 000,00	-	-	-	-		
R9.1.1.2 - Administração Central - outras entidades	P/M	740 000,00	-	-	-	740 000,00		
R9.1.2 - Exterior - U E	P/M	-	-	-	-	-		
R11 - Reposições não abatidas aos pagamentos	P/M	-	63 131,00	-	-	63 131,00		
R12 - Receita com ativos financeiros	P/M	-	118 529 775,00	-	-	118 529 775,00		
R13 - Receita com passivos financeiros	P/M	-	-	-	-	-		
R14 - Saldo de gerência anterior - operações orçamentais	P/M	-	18 437 757,00	-	-	18 437 757,00		
<b>Total</b>		<b>549 836 539,00</b>	<b>146 454 312,00</b>	<b>9 454 800,00</b>	<b>-</b>	<b>686 836 051,00</b>		

## II. Alterações orçamentais da despesa

À semelhança da demonstração das alterações orçamentais da receita, a demonstração das alterações orçamentais da despesa destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que tenham ocorrido no período de relato devendo as rubricas da despesa ter um grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações, entretanto ocorridas.

Rúbricas	Tipo	Despesa					Dotações corrigidas	Obs.
		Dotações iniciais	Alterações orçamentais			Dotações corrigidas		
			Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos especiais			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)	
D1 - Despesas Com o Pessoal	P/M	31 754 102,00	5 100 778,00	4 715 984,00	-	32 138 896,00		
D1.1 - Remunerações certas e permanentes	P/M	23 959 554,00	3 431 830,00	3 541 144,00	-	23 850 240,00		
D1.2 - Abonos variáveis ou eventuais	P/M	460 818,00	654 788,00	124 067,00	-	991 539,00		
D1.3 - Segurança social	P/M	7 333 730,00	1 014 160,00	1 050 773,00	-	7 297 117,00		
D2 - Aquisição de bens e serviços	P/M	11 379 660,00	24 394 985,00	10 729 197,00	-	25 045 448,00		
D3 - Juros e outros encargos	P/M	-	345 020,00	62 055,00	-	282 965,00		
D4 - Transferências e Subsídios Correntes	P/M	4 130 919,00	10 500 925,00	5 937 407,00	-	8 694 437,00		
D4.1 - Transferências Correntes	P/M	4 130 919,00	10 500 925,00	5 937 407,00	-	8 694 437,00		
D4.1.1 - Administrações Públicas	P/M	-	2 812 142,00	760 244,00	-	2 051 898,00		
D4.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	P/M	-	1 196 869,00	386 694,00	-	810 175,00		
D4.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	P/M	-	-	-	-	-		
D4.1.1.3 - Segurança Social	P/M	-	1 615 273,00	373 550,00	-	1 241 723,00		
D4.1.3 Famílias	P/M	3 558 555,00	6 475 555,00	4 604 799,00	-	5 429 311,00		
D4.1.4 Outras	P/M	572 364,00	1 213 228,00	572 364,00	-	1 213 228,00		
D5 - Outras despesas correntes	P/M	561 400,00	400 802,00	141 338,00	-	820 864,00		
D6 - Aquisição de bens de capital	P/M	1 832 997,00	859 945,00	789 093,00	-	1 903 849,00		
D7 - Transferências e subsídios de capital	P/M	177 461,00	37 009 218,00	3 257 447,00	-	33 929 232,00		
D7.1 - Transferências de Capital	P/M	177 461,00	37 009 218,00	3 257 447,00	-	33 929 232,00		
D7.1.1.2 - Administração Central - Estado Português	P/M	177 461,00	-	-	-	177 461,00		
D7.1.4 Outras	P/M	-	37 009 218,00	3 257 447,00	-	33 751 771,00		
D9 - Despesa com ativos financeiros	P/M	500 000 000,00	91 400 001,00	10 000 000,00	-	581 400 001,00		
<b>Total</b>		<b>549 836 539,00</b>	<b>170 011 674,00</b>	<b>35 632 521,00</b>	<b>-</b>	<b>684 215 692,00</b>		

### III. Operações de Tesouraria

Códigos das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
07.1.1 / 07.2.1	Recebimentos / pagamentos por Intermediação de fundos	-	-	-	-
07.1.2.1.1 / 07.2.1.1	Autarquias Locais	-	-	-	-
07.1.2.1.2 / 07.2.2.1.2	Entidade Contabilística Estado	-	-	-	-
07.1.2.1.3 / 07.2.2.1.3	Região Autónoma Açores	-	-	-	-
07.1.2.1.4 / 07.2.2.1.4	Região Autónoma Madeira	-	-	-	-
07.1.2.1.5 / 07.2.2.1.5	Outras entidades beneficiárias	-	-	-	-
07.1.2.2 / 07.2.2.2	Receita não Fiscal	-	-	-	-
07.1.3 / 07.2.3	Constituição e reforço/devolução de cauções e garantias	(21 796,91)	37 914,25	21 438,59	(5 321,25)
07.1.4 / 07.2.4	Cobrança/Entrega de recursos próprios europeus	-	-	-	-
07.1.5 / 07.2.5	Receção/receitas de receitas próprias – duplo cabimento	-	-	-	-
07.1.6 / 07.2.6	Retenções - Transição para o SNC-AP	-	-	-	-
07.2.8	Conversão de operações de tesouraria em receita orçamental	-	-	-	-
07.1.9 / 07.2.9	Outras receitas/despesas de operações tesouraria	10 773 420,52	82 454 926,71	84 473 991,71	8 754 355,52
<b>Total</b>		<b>10 751 623,61</b>	<b>82 492 840,96</b>	<b>84 495 430,30</b>	<b>8 749 034,27</b>

#### IV. Transferências e subsídios

##### Concedidos

A informação relativa a transferências e subsídios é também de grande importância, dado que permite acompanhar a intervenção do Estado na economia, e que tipos de apoio são concedidos.

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária	Despesas orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício	Obs.
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(5)-(6)	(8)	(9)
<b>Transferências correntes</b>									
040301	Nº 10 Art. 8º DLEO 2025	Entrega dos rendimentos de depósitos e aplica. fin. fora do IGC	Agência de Gestão da Tesouraria e Dívida Pública	409,95	409,95	409,95	-	-	-
040301	Acordos Colocalização	Comparticipação de encargos	Embaixadas de Portugal no Mundo	805 937,71	805 937,71	805 206,10	731,61	-	-
040900	Estágios	Estágios Profissionais	Segurança Social	8 383,12	8 383,12	8 383,12	-	-	-
040900	Estágios	Estágios INOV Contacto	Segurança Social	665 638,76	665 638,76	665 067,84	570,92	-	-
040902	Estágios	Estágios Profissionais	Vários Estagiários	39 314,65	39 314,65	39 314,65	-	-	-
040902	Estágios	Estágios INOV Contacto	Vários Estagiários	2 969 070,23	2 969 070,23	2 968 803,80	266,43	-	-
040901	Programa Inov Contacto	Estágios INOV Contacto	AD&C	70,50	70,50	70,50	-	-	-
040902	WebSummit	WebSummit	Connected Intelligence Ltd	567 488,74	567 488,74	567 488,74	-	-	-
<b>Total Transferências correntes</b>				<b>5 056 313,66</b>	<b>5 056 313,66</b>	<b>5 054 744,70</b>	<b>1 568,96</b>	-	-
<b>Transferências de capital</b>									
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	Ferpinta - Indústrias de Tubos de Aço de Fernando Pinho	2 439 245,28	2 439 245,28	2 439 245,28	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	Groz-Beckert Portuguesa, Unipessoal Lda	1 511 740,52	1 511 740,52	1 511 740,52	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	Bial - Portela & Ca, S.A.	344 474,28	344 474,28	344 474,28	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	Silvex - Indústria de Plásticos e Papéis, S.A.	27 336,02	27 336,02	27 336,02	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	SOGRAPE VINHOS, S.A	370 601,30	370 601,30	370 601,30	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	Universidade de Coimbra	210 103,38	210 103,38	210 103,38	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	Universidade do Minho	508 703,62	508 703,62	508 703,62	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	GLINTT - Healthcare Solutions, S.A.	82 247,28	82 247,28	82 247,28	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	APTIVPORT SERVICES, S.A.	2 510 595,69	2 510 595,69	2 510 595,69	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	Instituto Pedro Nunes - Associação para a Inovação, Des	126 719,74	126 719,74	126 719,74	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	Instituto de Telecomunicações	681 365,29	681 365,29	681 365,29	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	RAIZ - Instituto de Investigação da Floresta e Papel	42 582,39	42 582,39	42 582,39	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	Glintt Global, S.A.	33 026,69	33 026,69	33 026,69	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	Alitica Labs, S.A.	3 077 690,95	3 077 690,95	3 077 690,95	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	Kenfinity, S.A.	239 152,55	239 152,55	239 152,55	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	IKEA Industry Portugal, Lda	365 349,58	365 349,58	365 349,58	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia (INL)	101 149,88	101 149,88	101 149,88	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	Associação Fraunhofer Portugal Research	145 893,51	145 893,51	145 893,51	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	MC Share Services, S.A.	138 647,58	138 647,58	138 647,58	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, IJ	158 055,72	158 055,72	158 055,72	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	Hanon Systems Portugal, S.A.	1 643 327,96	1 643 327,96	1 643 327,96	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	CS WIND PORTUGAL, SA	5 389 376,40	5 389 376,40	5 389 376,40	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	Tridonic Portugal, Unipessoal, Lda.	1 757 417,25	1 757 417,25	1 757 417,25	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	BIAL - R&D INVESTMENTS, S.A.	760 475,55	760 475,55	760 475,55	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso MPR-2023-6	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	Vicaima - Indústria de Madeiras e Derivados, S.A.	395 807,91	395 807,91	395 807,91	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso MPR-2023-6	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	Preh Portugal, Lda.	1 655 616,60	1 655 616,60	1 655 616,60	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso MPR-2023-6	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	Biotech, S.A	1 766 142,50	1 766 142,50	1 766 142,50	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso MPR-2023-6	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	ATEP - Amkor Technology Portugal, S.A.	1 890 000,00	1 890 000,00	1 890 000,00	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso MPR-2023-6	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	EUROPASTRY PORTUGAL, S.A.	738 870,00	738 870,00	738 870,00	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso MPR-2023-6	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	Medifair Manufacturing, S.A.	506 986,23	506 986,23	506 986,23	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso MPR-2023-6	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	West Horse Powertrain Portugal, S.A.	693 645,00	693 645,00	693 645,00	-	-	-
060102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso MPR-2023-6	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	Coloplast Manufacturing Portugal, Unipessoal Lda	1 854 262,51	1 854 262,51	1 854 262,51	-	-	-
<b>Total Transferências de capital</b>				<b>32 166 611,16</b>	<b>32 166 611,16</b>	<b>32 166 611,16</b>	-	-	-
<b>Subsídios</b>									
<b>Total Subsídios</b>				-	-	-	-	-	-

## Recebidos

A informação relativa a transferências e subsídios é também de grande importância, dado que permite acompanhar a intervenção do Estado na economia, e que tipos de apoio são recebidos.

Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências/ subsídios ocorrida no exercício	Obs.
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(4)-(5)	(8)	(9)
<b>Transferências correntes</b>								
060307	Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 45-A/2024, de 31 de Dezembro)	Promoção de Portugal no exterior, nos termos contratualizados entre as duas entidades	Turismo de Portugal, I.P.	11 069 653,43	11 069 653,43	-		
060307	Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 45-A/2024, de 31 de Dezembro)	Lei do Orçamento do Estado para 2025	IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	18 250 000,00	18 250 000,00	-		
060307	Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 45-A/2024, de 31 de Dezembro)	Lei do Orçamento do Estado para 2025	Fundo para as Relações Internacionais, IP	1 000 000,00	1 000 000,00	-		-
060311	Decreto-Lei n.º 53-B/2021, de 23 de junho	Financiamento de projetos na medida «Plano de Recuperação e Resiliência»	AMA - Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	414 859,51	414 859,51	-		
060901	Decreto-Lei n.º 159/2014	Regras gerais de aplicação dos programas operacionais e de desenvolvimento rural financiados pelos fundos europeus estruturais e de investimento	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	1 695 852,24	1 695 852,24	-		
060901	Portaria 57-A/2015	Regulamento Especifico do Dominio da Competitividade e Internacionalização	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	140 129,80	140 129,80	-		
<b>Total Transferências correntes</b>				<b>32 570 494,98</b>	<b>32 570 494,98</b>	-		-
<b>Transferências de capital</b>								
100301	Resolução do Conselho de Ministros n.º 39-A/2025	Regime Contratual de Investimento (RCI)	Direção Geral do Tesouro e Finanças	10 000 000,00	10 000 000,00	-		
<b>Total Transferências de capital</b>				<b>10 000 000,00</b>	<b>10 000 000,00</b>	-		-
<b>Subsídios</b>								
080209	Portaria 57-A/2015	Regulamento Especifico do Dominio da Competitividade e Internacionalização	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	548 897,88	548 897,88	-		
<b>Total Subsídios</b>				<b>548 897,88</b>	<b>548 897,88</b>	-		-



Entidade	Denominação	NIPC	Tipo	Contrato				Preço contratual	Prazo de execução	Início de execução (fiscal)	Procedimentos de contratação	Visto do Tribunal de Contas		MECP Lei n.º 30/2021	Contratos adicionais	Contratos COVID-19	Comunicação ao Tribunal de Contas	Data	Data do 1º pagamento - início da execução financeira	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados				
				Data	Valor do contrato	Objeto	Data					Nº registo	Data							Número do registo	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e	Outros trabalhos, incluindo os	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos	Trabalhos de suprimento de erros e
	María Cristiana Henriques Nunes	2320859302	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	10-11-2025	1.450	1.784	51 dias	10-11-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	28-12-2025	1.421	0	0	0	1.421	0	0	0	0			
	Máximo Lourenço Cardoso Francisco	242026403	Aquisição de serviços	Serviços de um espetáculo artístico do artista	13-05-2025	10.600	13.038	70	27-05-2025	Contratação excluída	Não	Não	Não	Não	Não	Não	04-06-2025	10.600	0	0	0	10.600	0	0	0	0			
	Claudio Alexis Rodriguez Castillo	292088973	Aquisição de bens	Bens e serv. - Ajuste direto	23-12-2025	950	1.169	8 dias	23-12-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	29-12-2025	1.169	0	0	0	1.169	0	0	0	0			
	Alfa Investimentos Turísticos, Lda	500014949	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de catering, audiovisual	26-12-2024	17.626	21.114	4	03-01-2025	Ajuste Direto	Não	Não	Não	Não	Não	Não	06-02-2025	21.114	0	0	0	21.114	0	0	0	0			
	Caetano Fórmula, S.A.	500035121	Aquisição de serviços	Revisão da Viatura Renault ZOE	25-07-2025	284	350	25	28-07-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	03-09-2025	350	0	0	0	350	0	0	0	0			
	Caetano Fórmula, S.A.	500035121	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	15-01-2025	54	66	1 dia	15-01-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	06-02-2025	66	0	0	0	66	0	0	0	0			
	C.Santos - Veículos e Peças, S.A.	500035679	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	14-11-2025	1.265	1.556	133	14-11-2024	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	06-05-2025	1.556	0	0	0	1.556	0	0	0	0			
	CTT - Correios de Portugal, S.A.	500077568	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de correio (CTT)	27-01-2025	9.000	9.000	338	27-01-2025	Contratação excluída	Não	Não	Não	Não	Não	Não	11-02-2025	3.152	0	0	0	3.152	0	0	0	0			
	FAMO Comercial - Mobiliário de Escritório, 500109036	500109036	Aquisição de bens	Aquisição de duas secretárias e três cadeira	18-06-2025	2.202	2.708	75	20-06-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	01-10-2025	2.708	0	0	0	2.708	0	0	0	0			
	FAMO Comercial - Mobiliário de Escritório, 500109036	500109036	Aquisição de bens	Aquisição de uma divisória de secretária par	02-10-2025	188	231	24	02-10-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	05-11-2025	231	0	0	0	231	0	0	0	0			
	Barraqueiro Transportes, S.A.	500151997	Aquisição de serviços	Aluguer de autocarro	07-10-2025	2.217	2.350	10	07-10-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	23-12-2025	2.090	0	0	0	2.090	0	0	0	0			
	Auto Pátria, Unipessoal, Lda.	500156212	Aquisição de serviços	Revisão da Viatura Peugeot Partner	26-09-2025	296	364	15	29-09-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	05-11-2025	364	0	0	0	364	0	0	0	0			
	Auto Pátria, Unipessoal, Lda.	500156212	Aquisição de bens	Substituição dos discos de travão dianteiros	17-10-2025	159	196	11	18-10-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	29-11-2025	196	0	0	0	196	0	0	0	0			
	Auto Pátria, Unipessoal, Lda.	500156212	Aquisição de serviços	Reparação de Viatura	28-01-2025	277	340	8	28-01-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	11-02-2025	340	0	0	0	340	0	0	0	0			
	PORTO EDITORA, LDA	500221103	Aquisição de bens	Bens e serv. - Ajuste direto	17-11-2025	189	200	44 dias	17-11-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	29-12-2025	156	0	0	0	156	0	0	0	0			
	RAMIREZ & CA (FILHOS), S.A.	500226601	Aquisição de bens	Produtos à consignação para a Loja do Pavil	07-04-2025	2.100	2.100	115	08-04-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	12-09-2025	720	0	0	0	720	0	0	0	0			
	Securitas - Serviços e Tecnologia de Segur	500243719	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços de Vigilância e Segur	28-11-2023	30.102	37.025	1096	01-01-2024	Consulta Prévia	Não	Não	Não	Não	Não	Não	08-03-2024	12.342	0	0	0	24.684	0	0	0	0			
	Santitas-Produtos de Higiene, S.A.	500245530	Aquisição de bens	Aquisição de consumíveis de higiene (2025)	17-10-2025	4.999	6.148	9	20-10-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	02-12-2025	6.148	0	0	0	6.148	0	0	0	0			
	PricewaterhouseCoopers - MFAS - Manag	500479194	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços em regime Outsourci	09-06-2025	126.467	155.555	549	17-06-2025	Concurso Público Comunitário	Não	Não	Não	Não	Não	Não	02-12-2025	75.169	0	0	0	75.169	0	0	0	0			
	PricewaterhouseCoopers - MFAS - Manag	500479194	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de validação e análise	05-03-2025	74.359	91.462	457	12-03-2025	Consulta Prévia	Não	Não	Não	Não	Não	Não	14-07-2025	77.375	0	0	0	77.375	0	0	0	0			
	CP - Comboio de Portugal, EPE	500498601	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de transporte ferroviá	26-11-2025	24.528	26.000	396	01-12-2025	Contratação excluída	Não	Não	Não	Não	Não	Não	30-11-2025	1.122	0	0	0	1.122	0	0	0	0			
	CP - Comboio de Portugal, EPE	500498601	Aquisição de serviços	Não aplicável	12-02-2025	21.604	22.900	322 dias	12-02-2025	Contratação excluída	Não	Não	Não	Não	Não	Não	12-02-2025	18.509	0	0	0	18.509	0	0	0	0			
	CP - Comboio de Portugal, EPE	500498601	Aquisição de serviços	Serviços de transporte ferroviário	31-10-2023	30.000	31.800	61 dias	31-10-2023	Contratação excluída	Não	Não	Não	Não	Não	Não	28-12-2025	16.321	0	0	0	16.321	0	0	0	0			
	Fábrica de Conservas A Poveira, S.A.	500525757	Aquisição de bens	Aquisição de produtos à consignação para a	07-04-2025	1.605	1.605	115	08-04-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	12-09-2025	341	0	0	0	341	0	0	0	0			
	Chaves do Azeiro - Soluções e Sistemas	500601534	Aquisição de bens	Aquisição de um cofre	15-01-2025	365	449	1	16-01-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	27-01-2025	449	0	0	0	449	0	0	0	0			
	Softpara Automóveis, S.A.	500603880	Aquisição de serviços	Reparação da Viatura	14-01-2025	1.534	1.886	41	15-01-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	10-03-2025	1.886	0	0	0	1.886	0	0	0	0			
	Softpara Automóveis, S.A.	500603880	Aquisição de serviços	Subst. pneus - Volkswagen Sharan [60-FB-93	19-02-2025	210	259	2	19-02-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	24-02-2025	259	0	0	0	259	0	0	0	0			
	Softpara Automóveis, S.A.	500603880	Aquisição de serviços	Reparação e inspeção obrigatória de viatura	06-02-2025	461	567	14	07-02-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	24-02-2025	567	0	0	0	567	0	0	0	0			
	REVIREIS - Indústria de Investimentos de	500674035	Aquisição de bens	Produtos à consignação para a Loja do Pavil	07-02-2025	2.320	2.320	206	07-02-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	04-06-2025	2.320	0	0	0	2.320	0	0	0	0			
	Petroléus de Portugal - Petrogal, S.A.	500697370	Prestação de serviços ao abrigo de	Serviços de manutenção rodoviária	27-12-2023	27.733	1095	14	01-01-2024	Consulta Prévia	Não	Não	Não	Não	Não	Não	04-01-2024	15.050	0	0	0	26.409	0	0	0	0			
	Petroléus de Portugal - Petrogal, S.A.	500697370	Fornecimento de bens ao abrigo de	Fornecimento de combustíveis rodoviários	27-06-2024	87.735	107.914	1095	04-07-2024	Consulta Prévia	Não	Não	Não	Não	Não	Não	26-09-2024	21.025	0	0	0	28.687	0	0	0	0			
	Petroléus de Portugal - Petrogal, S.A.	500697370	Aquisição de serviços	Lavagem de viaturas	02-09-2025	678	834	364	02-09-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	31-10-2025	124	0	0	0	124	0	0	0	0			
	Petroléus de Portugal - Petrogal, S.A.	500697370	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de lavagem das viatur	14-08-2024	1.692	2.081	139 dias	14-08-2024	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	04-01-2024	23	0	0	0	918	0	0	0	0			
	Fundação Calouste Gulbenkian	500745688	Aquisição de bens	Produtos à consignação para a Loja do Pavil	06-02-2025	1.988	1.988	267	06-02-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	04-01-2024	1.988	0	0	0	1.988	0	0	0	0			
	Viarco - Indústria de Lâmpas, Lda.	500751722	Aquisição de bens	Produtos à consignação para a Loja do Pavil	06-02-2025	812	812	115	06-02-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	04-06-2025	812	0	0	0	812	0	0	0	0			
	Sociedade de Construções Rapaesola, Lda	500789886	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de adaptação das ins	13-06-2025	4.280	5.277	92	16-06-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	30-08-2025	5.277	0	0	0	5.277	0	0	0	0			
	Imprensa Nacional - Casa da Moeda, E.P.	500792887	Aquisição de serviços	Anúncios na 2.ª série do DR e no JOUE - 202	14-01-2025	3.000	3.690	352	14-01-2025	Contratação excluída	Não	Não	Não	Não	Não	Não	12-02-2025	2.620	0	0	0	2.620	0	0	0	0			
	Centro de Estudos Sociais	500825840	Aquisição de serviços	Curso - CPA (Princípios, etapas, invalidade,	04-09-2025	648	648	20	05-09-2025	Contratação excluída	Não	Não	Não	Não	Não	Não	02-12-2025	648	0	0	0	648	0	0	0	0			
	Manuel Rui Azinhalis Nabeiro, Lda.	500853975	Aquisição de bens	Não aplicável	16-04-2025	20	25	259 dias	16-04-2025	Contratação excluída	Não	Não	Não	Não	Não	Não	21-04-2025	25	0	0	0	25	0	0	0	0			
	Manuel Rui Azinhalis Nabeiro, Lda.	500853975	Aquisição de bens	Cartão de crédito	08-10-2025	2.401	2.954	2	08-10-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	23-12-2025	2.954	0	0	0	2.954	0	0	0	0			
	EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Lu	500906840	Aquisição de serviços	Não aplicável	01-01-2025	1.132	1.200	366 dias	01-01-2025	Contratação excluída	Não	Não	Não	Não	Não	Não	06-02-2025	777	0	0	0	777	0	0	0	0			
	Associação Portuguesa de Técnicos de Ci	500910847	Aquisição de serviços	Aquisição de cursos formativos ministrad	29-04-2025	1.270	200	246	29-04-2025	Contratação excluída	Não	Não	Não	Não	Não	Não	18-06-2025	240	0	0	0	240	0	0	0	0			
	Ernst & Young, S.A.	500912645	Aquisição de serviços	Serviços de contabilidade e consultoria fisca	13-11-2024	156.000	191.880	638	01-12-2024	Concurso Público	Não	Não	Não	Não	Não	Não	17-04-2025	135.322	0	0	0	135.322	0	0	0	0			
	ANVECAPM - Assoc. Inst. Vestuário e Co	500947937	Aquisição de serviços	Conceção e fornecimento de fardamento p	13-03-2025	42.000	51.660	206	10-04-2025	Ajuste Direto	Não	Não	Não	Não	Não	Não	24-09-2025	51.660	0	0	0								

Entidade	Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	Contrato		Valor do contrato	Preço contratual	Prazo de execução	Início de execução (fiscal)	Procedimentos de contratação	Visto do Tribunal de Contas	MECP Lei n.º 30/2021	Contratos adicionais	Contratos COVID-19	Comunicação ao Tribunal de Contas	Data	Data do pagamento - início de execução financeira	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados						
					Data	Valor do contrato													Nº registo	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento	Outros trabalhos, incluindo os	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimento	Trabalhos de suprimento de materiais	Outros trabalhos, incluindo os		
Digiteira Information Technologies, S.A.	502670355		Aquisição de bens	Aquisição de equipamento informático - LO	25-06-2025	24.000	29.500	40	03-07-2025	Consulta Prévia	Não	Não	Não	Não	Não	Não	12-09-2025	29.500	0	0	0	0	0	29.500	0	0	0	0	0	
IPAI - Instituto Português de Auditoria Inter	502718714		Aquisição de serviços	Formação - Follow up de uma auditoria	20-08-2025	240	295	26	20-08-2025	Contratação excluída	Não	Não	Não	Não	Não	Não	12-09-2025	295	0	0	0	0	0	295	0	0	0	0	0	
IPAI - Instituto Português de Auditoria Inter	502718714		Aquisição de serviços	Aquisição de cursos formativos ministrados	17-04-2025	4.350	5.351	254	21-04-2025	Contratação excluída	Não	Não	Não	Não	Não	Não	23-05-2025	4.213	0	0	0	0	0	4.213	0	0	0	0	0	
Softclub Informática, Lda.	502734922		Aquisição de bens	Etiquetas para teclados	06-02-2025	61	75	18	07-02-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	24-02-2025	75	0	0	0	0	0	75	0	0	0	0	0	
Softclub Informática, Lda.	502734922		Aquisição de bens	Aquisição de tinteiros para a fotocopiadora	26-06-2025	313	385	5	26-06-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	03-07-2025	385	0	0	0	0	0	385	0	0	0	0	0	
MEDEMPRESA - MEDICINA DE EMPRESA, S	502777354		Aquisição de bens	Aquisição de 20 malas de primeiros socorro	14-02-2025	840	1.033	20	14-02-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	12-03-2025	1.033	0	0	0	0	0	1.033	0	0	0	0	0	
Mediávie S.A.	502801034		Aquisição de serviços	Assinatura jornal de Negócios on-line	19-08-2025	94	100	397	19-08-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	06-10-2025	70	0	0	0	0	0	70	0	0	0	0	0	
Albuquerque e Associados - Sociedade de	502920020		Aquisição de serviços	Serviços jurídicos especializados	30-12-2024	3.000	3.690	32	30-12-2024	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	11-02-2025	3.690	0	0	0	0	0	3.690	0	0	0	0	0	0
Vantagem+, Consultores de Formação, L	502929211		Aquisição de serviços	Aquisição do curso - Análise Financeira de	15-04-2025	1.890	2.325	260	15-04-2025	Contratação excluída	Não	Não	Não	Não	Não	Não	15-05-2025	2.325	0	0	0	0	0	2.325	0	0	0	0	0	0
Listopias - Tecnologias de Informação, Lda	502981547		Aquisição de serviços	Licenças Software Adobe Creative Cloud	02-04-2025	1.337	1.644	624	03-04-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	06-05-2025	1.644	0	0	0	0	0	1.644	0	0	0	0	0	0
HerarPrime (ex Alvo - Tecnologias de Inform	502997273		Aquisição de serviços	Aplicação ERP Primavera	02-06-2025	4.550	5.597	212	03-06-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	03-07-2025	5.596	0	0	0	0	0	5.596	0	0	0	0	0	0
HerarPrime (ex Alvo - Tecnologias de Inform	502997273		Aquisição de serviços	Desenvolvimento aplicação OMAHA	27-11-2024	1.484	1.838	30	27-11-2024	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	26-12-2024	919	0	0	0	0	0	919	0	0	0	0	0	0
HerarPrime (ex Alvo - Tecnologias de Inform	502997273		Aquisição de serviços	Serviços de consultoria e de programação d	03-11-2023	5.000	6.150	58	03-11-2023	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	22-12-2023	6.114	0	0	0	0	0	6.114	0	0	0	0	0	0
Stony Catering - Costa Maya & Pinto, Lda.	503001643		Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de catering para a ser	28-11-2025	760	875	5	28-11-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	23-12-2025	562	0	0	0	0	0	562	0	0	0	0	0	0
ANI - Agência Nacional de Inovação, S.A.	503024260		Aquisição de serviços	Contrato de cooperação com ANI, no âmbito	30-07-2024	75.000	92.500	365	06-09-2024	Contratação excluída	Não	Não	Não	Não	Não	Não	30-12-2024	58.647	0	0	0	0	0	58.647	0	0	0	0	0	0
ANI - Agência Nacional de Inovação, S.A.	503024260		Aquisição de serviços	Contrato de Cooperação com a ANI no âmbito	22-01-2025	34.900	42.927	729	22-01-2025	Contratação excluída	Não	Não	Não	Não	Não	Não	01-08-2025	9.656	0	0	0	0	0	9.656	0	0	0	0	0	0
Vitor Hugo - Coordenação e Gestão de Proj	503030460		Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços de Fiscalização e Ger	20-08-2024	407.590	446.349	648	20-08-2024	Concurso Público	Não	Não	Não	Não	Não	Não	03-10-2024	156.110	0	0	0	0	0	156.110	0	0	0	0	0	0
Extinrisco - Comércio e Manutenção de Ec	50303103918		Aquisição de serviços	Serviços manutenção equipamento contra i	20-10-2025	2.408	2.961	718	20-10-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	02-12-2025	1.943	0	0	0	0	0	1.943	0	0	0	0	0	0
Extinrisco - Comércio e Manutenção de Ec	50303103918		Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de manutenção preve	11-12-2024	420	517	751	11-12-2024	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	30-12-2024	172	0	0	0	0	0	172	0	0	0	0	0	0
Extinrisco - Comércio e Manutenção de Ec	50303103918		Aquisição de serviços	Serviços manutenção sistema Detecção de I	17-02-2025	107	132	58	17-02-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	19-03-2025	132	0	0	0	0	0	132	0	0	0	0	0	0
5031300311			Aquisição de bens	Bandeiras	10-03-2025	792	974	2	10-03-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	13-03-2025	974	0	0	0	0	0	974	0	0	0	0	0	0
Primavera - Business Software Solutions, 503140600			Aquisição de serviços	Aquisição de até 90 dias de acompanhamento	12-02-2024	44.888	56.212	704	28-02-2024	Concurso Público	Não	Não	Não	Não	Não	Não	10-04-2024	9.570	0	0	0	0	0	9.570	0	0	0	0	0	0
Primavera - Business Software Solutions, 503140600			Aquisição de serviços	Manutenção de software para as tecnologia	11-05-2023	85.092	104.663	234	11-05-2023	Concurso Público	Não	Não	Não	Não	Não	Não	06-07-2023	35.275	0	0	0	0	0	35.275	0	0	0	0	0	0
Primavera - Business Software Solutions, 503140600			Aquisição de serviços	Aquisição de serviço de Suporte - Serviços D	06-11-2024	13.580	16.703	447	11-11-2024	Consulta Prévia	Não	Não	Não	Não	Não	Não	20-11-2024	12.527	0	0	0	0	0	12.527	0	0	0	0	0	0
Primavera - Business Software Solutions, 503140600			Aquisição de serviços	Renovação de serviços de faturação eletrón	18-07-2024	4.079	5.017	730	23-07-2024	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	26-08-2024	2.573	0	0	0	0	0	2.573	0	0	0	0	0	0
Autodimos - Serviços de Aluguer Audiovis	503183873		Locação de bens	Aluguer de equipamento de som	11-11-2025	920	1.132	2	11-11-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	02-12-2025	1.132	0	0	0	0	0	1.132	0	0	0	0	0	0
Bragaparcas - Estacionamentos, S.A.	503208426		Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	28-02-2025	1.366	1.680	426	28-02-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	13-03-2025	1.175	0	0	0	0	0	1.175	0	0	0	0	0	0
Bragaparcas - Estacionamentos, S.A.	503208426		Aquisição de serviços	Contratualização de 10 (dez) lugares de est	04-04-2024	16.585	20.400	730	30-04-2024	Ajuste Direto	Não	Não	Não	Não	Não	Não	05-06-2024	10.201	0	0	0	0	0	10.201	0	0	0	0	0	0
Bragaparcas - Estacionamentos, S.A.	503208426		Aquisição de serviços	Lugares estacionamento	15-07-2024	3.041	3.740	654	15-07-2024	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	22-08-2024	1.841	0	0	0	0	0	1.841	0	0	0	0	0	0
NDRA III - Soluções Technol. Inform. Portu	503222364		Aquisição de serviços	Aquisição de licenças de Solução OneTrust	09-04-2025	14.474	17.803	365	07-05-2025	Ajuste Direto	Não	Não	Não	Não	Não	Não	03-07-2025	17.803	0	0	0	0	0	17.803	0	0	0	0	0	0
EMPARK PORTUGAL	503245160		Aquisição de serviços	Aquisição de 2 lugares de estacionamento	14-11-2024	3.278	4.032	409	18-11-2024	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	01-02-2025	2.337	0	0	0	0	0	2.337	0	0	0	0	0	0
Intermedia Informática, Lda.	503329827		Aquisição de serviços	Aquisição das licenças de Software Adobe C	21-11-2025	8.948	11.006	365	19-12-2025	Ajuste Direto	Não	Não	Não	Não	Não	Não	23-12-2025	11.006	0	0	0	0	0	11.006	0	0	0	0	0	0
Opaco-Equipamentos de Escritório, Lda	503350052		Aquisição de bens	Aquisição de trinta cadeiras ergonómicas	09-05-2025	3.660	4.502	18	09-05-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	20-06-2025	4.502	0	0	0	0	0	4.502	0	0	0	0	0	0
Santogal R - Comércio e Reparação de Au	503353892		Aquisição de serviços	Revisão da Viatura Renault ZOE com a Matr	03-04-2025	485	597	12	03-04-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	06-05-2025	597	0	0	0	0	0	597	0	0	0	0	0	0
Santogal R - Comércio e Reparação de Au	503353892		Aquisição de serviços	Revisão de viatura Renault ZOE	23-06-2025	521	640	11	23-06-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	04-06-2025	640	0	0	0	0	0	640	0	0	0	0	0	0
Claranet Portugal, S.A.	503412031		Aquisição de serviços	2 licenças do software AutoCAD LT	20-03-2025	961	1.182	395	20-03-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	06-05-2025	1.125	0	0	0	0	0	1.125	0	0	0	0	0	0
Claranet Portugal, S.A.	503412031		Aquisição de bens	Aquisição computadores portáteis e monito	25-06-2025	4.149	5.103	32	08-07-2025	Consulta Prévia	Não	Não	Não	Não	Não	Não	08-08-2025	5.103	0	0	0	0	0	5.103	0	0	0	0	0	0
Actuaysa Human Technologies	503502715		Aquisição de serviços	Atualização do sistema expert	20-03-2025	1.932	2.376	286	20-03-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	06-05-2025	1.107	0	0	0	0	0	1.107	0	0	0	0	0	0
Actuaysa Human Technologies	503502715		Aquisição de serviços	Aquisição de parametrização no Expert para	28-10-2025	120	148	22	28-10-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	20-12-2025	148	0	0	0	0	0	148	0	0	0	0	0	0
Actuaysa Human Technologies	503502715		Aquisição de serviços	Serviços de Suporte Técnico e Instalação	24-02-2025	12.172	14.996	1096	24-02-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	24-02-2025	4.957	0	0	0	0	0	4.957	0	0	0	0	0	0
Travel Via - L & Barros Lda.	503619043		Aquisição de serviços																											



Entidade	Denominação	NIPC	Tipo	Contrato				Procedimentos de contratação	Visto do Tribunal de Contas		MECP Lei n.º 30/2021	Contratos adicionais	Contratos COVID-19	Comunicação ao Tribunal de Contas	Número do registo	Data	Data do 1º pagamento - início da execução financeira	Pagamentos no período				Pagamentos acumulados				
				Data	Valor do contrato	Preço contratual	Prazo de execução		Início de execução (fiscal)	Nº registo								Data	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e	Outros trabalhos, incluindo os	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimento	Trabalhos de suprimento de erros e	Outros trabalhos, incluindo os
Brindorcasal, Unipessoal, Lda.	513381457		Aquisição de bens	Impressão de dois vinis para personalização	25-06-2025	495	609	7	25-06-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não			14-07-2025	609	0	0	0	0	609	0	0	0	0
Associação Portuguesa dos Contratos Pú	513447660		Aquisição de serviços	Aquisição de 2 cursos ministrados pela APC	08-09-2025	420	420	12	08-09-2025	Contratação excluída	Não	Não	Não			24-09-2025	240	0	0	0	0	240	0	0	0	0
Associação Portuguesa dos Contratos Pú	513447660		Aquisição de serviços	Aquisição de cursos formativos ministrados	29-04-2025	555	555	70	29-04-2025	Contratação excluída	Não	Não	Não			23-05-2025	355	0	0	0	0	355	0	0	0	0
Tuemet, Lda.	513514139		Aquisição de serviços	Manutenção centrais telefonicas	15-05-2025	2.034	2.502	447	15-05-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não			14-08-2025	2.502	0	0	0	0	2.502	0	0	0	0
Avistech, Lda.	513550143		Aquisição de bens	Aquisição de 500 bolas para os cartões pei	15-12-2024	250	308	13	15-12-2024	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não			14-01-2025	308	0	0	0	0	308	0	0	0	0
Avistech, Lda.	513550143		Aquisição de bens	Cartões de Colaboradores	31-10-2024	517	638	58	04-11-2024	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não			14-01-2025	638	0	0	0	0	638	0	0	0	0
RO - Ritmo Obrigatório, Lda.	513667199		Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços e Aluguer de Equipam	05-09-2025	1.890	2.325	9	08-09-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não			24-09-2025	2.325	0	0	0	0	2.325	0	0	0	0
321 Junk Services, Lda.	513742794		Aquisição de serviços	Serviços de recolha e transporte para vazad	24-03-2025	360	382	15	24-03-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não			10-04-2025	382	0	0	0	0	382	0	0	0	0
Joko Vaz Silva, Unipessoal, Lda.	514072025		Aquisição de serviços	Serviços dos artistas Bruno Pernadas e Jose	09-04-2025	12.500	15.375	63	15-04-2025	Ajuste Direto	Não	Não	Não			23-05-2025	12.500	0	0	0	0	12.500	0	0	0	0
Assantos de Arquitetura, S.A.	514085819		Aquisição de bens	Serviços de Curadoria, Produção e Realizaç	06-06-2025	15.000	18.450	60	06-06-2025	Contratação excluída	Não	Não	Não			03-07-2025	15.000	0	0	0	0	15.000	0	0	0	0
Swonkie, Lda.	514107502		Aquisição de serviços	Plataforma Swonkie	21-03-2025	969	1.192	355	24-03-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não			03-04-2025	1.192	0	0	0	0	1.192	0	0	0	0
Francisco Pestana, Unipessoal, Lda. (FPO	514183632		Aquisição de bens	Conceção e fornecimento de merchandising	08-10-2024	180.870	222.470	308	29-10-2024	Concurso Público	Não	Não	Não			26-12-2024	204.672	0	0	0	0	222.470	0	0	0	0
Porto Ambiente	514280956		Aquisição de serviços	Não aplicável	01-01-2025	900	900	366 dias	01-01-2025	Contratação excluída	Não	Não	Não			29-01-2025	694	0	0	0	0	694	0	0	0	0
Recintas e Táticas - Comércio de Produto	514282053		Aquisição de serviços	Desenvolvimento e implementação do curs	21-10-2025	3.000	5.690	56	22-10-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não			29-12-2025	5.690	0	0	0	0	5.690	0	0	0	0
DIPJ - Serviços, Lda.	514309060		Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de limpeza das instala	29-08-2024	108.732	133.740	730	02-09-2024	Concurso Público	Não	Não	Não			28-10-2024	66.870	0	0	0	0	83.588	0	0	0	0
Elegant Family Operations, S.A.	514329238		Aquisição de serviços	Serviços de refeições	17-10-2025	1.532	1.770	4	17-10-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não			29-12-2025	1.475	0	0	0	0	1.475	0	0	0	0
Ren Ro Arq., Lda.	514484926		Aquisição de serviços	Expo 2028 Osaka Kansai - Serviços de tradu	21-01-2025	2.008	2.470	219	21-01-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não			27-08-2025	2.128	0	0	0	0	2.128	0	0	0	0
Ren Ro Arq., Lda.	514484926		Aquisição de serviços	Serviços de tradução	17-10-2024	748	920	76	17-10-2024	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não			06-02-2025	920	0	0	0	0	920	0	0	0	0
Header - Recruitment & Training, Lda	514572660		Aquisição de serviços	Aquisição de cursos formativos ministrados	29-04-2025	16.920	16.920	145	05-05-2025	Contratação excluída	Não	Não	Não			29-06-2025	3.875	0	0	0	0	3.875	0	0	0	0
Header - Recruitment & Training, Lda	514572660		Aquisição de serviços	Formação - Ferramentas de IA para a Área c	13-10-2025	6.240	7.675	40	13-10-2025	Contratação excluída	Não	Não	Não			02-12-2025	7.675	0	0	0	0	7.675	0	0	0	0
Movageat Transports, Unipessoal, Lda.	514608455		Aquisição de serviços	Serviços de transporte de pass	26-09-2025	179.250	190.005	49	26-09-2025	Concurso Público	Não	Não	Não			23-12-2025	190.005	0	0	0	0	190.005	0	0	0	0
Wise Pirates, Lda.	514631902		Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços de Consultoria de E-C	20-04-2023	618.000	760.140	970 dias	20-04-2023	Concurso Público	Não	Não	Não			13-09-2023	54.730	0	0	0	0	302.536	0	0	0	0
L.L.H - Learning and Innovation HUB, Lda.	514698209		Aquisição de serviços	Especializado Adobe Premiere	30-09-2025	800	800	44	30-09-2025	Contratação excluída	Não	Não	Não			05-11-2025	800	0	0	0	0	800	0	0	0	0
L.L.H - Learning and Innovation HUB, Lda.	514698209		Aquisição de serviços	Aquisição de cursos formativos ministrados	29-04-2025	10.032	10.032	198	29-04-2025	Contratação excluída	Não	Não	Não			23-05-2025	5.722	0	0	0	0	5.722	0	0	0	0
Speak and Lead Unipessoal, Lda.	514794801		Aquisição de serviços	Serviços das artistas Rute Maciel e Leonor	22-04-2025	13.500	16.605	6	29-04-2025	Contratação excluída	Não	Não	Não			04-06-2025	13.500	0	0	0	0	13.500	0	0	0	0
Locomotive azul Lda	514830433		Locação de bens	Aquisição de materiais audiovisuais para o f	23-01-2025	994	1.222	4	24-01-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não			11-02-2025	1.221	0	0	0	0	1.221	0	0	0	0
Prk Atlantic Hotel Lisboa, S.A.	514830433		Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de catering, audiovis	22-01-2025	18.672	21.628	1	27-01-2025	Ajuste Direto	Não	Não	Não			11-02-2025	21.628	0	0	0	0	21.628	0	0	0	0
Stertzig & Nascimento The Home Project.	514848928		Aquisição de bens	Produtos à consignação para a Loja do Pavil	06-02-2025	1.535	1.535	176	06-02-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não			04-06-2025	1.528	0	0	0	0	1.528	0	0	0	0
Speak and Lead Unipessoal, Lda.	515231141		Aquisição de serviços	Aquisição de cursos formativos ministrados	16-04-2025	6.000	6.000	191	16-04-2025	Contratação excluída	Não	Não	Não			05-11-2025	5.850	0	0	0	0	5.850	0	0	0	0
ACTIVE SITE CONSULTING, LDA	515647829		Aquisição de serviços	Contratação de perfil especializados DINK	03-09-2025	2.900	3.567	91	22-09-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não			23-12-2025	3.567	0	0	0	0	3.567	0	0	0	0
Catering4All	515677825		Aquisição de serviços	Serviços de catering para even	30-10-2025	1.380	1.595	1	12-11-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não			02-12-2025	1.595	0	0	0	0	1.595	0	0	0	0
Catering4All	515677825		Aquisição de serviços	Serviço de Catering	02-04-2025	210	247	6	02-04-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não			10-04-2025	247	0	0	0	0	247	0	0	0	0
JMGW - The Portuguese Textiles, Lda.	515757802		Aquisição de bens	Produtos à consignação para a Loja do Pavil	04-02-2025	2.808	2.808	116	05-02-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não			04-06-2025	2.808	0	0	0	0	2.808	0	0	0	0
Apólores, Unipessoal, Lda.	515769070		Aquisição de serviços	Serviços de manutenção e alojamento dos	29-04-2023	31.200	36.376	722	10-05-2023	Concurso Público	Não	Não	Não			30-05-2023	5.335	0	0	0	0	37.515	0	0	0	0
Versaruz Industries, Unipessoal, Lda.	515812986		Aquisição de bens	Produtos à consignação para a Loja do Pavil	14-02-2025	1.536	1.536	103	16-02-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não			14-07-2025	768	0	0	0	0	768	0	0	0	0
Ilusion & Bravery - Unipessoal, Lda.	515978019		Locação de bens	Aluguer de um sistema de amplificação de r	03-06-2025	4.400	5.412	133	03-06-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não			20-06-2025	4.400	0	0	0	0	4.400	0	0	0	0
atSistemas Portugal - Aceleração Total Sisi	516167251		Aquisição de serviços	licenças de Jira e Confluence	14-01-2025	3.333	4.100	364	15-01-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não			27-01-2025	4.100	0	0	0	0	4.100	0	0	0	0
Fantastic, S.A.	516185128		Aquisição de bens	Produtos à consignação para a Loja do Pavil	07-02-2025	2.826	2.826	114	07-02-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não			03-07-2025	2.826	0	0	0	0	2.826	0	0	0	0
Comnect, Lda (BTabois)	516224117		Aquisição de serviços	Formação - Aplicação pratica da ciência de	06-05-2025	28	34	4	06-05-2025	Contratação excluída	Não	Não	Não			23-05-2025	34	0	0	0	0	34	0	0	0	0
Associação Instituto de Conhecimento da	516279892		Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de consultoria extern	01-07-2025	17.950	17.950	183	01-07-2025	Consulta Prévia	Não	Não	Não			15-10-2025	17.950	0	0	0	0	17.950	0	0	0	0
FITA - Friends in the Arts Association	516438913		Aquisição de bens	Aquisição de 500 exemplares da edição esp	22-01-2025	4.995	6.144	7	24-01-2025	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não			06-02-2025	4.995	0	0	0	0	4.995	0	0	0	0
NA - Instituto Nacional de Administração	516480430		Aquisição de serviços	Não aplicável	05-11-2025	70	70	56 dias	05-11-2025	Contratação excluída	Não	Não	Não			02-12-2025	70	0	0	0	0	70	0	0	0	0
INA - Instituto Nacional de Administração	516480430		Aquisição de serviços	Aquisição de cursos formativos ministrados	29-04-2025	31.470	31.470	240	05-05-2025	Contratação excluída	Não	Não	Não			03-07-2025	13.580	0	0	0	0	13.580	0	0	0	0
INA - Instituto Nacional de Administração	516480430		Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de formação em Gest	16-09-2025	2.800	2.800	14	01-10-2025	Contratação excluída	Não	Não	Não			05-11-2025	2.800	0	0	0	0	2.800	0	0	0	0
Beaversagency - Publicidade, Unipessoal,	516493523		Aquisição de bens	Aquisição de envelopes AICEP com o novo 1	27-12-2024	537	661	1	27-12-2024	Ajuste Direto Simplificado	Não	Não	Não			27-01-2025	661	0	0	0	0	661	0	0	0	0
Dilúvio, Lda.																										

Adjudicação por tipo de procedimento

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento (01-01-2025 até 31-12-2025)								Total	
	Concurso Público		Consulta Prévia		Ajuste Direto		Outros			
	Número de Contratos	Preço Contratual	Número de Contratos	Preço Contratual	Número de Contratos	Preço Contratual	Número de Contratos	Preço Contratual	Número de Contratos	Valor
Locação de bens					5	10.500,46 €			5	10.500,46 €
Aquisição de bens			3	49.449,00 €	87	102.300,50 €	3	2.862,39 €	93	154.611,89 €
Aquisição de serviços	15	5.528.569,91 €	11	340.493,62 €	184	997.760,49 €	65	816.974,96 €	275	7.683.798,98 €
Outro					1	3.030,54 €	1	248,74 €	2	3.279,28 €
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>5.528.569,91 €</b>	<b>14</b>	<b>389.942,62 €</b>	<b>277</b>	<b>1.113.591,99 €</b>	<b>69</b>	<b>820.086,09 €</b>	<b>375</b>	<b>7.852.190,61 €</b>

## 2.5. Dívidas a terceiros por antiguidade dos saldos

Com a informação supra, podemos analisar de forma facilitada, se a gestão financeira está a ser feita de forma a gerar sustentabilidade orçamental, e por inerência financeira.

Descrição	Dívida vincenda		Intervalos de Antiguidade da dívida vencida (em dias)				Exceções (D)	Pagamento em	Total dívida por natureza da despesa		
	Curto prazo (A)	Médio/Longo prazo (B)	<90 dias (1)	[90-180] (2)	[180-365] (3)	>365 dias (4)		atraso E=(2)+(3)+(4)-(D)	Curto Prazo (F)=(A)+(C)	Médio/Longo prazo (G)=(B)	Total (H)=(F)+(G)
<b>Despesas correntes</b>	<b>805 544,62</b>	-	<b>22 682,83</b>	-	-	-	-	-	<b>828 227,45</b>	-	<b>828 227,45</b>
<b>Despesas com o pessoal</b>	<b>379 528,18</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>379 528,18</b>	-	<b>379 528,18</b>
Remunerações certas e permanentes	344 499,23	-	-	-	-	-	-	-	344 499,23	-	344 499,23
Abonos variáveis ou eventuais	35 028,95	-	-	-	-	-	-	-	35 028,95	-	35 028,95
<b>Segurança Social dos quais:</b>	<b>370 006,47</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>370 006,47</b>	-	<b>370 006,47</b>
<b>Encargos com Saúde</b>	<b>997,50</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>997,50</b>	-	<b>997,50</b>
ADSE e outros da AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros sectores fora da AP	997,50	-	-	-	-	-	-	-	997,50	-	997,50
<b>Contribuições de Segurança Social</b>	<b>361 292,76</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>361 292,76</b>	-	<b>361 292,76</b>
CGA	4 651,84	-	-	-	-	-	-	-	4 651,84	-	4 651,84
Segurança Social - regime geral	337 089,35	-	-	-	-	-	-	-	337 089,35	-	337 089,35
Outras	19 551,57	-	-	-	-	-	-	-	19 551,57	-	19 551,57
<b>Outras</b>	<b>7 716,21</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>7 716,21</b>	-	<b>7 716,21</b>
<b>Aquisições de Bens e Serviços</b>	<b>54 441,01</b>	-	<b>22 607,90</b>	-	-	-	-	-	<b>77 048,91</b>	-	<b>77 048,91</b>
<b>Juros e outros encargos</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Transferências correntes</b>	<b>1 568,96</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>1 568,96</b>	-	<b>1 568,96</b>
Administrações Públicas	1 302,53	-	-	-	-	-	-	-	1 302,53	-	1 302,53
Outras transferências correntes	266,43	-	-	-	-	-	-	-	266,43	-	266,43
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Outras despesas correntes</b>	-	-	<b>74,93</b>	-	-	-	-	-	<b>74,93</b>	-	<b>74,93</b>
<b>Despesa de Capital</b>	<b>2 948,55</b>	-	<b>225,86</b>	-	-	-	-	-	<b>3 174,41</b>	-	<b>3 174,41</b>
<b>Aquisições de Bens de Capital</b>	<b>2 948,55</b>	-	<b>225,86</b>	-	-	-	-	-	<b>3 174,41</b>	-	<b>3 174,41</b>
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Aquisição de ativos financeiros</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Reembolsos de passivos financeiros</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Outras Despesas de Capital</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>808 493,17</b>	-	<b>22 908,69</b>	-	-	-	-	-	<b>831 401,86</b>	-	<b>831 401,86</b>

## 2.6. Encargos Contratuais

Nº Contrato	Contrato								Visto do Tribunal de Contas		Classificações Orçamentais		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no ano N	Pagamentos previstos até final no ano N	Pagamentos acumulados até N-1	Pagamentos previstos para anos futuros				
	CPV	NIF Fornecedor	Nº de comp.	Data da celebração	Valor do contrato	Preço contratual c/IVA	Data de conclusão (inicial)	Data de conclusão (revista)	Nº do registos	Data	Fonte de Financiamento	Rubrica					N+1	N+2	N+3	N+4	Anos seguintes
TP001/000/2023/166	72200000-7	502997273	1625	03-11-2023	5 000,00	6 150,00	20-06-2025	20-06-2025			RP	D2	22-12-2023	2 114,07		3 305,64					
TP001/000/2023/178	72500000-0	511135610	163	17-11-2023	2 952,00	2 952,00	31-12-2026	31-12-2026			RP	D2	22-01-2024	984,00		984,00					984,00
TP001/000/2023/181	72000000-5	504615947	10	23-11-2023	3 392,16	4 172,36	28-02-2026	28-02-2026			RP	D2	10-04-2024	1 912,35	695,36	1 216,95					347,70
TP001/000/2023/187	72000000-5	504615947	10	23-11-2023	3 392,16	4 172,36	28-02-2026	28-02-2026			RG	D2	10-04-2024	347,70							
TP001/000/2023/200	72222300-0	E226276749	188	11-01-2024	1 324,14	1 628,69	17-01-2025	17-01-2025			UE	D2	24-01-2024	54,36		758,35					
TP001/000/2024/100	50000000-5	508607990	36	29-06-2024	416,36	512,13	14-01-2025	14-01-2025			RP	D2	06-09-2024	46,35		465,79					
TP001/000/2024/108	98351100-9	503208426	6	15-07-2024	3 040,66	3 740,00	23-12-2025	23-12-2025			RP	D2	22-08-2024	1 840,73	199,33	1 019,94					680,00
TP001/000/2024/111	72212217-3	503140600	165	18-07-2024	4 079,00	5 017,17	04-06-2025	04-06-2025			RP	D2	22-08-2024	2 573,16		2 444,01					
TP001/000/2024/117	50330000-7	513514139	14	30-07-2024	1 935,00	2 380,05	04-08-2025	04-08-2025			RP	D2	09-08-2024			2 380,05					
TP001/000/2024/133	50112300-6	500697370	158	14-08-2024	1 691,61	2 080,68	31-12-2025	31-12-2025			RP	D2	04-11-2024	-23,11		121,31					
TP001/000/2024/145	72268000-1	E226314089	73	01-08-2024	151,98	151,98	31-07-2025	31-07-2025			RP	D2	27-08-2024			84,00					
TP001/000/2024/146	30125100-2	510859305	774	19-09-2024	647,60	796,65	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	03-10-2024								
TP001/000/2024/159	71621000-7	501834290	484	11-10-2024	4 500,00	5 535,00	01-01-2025	01-01-2025			RP	D2	27-01-2025	5 535,00							
TP001/000/2024/161	79530000-8	514484926	660	17-10-2024	748,00	920,04	14-02-2025	14-02-2025			RP	D2	06-02-2025	920,04							
TP001/000/2024/171	15800000-6	501741933	38	29-10-2024	4 988,00	5 673,50	14-01-2025	14-01-2025			UE	D2	14-01-2025	5 673,49							
TP001/000/2024/175	22457000-8	513550143	27	31-10-2024	517,00	635,91	14-01-2025	14-01-2025			RP	D2	14-01-2025	635,91							
TP001/000/2024/18	72000000-5	EU826014392	1	23-01-2024	840,00	840,00	24-01-2025	24-01-2025			RP	D2	31-01-2024			1 033,20					
TP001/000/2024/182	98351100-9	503245160	548	14-11-2024	3 278,05	4 032,00	31-12-2025	31-12-2025			RP	D2	01-02-2025	2 337,00							
TP001/000/2024/187	72222300-0	E226273057	170	21-11-2024	1 147,44	1 411,35	31-12-2025	31-12-2025			RP	D2	24-03-2025	521,85							
TP001/000/2024/192	72000000-5	502997273	37	27-11-2024	1 494,00	1 837,62	14-01-2025	14-01-2025			RP	D2	26-12-2024	918,81		918,81					
TP001/000/2024/196	48000000-8	E226262409	84	29-12-2024	1 673,48	2 008,17	31-12-2025	31-12-2025			RP	D2	17-01-2025	1 950,40							
TP001/000/2024/197	72417000-6	505304775	171	29-12-2024	954,00	1 173,42	31-12-2025	31-12-2025			RG	D2	21-01-2025	1 088,93							
TP001/000/2024/199	72268000-1	517851903	32	02-12-2024	3 582,20	4 406,11	16-12-2027	16-12-2027			RP	D2	14-01-2025	4 406,11							
TP001/000/2024/201	72000000-5	EU826014392	172	10-12-2024	840,00	1 033,20	31-12-2025	31-12-2025			RG	D2	10-03-2025	1 033,20							
TP001/000/2024/204	60170000-0	506145433	2908	10-12-2024	3 292,45	3 490,00	31-01-2025	31-01-2025			UE	D2	06-05-2025	2 790,00							
TP001/000/2024/205	50000000-5	503103918	173	11-12-2024	420,00	516,60	31-12-2026	31-12-2026			RP	D2	30-12-2024	172,20		172,20					
TP001/000/2024/206	85142300-9	501351167	174	12-12-2024	4 658,51	4 938,02	31-12-2027	31-12-2027			RP	D2	06-02-2025	1 588,13	0,02		1 645,32				1 704,55
TP001/000/2024/207	22462000-6	509236154	175	13-12-2024	2 054,00	2 526,42	17-04-2025	17-04-2025			RP	D6	03-09-2025	2 526,42							
TP001/000/2024/209	72000000-5	E101037726	17	17-12-2024	4 979,00	6 124,17	23-12-2025	23-12-2025			RP	D2	26-12-2024			4 979,00					
TP001/000/2024/210	22457000-8	513550143	39	18-12-2024	250,00	307,50	14-01-2025	14-01-2025			RP	D2	14-01-2025	307,50							
TP001/000/2024/213	72000000-0	516493523	601	27-12-2024	537,00	660,51	27-01-2025	27-01-2025			RP	D2	27-01-2025	660,51							
TP001/000/2024/215	79100000-5	502900270	177	30-12-2024	3 000,00	3 690,00	30-01-2025	30-01-2025			RP	D2	11-02-2025	3 690,00							
TP001/000/2024/5	48000000-8	516167251	15	01-01-2024	4 988,89	6 136,34	16-01-2025	16-01-2025			UE	D6	24-01-2024			6 136,33					
TP001/000/2024/63	92230000-2	502604751	154	01-04-2024	1 223,22	1 504,56	23-12-2025	23-12-2025			RG	D2	18-07-2024	752,28	86,01		188,07				
TP002/000/2022/24	80420000-4	506561054	3949	24-08-2022	19 900,00	24 477,00	04-06-2025	04-06-2025			UE	D2	14-10-2022	4 366,50		20 110,50					
TP002/000/2023/28	30000000-9	502127856	149	19-12-2023	8 217,00	10 106,90	31-12-2026	31-12-2026			RP	D2	22-08-2024	3 368,97	306,33	3 062,70					3 368,91
TP002/000/2024/17	79952100-3	510784356	262	23-12-2024	9 990,00	12 287,70	25-04-2025	25-04-2025			RP	D2	27-01-2025	9 990,00							
TP002/000/2024/18	55000000-0	500014949	772	26-12-2024	17 626,07	21 113,70	06-01-2025	06-01-2025			RP	D2	06-02-2025	21 113,70							
TP002/000/2024/3	72268000-1	502728890	142	01-03-2024	8 030,00	9 876,90	06-03-2025	06-03-2025			UE	D2	19-04-2024			8 929,81					
TP002/000/2024/4	98351100-9	503208426	152	04-04-2024	16 585,38	20 400,00	23-12-2025	23-12-2025			RP	D2	05-06-2024	10 200,60	850,25	7 649,15					1 700,00
TP002/000/2024/5	50730000-1	509617980	153	16-04-2024	17 282,00	21 256,86	23-12-2025	23-12-2025			RP	D2	05-06-2024	6 659,22	2 066,40	5 221,35					6 265,82
TP002/000/2024/7	79510000-0	505710453	164	25-09-2024	19 500,00	23 985,00	24-02-2025	24-02-2025			UE	D2	12-12-2024	16 789,50		7 195,50					
TP004/000/2020/1	79800000-2	507477740	1	09-03-2020	81 274,40	99 967,51	27-06-2025	27-06-2025			RP	D2	04-02-2021	-0,23		59 629,83					
TP004/000/2022/14	72268000-1	510728189	146	20-09-2022	719 411,90	884 876,64	25-09-2025	25-09-2025			UE	D2	25-10-2022			557 835,26					
TP004/000/2022/18	71317200-5	507159683	147	22-11-2022	47 379,96	47 379,96	22-11-2025	22-11-2025			RP	D1,3	30-05-2023	10 368,57		15 152,70					
TP004/000/2023/11	79342000-3	516354434	138	31-05-2023	165 600,00	203 688,00	31-05-2025	31-05-2025			UE	D6	23-11-2023			101 844,00					
TP004/000/2023/18	45212310-2	9140001127489	1059	19-09-2023	13 600 000,00	14 960 000,00	31-08-2026	31-08-2026	5263/2024		RP	D2	09-04-2024	5 890 134,58	398 926,72	7 531 709,30					1 595 739,94
TP004/000/2023/20	63510000-7	501418180	735	26-10-2023	4 353 590,00	4 361 190,00	31-12-2026	31-12-2026	8583/2024		RP	D1,2	10-04-2024	24 296,60	12 591,55	28 681,92					
TP004/000/2023/20	63510000-7	501418180	735	26-10-2023	4 353 590,00	4 361 190,00	31-12-2026	31-12-2026	8583/2024		RP	D2	10-04-2024	272 398,88	181 264,27	246 351,70					374 029,00
TP004/000/2023/20	63510000-7	501418180	735	26-10-2023	4 353 590,00	4 361 190,00	31-12-2026	31-12-2026	8583/2024		UE	D2	10-04-2024	683 580,31	432 000,00	206 661,82					748 000,00

Nº Contrato	CPV	NIF Fornecedor	Contrato						Visto do Tribunal de Contas		Classificações Orçamentais		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no ano N	Pagamentos previstos até final no ano N	Pagamentos acumulados até N-1	Pagamentos previstos para anos futuros							
			Nº de comp.	Data da celebração	Valor do contrato	Preço contratual c/IVA	Data de conclusão (inicial)	Data de conclusão (revista)	Nº do registos	Data	Fonte de Financiamento	Rubrica					N+1	N+2	N+3	N+4	Anos seguintes			
TP004/000/2023/20	63510000-7	501418180	735	26-10-2023	4 353 590,00	4 361 190,00	31-12-2026	31-12-2026	8583/2024		RG	D2	10-04-2024	69 749,91	18 735,73		20 000,00							
TP004/000/2023/22	79212000-3	501340467	162	15-11-2023	48 000,00	59 040,00	29-12-2025	29-12-2025			RP	D2	20-02-2024	19 680,00		29 520,00	9 840,00							
TP004/000/2023/23	66510000-8	502358416	979	13-12-2023	597 960,25	597 960,25	31-03-2025	31-03-2025			UE	D4.1.3	24-01-2024	3 176,80		6 669,24								
TP004/000/2023/24	64200000-8	504615947	35	15-01-2024	100 980,64	124 206,19	18-01-2026	18-01-2026			RP	D2	01-04-2024	129,50		22 017,76								
TP004/000/2023/24	64200000-8	504615947	35	15-01-2024	100 980,64	124 206,19	18-01-2026	18-01-2026			RG	D2	01-04-2024	25 817,01	70 619,15		5 175,17							
TP004/000/2023/6	79413000-2	514631902	639	20-04-2023	618 000,00	760 140,00	15-12-2025	15-12-2025			UE	D2	13-09-2023	54 730,08		247 805,64								
TP004/000/2023/7	72611000-6	515769070	148	28-04-2023	31 200,00	38 376,00	10-05-2025	10-05-2025			RP	D2	30-05-2023			2 398,48								
TP004/000/2023/7	72611000-6	515769070	148	28-04-2023	31 200,00	38 376,00	10-05-2025	10-05-2025			UE	D2	30-05-2023	5 535,00		28 045,74								
TP004/000/2023/8	72267100-0	503140600	161	11-05-2023	85 092,24	104 663,46	20-06-2025	20-06-2025			RP	D2	06-07-2023	35 274,78		35 274,78								
TP004/000/2024/10	79800000-2	501748156	33	26-11-2024	54 734,40	67 323,31	06-12-2027	06-12-2027			RP	D2	14-01-2025	21 024,12	3 287,07		22 441,10	20 571,02						
TP004/000/2024/2	72000000-5	503140600	151	12-02-2024	44 887,50	55 211,63	31-01-2026	31-01-2026			RP	D2	10-04-2024	9 570,03	34 425,45	8 915,66	2 300,49							
TP004/000/2024/4	72267100-0	510365710	83	16-05-2024	44 700,00	54 981,00	31-12-2026	31-12-2026			RP	D2	05-06-2024	18 327,00		18 327,00	18 327,00							
TP004/000/2024/5	71520000-9	503040630	1060	20-08-2024	407 590,00	448 349,00	30-05-2026	30-05-2026			RP	D2	03-10-2024	156 110,00	44 211,00	104 000,00	76 428,00							
TP004/000/2024/6	90910000-9	514308060	29	29-08-2024	108 732,00	133 740,36	01-09-2026	01-09-2026			RP	D2	28-10-2024	66 869,94	5 572,76	16 717,56	44 580,12							
TP004/000/2024/7	22900000-9	514183632	1061	08-10-2024	180 870,00	222 470,10	01-09-2025	01-09-2025			RP	D2	26-12-2024	204 672,49		17 797,61								
TP004/000/2024/8	79200000-6	500912645	1062	13-11-2024	156 000,00	191 880,00	31-08-2026	31-08-2026			RP	D2	17-04-2025	135 322,38	6 284,08		50 273,54							
TP004/000/2024/9	72320000-4	980683823	167	19-11-2024	50 700,00	62 361,00	19-12-2027	19-12-2027			UE	D2	30-12-2024	20 787,00		20 787,00	20 787,00							
TP009/000/2022/92	79132100-9	600055639		06-12-2022	180,00	180,00	21-12-2025	21-12-2025			RP	D2	26-12-2022			180,00								
TP009/000/2024/38	71319000-7	503024260	157	30-07-2024	75 000,00	92 250,00	05-09-2025	05-09-2025			UE	D2	30-12-2024	58 646,58		23 509,61								
TP009/000/2024/5	65100000-4	680000054	202	01-01-2024	452,83	480,00	17-01-2025	17-01-2025			RP	D2	27-02-2024	24,75		311,06								
TP009/000/2024/59	80310000-0	E226317410	612	02-12-2024	2 000,00	2 000,00	04-04-2025	04-04-2025			UE	D2	30-01-2025	2 000,00										
TP009/000/2024/62	66172000-6	E226273148	1063	11-12-2024	43 289,75	47 618,72	31-10-2025	31-10-2025			RP	D2	24-07-2025	8 571,18										
TP012/000/2022/10	79212500-8	501266259	689	22-07-2022	82 500,00	101 475,00	31-12-2026	31-12-2026			RP	D1.1	22-07-2022	18 450,00		64 575,00								
TP012/000/2023/11	79714000-2	500243719	150	28-11-2023	30 102,00	37 025,46	31-12-2026	31-12-2026			RP	D2	06-03-2024	12 341,76	0,12	12 341,76	12 341,82							
TP012/000/2023/12	71314100-3	500697370	3	27-12-2023	27 732,60	34 111,10	31-12-2026	31-12-2026			RP	D2	01-04-2024	15 049,52	4 453,66	11 359,24	3 248,68							
TP012/000/2023/13	64200000-8	504615947	773	27-12-2023	7 983,96	9 820,27	31-12-2025	31-12-2025			RG	D2	06-03-2024	176,12										
TP012/000/2024/1	72320000-4	502661445	9	26-02-2024	3 455,00	4 249,65	27-01-2025	27-01-2025			UE	D2	05-06-2024	708,25		3 541,40								
TP012/000/2024/3	79100000-5	213861402	261	10-05-2024	73 500,00	90 405,00	09-06-2026	09-06-2026			RP	D2	26-06-2024	43 512,00	2 087,40	23 843,40	18 081,00							
TP012/000/2024/4	09130000-9	500697370	155	27-06-2024	87 734,88	107 913,90	30-12-2025	30-12-2025			RP	D2	26-09-2024	21 025,29	25 193,80	7 661,31	35 971,30	17 985,65						
TP012/000/2024/6	79995100-6	980473187	156	12-08-2024	22 740,00	27 970,20	23-12-2025	23-12-2025			RP	D2	28-10-2024	7 912,53	2 989,27	1 917,87	9 323,40	5 827,13						
TP012/000/2024/8	72253000-3	503140600	159	06-11-2024	13 580,00	16 703,40	31-01-2026	31-01-2026			RP	D2	20-11-2024	12 527,46	348,10	2 783,88	1 043,96							
TP016/000/2022/2	72000000-5	506360237	143	06-12-2022	199 900,01	245 877,01	06-10-2024	06-10-2024			UE	D6	25-01-2023											
TP018/000/2024/3	72000000-5	506360237	34	23-07-2024	200 000,00	246 000,00	23-12-2025	23-12-2025			UE	D6	19-09-2024	146 129,05	0,01	54 717,64	45 153,30							
TP018/000/2024/7	72317000-0	506303810	166	26-11-2024	247 788,00	304 779,24	31-12-2027	31-12-2027			RP	D2	06-02-2025	84 489,02	17 104,06	101 593,08	101 593,08							
TP018/000/2024/8	66510000-8	502358416	12	31-12-2024	650 905,57	650 905,57	31-12-2025	31-12-2025			RP	D1.3	27-01-2025	580 875,40										
TP018/000/2024/8	66510000-8	502358416	12	31-12-2024	650 905,57	650 905,57	31-12-2025	31-12-2025			RP	D2	27-01-2025	15 865,96										
TP018/000/2024/8	66510000-8	502358416	12	31-12-2024	650 905,57	650 905,57	31-12-2025	31-12-2025			UE	D4.1.3	27-01-2025	40 935,44										
TP001/000/2025/1	48000000-8	516167251	50	14-01-2025	3 333,33	4 100,00	14-01-2026	14-01-2026			UE	D6	27-01-2025	4 100,00										
TP001/000/2025/10	22200000-2	516438913	354	22-01-2025	4 995,00	6 143,85	31-01-2025	31-01-2025			RP	D2	06-02-2025	4 995,00										
TP001/000/2025/100	71319000-7	518244113	3247	16-05-2025	3 300,00	4 059,00	21-12-2025	21-12-2025			UE	D2	29-12-2025	4 059,00										
TP001/000/2025/101	55120000-7	503621722	3265	19-05-2025	1 028,46	1 265,00	27-06-2025	27-06-2025			UE	D2	03-07-2025	1 265,00										
TP001/000/2025/102	30192000-1	503789372	3635	22-05-2025	62,00	76,26	22-06-2025	22-06-2025			RP	D2	04-06-2025	76,26										
TP001/000/2025/103	72268000-1	E226305933	3853	30-05-2025	2 328,00	2 328,00	30-06-2026	30-06-2026			RP	D2	04-06-2025	2 328,00										
TP001/000/2025/104	30100000-0	503996181	3863	30-05-2025	43,01	52,90	31-05-2025	31-05-2025			RP	D6	04-06-2025	52,90										
TP001/000/2025/105	72000000-5	E226313100	3878	30-05-2025	211,59	211,59	22-07-2026	22-07-2026			RP	D2	30-07-2025	206,65										
TP001/000/2025/106	55520000-1	508581532	3880	30-05-2025	897,50	1																		





Contrato									Visto do Tribunal de Contas		Classificações Orçamentais		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no ano N	Pagamentos previstos até final no ano N	Pagamentos acumulados até N-1	Pagamentos previstos para anos futuros				
Nº Contrato	CPV	NIF Fornecedor	Nº de comp.	Data da celebração	Valor do contrato	Preço contratual c/IVA	Data de conclusão (inicial)	Data de conclusão (revista)	Nº do registos	Data	Fonte de Financiamento	Rubrica					N+1	N+2	N+3	N+4	Anos seguintes
TP001/000/2025/198	30200000-1	E226356435	7973	07-11-2025	80,00	80,00	03-12-2025	03-12-2025			RP	D2	18-11-2025	69,98							
TP001/000/2025/199	71319000-7	220859302	7975	10-11-2025	1 450,00	1 783,50	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2	29-12-2025	1 421,00	362,50						
TP001/000/2025/2	50112000-3	500603880	53	14-01-2025	1 533,50	1 886,21	24-02-2025	24-02-2025			RP	D2	10-03-2025	1 886,21							
TP001/000/2025/20	18936000-9	510415644	800	04-02-2025	4 750,00	4 750,00	31-08-2025	31-08-2025			RP	D2	01-08-2025	4 750,00							
TP001/000/2025/200	33651660-2	507528212	7998	10-11-2025	1 015,50	1 015,50	02-12-2025	02-12-2025			RG	D1.3			997,50						
TP001/000/2025/201	32342410-9	503183873	8029	11-11-2025	920,00	1 131,60	12-11-2025	12-11-2025			UE	D2	02-12-2025	1 131,60							
TP001/000/2025/202	48000000-8	E226275847	8033	12-11-2025	109,99	109,99	16-11-2026	16-11-2026			RP	D2	20-11-2025	109,99							
TP001/000/2025/203	71319000-7	197356850	8040	12-11-2025	1 450,00	1 783,50	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2	29-12-2025	1 783,50							
TP001/000/2025/204	71319000-7	501507930	8041	12-11-2025	4 750,00	5 842,50	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2	29-12-2025	4 059,00	3 259,50						
TP001/000/2025/205	72000000-5	EU826014392	8042	12-11-2025	840,00	1 033,20	31-12-2025	31-12-2025			RP	D2				1 033,20					
TP001/000/2025/206	39298700-4	509999360	8151	14-11-2025	182,46	224,43	02-12-2025	02-12-2025			UE	D2	23-12-2025	224,43							
TP001/000/2025/207	22110000-4	500221103	8183	17-11-2025	188,70	200,02	31-12-2025	31-12-2025			RP	D2	29-12-2025	156,01							
TP001/000/2025/208	18530000-3	509236154	8184	17-11-2025	376,00	462,48	02-12-2025	02-12-2025			UE	D2	23-12-2025	462,48							
TP001/000/2025/209	22000000-0	510160093	8285	19-11-2025	25,10	30,87	02-12-2025	02-12-2025			UE	D2	23-12-2025	30,87							
TP001/000/2025/21	18510000-7	507221257	801	04-02-2025	4 736,00	4 736,00	31-05-2025	31-05-2025			RP	D2	04-06-2025	4 736,00							
TP001/000/2025/210	72313000-2	501355383	8321	20-11-2025	4 800,00	5 904,00	30-11-2026	30-11-2026			RP	D2			492,00		5 412,00				
TP001/000/2025/211	72222300-0	E226273057	8479	26-11-2025	1 629,44	1 629,44	31-12-2025	31-12-2025			RP	D2				1 629,44					
TP001/000/2025/212	31523000-8	506007693	8482	26-11-2025	707,00	869,61	18-12-2025	18-12-2025			RP	D2	31-12-2025	869,61							
TP001/000/2025/212	31523000-8	506007693	8482	26-11-2025	707,00	869,61	18-12-2025	18-12-2025			RP	D6	31-12-2025								
TP001/000/2025/213	30199730-6	510160093	8488	26-11-2025	129,00	158,67	31-12-2025	31-12-2025			RP	D2			158,67						
TP001/000/2025/214	79400000-8	507660331	8529	27-11-2025	400,00	492,00	18-12-2025	18-12-2025			UE	D2	23-12-2025	492,00							
TP001/000/2025/215	30213100-6	503688827	8565	28-11-2025	635,00	781,05	09-12-2025	09-12-2025			RP	D6	23-12-2025	781,05							
TP001/000/2025/216	55520000-1	503001643	8622	28-11-2025	758,50	874,76	02-12-2025	02-12-2025			UE	D2	23-12-2025	562,35							
TP001/000/2025/217	22000000-0	509236154	8627	02-12-2025	569,00	699,87	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2									
TP001/000/2025/218	22000000-0	509236154	8800	05-12-2025	779,00	958,17	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2	23-12-2025	958,17							
TP001/000/2025/219	72417000-6	505304775	8869	10-12-2025	1 875,30	2 306,62	31-12-2025	31-12-2025			RP	D2				2 306,62					
TP001/000/2025/22	18317000-4	515757802	802	04-02-2025	2 808,00	2 808,00	31-05-2025	31-05-2025			RP	D2	04-06-2025	2 808,00							
TP001/000/2025/220	50112000-3	513904506	8950	15-12-2025	1 400,00	1 722,00	31-12-2025	31-12-2025			RP	D2			1 722,00						
TP001/000/2025/221	85121270-6	230817971	9044	17-12-2025	650,00	799,50	30-01-2026	30-01-2026			UE	D2				799,50					
TP001/000/2025/222	79413000-2	513968202	9064	17-12-2025	1 600,00	1 968,00	30-01-2026	30-01-2026			UE	D2				1 968,00					
TP001/000/2025/223	64120000-3	507586522	9076	18-12-2025	50,00	50,00	31-12-2025	31-12-2025			RG	D2			60,45						
TP001/000/2025/224	71319000-7	185935770	9077	18-12-2025	600,00	738,00	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2	29-12-2025	462,00	138,00						
TP001/000/2025/225	71319000-7	501461108	9103	19-12-2025	1 200,00	1 476,00	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2	29-12-2025	1 476,00							
TP001/000/2025/226	72400000-4	504615947	9279	23-12-2025	4 649,76	5 719,20	29-02-2028	29-02-2028			RP	D2									
TP001/000/2025/227	71319000-7	210322667	9288	23-12-2025	1 450,00	1 783,50	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2									
TP001/000/2025/228	71319000-7	173817416	9289	23-12-2025	1 650,00	2 029,50	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2	31-12-2025	700,00	1 329,50						
TP001/000/2025/229	71319000-7	501461108	9291	23-12-2025	1 450,00	1 783,50	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2									
TP001/000/2025/23	18317000-4	513017135	803	04-02-2025	1 920,00	1 920,00	31-05-2025	31-05-2025			RP	D2	20-06-2025	1 785,60							
TP001/000/2025/230	71319000-7	188234829	9293	23-12-2025	1 450,00	1 783,50	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2			1 783,50						
TP001/000/2025/232	71319000-7	502855967	9296	23-12-2025	1 650,00	2 029,50	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2			2 029,50						
TP001/000/2025/233	71319000-7	206716834	9298	23-12-2025	1 650,00	2 029,50	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2			2 029,50						
TP001/000/2025/234	71319000-7	502011378	9299	23-12-2025	1 450,00	1 783,50	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2			1 783,50						
TP001/000/2025/235	71319000-7	179572385	9300	23-12-2025	1 650,00	2 029,50	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2			2 029,50						
TP001/000/2025/236	71319000-7	205014720	9301	23-12-2025	1 450,00	1 783,50	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2	30-12-2025	1 087,50	696,00						
TP001/000/2025/237	71319000-7	222118083	9302	23-12-2025	1 450,00	1 783,50	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2			1 783,50						
TP001/000/2025/238	71319000-7	501540709	9304	23-12-2025	1 450,00	1 783,50	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2			1 783,50						
TP001/000/2025/239	71319000-7	292088973	9305	23-12-2025	950,00	1 168,50	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2	29-12-2025	1 168,50							
TP001/000/2025/24	39298900-6	502306424	847	06-02-2025	3 681,40	3 681,40	31-05-2025	31-05-2025			RP	D2	04-06-2025	3 681,40							
TP001/000/2025/240	71319000-7	241163803	9306	23-12-2025	1 450,00	1 783,50	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2			1 783,50						

Nº Contrato	Contrato								Visto do Tribunal de Contas		Classificações Orçamentais		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no ano N	Pagamentos previstos até final no ano N	Pagamentos acumulados até N-1	Pagamentos previstos para anos futuros				
	CPV	NIF Fornecedor	Nº de comp.	Data da celebração	Valor do contrato	Preço contratual c/IVA	Data de conclusão (inicial)	Data de conclusão (revista)	Nº do registos	Data	Fonte de Financiamento	Rubrica					N+1	N+2	N+3	N+4	Anos seguintes
TP001/000/2025/241	71319000-7	508437636	9307	23-12-2025	1 450,00	1 783,50	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2			1 783,50						
TP001/000/2025/242	71319000-7	204061113	9308	23-12-2025	1 450,00	1 783,50	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2			1 783,50						
TP001/000/2025/243	71319000-7	210631031	9309	23-12-2025	1 450,00	1 783,50	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2			1 783,50						
TP001/000/2025/244	71319000-7	502083514	9311	23-12-2025	1 650,00	2 029,50	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2			2 029,50						
TP001/000/2025/245	71319000-7	207577099	9312	23-12-2025	1 450,00	1 783,50	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2	30-12-2025	1 450,00	393,50						
TP001/000/2025/247	71319000-7	207577099	9315	23-12-2025	1 450,00	1 783,50	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2			1 783,50						
TP001/000/2025/248	71319000-7	501617582	9316	23-12-2025	1 450,00	1 783,50	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2			1 783,50						
TP001/000/2025/249	71319000-7	501559094	9318	23-12-2025	4 350,00	5 350,50	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2			5 350,50						
TP001/000/2025/25	44423000-1	500745684	848	06-02-2025	1 988,42	1 988,42	31-10-2025	31-10-2025			RP	D2	05-11-2025	1 988,42							
TP001/000/2025/250	71319000-7	501559094	9335	29-12-2025	600,00	738,00	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2			738,00						
TP001/000/2025/251	71319000-7	141164611	9336	29-12-2025	600,00	738,00	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2	30-12-2025	738,00							
TP001/000/2025/252	71319000-7	501507930	9337	29-12-2025	600,00	738,00	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2	31-12-2025	738,00							
TP001/000/2025/253	32321200-1	508073669	9351	29-12-2025	2 656,71	3 267,75	05-01-2026	05-01-2026			RP	D2			3 267,75						
TP001/000/2025/254	71319000-7	178914657	9370	30-12-2025	1 450,00	1 783,50	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2			1 783,50						
TP001/000/2025/26	44423000-1	514848928	849	06-02-2025	1 535,00	1 535,00	31-07-2025	31-07-2025			RP	D2	04-06-2025	1 527,90							
TP001/000/2025/27	37822100-7	500751722	850	06-02-2025	812,00	812,00	31-05-2025	31-05-2025			RP	D2	04-06-2025	812,00							
TP001/000/2025/28	50112000-3	500603880	865	06-02-2025	460,67	566,62	20-02-2025	20-02-2025			RP	D2	24-02-2025	566,62							
TP001/000/2025/29	30200000-1	502734922	866	06-02-2025	60,97	75,00	24-02-2025	24-02-2025			RP	D2	24-02-2025	75,00							
TP001/000/2025/3	39298700-4	509771750	54	14-01-2025	1 071,00	1 317,33	06-02-2025	06-02-2025			RP	D2	06-02-2025	1 317,33							
TP001/000/2025/30	44111900-0	500674035	892	07-02-2025	2 320,00	2 320,00	31-08-2025	31-08-2025			RP	D2	04-06-2025	2 320,00							
TP001/000/2025/31	37000000-8	516185128	893	07-02-2025	2 826,00	2 826,00	31-05-2025	31-05-2025			RP	D2	03-07-2025	2 826,00							
TP001/000/2025/33	79410000-1	200950584	898	07-02-2025	445,00	547,35	28-03-2025	28-03-2025			UE	D2	15-05-2025	445,00							
TP001/000/2025/34	63712400-7	504656767	903	10-02-2025	813,01	1 000,00	31-12-2025	31-12-2025			RP	D2	14-02-2025	501,00	66,85						
TP001/000/2025/35	33141623-3	502777354	1130	14-02-2025	840,00	1 033,20	05-03-2025	05-03-2025			RP	D1.3	12-03-2025	1 033,20							
TP001/000/2025/36	15860000-4	512040702	1138	14-02-2025	1 200,00	1 200,00	31-05-2025	31-05-2025			RP	D2	01-08-2025	1 200,00							
TP001/000/2025/37	15332410-1	515812986	1139	14-02-2025	1 536,00	1 536,00	31-05-2025	31-05-2025			RP	D2	14-07-2025	768,00							
TP001/000/2025/38	50000000-5	503103918	1153	17-02-2025	107,02	131,63	15-04-2025	15-04-2025			RP	D2	19-03-2025	131,63							
TP001/000/2025/39	72268000-1	E226318917	1155	17-02-2025	1 156,20	1 422,12	31-12-2025	31-12-2025			RP	D2									
TP001/000/2025/4	50112000-3	500035121	117	15-01-2025	53,56	65,88	15-01-2025	15-01-2025			RP	D2	06-02-2025	65,88							
TP001/000/2025/40	72000000-5	E226306350	1171	17-02-2025	59,34	72,99	11-07-2026	11-07-2026			RP	D2	29-07-2025	71,99							
TP001/000/2025/41	50112000-3	500603880	1212	19-02-2025	210,22	258,57	20-02-2025	20-02-2025			RP	D2	24-02-2025	258,57							
TP001/000/2025/42	30200000-1	509117660	1488	28-02-2025	399,80	491,75	05-03-2025	05-03-2025			RP	D6	12-03-2025	491,75							
TP001/000/2025/43	72268000-1	E226241492	1490	28-02-2025	1 163,54	1 431,15	12-07-2025	12-07-2025			RP	D2	20-06-2025	1 163,54							
TP001/000/2025/44	98351100-9	503208426	1491	28-02-2025	1 365,98	1 680,16	30-04-2026	30-04-2026			RP	D2	13-03-2025	1 175,11	105,01		400,04				
TP001/000/2025/45	60170000-0	E226319076	1628	06-03-2025	450,00	492,75	19-03-2025	19-03-2025			UE	D2	03-04-2025	492,75							
TP001/000/2025/46	30192000-1	503789372	1657	07-03-2025	1 375,46	1 691,81	04-04-2025	04-04-2025			RP	D2	06-05-2025	1 551,83							
TP001/000/2025/46	30192000-1	503789372	1657	07-03-2025	1 375,46	1 691,81	04-04-2025	04-04-2025			RP	D6	06-05-2025	139,97							
TP001/000/2025/47	35821000-5	503130311	1670	10-03-2025	791,98	974,14	11-03-2025	11-03-2025			RP	D2	13-03-2025	974,14							
TP001/000/2025/48	30199730-6	509771750	1671	10-03-2025	345,10	424,47	21-03-2025	21-03-2025			RP	D2	10-04-2025	424,47							
TP001/000/2025/49	79410000-1	508930999	1678	11-03-2025	810,00	996,30	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2	12-03-2025	996,30							
TP001/000/2025/5	44421780-8	500601534	194	15-01-2025	365,04	449,00	16-01-2025	16-01-2025			RP	D6	27-01-2025	449,00							
TP001/000/2025/50	22462000-6	510338020	1694	11-03-2025	1 950,00	2 398,50	31-12-2025	31-12-2025			RP	D6									
TP001/000/2025/51	22462000-6	517362635	1803	14-03-2025	98,00	120,54	14-03-2025	14-03-2025			UE	D2	03-04-2025	120,54							
TP001/000/2025/52	55120000-7	503621722	1864	18-03-2025	1 028,46	1 265,00	09-05-2025	09-05-2025			UE	D2	15-05-2025	1 265,00							
TP001/000/2025/53	71319000-7	185935770	1916	19-03-2025	600,00	600,00	12-05-2025	12-05-2025			UE	D2	23-05-2025	600,00							
TP001/000/2025/54	72267100-0	503502715	1920	20-03-2025	1 932,00	2 376,36	31-12-2025	31-12-2025			RP	D6	06-05-2025	1 107,00							
TP001/000/2025/55	72512000-7	E226252129	1921	20-03-2025	1 750,68	1 750,68	30-04-2026	30-04-2026			RP	D2	06-05-2025	1 750,68							
TP001/000/2025/56	72268000-1	503412031	1922	20-03-2025	960,75	1 181,72	18-04-2026	18-04-2026			RP	D2	06-05-2025	1 125,45							
TP001/000/2025/57	79410000-1	E226318641	1961	20-03-2025	2 439,03	3 000,00	09-05-2025	09-05-2025			UE	D2	31-07-2025	3 000,00							





Nº Contrato	Contrato								Visto do Tribunal de Contas		Classificações Orçamentais		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no ano N	Pagamentos previstos até final no ano N	Pagamentos acumulados até N-1	Pagamentos previstos para anos futuros				
	CPV	NIF Fornecedor	Nº de comp.	Data da celebração	Valor do contrato	Preço contratual c/IVA	Data de conclusão (inicial)	Data de conclusão (revista)	Nº do registos	Data	Fonte de Financiamento	Rubrica					N+1	N+2	N+3	N+4	Anos seguintes
TP009/000/2025/40	80500000-9	514698209	6858	30-09-2025	800,00	800,00	12-11-2025	12-11-2025			RP	D2	05-11-2025	800,00							
TP009/000/2025/42	80500000-9	500971315	7053	10-10-2025	995,00	995,00	28-11-2025	28-11-2025			RP	D2	02-12-2025	995,00							
TP009/000/2025/43	80500000-9	514573660	7080	13-10-2025	6 240,00	7 675,20	21-11-2025	21-11-2025			RP	D2	02-12-2025	7 675,20							
TP009/000/2025/44	79132100-9	508184509	7144	14-10-2025	180,00	180,00	24-11-2025	24-11-2025			RP	D2									
TP009/000/2025/45	80500000-9	E226355598	7419	20-10-2025	469,50	469,50	18-12-2025	18-12-2025			RP	D2	31-10-2025	420,00							
TP009/000/2025/46	60171000-7	E226320108	7594	24-10-2025	248,74	248,74	31-12-2025	31-12-2025			RP	D2	24-10-2025	209,20							
TP009/000/2025/47	80500000-9	504349759	7624	27-10-2025	1 500,00	1 500,00	31-12-2025	31-12-2025			RP	D2	05-11-2025	1 350,00							
TP009/000/2025/48	80500000-9	516480430	7914	05-11-2025	70,00	70,00	31-12-2025	31-12-2025			RP	D2	02-12-2025	70,00							
TP009/000/2025/49	80500000-9	500910847	7971	07-11-2025	80,00	80,00	07-11-2025	07-11-2025			RP	D2									
TP009/000/2025/5	65100000-4	680000054	582	01-01-2025	552,83	586,00	31-12-2025	31-12-2025			RP	D2	13-02-2025	292,93	293,07						
TP009/000/2025/50	60200000-0	500498601	8503	26-11-2025	24 528,30	26 000,00	31-12-2026	31-12-2026			RP	D2	30-11-2025	1 122,00	753,50		24 000,00				
TP009/000/2025/51	22110000-4	E226356558	8623	02-12-2025	49,50	49,50	18-12-2025	18-12-2025			RP	D2	31-12-2025	49,50							
TP009/000/2025/52	80500000-9	E226355598	8790	05-12-2025	420,00	420,00	12-02-2026	12-02-2026			RP	D2	31-12-2025	420,00							
TP009/000/2025/53	22212100-0	500792887	8906	11-12-2025	63,63	63,63	31-12-2025	31-12-2025			RP	D2									
TP009/000/2025/54	80310000-0	E226317410	9043	17-12-2025	2 150,00	2 150,00	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2					2 150,00				
TP009/000/2025/55	79952000-2	E101010326	9075	18-12-2025	6 439,98	6 439,98	27-02-2026	27-02-2026			UE	D2					6 439,98				
TP009/000/2025/6	65100000-4	514280956	583	01-01-2025	900,00	900,00	31-12-2025	31-12-2025			RP	D2	29-01-2025	694,08							
TP009/000/2025/7	65100000-4	507718666	584	01-01-2025	1 886,79	2 000,00	31-12-2025	31-12-2025			RP	D2	29-01-2025	1 832,28							
TP009/000/2025/8	65100000-4	500906840	585	01-01-2025	1 132,08	1 200,00	31-12-2025	31-12-2025			RP	D2	06-02-2025	776,56							
TP012/000/2025/1	60000000-8	504974424	11	10-01-2025	66 500,00	81 795,00	15-10-2025	15-10-2025			RP	D2	17-04-2025	61 500,00							
TP012/000/2025/10	30213100-6	502670355	4568	25-06-2025	24 000,00	29 520,00	11-08-2025	11-08-2025			RP	D2	12-09-2025	2 767,50							
TP012/000/2025/10	30213100-6	502670355	4568	25-06-2025	24 000,00	29 520,00	11-08-2025	11-08-2025			RP	D6	12-09-2025	26 752,50							
TP012/000/2025/11	33195100-4	503412031	4569	25-06-2025	4 149,00	5 103,27	08-08-2025	08-08-2025			RP	D6	08-08-2025	5 103,27							
TP012/000/2025/12	72320000-4	502661445	4890	08-07-2025	6 890,00	8 474,70	15-07-2028	15-07-2028			UE	D2	01-08-2025	2 824,89	0,01		2 824,90	2 824,90			
TP012/000/2025/13	79635000-4	507587693	7580	23-10-2025	39 990,00	49 187,70	04-02-2026	04-02-2026			UE	D2	02-12-2025	49 187,70							
TP012/000/2025/14	79952000-2	509384196	8373	05-12-2025	38 945,00	47 902,30	31-07-2026	31-07-2026			UE	D2					47 902,35				
TP012/000/2025/4	64200000-8	504615947	475	31-01-2025	6 621,90	8 144,94	31-01-2027	31-01-2027			RP	D2	03-04-2025	1 221,09	2 382,51		4 072,47	339,37			
TP012/000/2025/5	79419000-4	500479194	1624	05-03-2025	74 359,04	91 461,62	11-06-2026	11-06-2026			UE	D2	14-07-2025	77 374,90	20,00		14 066,72				
TP012/000/2025/6	72268000-1	506210855	1869	19-03-2025	11 380,00	13 997,40	31-03-2026	31-03-2026			RP	D2	04-06-2025	13 997,40							
TP012/000/2025/7	72200000-7	507246152	3803	27-05-2025	64 613,88	79 475,10	31-03-2026	31-03-2026			UE	D2	15-10-2025	70 929,03			8 546,04				
TP012/000/2025/8	79410000-1	516279092	3804	01-07-2025	17 950,00	17 950,00	31-12-2025	31-12-2025			UE	D2	15-10-2025	17 950,00							
TP012/000/2025/9	30213100-6	502670355	4567	25-06-2025	21 300,00	26 199,00	11-08-2025	11-08-2025			RP	D2	12-09-2025	2 029,50							
TP012/000/2025/9	30213100-6	502670355	4567	25-06-2025	21 300,00	26 199,00	11-08-2025	11-08-2025			RP	D6	12-09-2025	24 169,50							
TP012/000/2025/9	30213100-6	502670355	4567	25-06-2025	21 300,00	26 199,00	11-08-2025	11-08-2025			UE	D2	12-09-2025								
TP018/000/2025/1	79416000-3	E226319009	1211	02-04-2025	1 290 000,00	1 419 000,00	24-10-2025	24-10-2025	838/2025		RP	D2	17-09-2025	1 139 956,89							
TP018/000/2025/10	72268000-1	510728189	5994	26-08-2025	825 788,80	1 013 260,23	27-09-2028	27-09-2028	42855/2025		RP	D2	02-12-2025	334 473,41	12 300,00		334 473,41	334 473,41			
TP018/000/2025/11	66510000-8	502358416	8808	05-12-2025	733 426,59	733 426,59	31-12-2026	31-12-2026			RP	D1.3					651 297,77				
TP018/000/2025/11	66510000-8	502358416	8808	05-12-2025	733 426,59	733 426,59	31-12-2026	31-12-2026			RP	D2					40 142,82				
TP018/000/2025/11	66510000-8	502358416	8808	05-12-2025	733 426,59	733 426,59	31-12-2026	31-12-2026			UE	D4.1.3					41 986,00				
TP018/000/2025/12	72200000-7	506204650	3410	20-05-2025	195 000,00	239 850,00	31-03-2026	31-03-2026			UE	D6	15-10-2025	71 955,00			167 895,00				
TP018/000/2025/3	55000000-0	E226320305	2505	09-04-2025	63 080,00	69 388,00	31-10-2025	31-10-2025			RP	D2	24-07-2025	30 717,22							
TP018/000/2025/5	79420000-4	500479194	4090	09-06-2025	126 467,30	155 554,78	17-12-2026	17-12-2026			RP	D2	02-12-2025	75 168,94	31 784,38		48 601,46				

Nº Contrato	Contrato								Visto do Tribunal de Contas		Classificações Orçamentais		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no ano N	Pagamentos previstos até final no ano N	Pagamentos acumulados até N-1	Pagamentos previstos para anos futuros							
	CPV	NIF Fornecedor	Nº de comp.	Data da celebração	Valor do contrato	Preço contratual c/IVA	Data de conclusão (inicial)	Data de conclusão (revista)	Nº do registos	Data	Fonte de Financiamento	Rubrica					N+1	N+2	N+3	N+4	Anos seguintes			
TP018/000/2025/6	72320000-4	510207898	4762	23-07-2025	88 500,00	108 855,00	23-07-2028	23-07-2028			UE	D2			36 285,00		36 285,00	36 285,00						
TP018/000/2025/7	72200000-7	501989978	5103	16-07-2025	403 850,00	496 735,50	30-06-2026	30-06-2026			UE	D6	29-12-2025	124 183,88			372 551,62							
TP018/000/2025/8	72200000-7	501774360	5808	22-08-2025	324 320,00	398 913,60	30-06-2026	30-06-2026			UE	D6	29-12-2025	102 700,08			296 213,52							
TP019/000/2025/1	72267100-0	503502715	804	04-02-2025	9 895,86	12 171,90	07-02-2028	07-02-2028			RP	D2	24-02-2025	4 057,30	0,01		4 057,30	4 057,30						
TP019/000/2025/2	92312240-5	510944817	1514	13-03-2025	38 000,00	46 740,00	07-05-2025	07-05-2025			RP	D2	23-05-2025	38 000,00										
TP019/000/2025/3	98390000-3	500947937	1871	18-03-2025	42 000,00	51 660,00	01-11-2025	01-11-2025			RP	D2	24-09-2025	51 660,00										
TP019/000/2025/4	92312240-5	514072083	2264	09-04-2025	12 500,00	15 375,00	17-06-2025	17-06-2025			RP	D2	23-05-2025	12 500,00										
TP019/000/2025/5	79950000-8	E226319009	2587	11-04-2025	322 500,00	354 750,00	28-05-2025	28-05-2025	1120/2025		RP	D2	16-06-2025	279 745,77										
TP019/000/2025/6	72512000-7	E226278957	9348	29-12-2025	61 300,00	75 399,00	19-06-2026	19-06-2026			UE	D2					75 399,00							
TP027/000/2025/1	92312240-5	E226318517	2489	09-04-2025	40 390,23	44 429,25	13-10-2025	13-10-2025			RP	D2	30-06-2025	42 196,63										
TP027/000/2025/10	92312240-5	505801108	3244	23-05-2025	4 000,00	4 920,00	25-05-2025	25-05-2025			RP	D2	04-06-2025	4 000,00										
TP027/000/2025/11	79416000-3	E226307065	3409	29-05-2025	200 000,00	220 000,00	31-12-2025	31-12-2025			RP	D2	07-07-2025	220 000,00										
TP027/000/2025/12	92312240-5	514085819	3976	06-06-2025	15 000,00	18 450,00	05-08-2025	05-08-2025			RP	D2	03-07-2025	15 000,00										
TP027/000/2025/13	92312240-5	513094008	5382	24-07-2025	2 000,00	2 460,00	29-07-2025	29-07-2025			RP	D2	08-08-2025	2 000,00										
TP027/000/2025/14	92312240-5	504313061	5485	30-07-2025	1 000,00	1 230,00	10-09-2025	10-09-2025			RP	D2	01-10-2025	1 000,00										
TP027/000/2025/15	60400000-2	504974424	5542	04-08-2025	24 224,35	24 224,35	13-08-2025	13-08-2025			RP	D2	12-09-2025	24 224,35										
TP027/000/2025/16	60000000-8	504974424	7027	13-10-2025	38 315,00	47 127,45	16-02-2026	16-02-2026			RP	D2	23-12-2025	23 563,73			23 563,73							
TP027/000/2025/2	92312240-5	501088440	2748	17-04-2025	4 500,00	5 535,00	26-05-2025	26-05-2025			RP	D2	04-06-2025	4 500,00										
TP027/000/2025/3	92312240-5	508038197	2832	28-04-2025	17 500,00	21 525,00	04-05-2025	04-05-2025			RP	D2	04-06-2025	17 500,00										
TP027/000/2025/4	92312240-5	514794801	2833	22-04-2025	13 500,00	16 605,00	04-05-2025	04-05-2025			RP	D2	04-06-2025	13 500,00										
TP027/000/2025/5	92312240-5	510944817	2956	29-04-2025	3 000,00	3 690,00	05-05-2025	05-05-2025			RP	D2	23-05-2025	3 000,00										
TP027/000/2025/6	39298900-6	504087487	3084	05-05-2025	1 930,89	2 375,00	07-05-2025	07-05-2025			RP	D2	15-05-2025	2 374,99										
TP027/000/2025/7	18513500-3	507221257	3085	05-05-2025	882,00	1 084,86	16-06-2025	16-06-2025			RP	D2	14-07-2025	882,00										
TP027/000/2025/8	60400000-2	504974424	2175	28-03-2025	15 500,00	15 500,00	13-04-2025	13-04-2025			RP	D2	12-09-2025	15 500,00										
TP027/000/2025/9	92312240-5	246206403	3199	13-05-2025	10 600,00	13 038,00	04-08-2025	04-08-2025			RP	D2	04-06-2025	10 600,00										

## Contas individuais

### Contabilidade de Gestão

## Contas Individuais

---

### Contabilidade de Gestão

#### Conceitos gerais

Conforme disposto na Norma de Contabilidade Pública – NCP 27 – Contabilidade de Gestão, publicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, relativa ao Referencial contabilístico designado por SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, a Contabilidade de Gestão é um sistema previsto legalmente e constitui um importante instrumento de gestão, sendo que este normativo tipifica, para o efeito, divulgações obrigatórias. Tendo em vista dar cumprimento às orientações referidas, a AICEP tem procurado parametrizar o seu sistema interno para dar resposta à análise nesta ótica de gestão.

A Contabilidade de Gestão destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre gastos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões de gestão, designadamente, na AICEP, no processo de elaboração de orçamentos, nas funções de planeamento e controlo, na mensuração e avaliação de desempenho e na fundamentação económica e de decisões de gestão.

Na Norma de Contabilidade de Gestão são indicadas as etapas principais para implementação do sistema, iniciando-se com a identificar das atividades realizadas e que consomem recursos (principais e auxiliares) e atribuição dos gastos às atividades, bem como outras atividades subsequentes.

Em termos metodológicos, todos os gastos da AICEP foram tratados, tendo sido repartidos por gastos diretos, indiretos e não incorporados (contas #6 e aquisições #4). Os gastos comuns da conta 62-Fornecimentos Externos e da conta 63-Pessoal/gerais foram repartidos de acordo com o número de colaboradores de cada uma das áreas e os gastos comuns da conta 63-Pessoal/pessoal foram repartidos em proporção dos gastos diretos. Os gastos comuns da conta 62 apenas respeitam à estrutura em Portugal, pelo que foram repartidos apenas pelas áreas presentes em território nacional a partir do relatório de novembro de 2025.

Podem existir divergências apuradas entre os valores referentes aos gastos da contabilidade financeira e orçamental e os da contabilidade de gestão, pela natureza distinta dos conceitos utilizados por cada uma das óticas.

## Sumário Executivo

Da análise efetuada às contas na ótica da contabilidade de gestão, podem ser apontados os seguintes aspetos:

- A AICEP demonstrou no exercício de 2025 um ajuste em alta nos gastos na ordem dos 15% face a 2024 (vide quadros 1). Este acréscimo verificou-se mais ao nível da atividade de promoção da internacionalização da economia e da captação de investimento e não tanto ao nível dos gastos da estrutura (quadros 1 e 4);
- A rede externa, pela sua dimensão, mas também pela sua importância e relevância para a AICEP, continua, de forma pertinente e estratégica, a estar associada a uma parcela considerável dos gastos globais da organização (vide quadros 1 e 2), bem como por colaborador (quadro 3). Refira-se, inclusive, o crescimento dos gastos da rede face ao ano anterior 2024, muito embora influenciados por atividade promocional como se explicará adiante.
- Verificou-se um ligeiro aumento do número de colaboradores em 2025 face a 2024 (vide quadro 4) o que não se pode considerar fator desequilibrador mas antes uma afetação de recursos a Direções que era necessário reforçar. Esta tendência irá manter-se em 2026 face aos desafios que a Agência tem pela frente.
- Na sua função de promotor da internacionalização das empresas portuguesas nos mercados externos e de captação do investimento, de responsável pelo Programa Inov Contacto e de representante e organizador da participação do Estado português em exposições internacionais e mundiais, o ano de 2025 demonstrou um dinamismo interessante, (vide quadro 4). De referir que este tipo de iniciativa contribui de forma considerável para a volatilidade dos gastos entre diferentes exercícios.

## Análise às contas

A atividade da Agência pode ser repartida em quatro áreas, tendo sido apurados os gastos das atividades desenvolvidas por cada uma das áreas, bem como para as áreas de gestão:

- a) áreas negócio (principal)
- b) áreas de apoio ao negócio
- c) áreas de suporte ao negócio
- d) rede externa

Nesta perspetiva, a repartição dos gastos das contas 62, 63 e 68 apresenta a seguinte estrutura entre 2022 e 2025:

Gastos por área	2022	2023	Variação 2023/2022		2024	Variação 2024/2023		2025	Variação 2025/2024	
Órgãos Sociais, Sec.G. e Ass.	2.233.976	1.716.618	-517.358	-23%	1.942.960	226.342	13%	1.900.379	-42.581	-2%
Áreas do negócio	8.578.911	6.589.779	-1.989.132	-23%	6.292.459	-297.320	-5%	6.296.026	3.568	0%
Áreas de apoio ao negócio	9.625.123	9.147.295	-477.828	-5%	5.996.128	-3.151.167	-34%	10.261.843	4.265.715	71%
Áreas de suporte ao negócio	9.337.228	10.010.290	673.063	7%	7.819.329	-2.190.962	-22%	7.838.520	19.191	0%
Rede externa	19.619.802	17.078.673	-2.541.129	-13%	20.215.955	3.137.282	18%	22.245.832	2.029.877	10%
Gastos não incorporados	615.717	771.134	155.417	25%	510.720	-260.414	-34%	492.226	-18.494	-4%
<b>Total</b>	<b>50.010.757</b>	<b>45.313.789</b>	<b>-4.696.968</b>	<b>-9%</b>	<b>42.777.550</b>	<b>-2.536.238</b>	<b>-6%</b>	<b>49.034.827</b>	<b>6.257.277</b>	<b>15%</b>

(unid.: EUR)

### quadro 1

As diferenças apresentadas para os gastos de 2024 face a 2025 justificam-se pela execução da exposição internacional Osaka25 e do Programa Inov Contacto, este último não tendo sido realizado em 2024. Refira-se que estes eventos contribuem para variações pronunciadas dos gastos anuais, tonando-os menos regulares, como também foi o caso da Expo Dubai21. No ponto adiante “Gastos por funções” esta análise torna-se mais evidente.

No que respeita à Rede externa, do ponto de vista da Agência, é estratégico e estrutural a continuação do investimento nesta valiosa estrutura, em localizações e número de colaboradores, e isso trará certamente uma alocação de recursos, expectavelmente, maior. A repartição por natureza dos gastos ajuda a compreender melhor o que aqui se refere.

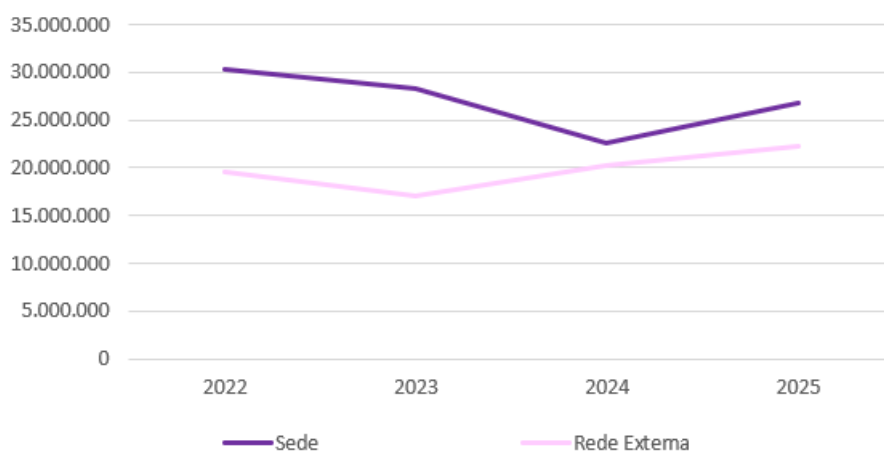
Em termos de tipologia de gastos, demonstra-se abaixo o regular peso dos gastos com o pessoal na estrutura dos principais gastos, historicamente na ordem dos 60%, embora 2024 tenha trazido uma ligeira redução no padrão deste indicador com a saída dos colaboradores para o Turismo de Portugal. Refira-se que esta estrutura é igualmente sujeita às variações dos gastos com a atividade promocional, já que nos anos de realização de uma exposição mundial esta estrutura sofre ajustes.

Gastos por localização	2022		2023		2023 vs 2022		2024		2024 vs 2023		2025		2025 vs 2024	
Sede	30.390.955	61%	28.235.116	62%	-2.155.839	-7%	22.561.596	53%	-5.673.520	-20%	26.788.995	55%	4.227.399	19%
Rede externa	19.619.802	39%	17.078.673	38%	-2.541.129	-13%	20.215.955	47%	3.137.282	18%	22.245.832	45%	2.029.877	10%
<b>Total</b>	<b>50.010.757</b>		<b>45.313.789</b>		<b>-4.696.968</b>	<b>-9%</b>	<b>42.777.550</b>		<b>-2.536.238</b>	<b>-6%</b>	<b>49.034.827</b>		<b>6.257.277</b>	<b>15%</b>

(unid.: EUR)

quadro 2

### Gastos por localização



### Gastos por localização e natureza

	2022		2023		2023 vs 2022		2024		2024 vs 2023		2025		2025 vs 2024	
Rede externa														
Pessoal	13.175.852	67%	12.843.648	65%	-332.204	-3%	9.525.748	49%	-3.317.900	-26%	9.647.494	49%	121.746	1%
Outros gastos	6.443.950	33%	4.235.025	22%	-2.208.925	-34%	10.690.207	54%	6.455.182	152%	12.598.339	64%	1.908.132	18%
	19.619.802	39%	17.078.673	38%	-2.541.129	-13%	20.215.955	47%	3.137.282	18%	22.245.832	45%	2.029.877	10%
Sede														
Pessoal	14.950.575	49%	16.105.917	53%	1.155.343	8%	16.773.173	55%	667.256	4%	17.403.576	57%	630.403	4%
Outros gastos	15.440.380	51%	12.129.199	40%	-3.311.181	-21%	5.788.422	19%	-6.340.776	-52%	9.385.419	31%	3.596.996	62%
	30.390.955	61%	28.235.116	62%	-2.155.839	-7%	22.561.596	53%	-5.673.520	-20%	26.788.995	55%	4.227.399	19%
<b>Total</b>	<b>50.010.757</b>		<b>45.313.789</b>		<b>-4.696.968</b>	<b>-9%</b>	<b>42.777.550</b>		<b>-2.536.238</b>	<b>-6%</b>	<b>49.034.827</b>		<b>6.257.277</b>	<b>15%</b>

(unid.: EUR)

quadro 2

Torna-se relevante analisarmos o peso médio de cada uma das áreas internas, para compreensão do investimento realizado, ao longo dos anos, no garante de uma maior eficiência da organização, tanto do ponto de vista interno como percecionada pelo exterior. Como referido os gastos de 2025 são superiores a 2024 devido ao Programa Inov e à Expo Osaka, com impacto, nomeadamente, nas áreas de

### Gastos médios por áreas internas

	2022			2023		
	Total	nº	média	Total	nº	média
Órgãos Sociais, Sec.G. e Ass.	2.233.976	26	85.922	1.716.618	26	66.024
Áreas do negócio	8.578.911	95	90.304	6.589.779	100	65.898
Áreas de apoio ao negócio	9.625.123	69	139.495	9.147.295	85	107.615
Áreas de suporte ao negócio	9.337.228	134	69.681	10.010.290	122	82.052
Rede externa	19.619.802	147	133.468	17.078.673	134	127.453
Gastos não incorporados	615.717	11	55.974	771.134	14	55.081
	<b>50.010.757</b>	<b>482</b>	<b>103.757</b>	<b>45.313.789</b>	<b>481</b>	<b>94.207</b>

(unid.: EUR)

quadro 3

nota: na contagem não se incluem licença sem vencimento e cedências de interesse público

apoio ao negócio (Inov e Osaka) e da rede externa (Osaka). Refira-se ainda o aumento, em 2025, do número de recursos humanos nas áreas dos incentivos, integrados no apoio ao negócio, o que também contribuiu para o crescimento dos valores médios.

	2024			2024vs 2023	2025			2025vs 2024
	Total	nº	média		Total	nº	média	
Órgãos Sociais, Sec.G. e Ass.	1.942.960	23	84.477	28%	1.900.379	22	86.381	2%
Áreas do negócio	6.292.459	96	65.546	-1%	6.296.026	96	65.584	0%
Áreas de apoio ao negócio	5.996.128	88	68.138	-37%	10.261.843	95	108.019	59%
Áreas de suporte ao negócio	7.819.329	114	68.591	-16%	7.838.520	116	67.573	-1%
Rede externa	20.215.955	97	208.412	64%	22.245.832	100	222.458	7%
Gastos não incorporados	510.720	15	34.048	-38%	492.226	9	54.692	61%
	<b>42.777.550</b>	<b>433</b>	<b>98.793</b>	<b>5%</b>	<b>49.034.827</b>	<b>438</b>	<b>111.952</b>	<b>13%</b>

(unid.: EUR)

### quadro 3

nota: na contagem não se incluem licença sem vencimento e cedências de interesse público (2025: 10 LSV; 8 CIP)

### Gastos médios por áreas internas

	2022			2023		
	Total	nº	média	Total	nº	média
Sede	30.390.955	335	90.719	28.235.116	347	81.369
Rede externa	19.619.802	147	133.468	17.078.673	134	127.453
	<b>50.010.757</b>	<b>482</b>	<b>103.757</b>	<b>45.313.789</b>	<b>481</b>	<b>94.207</b>

(unid.: EUR)

### quadro 3

nota: na contagem não se incluem licença sem vencimento e cedências de interesse público

	2024			2024vs 2023	2025			2025vs 2024
	Total	nº	média		Total	nº	média	
Sede	22.561.596	336	67.148	-17%	26.788.995	338	79.257	18%
Rede externa	20.215.955	97	208.412	64%	22.245.832	100	222.458	7%
	<b>42.777.550</b>	<b>433</b>	<b>98.793</b>	<b>5%</b>	<b>49.034.827</b>	<b>438</b>	<b>111.952</b>	<b>13%</b>

(unid.: EUR)

### quadro 3

nota: na contagem não se incluem licença sem vencimento e cedências de interesse público (2025: 10 LSV; 8 CIP)

Fazendo uma análise apenas aos gastos com funcionamento, apresentam-se os valores apurados no quadro seguinte. Denota-se o investimento na Rede Externa, tendo presente que aqui se incluem gastos de instalação nos mercados que em algumas geografias são consideráveis.

#### Funcionamento e estrutura

Gastos médios por áreas internas

Áreas internas	n.º <sup>(*)</sup>	Gasto
Órgãos Sociais, Sec.G. e Ass.	22	88.521
Angariação	17	33.603
Comercial	45	53.624
Direção da rede externa	26	56.489
Custos contexto e PIN	8	58.648
Incentivos	57	23.059
Academia	22	43.945
Direção EXPO	16	74.415
Informação	33	69.785
Jurídica	15	68.767
Auditoria e conformidade	15	55.361
Financeira e Partilhados	30	64.345
Recursos Humanos	9	51.882
Eventos e protocolo	14	10.839
Rede externa-Europa	49	123.494
Rede externa-Ásia	21	113.664
Rede externa-América	14	150.611
Rede externa-África	16	77.908
	<b>429</b>	<b>67.720</b>

(\*) não inclui 9 pré-reforma, lic. sem venc. e cedências - 456 total

Se observarmos a estrutura de gastos da Agência no âmbito da sua missão, podemos apontar as seguintes funções:

- funcionamento geral e investimento
- programa de estágios no estrangeiro (Inov Contacto)
- angariação, promoção externa de comércio e turismo, e capacitação
- realização de exposições internacionais
- investimento em ferramentas digitais

Os gastos repartidos por estas funções têm a seguinte distribuição nos três últimos anos e já com números finais de 2025:

#### Gastos por funções

	2022		2023		2023 vs 2022	
Funcionamento	33.187.015	66%	33.690.358	74%	503.343	2%
Angariação, internacionalização e capacitação	7.349.532	15%	4.415.531	10%	-2.934.001	-40%
Exposições mundiais/internacionais	4.079.628	8%	128.275	0%	-3.951.353	-97%
Estágios no estrangeiro	3.625.502	7%	4.608.050	10%	982.548	27%
Investimento digital	1.769.079	4%	2.471.575	5%	702.496	40%
<b>Total</b>	<b>50.010.756</b>		<b>45.313.789</b>		<b>-4.696.968</b>	<b>-9%</b>

(unid.: EUR)

quadro 4

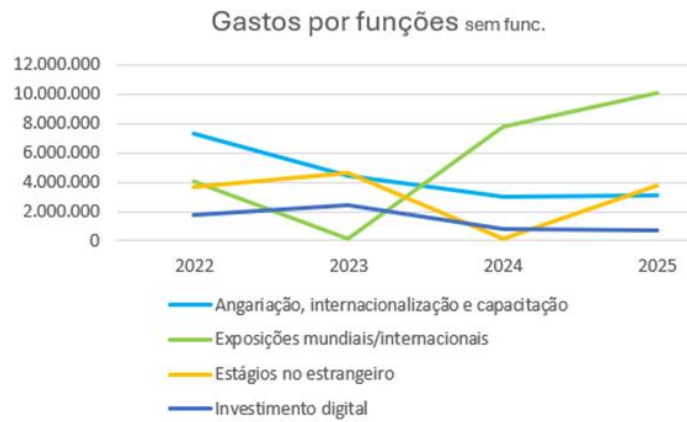
#### Gastos por funções

	2024		2024 vs 2023		2025		2025 vs 2024	
Funcionamento	31.064.859	73%	-2.625.499	-8%	31.361.469	64%	296.610	1%
Angariação, internacionalização e capacitação	2.990.275	18%	-1.425.256	-32%	3.064.890	6%	74.616	2%
Exposições mundiais/internacionais	7.806.556	0%	7.678.281	5986%	10.045.157	20%	2.238.601	29%
Estágios no estrangeiro	154.375	7%	-4.453.675	-97%	3.804.580	8%	3.650.206	2365%
Investimento digital	761.486	2%	-1.710.089	-69%	758.730	2%	-2.756	0%
<b>Total</b>	<b>42.777.550</b>		<b>-2.536.238</b>	<b>-6%</b>	<b>49.034.827</b>		<b>6.257.277</b>	<b>15%</b>

(unid.: EUR)

quadro 4

Excluindo o funcionamento, os gastos por funções apresentam a seguinte evolução gráfica entre 2022 e 2025:



Da observação do quadro e do gráfico acima, confirma-se o que se vem afirmando ao longo do relatório:

- 1) Existe uma volatilidade dos gastos decorrente da participação nas exposições internacionais e do programa de estágios no estrangeiro Inov Contacto (e da atividade do turismo até 2023);
- 2) Em 2025 a atividade promocional de angariação, internacionalização e capacitação (inclui ações de Negócio) está ligeiramente acima da execução em termos homólogos. De referir que o investimento na Expo Osaka em 2025, de 10.05 milhões de euros, tendo superado em 21% a totalidade do ano de 2024, 7,8 milhões de euros;
- 3) De novo, dado o adiamento do programa de estágios no estrangeiro Inov Contacto de 2024 para 2025, esta componente registou um crescimento justificado e muito significativo em termos de gastos em 2025 face ao ano anterior.